







Título

Arqueologia & História

Volumes

64-65

Edição

Associação dos Arqueólogos Portugueses Largo do Carmo, 1200-092 Lisboa Tel. 213 460 473 / Fax. 213 244 252 secretaria@arqueologos.pt

www.arqueologos.pt

Direcção

José Morais Arnaud

Coordenação

José Morais Arnaud e João Marques

Design gráfico

Flatland Design

Impressão

Europress, Indústria Gráfica

Tiragem

300 exemplares

Depósito legal 73 446/93

ISSN

0871-2735

© Associação dos Arqueólogos Portugueses

Os artigos publicados nesta revista são da exclusiva responsabilidade dos respectivos autores.

# ÍNDICE

5 Editorial

José Morais Arnaud

#### I CONGRESSO DA AAP - SESSÃO DE ABERTURA

9 Nota de abertura

António Vermelho do Corral

- 15 Entre a Metamorfose e a Adaptação. De Associação dos Arquitectos Civis Portugueses a Real Associação dos Arquitectos Civis e Arqueólogos Portugueses (1863-1896)
  Ana Cristina Martins
- 31 O Conde de São Januário, Presidente da Associação dos Arqueólogos Portugueses (1896-1901) João Luís Cardoso
- 45 Tempos de Esperança. A Associação dos Arqueólogos Portugueses e a 1.ª República (1910-1926): Continuidades e Mudanças Iorge Custódio
- 81 Na Intermitência do Ser e do Agir. A Associação dos Arqueólogos Portugueses no Estado Novo (1933-1963)

Ana Cristina Martins

#### COLÓQUIO PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO: DA INVESTIGAÇÃO À APRESENTAÇÃO PÚBLICA

95 Introdução

Da Valorização do Património Arqueológico Português João António Marques

- 101 A *Casa dos Pintores*: do Projeto de Reabilitação à Oficina Municipal de Arqueologia de Leiria Vânia Carvalho, Vitória Mendes, Sofia Carreira, Ana Filipa Pinhal
- 115 Musealização da Arte Rupestre. Do Vale do Tejo e Gestão Integrada do Território: o Projecto do Museu de Mação

Luiz Oosterbeek

- 125 O Museu do Teatro Romano (Lisboa): um Teatro, um Museu e um Projecto de Investigação Lídia Fernandes
- 141 Conimbriga: História, Gestão e Proteção de uma Cidade Romana Virgílio Hipólito Correia, José Ruivo
- 153 O Parque Arqueológico do Vale do Terva (Boticas, Portugal). História, Desenvolvimento e Desafios Luís Fontes. Mafalda Alves
- 161 O Núcleo Museológico do Arrabalde Ribeirinho de Mértola Virgílio Lopes, Lígia Rafael, Susana Gómez Martínez
- 171 Musealização do Espaço Arqueológico do Castelo de Palmela Isabel Cristina F. Fernandes, Maria Teresa Rosendo, Michelle Teixeira Santos
- 183 Panóias de Fragas a Santuário. O que Mostrar? E a Quem? Isabel Freitas, Herculano Mesquita, Fernando Pádua, Orlando Sousa
- 191 Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros: da Intervenção à Investigação, Gestão e Apresentação Pública

Jacinta Bugalhão, Cristina Gameiro, Andrea Martins, Ana Filipa Braz

- 203 O Castelo de S. Jorge de Lisboa Escavação, Musealização e Gestão de Património Alexandra Gaspar, Ana Gomes, Teresa Oliveira, Susana Serra
- 217 Resumos das Comunicações não remetidas

#### **RELATÓRIOS**

- 223 Associação dos Arqueólogos Portugueses. Relatório da Direcção 2012 José Morais Arnaud
- 227 Relatório de Actividades da Direcção da AAP 2013 José Morais Arnaud
- 231 Relatório de Actividades da Secção de Pré-História Anos Associativos 2012 e 2013 Mariana Diniz, César Neves, Andrea Martins
- 235 Secção de História da AAP Relatório de Actividades do Ano 2012. Plano de Actividades para o Ano 2013 João Marques, Teresa Marques, Carlos Boavida
- 237 Secção de História da AAP Relatório de Actividades do Ano 2013. Plano de Actividades para o Ano 2014
  João Marques, Teresa Marques, Carlos Boavida
- 241 Museu Arqueológico do Carmo / Associação dos Arqueólogos Portugueses. Actividades Coordenadas pela Área da Conservação em 2012 Célia Nunes Pereira
- 247 Museu Arqueológico do Carmo / Associação dos Arqueólogos Portugueses. Relatório das Actividades Desenvolvidas pela Área da Conservação em 2013 Célia Nunes Pereira

### **EDITORIAL**

José Morais Arnaud Presidente da Direcção

No âmbito do processo de renovação da Associação dos Arqueólogos Portugueses, por ocasião das Comemorações dos seus 150 anos, a Direcção decidiu renovar também o grafismo da revista Arqueologia & História, da autoria do designer Paulo Freitas (Flatland Design), numa linguagem estética mais contemporânea, esperando que seja do vosso agrado.

Na primeira parte deste volume duplo, correspondente aos anos de 2012 e 2013, publicam-se os textos referentes às intervenções que tiveram lugar na Sessão de Abertura do 1º Congresso da Associação dos Arqueólogos Portugueses, no dia 21 de Novembro de 2013, na Biblioteca Nacional de Portugal, durante a qual foi entregue a esta Associação pela Ex.ª Senhora Dr.ª Isabel Cordeiro, então Directora-Geral do Património Cultural, em representação de Sua Excelência o Secretário de Estado da Cultura, Dr. Jorge Barreto Xavier, a Medalha de Mérito Cultural, que aqui também se reproduz. Esses textos, da autoria de reputados investigadores, analisam em pormenor as várias fases da História desta Associação, ao longo do seu primeiro século de existência (1863-1963), dando assim uma importante contribuição para o conhecimento da mais antiga associação dedicada ao estudo, salvaguarda e divulgação do património cultural do país.¹

Na segunda parte apresentam-se os textos das comunicações apresentadas ao Colóquio Património Arqueológico: da investigação à apresentação pública , organizado pela Secção de História, no dia 28 de Setembro de 2013, o qual se reveste do maior interesse e actualidade, em especial numa altura em que se verificaram mudanças muito significativas na tutela dos monumentos arqueológicos.

Na parte final, publicam-se os relatórios da intensa actividade desenvolvida pela Direcção e pelas Secções, ao longo de todo o ano de 2013, no âmbito das Comemorações dos 150 anos da Associação dos Arqueólogos Portugueses, as quais mostraram bem o prestígio, a pujança e a organização desta Associação e a sua capacidade de mobilização da comunidade arqueológica, face aos desafios do futuro. Para todos os nossos consócios, colaboradores e patrocinadores, que muito contribuíram para o sucesso das Comemorações, o nosso agradecimento muito especial.

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup>As cerca de 150 comunicações apresentadas às outras sessões foram publicadas em *Arqueologia em Portugal – 150 anos* (coord. J. M. Arnaud, Andrea Martins e César Neves), AAP, Lisboa 2013, distribuída no final do Congresso a todos os participantes, juntamente com a obra *Memória e Intervenção – 150 anos da Associação dos Arqueólogos Portugueses* (coord. J. M. Arnaud), AAP, Lisboa 2013, que acompanhou a exposição do mesmo nome, patente no Biblioteca Nacional de Portugal de 21 de Novembro de 2013 a 31 de Janeiro de 2014.



Sessão de Abertura do I Congresso de Arqueologia da AAP, vendo-se, da esquerda para a direita, a Dr. Isabel Cordeiro, Directora-Geral do Património Cultural, Dr. Fernando Nogueira, da Fundação Milennium-BCP, Dr. António Vermelho do Corral, Presidente da Assembleia Geral da AAP, Dr.ª Catarina Vaz Pinto, Vereadora da Cultura da Câmara Municipal de Lisboa, e Dr.ª Inês Cordeiro, Directora da Biblioteca Nacional de Portugal. Foto: J. M. Arnaud.

# I CONGRESSO DA AAP – ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEÓLOGOS PORTUGUESES

SESSÃO DE ABERTURA

## **NOTA DE ABERTURA**

António Vermelho do Corral Presidente da Mesa da Assembleia Geral da AAP

Completam-se a 22 de Novembro 150 anos sobre a criação e fundação da Associação dos Architectos Civis Portugueses, que rapidamente entendeu chamar a si uma outra classe profissional, transformando-se na Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes, facto que nos transporta ao ano de 1863 e que pretendemos comemorar com justeza de princípios e reverência devida ao seu fundador loaquim Possidónio Narciso da Silva (1806-1896), cujo saber e acção se manifestaram como arquitecto, arqueólogo e fotógrafo, e, por extensão, aos demais sete consócios que se lhe juntaram para suprirem uma necessidade que sentiram existir em Portugal. Sem olvido para os seus antecessores como André de Resende e Frei Manuel do Cenáculo e seus continuadores que de tantos e tão meritosos me escuso a citá-los receando cometer o erro de involuntário lapso.

Em 1909 os arquitectos abandonam a associação fundando uma instituição autónoma e a associação passou a denominar-se *Real Associação dos Arqueólogos Portugueses*. Após a implantação da República, em 1911 deixou cair o termo Real, passando a denominar-se apenas *Associação dos Arqueólogos Portugueses*, (AAP), terminologia que manteve até ao presente.

Tinha, Possidónio da Silva, como finalidade, despertar interesse e chamar a atenção para a conveniência da preservação e conservação do património arquitectónico português.

Vamos, pois, dedicar estes dias a um Congresso comemorativo da fundação da Associação dos Arqueólogos Portugueses que durante século e meio constituiu um marco indelével na defesa e afirmação da Arqueologia em Portugal.

Para a sua concretização intervém um grupo de impulsionadores e agrega um conjunto de investigadores notáveis que nos honram com a sua presença, proporcionando-nos um tempo de enorme prazer intelectual e aprendizagem no vasto campo e diversas vertentes por que a Arqueologia actualmente se reparte.

Por este século e meio perpassa uma memória que é, simultaneamente, um convite à recordação e um desafio para uma reflexão permanente, uma reconstrução activa e o reconhecimento firmado, a estabelecer um elo de ligação entre as comunidades ágrafas e a contemporaneidade. Não vai longe o tempo em que se distinguia o homem primitivo do homem civilizado, caracterizados com capacidades distintas e diferenciadas. O prelogismo da mentalidade primitiva defendido por Lévi-Bruhl (1857-1939), que mais tarde, humildemente reconheceu o seu erro, contrapunha-se às pesquisas *in loco* levadas a efeito por Marcel Griaule (1898-1956), primeiro na Etiópia e depois entre os Dogon do Mali em

África, a qual, despojada de etnocentrismos, chegou à conclusão de que o mecanismo mental dos "primitivos", dos povos sem escrita, não é distinto do homem ocidental. A diversidade de comportamentos não é explicável pela existência de mentalidades diferentes, antes por diferenças de cultura. A mente humana é criadora e inovadora perante as necessidades de sobrevivência, os condicionalismos da natureza e as exigências da vida em comum. O recolector, o caçador, o cultivador recorrem a técnicas compatíveis com os seus conhecimentos, práticas e necessidades, com mentalidades e crenças peculiares, com ritos elaborados segundo as suas concepções do mundo e da vida. Desde o espeto primitivo às altas tecnologias do mundo moderno apenas ocorreram sucessões de conhecimentos que se foram acumulando e transferindo de geração em geração. A relação causa-efeito também era apanágio do "homem primitivo", que passou a integrar uma nova nomenclatura, a de "comunidades de tecnologia simples" em contraste com a complexidade da vida social urbana, altamente especializada. Cada época e cada cultura gozam e partilham as tecnologias de que necessitam.

O arqueólogo, no dizer de Clyde Kluckhohn (1905-?), é verdadeiramente um antropólogo, pois, em cada utensílio de pedra, por exemplo, procura a representação de um problema humano, que algum indivíduo, condicionado pela cultura do seu grupo, resolveu. Ou seja, os materiais arqueológicos podem fornecer-nos muitas revelações acerca do ajustamento ambiental, da economia, da tecnologia, da subsistência, da indumentária, da organização social e, necessariamente, dos ritos que estejam subjacentes à sua vivência quotidiana. Para tanto, a intervenção de processos multidisciplinares recorrentes e concorrentes com outros ramos do saber que vão desde a Geologia e Biologia aos diferentes ramos da Antropologia, enquanto ciência que tem por objecto o Homem e as suas obras, ou, de uma forma mais simples mas não menos complexa, o estudo da sua cultura no tempo e no espaço. Enquanto a Arqueologia parte do objecto em busca do pensamento, a Antropologia assenta na existência de uma cultura que por imitação, enculturação, difusão, empréstimo ou aculturação se transmite e propaga. Uma e outra ciências, Arqueologia e Antropologia, se conjugam na busca do pensamento humano, embora respeitando períodos diferenciados da História e usando metodologias próprias. Em todos os tempos o Homem se dedicou à prática de ritos que, em regra, vão do nascimento à morte. E tanto se aplicam ao Homem como às instituições por si fundadas. E todos nós estamos aqui reunidos porque ligados a uma instituição e através de um rito comemorativo, desdobrado em rituais que se foram sucedendo ao longo do corrente ano, pretendemos manter a sua essência, ou seja, o interesse e a necessidade que se pretendem satisfazer com a instituição; definir uma estrutura, constituída por um aparelhamento formado pelo conjunto dos associados que reúnem numa sede, no caso em apreço nas ruínas do Convento do Carmo; e visando um objecto, isto é, os fins que a AAP define no arto. 20. dos seus Estatutos, onde consta: "Os fins da Associação dos Arqueólogos Portugueses são promover em Portugal o desenvolvimento da investigação no âmbito da Arqueologia e da História, agrupando e incentivando as pessoas que a realizam, estabelecendo relações com as sociedades congéneres estrangeiras, mantendo um museu acessível ao público e cooperando com as entidades oficiais ou particulares que tenham a seu cargo a defesa, salvaguarda e valorização do património arqueológico e histórico".

A estes propósitos convém acrescentar os que constam dos objectivos deste I Congresso de Arqueologia da AAP e que identifico: "a divulgação, discussão e debate científicos dos estudos e intervenções arqueológicos realizados no território actualmente português; e a partilha de contributos que resultem de trabalhos inéditos que constituam sínteses ou reflexões científicas desde a Pré-História à Contemporaneidade", com vista a uma desapaixonada reflexão sobre o futuro da Arqueologia em Portugal.

Quanto maior for a intervenção e a dádiva de cada investigador e ou docente no âmbito da temática sobre a Arqueologia maiores e mais relevantes serão os resultados obtidos. E para que a participação, intervenção e contribuição sejam mais amplas e propiciadoras a AAP alterou recentemente o seu Regulamento Interno admitindo a existência de nova categoria de sócios: os estudantes, tanto portugueses como estrangeiros, que estejam matriculados em qualquer instituição de Ensino Superior, em cursos de Arqueologia ou áreas afins, no âmbito de Licenciatura ou Mestrado (Artos. 20., § 1, alínea d); e 60.).

Oxalá outros ritos se projectem na Memória dos Tempos com intervenções de mais-valia para engrandecimento da cultura e afirmação e reforço da identidade institucional da AAP.

A importância e valorização deste Congresso releva, além do mais, de gozar do Alto Patrocínio de Sua Excelência o Presidente da República, de integrar uma Comissão de Honra constituída por personalidades públicas de grande prestígio e elevada craveira intelectual, uma Comissão Científica de enorme reputação e incontestável mérito, uma Comissão Executiva a todos os títulos exemplar e

que se não tem poupado a esforços para o êxito pleno do Congresso, e um Secretariado eficaz e eficiente. De salientar também que a Direcção, personalizada em José Morais Arnaud, há quase uma vintena de anos, e seus colaboradores, sem desprimor para os dirigentes anteriores, tem sido assaz diligente na preservação, salvaguarda, valorização e protecção do património sob sua responsabilidade, não se poupando a esforços para ultrapassar as consideráveis dificuldades com que se vem defrontando.

Saúdo, muito afectuosamente, todos os participantes e agradeço-lhes, penhorado, a importante colaboração e redobrado estímulo que nos trazem. Sem dúvida que sairemos daqui muito mais enriquecidos a bem da afirmação, da defesa, da salvaguarda e da divulgação da Arqueologia. Este Congresso há-de ficar indelevelmente gravado a letras de ouro nos anais da História da Associação dos Arqueólogos Portugueses em particular e na História da Arqueologia para todo o sempre.

Bem hajam, todos.



Dr. António Vermelho do Corral, Presidente da Assembleia Geral da AAP, mostrando a Medalha de Mérito Cultural, durante a Sessão de Abertura do I Congresso de Arqueologia da AAP. Foto: |. M. Arnaud.

NOTA DE ABERTURA



# República Portuguesa

Presidência do Conselho de Ministros Gabinete do Secretário de Estado da Cultura

O Secretário de Estado da Cultura,
ao abrigo do Decreto-Lei N.º 123/84, de 13 de Abril,
atribui a Medalha de Mérito Cultural a

Associação dos Arqueólogos Portugueses

O Secretário de Estado da Cultura

2081 Lawto Xavier

21 de Novembro 2013

#### Principais atos praticados que fundamentam a distinção

#### ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEÓLOGOS PORTUGUESES

A Associação dos Arqueólogos Portugueses foi fundada em 22 de Novembro de 1863 por Joaquim Possidónio Narciso da Silva, com o nome de Associação dos Architectos Civis Portugueses.

É actualmente a mais antiga associação de defesa do património em Portugal, tutelando o Museu Arqueológico do Carmo, que foi também o primeiro museu de Arte e Arqueologia do País.

Por decreto de 29 de Janeiro de 1864, a Associação viria a ser instalada nas ruínas da Igreja do antigo Convento do Carmo, onde Possidónio da Silva projectou o *Museu Archeologico do Carmo* ou *Museu de Archeologia de Lisboa*, primeiro museu dedicado ao devir histórico de Portugal e aos processos evolutivos da humanidade através de peças ilustrativas.

Com o projecto do *Museu Archeologico* vieram a ser admitidos sócios de outras áreas de atividade, que não exerciam a profissão de arquiteto, mas que se interessavam pelo estudo do património arquitetónico e arqueológico. A partir de 1872, a Associação passou a ser designada de *Real Associação dos Architetctos Civis e Archeólogos Portugueses*, após a imposição do título régio que lhe foi conferido por D. Luís I.

Finalmente, em 1911, a Associação adoptaria a sua actual designação - Associação dos Arqueólogos Portugueses -, e por Portaria de 22 de Fevereiro de 1918, foi reconhecida como instituição de Utilidade Pública.

Ao longo da sua história, a Associação dos Arqueólogos Portugueses foi o ponto de encontro dos mais ilustres arqueólogos do País: ao fundador Joaquim Possidónio da Silva sucedeu como presidente, em 1896, o Conde de São Januário, Par do Reino. Carlos Ribeiro, Estácio da Veiga, Martins Sarmento, Gabriel Pereira, Leite de Vasconcelos, Alexandre Herculano ou Júlio de Castilho são nomes que marcaram o primeiro meio século de vida da Associação, que gozou de imenso prestígio entre o final da Monarquia Constitucional e o Estado Novo.

Na década de sessenta, sob a presidência de D. Fernando de Almeida, assistiu-se a uma revitalização da vida associativa, abrindo-se as suas portas às novas gerações de arqueólogos e celebrando-se uma série de *Jornadas Arqueológicas*, linha de atuação mantida pelo seu sucessor, Eduardo da Cunha Serrão.

Nas duas últimas décadas, sob a direcção atual, a Associação dos Arqueólogos Portugueses promoveu uma reformulação do espaço museológico criando o novo Museu Arqueológico do Carmo, o qual integra a Rede Portuguesa de Museus e assume um papel de destaque no panorama museológico da Cidade de Lisboa. A reformulação e as obras no Museu foram acompanhadas por um novo impulso dado à actividade associativa, com um ritmo constante de palestras, encontros, debates e congressos sobre os mais variados temas da investigação actual, a edução regular da revista *Arqueologia e História* e a promoção de ações de divulgação da Arqueologia junto do grande público.

NOTA DE ABERTURA

Desde 1864 que a Associação dos Arqueólogos Portugueses assume um papel de destaque junto da sociedade civil e das entidades oficiais em relação à necessidade de salvaguardar, preservar e valorizar o património arqueológico e arquitectónico português.

As comemorações dos 150 anos da Associação dos Arqueólogos Portugueses contam com o Alto Patrocínio de Sua Excelência o Presidente da República, com uma Comissão de Honra na qual se dignaram participar personalidades públicas do maior prestígio, bem como com uma Comissão Científica que integra professores de Arqueologia das principais universidades portuguesas e alguns dos mais prestigiados arqueólogos portugueses.

Assim, em reconhecimento e louvor do inestimável trabalho de fomento, estudo e divulgação da arqueologia e do património arqueológico em Portugal, e por ocasião da celebração dos seus cento e cinquenta anos de existência, entende o Governo Português prestar pública homenagem à ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEÓLOGOS PORTUGUESES, concedendo-lhe a MEDALHA DE MÉRITO CULTURAL.



## ENTRE A METAMORFOSE E A ADAPTAÇÃO

## DE ASSOCIAÇÃO DOS ARQUITECTOS CIVIS PORTUGUESES A REAL ASSOCIAÇÃO DOS ARQUITECTOS CIVIS E ARQUEÓLOGOS PORTUGUESES (1863-1896)

#### Ana Cristina Martins

Colaboradora do Instituto de Investigação Científica Tropical e Investigadora Integrada do Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa / ana.c.martins@zonmail.pt

**Resumo**: Em 1863, um grupo de arquitectos liderado por J. Possidónio N. da Silva (1806-1896) fundou, em Lisboa, a Associação dos Arquitectos Civis Portugueses, com o objectivo primeiro de afirmar a arquitectura no país, divulgando, em simultâneo, conhecimentos históricos, artísticos e técnicos que habilitassem quantos se dedicassem, entre nós, ao seu exercício, mormente ao restauro monumental. Por isso, fundaram um boletim editado periodicamente; promoveram palestras; organizaram cursos temáticos de frequência livre; criaram o Museu Arqueológico do Carmo, resgatador de trechos arquitectónicos e de peças artísticas individualizadas deixadas à sua sorte um pouco por todo o território nacional. A experiência colhida, entretanto, pelo seu principal impulsionador e director, Possidónio da Silva, junto de diferentes redes de produção, circulação e recepção de conhecimento, adicionaram-lhe os estudos arqueológicos no início dos anos 70, transformando-o num epicentro de actividades neste domínio, ao mesmo tempo que um dos propugnadores e defensores centrais dos estudos arqueológicos no país, com as figuras principais que entre nós se votavam à investigação dos passados mais remotos dos termos das suas residências.

**Palavras-chave**: Possidónio da Silva, Associação dos Arquitectos Civis Portugueses, Real Associação dos Arquitectos Civis e Arqueólogos Portugueses, Museu Arqueológico do Carmo, Arqueologia em Portugal, Portugal Oitocentista.

**Abstract**: In 1863, a group of architects led by J. Possidónio N. da Silva (1806-1896) founded in Lisbon, the Associação dos Arquitectos Civis Portugueses (Portuguese Association of Civil Architects), with the primary objective of affirming architecture in the country, spreading simultaneously historical, artistic and technical knowledge wich might qualify those encouraged among us to its exercise, especially the monumental restoration. Therefore, founded a newsletter published periodically; promoted lectures, organized thematic courses free rate; created the Museu Arqueológico do Carmo (Carmo Archaeological Museum), rescuer of architectural stretches and individualized artistic pieces left to fend for themselves all over the country. The experience, however, obtained by its director, Possidónio da Silva, within several networks of production, circulation and reception of knowledge, added to it the archaeological studies in the early '70s, making it an epicenter of activity in this domain, while one of the central defenders and proponents of archaeological studies in the country, gathering the main figures who among us devoted to investigate the most remote past of their own regions. **Keywords**: Possidónio da Silva, Associação dos Arquitectos Civis Portugueses (Portuguese Association of Civil Architects), Real Associação dos Arquitectos Civis e Arqueólogos Portugueses (Portuguese Royal Association of Civil Architects and Archaeologists), Museu Arqueológico do Carmo (Carmo Archaeological Museum), Archaeology in Portugal, 19th century Portugal.

"Cada coisa a seu tempo tem seu tempo. Não florescem no inverno os arvoredos, Nem pela primavera Têm branco frio nos campos."

(Pessoa, 2010: 107)

## 1. ARQUITECTURA, A PRIMEIRA PROTAGONISTA

A 22 de Novembro de 1863, tomou-se uma decisão singular em Portugal. Pela primeira vez, um grupo de professores de arquitectura da Academia Real das Belas-Artes de Lisboa e da Repartição ministerial de Obras Públicas<sup>1</sup>, liderado por Joaquim Possidónio Narciso da Silva (1806-1896), criava a Associação dos Arquitectos Civis Portugueses (AACP), constituída por alvará de 1864.

Objectivo? Pugnar pelo reconhecimento do exercício arquitectónico num país onde ainda imperava a engenharia, sobretudo a militar. Não que esta fosse dispensável. Pelo contrário, o saber cumulado ao longo de séculos quanto a edificações militares era amplamente reconhecido. Os problemas colocavam-se, isso sim, quando assumia adaptações de espaços a novos paradigmas Oitocentistas.

Despojados de conhecimentos estéticos fundamentais a intervenções congéneres, a generalidade dos engenheiros militares portugueses aplicava a sua muita experiência sem atender, contudo, às particularidades compósitas e decorativas de produções pensadas, talhadas e fruídas num determinado tempo e espaço. Contextos que urgia respeitar, sob pena de se perder o sentido subjacente às fábricas primevas, (con)fundindo estilos e, por conseguinte, épocas e respectivos movimentos artísticos assentes em mundividências específicas, sem os quais se tornariam atemporais, transformando-se em não-lugares. Atentos ao muito feito nesta matéria além-fronteiras, alguns destes engenheiros admitiam a

relevância de obter conhecimentos concretos em História da Arte, em geral, e da Arquitectura, em particular, que os habilitasse a intervir em construções de tempos idos. Até porque os exemplos começavam a avultar, força da agenda liberal, ao impor-se reutilizações de edifícios antigos para novas premências de uma sociedade pretendida neo--iluminista. Se a maior porção capturava esta urgência ao mergulhar em leituras geradas, neste domínio, nas principais capitais europeias, outra houve que a contactou de forma directa. Nomeadamente, nos longos anos de exílio forçado pelas lutas fratricidas no nosso território, mas também por ocasião de busca de novos repertórios académicos, mais consentâneos a aspirações individuais orfanadas num Portugal demasiado atávico para acolher novos olhares sobre o mundo e o seu passado. As vozes principiaram, então, a ecoar, caindo, porém, no desapego institucional obstinado em não compreender a relevância do assunto, sem cotejá-lo a modelos coetâneos transfronteiriços. Axiomas, ademais, teorizados por quem já detinha um longo histórico na conservação e restauro monumental, alicerçando práticas transversais a boa parte de uma Europa em remodelação político-económico-social sustida em novo corpo cultural e mental. Neste, a arquitectura ocupava sobeja centralidade, ao buscar elementos primevos por entre reedificações, reapropriações e sonegações, reinventando gramáticas transactas e moldando-as a revivalismos essenciais a identidades ocidentais padronizadas pela via-férrea e pelo código napoleónico.

Frequentando salões, museus, academias e lugares de trânsito, enquanto absorvia bibliografia diversificada e clamante de modernidade, a nossa intelectualidade viajante registava o quanto se elaborava em termos arquitectónicos. Mormente em França. Concretamente, em Paris. A cidade das luzes oferecia autênticos compêndios visuais da arte de bem construir, ao mesmo tempo que derramava o seu saber ecléctico sobre gentes magnetizadas pelo progresso consumado pela vontade humana. Deambulando pelas artérias principais da capital francesa, apercebiam-se das mutações edificado-

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> João Pires da Fonte, José da Costa Sequeira (1800-1872), Feliciano de Sousa Correia (1793-1876), Manuel José de Oliveira Cruz, Paulo José Ferreira da Costa, Veríssimo José da Costa e Valentim José Correia (1822-1900).

ras para gáudio de agendas dominantes e deleite de transeuntes que nelas viam o facho do futuro a iluminar-lhes existências (agora) mais dependentes da ciência e da tecnologia. Renovação nem sempre aceite de modo acrítico, pacífico e consensual, antes suscitando alarmes e alardes, em nome da preservação da antiguidade identificadora de um presumido ser, estar e fazer alheio a demais recantos, neles imaginando e revendo páginas de uma história confortável, porquanto única, admirável e própria dos seus anais mais (entre)sonhados.

Derrubando bairros medievais, quantas vezes levantados sobre escombros clássicos, a contemporaneidade soerguia-se arrogantemente, enclausurando imagéticas plenas de simbolismo gritante na pedra afeicoada por mãos tementes a Deus, porém trementes de fantasia libertária. Restaurando estilisticamente, os arquitectos franceses fizeram escola na Europa, destituindo edifícios antigos de apontamentos subsequentes à sua fábrica primordial, de modo a reflorescer a traça primitiva, sem atender a vivências espelhadas em acrescentos decorrentes de novos padrões, estilos, vontades e ambições. Tudo, em contraponto a uma Inglaterra onde a fidalguia rural se opunha ao esventrar paisagístico e social de locomotivas e indústrias, reclamando a manutenção de estares e fazeres pretéritos para satisfazer um equilíbrio que ditavam e preservavam, sob pena de perder, para sempre, a centralidade fruída desde tempos imorredouros. Mas, a avidez racionalista parisiense acrescentou algo de profundamente inovador e essencial a um exercício pretendido (quase) científico. Com efeito, a necessidade de depurar estruturas passadas selecionadas, em determinados contextos, como ícones nacionais, exigiu um conhecimento detalhado dos sucessivos movimentos artísticos. Assim se elencaram, com exaustividade, estilos arquitectónicos, gramáticas decorativas e signos, de modo a devolver-lhes o que acreditavam ser a unidade de estilo consentânea a um espaço e a um tempo próprios, sem adulterações ulteriores. Escrutinaram-se arquivos, escavaram-se imediações, imprimiram-se manuais, palestrou-se e teorizou-se, definindo critérios precisos de restauro. Enquanto isso, a Inglaterra pugnava pela ruina enquanto símbolo maior da finitude relembrável a cada ser humano deslumbrado com protagonismos e vanglórias efémeras, até que o secular saber italiano equilibraria forças, descerrando novo caminho feito de compromissos científicos.

Regressados a Portugal, exilados e académicos enfrentaram uma resistência endémica a procedimentos modernos, mesmo que o devir do país impusesse um progresso celerado, sem o qual não cingiria, em pleno, a contemporaneidade exigível no tabuleiro político-económico europeu. Animados com saberes acrescentados em cidades longínquas das serras portuguesas, levantaram brados a favor dos monumentos, enquanto testemunhos de páginas a ressalvar para reencontros identitários.

J. Possidónio N. da Silva foi um deles. Mormente, quanto à necessidade de transmitir conhecimentos fundamentais a restauros de edifícios antigos para evitar destruições e anacronismos incompreensíveis num tempo em que fervilhavam práticas abraçadas pela Commission des Monuments Historiques (1837), verdadeiro protótipo de actuação interdisciplinar neste domínio. Os protestos, contudo, não transpuseram as páginas de jornais lidos por um escol incapaz de sensibilizar agentes políticos para um assunto ditado (ainda) por engenheiros, maioritariamente militares. Urgindo ultrapassar este impasse inglorioso para o país; descontentes com a falta de reconhecimento do exercício arquitectónico entre nós; sabedores de rotinas estrangeiras implementáveis neste quadro; detendo o saber essencial à execução de actividades tendentes a ultrapassar este indesejável status quo; inserindo-se em redes pessoais basilares à implementação de projectos na área, alguns inconformados reuniram-se, decidindo fundar a AACP.

Foi uma autêntica inovação, ao mesmo tempo que um acto de coragem. Inovador e corajoso, mas não percursor e único. Havia, na verdade, uma série de eventos precedentes a justificá-lo. A começar pelo conhecimento, mesmo que parcelar, de P. da Silva acerca dos monumentos portugueses, reunido desde, pelo menos, os anos 40, como revelou

em desenho de objecto romano por identificar. Iniciativa prosseguida no final do decénio seguinte, ao percorrer o território em demanda de estruturas particularizadoras da nossa História, fazendo-se, para tal, acompanhar de equipamento fotográfico, numa atitude singular no tocante ao estudo monumental. Conseguiu-o, graças ao apoio do Ministério do Reino, onde detinha forte ascendente, pela sua condição de fidalgo e de arquitecto da Casa Real. Um labor pioneiro, bebido, certamente, nos múltiplos exemplos franceses que interiorizara, traduzido em publicação, de grande formato, onde associou imagem a uma breve memória descritiva do observado. Diligência bem aceite nos círculos mais conservadores da monarquia constitucionalista. Não colheu, porém, o desejado efeito imediato, ou seja, a institucionalização da salvaguarda monumental no país, à semelhança do registado nas mais esclarecidas capitais europeias. Razões? Múltiplas; embora a (aparente) prescindibilidade do passado, para justificar o presente, não fosse de somenos, mesmo que o número de defensores das novas práticas dilatasse e se multiplicassem os libelos que lhe eram favoráveis. Especialmente, em quadrantes municipais do interior, mais propensos a realçar as suas ancestralidades. Mas, os projectos regionais tinham de ser bem escorados para contraditar o ocorrido com a Sociedade Arqueológica Lusitana (SAL) (1849), sucumbida por desinteresse político local, populações pouco ou nada elucidadas na matéria, reduzido número de membros, excessiva distância do epicentro decisório nacional, prematuro eclipse mecenático e demasiada restrição geográfica e temática do projecto.

Entretanto, gizara-se, na capital portuguesa, uma sociedade promotora da preservação monumental, a estabelecer no convento do Carmo e não nas ruínas da igreja do Carmo, onde a AACP se instalaria em breve, transmudando-as na sua sede para as resgatar e rememorar momentos salientes do pretérito português, ao conceder-lhes novo valor de uso.

Conquanto diminuto, havia, por conseguinte, um histórico suficiente para tornar avisados os mentores do projecto de salvaguarda patrimonial mais duradouro do nosso país, cuja pertinência e eficácia têm justificado a sua sobrevivência, atravessando, (quase) incólume, algumas das maiores turbulências políticas, económicas e sociais que o país vivenciou. Estoicidade decorrente da vontade inabalável dos seus dirigentes, cimentada pela coesão interna, em nome do futuro composto de um presente fundeado no passado. Continuidade incomparável, quando confrontada a demais organismos, incluindo estatais, obtida com a solidez do plano inicial, adaptado, com sabedoria, aos diferentes contextos internos e às exigências epistémicas das disciplinas que cingia. Foi o que sucedeu, pouco depois, com a arqueologia, ao mesmo tempo que aprofundava os propósitos preambulares e engrandecia o espaço museológico transfigurado, rapidamente, em academia informal de divulgação de conhecimentos.

#### 2. MUSEU ARQUEOLÓGICO DO CARMO, DE REFÚGIO DE MEMÓRIAS A ESPAÇO DE CIÊNCIA

Oficializando-se, a AACP iniciou um programa de divulgação de noções de construção e de arquitectura civil junto de profissionais relacionados, directa e indirectamente, com a edificação, em geral, e o restauro monumental, em particular. Plano esse que foi vertido em cursos livres, colecção de amostras pétreas, maquetas representativas de estilos arquitectónicos e no seu *Arquivo de Arquitectura Civil* (AAC) (1865-1867).

Mimetizando testemunhos congéneres emergidos numa Europa varrida pelo ímpeto napoleónico, anseios constitucionais e voracidades industriais, o Museu Arqueológico do Carmo (MAC) surgiu no ano seguinte (1864) para recuperar património degradado pelas tropas francesas e inglesas e ameaçado com a extinção das Ordens Religiosas (1834), incúria, desinteresse e desconhecimento relativo aos seus valores intrínsecos. A começar por Lisboa, tal como se procedera em Paris e noutras cidades francesas com maior repositório cultural, apetites protagonistas, proximidade inglesa e ascendentes teóricos normandos, congregando, no seu seio,

remanescências de episódios marcantes (independentemente do critério) da história lisboeta e, (quase) por inerência, portuguesa. Foi, assim, que a AACP decidiu recuperar vestígios desprotegidos de glórias pretéritas, iniciando um museu de antiguidades pertencentes á architectura. Designação, por demais, expressiva das (ainda) prevalecentes abordagens estéticas positivistas. Designadamente, quanto às "antiguidades" reportáveis, em exclusivo, a memórias edificadas e a momentos pós-clássicos.

Decorridos, todavia, escassos dois anos, esta tendência alterou-se, provavelmente pela evolução dos estudos arqueológicos portugueses e ampliação do próprio conceito de "antiguidade".

Apoiando-se em exemplos estrangeiros, a AACP apreendeu a importância da investigação arqueológica para melhor entender o passado do território, concorrendo para legitimar a geografia política portuguesa e argumentar fronteiras há muito esboçadas no mapa europeu. Daí, que os sócios se empenhassem para que o país concedesse igual relevância aos objectos artísticos. Ao (parecer) permutar o intento de fundar um museu de antiguidades de arquitectura por um museu arqueológico, a AACP demonstrava actualização científica, sobretudo no referente aos estudos arqueológicos adensados pelo (re) conhecimento científico da Pré-história, em pleno annus mirabilis (1859) contemporâneo do pensamento darwiniano. Não se ignoravam, ademais, importantes descobertas e discussões assinaladas nos principais meios científicos da época, soáveis em eventos de impacte internacional, como na primeira Exposição Universal (Londres, 1851). Certame modelar visitado, atentamente, por notabilidades da envergadura do futuro D. Pedro V (1837-1861), enquanto novo palco de rivalidades nacionais, transpostas, agora, para cenários liderados por outros protagonistas, até que a Guerra da Crimeia (1853--1856) reavivaria conflitos e procederes seculares. Enquanto isso, Portugal submergia em prioridades extra-culturais, embora se reconhecesse a carência restauradora de monumentos históricos e artísticos, numa era parlamentar que exigia actuação régia na unidade interna.

Fundando um museu arqueológico para promover o desenvolvimento do esplendor da arte, a AACP assumia, mesmo que inconscientemente, a arqueologia como auxiliar de um estudo mais amplo, cultivado, preferencialmente, por arquitectos, engenheiros e estetas. Entretanto, alargava o campo geográfico de actuação, para lá das malhas lisboetas, em busca de trechos arquitectónicos e do que se encontrasse à sua própria sorte, socorrendo-se, para tal, de uma rede de sócios-correspondentes e outros colaboradores que foi tecendo sabiamente. Soube, assim, consolidar um projecto congregador de entidades públicas e privadas, individuais e colectivas que a apoiaram de modo incessante, ao mesmo tempo que fazia valer os seus capitais sociais e políticos para substanciar compromissos. Mormente, quando, de um modo geral, o país estava impreparado para entender, aceitar e auxiliar uma iniciativa congénere. Urgia, pois, sensibilizar decisores neste âmbito, realçando a valência económica de monumentos e museus, face ao crescente movimento turístico da segunda metade de oitocentos. Por isso, também, a estratégia contemplou, desde o começo, a captação de nomes salientes da sociedade portuguesa, assim como de estrangeiros-referência nas suas áreas de actuação, enfileirando representantes de grandes Casas, com o beneplácito real. Evitava-se, assim, desmoronar o propósito que a animara de início.

Por conseguinte, o museu surgia num clima exigente e renovador, traduzido na *Questão Coimbrã* (= *Bom Senso e Bom Gosto*), no Partido Reformista e na Exposição Internacional do Porto (1865). Foi, então, que a AACP procedeu à sua primeira reforma, decorridos três anos de labor, actualizando a biblioteca, incentivando os estudos históricos e aumentando o MAC, assumido como arqueológico, embora (ainda) baseado no classicismo. Ao invés, porém, da maioria das colecções privadas pré-iluministas, este tipo de museus introduzia, lentamente, arquétipos enciclopedistas essenciais ao ideário liberal, principalmente quando os meios costumados de propaganda de poder se desgastavam em demasia. Por isso, também, estes novos espaços da contemporaneida-

de ocidental permitiam incrementar a nova mundividência, (re)instruindo as jovens gerações, de modo a perpetuar o poder instituído.

Laicizando e resgatando a igreja do convento do Carmo, cedida pelo Estado para nela se instalar e mover actividades conectadas ao seu propósito geral, a AACP obtinha uma centralidade lisboeta revestida de profundíssima carga histórico-simbólica, perpetuando um lugar de trânsito do Chiado. Adaptando o seu interior a função museológica, a AACP recuperava, mesmo que inscientemente, metáforas e rituais religiosos. Mas, havia que adequá-lo ao novo valor, esboçando-se uma estrutura férrea e vítrea de maior polivalência utilitária que nunca se levantou, mau grado os sucessivos esforços envidados nesse sentido. Enfrentando a impossibilidade de converter, com dignidade, as ruínas à sua mais recente multifuncionalidade, a AACP apelou ao altruísmo dos seus sócios, colaboradores e simpatizantes para encerrar as capelas absidais, de modo a garantir a quotidianidade das suas acções. Foi, então, possível reunir periodicamente, discutindo assuntos de diversidade patrimonial, descerrar a biblioteca especializada aos consócios, organizar palestras e cursos livres sobre temário arquitectónico e evocações do passado, resquardar e dispor o seu ecléctico acervo num museu, inicialmente de salvados. Missão que nunca deixou, por completo, os seus horizontes, funcionando, sempre, como refúgio de património desapreciado, a exemplo dos brasões, por ocasião do decreto finissecular tributando quem os ostentasse.

Entretanto, o cumular de materiais de díspares categorias e tipologias, por um lado, e as exigências museográficas bebidas além-fronteiras por destacados membros da AACP, por outro, instaram ao reagrupamento cronológico, cultural e geográfico das suas peças, à publicação de catálogo (1876, 1891), contratação de guarda, abertura de livro de visitas e definição de horário público. Garantia-se, deste modo, a sua inserção em guias oficiosos de intelectuais, cientistas e simples curiosos, ávidos de conhecimentos e novidades. Interesse acrescido pelo avultar de representações culturais, tão aparta-

das, quanto procuradas, como cópias ofertadas de baixos-relevos de templos egípcios. Ainda assim, os condicionalismos físicos das preexistências estruturais impediram uma exposição dos objectos da forma como, certamente, aspiravam os seus principais mentores, acabando por se confundir com um ultrapassado gabinete de curiosidades reprovado coetaneamente. Uma atmosfera que o distinguiria entre demais espaços museológicos portugueses, possibilitando-lhe assumir-se como museu de uma determinada Europa fin de siècle. Fosse pelo romantismo tardio sobrevindo nas artérias centrais de Lisboa, curiosidade pelos seus conteúdos ou, ainda, inexistência de um museu similar, até à abertura do Museu de Belas-Artes e Arqueologia (MBAA) (1884), o MAC foi procurado por lisboetas e não lisboetas, por ambos os géneros, várias faixas etárias, diferentes estratos sociais e proveniências geográficas, além de avultarem estrangeiros e aumentarem as visitas escolares, evidenciando quanto complementava ensinamentos adquiridos em contexto de aula.

O MAC era, por fim, uma realidade. Certeza beneficiada por recursos basilares à sua existência, a exemplo de visitas guiadas asseguradas pelo próprio presidente associativo, P. da Silva, e robustecida com a criação da figura do conservador, desempenhada por renomes da causa patrimonial. Assim se caminhava para equipará-lo a espaços semelhantes transfronteiriços, apregoados por entre páginas de jornais, revistas e guias de viagem, quando não em reuniões académicas, motivando comentários, mais ou menos, proveitosos e abonatórios. Mas, de igual modo, jocosos. Designadamente, ao destacarem-lhe um certo bricabraque, quantas vezes alimentado por objectos de pouco interesse, mas brindados por quem aspirava associar-se-lhe para afirmação social, numa tendência registada um pouco por toda a ocidentalidade contemporanizada. Mais importante do que isso, o MAC assimilou, também desta forma, uma prática inerente à existência de espaços homólogos. Referimo-nos à sua utilização como ritual de passagem de novos protagonistas sociais que divisavam na cultura um intermeio crucial aos seus desejos, num decalque, adaptado,

de condutas distantes, quando a burguesia buscava o poder através de esteticismos proporcionados pelas suas fortunas mais recentes.

Mas, o MAC engrandeceu e enraizou nos anos 70, após o regresso de P. da Silva à presidência da AACP, imbuído de experiências colhidas fora de Portugal que transformaram ou, melhor, actualizaram a sua visão sobre a importância do estudo do passado e preservação dos seus indícios.

#### 3. ARQUEOLOGIA, A NOVA PROMOTORA

Em 1871, P. da Silva reassumia os destinos da AACP. O longo interregno gerara-se pelo cumprimento de tarefas inerentes à sua condição de arquitecto da Casa Real e viagens por outros países, participando em eventos importantes para a sua profissão, absorvendo saberes incorporados em múltiplos títulos da sua biblioteca pessoal.

Foi o que ocorreu em 1867, por ocasião da 2.ª Exposição Universal na cidade das Luzes. Conhecido, também, por Exposição Universal de Arte e Indústria, este certame descerrou no Campo de Marte, na colina do Trocadéro, entre 1 de Abril e 3 de Novembro. Almejada por Napoleão III (1808--1873) para aclamar o Segundo Império Francês (1851-1870) e suavizar o desagrado estrangeiro para com a sua política externa, demasiado agressiva e aventureira, a Exposição assumiu contornos propagandísticos de uma agenda inspirada em originalidades comerciais e industriais. Mais do que isso, assumiu-se como um hino à modernidade, executado pelo "artista-demolidor", Barão Georges--Eugêne Haussmann (1809-1891), reformador da urbe parisiense, ao substituir bairros medievais por uma capital resplandecente e animada em espaçosas vias e lugares de socialização.

Atraindo a Paris inúmeras representações nacionais, a Exposição proporcionou, aos seus nove milhões de visitantes, a oportunidade de se deleitarem com recentes descobertas científicas e inovações tecnológicas, maravilhando-se com obras de arte e artes decorativas de vários recessos mundiais diferençados nas suas manifestações culturais. Enquanto

isso, alguns pavilhões introduziam-nos a culturas do Extremo Oriente, desvendando-lhes materialidades (re)descobertas por arqueólogos em solo da antiga Mesopotâmia, e nutrindo-lhes, em simultâneo, o interesse crescente pelas antiguidade egípcias. No meio de tantas e tão estonteantes, quanto invulgares e inesperadas, singularidades, algo assomava que, não sendo novo, reiterava uma realidade (ainda) de difícil aceitação popular, mormente dos mais próximos a dogmas religiosos. Foi, justamente, na Galerie de l'histoire du travail que o grupo dominante de pré-historiadores e antropólogos franceses apresentou, pela primeira vez a uma assistência tão vasta e diversificada, a existência da pré--historicidade, anunciada, formalmente, oito anos antes. Consubstanciado no postulado evolucionista associado ao princípio da selecção natural, o devir humano era comprovado, não pela acção divina, mas pelas suas capacidades inatas, rumo a um futuro melhor, verificáveis nos artefactos expostos resultantes do seu génio e vontade de adequar o mundo às suas exigências e comodidades. Também por isto, a Exposição parisiense revestiu-se de cunho neo-iluminista, exigido pela actualidade, rasgando caminho ao domínio científico-tecnológico.

Como milhares de outras pessoas, P. da Silva teve, por conseguinte, ocasião de visionar o que de melhor cada país procurava demonstrar nesta autêntica feira das vaidades e campo de batalha (= Marte) oficioso entre avidezes imperiais europeias. O que de superior se expunha não se resumia, contudo, aos alcances industriais e comerciais. Ao invés, engrossava a premência de liderar o pensamento, controlando o saber sobre diferentes ancestralidades para estruturar o presente e moldar o futuro. Entende-se, assim, melhor o furor suscitado por pavilhões, como o egípcio, observados, atentamente, por representantes de Casas Reais europeias, aferindo-se as suas localizações estratégicas. Entretanto, diferentes comunidades científicas reuniam, aproveitando o momento e o mote da Exposição, centralizado nas ideias de progresso e paz (periclitante, como se confirmaria dentro em pouco). De entre os inúmeros encontros sucedidos, constou o Congresso Internacional de Arquitectos, participado por P. da Silva, revendo conhecimentos, nomeadamente quanto a práticas de salvaguarda monumental.

Mas, P. da Silva não ignorou a expressão maior dos estudos arqueológicos na afirmação cultural dos países que os financiavam, nem o papel da investigação pré-histórica em processos identitários. Por isso, não foi indiferente à 2.ª sessão do Congrès international d'Anthropologie et d'Archéologie préhistoriques (CIAAP), nem à inauguração do Musée des Antiquitées (posteriormente, Nationales). Duas iniciativas que, à semelhança da própria Exposição Universal, traziam maior notoriedade aos círculos franceses, consolidando a política parisiense na esfera ocidental e para lá desta, numa tentativa de sufocar esforços de liderança prussiana espelhados (também) no domínio científico-cultural. Além disso, subjazia-lhes o anticlericalismo e ateísmo francês, negador da religiosidade congénita, num agendamento transcrito na primeira revista consagrada aos estudos pré-históricos, sintomaticamente intitulada Matériaux pour l'histoire positive et philosophique de l'homme (1864). Lançada após o encontro predecessor do 2.º CIAAP - Congrès paléoethnologique international (Sapienza, Itália, 1864) -, esta publicação transformou-se num instrumento nuclear para moldar teorias arqueológicas, obscurecendo quem não figurasse nos seus números.

Assim se levantava o pano de sobre os mistérios quaternários. Mais do que isso, os estudos pré-históricos diferenciavam-se dos clássicos ao desvendarem comunidades, saberes e estares, individuados, conviventes na dissemelhança, e basilares a territórios próximos do precipício desagregador ou (re)unificador de Oitocentos.

Regressado a Lisboa, imbuído de novos horizontes de actuação, P. da Silva, então com 61 anos de idade, gizou novo plano para a AACP, formalizado na sua redenominação: Real Associação dos Arquitectos Civis e Arqueólogos Portugueses (14 de Novembro de 1872) (RAACAP). Prestigiando-a com a protecção real, P. da Silva acrescentou-lhe a valência científica que a notabilizou até hoje, transmudando-a na mais antiga, activa e modelar sociedade erudita portu-

guesa de salvaguarda patrimonial. Não significa, no entanto, que apenas P. da Silva reconhecesse a necessidade de desenvolver, de modo holístico, a investigação arqueológica entre nós, até porque ela já existia, embora esparsamente e desarreigada de um projecto concreto, incluindo associativo. Ademais, P. da Silva interessara-se, desde cedo, por temáticas arqueológicas, conquanto na sua vertente clássica, como espectável de um arquitecto formado nos melhores ateliês e academias franceses, envolvidos pelo esplendor clássico e renascentista italiano. Daí que, por exemplo, a Secção de Arqueologia (1874) fosse inscrita na Classe de Literatura, Belas Letras e Artes do Instituto de Coimbra (IC) (1851). Além disso, o Arquivo de Arquitectura Civil subintitulava-se Jornal dos Arquitectos Portugueses e Arqueólogos, não sendo, pois, inesperada a união dos últimos à AACP. Daí, também, que o interesse do seu presidente se focasse em estruturas e património integrado, realçando testemunhos clássicos e seguindo actividades da SAL que pretendeu retomar no contexto da RAACAP, ao mesmo tempo que colaborava com o (também) efémero Real Instituto Arqueológico de Portugal (1868), proponente de uma Direcção-Geral de Artes e Arqueologia.

Na verdade, é possível que os contratempos destas instituições motivassem P. da Silva a incluir a investigação arqueológica na (ainda) AACP, suficientemente enraizada para garantir a execução de mais esta causa, solidificando-a política, económica e socialmente. Além do mais, tinha, no IC, um protótipo de como sobreviver na adversidade, constituindo uma Secção de Arqueologia com museu. Provável, de igual modo, que a decisão coincidisse com algum desconforto de P. da Silva por não integrar a docência na Academia Real de Belas-Artes (1836, 1862). Situação incómoda para os seus desideratos indizíveis, apesar de amizades profundas que ali detinha, mormente na presidência. Mais do que isso, a Academia abrira a Galeria Nacional de Pintura (1868), génese do MBAA a ocasionar pela Exposição Internacional de Arte Ornamental Portuguesa e Espanhola (1882), à qual concorreria a RAACAP.

Interessante, porém, que, quer por este exem-

plo, bastos testemunhos europeus, visionamentos no estrangeiro, influência da mulher ou apoio e sensibilidade do pai, D. Luís I (1838-1889) inaugurara, logo no ano seguinte (1869), a Galeria de Pintura na ala Norte do Palácio da Ajuda, num momento em que o país se agitava com a crise monárquica espanhola. Encerrava, todavia, seis anos volvidos, num facto insólito quando confrontado com testemunhos extranacionais, onde a curiosidade e a procura de ilustração desdobravam iniciativas análogas. Mais incompreensível se torna, ao relembrarmos a antecedência do "museu de antiguidades" instalado, dois anos antes, no mesmo espaço palaciano, composto, na sua essência, de colecções de numismática e ourivesaria. Amante das artes e cultor das letras, atento escrutinador do passado, observador enlevado das novidades finisseculares, esteta por natureza e vocação, D. Luís I não terá hesitado em aceitar o repto de P. da Silva para que protegesse a AACP. Sobretudo, tratando-se de sociedade erudita presidida por quem soubera traduzir, na perfeição, o gosto e as exigências decorativas da sua rainha para o Palácio da Ajuda.

Sem dúvida, a viragem da década de 70 foi crucial. Nomeadamente, para a Europa, de um modo genérico, com a implementação da ideologia imperial germinada no nacionalismo mais conservador de uma ascendente burguesia económica e financeira, após derrota da última revolução romântica, a Comuna de 1871. Crucial, também, para Portugal, com o Fontismo e a Geração de Coimbra (= de 70), embrionária dos Vencidos da Vida, mas também para a arqueologia, em geral, e a AACP, em particular. Com efeito, o entusiasmo de P. da Silva pela investigação pré-histórica fê-lo contactar insignes especialistas europeus, adquirindo e sorvendo a bibliografia mais recente, ao mesmo tempo que participava na 3.ª sessão do CIAAP organizada, dessa feita, na cidade de Bolonha (1871), devido à guerra franco-prussiana (1870-1871). Aqui, assistiu ao aprofundar de discussões cronológicas e metodológicas relativas a sítios paleolíticos, habitações lacustres e à transição entre as Idades do Bronze e do Ferro. Compenetrou-se, de igual modo, da importância

das particularidades antropométricas na definição da origem e expansão de culturas materiais, segundo o princípio evolucionista, embora o darwinismo ingressasse, de modo genérico, tardiamente no academismo português. Compreendeu, de igual maneira, a supremacia francesa (também) neste quadrante, cotejada ao imperialismo económico e financeiro que a sustentava.

A arqueologia caminhava, pois, para a sua "idade de ouro", ao metodizar-se para afirmação plena da sua cientificidade, exigida perante a multitude de reclamações identitárias e nacionalistas alimentadas por rivalidades seculares e reavivadas, ultimamente, para redefinir fronteiriças, reinterpretar proveniências e legitimar pretensões coloniais. Mais. O espírito aventureiro, a ambição de se timbrar na História e o querer igualar feitos coevos, conduziu abastados burgueses à descoberta de locais aludidos em fontes clássicas e na *Bíblia*, fortalecendo a procura do exotismo, como que em demanda da pureza de tempos idos corrompidos por avidezes desmedidas e funestas para o bem comum.

Portugal não ficou incólume a este movimento, conquanto não dependesse de dados arqueológicos para se (re)afirmar perante si e restantes territórios. Até porque, muito antes destes acontecimentos, o (reduzido) país letrado acompanhava estas novidades pelos principais periódicos nacionais. Além disso, fora criada a Comissão Geológica de Portugal (1857), sucedânea da 1.ª Comissão Geológica (1848) e reorganizada em Secção da Direcção Geral dos Trabalhos Geodésicos, Topográficos, Hidrográficos e Geológicos do Reino (1869), até ser substituída por uma Comissão dos Trabalhos Geológicos do Reino (1886). Consequentes da industrialização obrigatória no vórtice competitivo em que entrara com demais realidades europeias, estes organismos (re)descobriam o território, tornando as suas figuras de proa em pioneiros dos estudos pré-históricos portugueses, revestidos de base científica ao aliarem Geologia, Paleontologia e Antropologia Física.

Todo este contexto fomentou a propensão inicial de P. da Silva para associar a prática arqueo-

lógica, nomeadamente na vertente pré-histórica, à AACP, criando um espaço próprio para a sua divulgação e um meio mais de prestigiar o organismo que concebera, ao mesmo tempo que oficiava prelados a promover o ensino da arquitectura religiosa nos seminários, publicava o *Resumo elementar de arqueologia cristã* (1887) e ofertava exemplares do *Boletim* a bibliotecas municipais.

Cumulando capitais sociais e inscrevendo-se em redes de circulação de saber individuais e colectivas fundamentais para suportar, internamente, o projecto inicial, P. da Silva robustecia o seu papel no domínio da salvaguarda patrimonial, intermediando contactos pessoais em eventos da envergadura da Exposição Universal de Viena (1873), onde a urgência dos inventários monumentais foi salientado amiúde. Os anos 70 metamorfoseavam-se, assim, num decénio assaz profícuo em termos arqueológicos, tanto na Europa, quanto em Portugal, sendo a RAACAP medalhada, com bronze, na Exposição Internacional de Filadélfia (1875). Exemplo disso mesmo, a exploração continuada e metódica da citânia de Briteiros, justificando a sua visita (1876) pelos principais cultores da arqueologia no país, participando naquele que podia ser considerado como o I Congresso Nacional de Arqueologia, em Guimarães.

Neste entretanto, o AAC dava lugar ao Boletim de Arquitectura e Arqueologia (1874-1876; 1877--1909), em consonância à remodelação associativa, quase em simultâneo com a obra de P. da Silva Noções Elementares de Arqueologia (1878), no mesmo ano em que o tema terciário era levado à Exposição Universal de Paris, após apresentação no 4. • CIAAP (Bruxelas, 1872). O incremento da arqueologia na RAACAP não contemplou, apenas, publicações. Ao contrário, os consócios mais activos empenhavam-se em avolumar o MAC e a biblioteca especializada, assim como em promover palestras e cursos a par, evidentemente, da entrega de contributos para os números do seu órgão escrito, já de referência no meio editorial português e em cujas páginas encontravam diversificadas notícias sobre eventos e personalidades internacionais nos quadrantes arquitectónico, artístico e arqueológico.

Mas, e quanto a trabalho de campo? Que faziam os associados, além de reunir e discutir assuntos fundamentais ao dia-a-dia da AACP/RAACAP? Bastante. Desde logo, o inventário de edifícios históricos e artísticos da cidade de Lisboa, por forma a alertar as entidades competentes para a urgência da sua preservação. Depois, a identificação, por sócios--correspondentes, do património em risco situado um pouco por todo o território. Seguidamente, o apoio a vontades locais e regionais de organizar sociedades eruditas, campanhas patrimoniais, espaços museológicos e escavações arqueológicas. Por fim, nas pressões pessoais conduzidas nos extensos corredores ministeriais, parlamentares e municipais, para que o passado fosse incorporado, pedagogicamente, no presente, a fim de preparar o futuro. Nestas diligências, sobressaíam algumas individualidades. Entre elas, P. da Silva. Resgatando, para o MAC, materiais desditados; lançando mão dos seus conhecimentos pessoais na Casa Real e em pastas ministeriais, como as do Reino, Guerra e Obras Públicas, para coadjuvar projectos regionais; secundando posições exemplares de proprietários dispensando as suas terras para escavações arqueológicas; localizando, identificando e escavando sítios arqueológicos atribuíveis a uma baliza cronológica tão ampla quanto o Neolítico e o domínio romano na Península Ibérica, o carismático presidente da RAACAP inspirava decisões e modelava procederes. Nada que lhe contivesse animosidades, ao arrancar remanescências dos seus contextos originais. À semelhança, porém, da futura posição leitiana, tal ocorria na ausência de condições de conservação in situ ou in loco, esforçando-se por criar um "museu de sítio" naquela que acreditava ser a Nabância clássica que aspiraria glorificá-lo e ao país, colocando-o na rota informal de lugares paradigmáticos da imperialidade romana. O seu empenho ia, na verdade, mais além, a ponto de obter militares para vigiar a citânia de Sta. Luzia (Viana do Castelo) e ajudando a alinhar o museu que acolhia os artefactos ali exumados.

Comprova-se, por conseguinte, a concentração da maioria destas iniciativas na década de 70, acompanhando a própria idade de P. da Silva. Mas, a sua

energia parecia inesgotável, força de uma vontade intrínseca e inabalável de concretizar os seus planos que eram, em boa medida, os da própria RAACAP. No conjunto, lograram alcançar propósitos traçados de início. Seguindo tendências europeias, enveredou-se pelos estudos megalíticos, trocando correspondência assídua com renomes nacionais e internacionais. Enquanto isso, redirecionava-se olhares, quase em constância, para a presença romana no nosso actual território, a exemplo dos mosaicos conduzidos para o MAC, desde a região leiriense. Entretanto, a presidência acumulava capitais e valências para recuperar, em conjunto, embora ingloriamente, o gorado projecto da SAL, e P. da Silva escavava a necrópole do Olival do Senhor dos Mártires (Alcácer do Sal), atribuindo-a ao período romano.

A este seu entusiasmo e tenacidade, somava--se o de outros investigadores que concorreram, amplamente, para a afirmação, conquanto oficiosa à época, da ciência que cultivavam em Portugal. Referimo-nos a Estácio da Veiga (1828-1891), contratado pelo Governo para realizar a carta arqueológica do Algarve e aí reunir artefactos destinados a um museu. Decisão algo inesperada, sobretudo perante o alheamento, quase total, dos poderes centrais da relevância cultural, económica e política da arqueologia. Não tão inopinada, no entanto, se contextualizada num momento em que não mais se podia continuar a negar a sua relevância. Mormente, pelo impacte crescente que obtinha junto de entidades estrangeiras e perante o coro de vozes que não se afadigava de arremessar diatribes constantes, devidas mais à ausência de deliberações do que à inoperância nesta área. Facto, ao qual se acrescentava a proximidade de investigadores estrangeiros a estudos nacionais, a exemplo da eventual existência de produção cultural no Terciário, ocasionando debates sucessivos sobre o assunto e fundamentando a realização, em Lisboa, do 9.º CIAAP, coorganizado pela RAACAP, através de P. da Silva, num ano (1880) de particular efervescência nacionalista.

Bastante participado e veiculado, no *Ocidente*, após inauguração faustosa, na presença real, o 9.º CIAAP teve indicações precisas para afastar hipotéti-

cas manifestações religiosas vislumbráveis em sítios paleolíticos. Assim se comprovava a ideologização da ciência em finais de Oitocentos, quantas vezes camuflando rivalidades nacionais. O debate científico foi enriquecido com visitas a museus e arqueossítios, especialmente preparados para o efeito. A experiência colhida valeu à jovem arqueologia portuguesa uma atenção que lhe permitiu ingressar em estreitas malhas de produção, circulação e recepção científica, reforçando intercâmbios (inter)nacionais.

## 4. CONTINUIDADE, REMODELAÇÃO OU CISÃO?

As esperanças depositadas no 9.º CIAAP enquanto catalisador do desenvolvimento da arqueologia em Portugal não foram cumpridas na totalidade. Em rigor, foram esmorecidas na sua parte essencial. O envolvimento das individualidades convidadas a integrar a organização da sessão em Lisboa evidenciava uma determinação autêntica de utilizar esta oportunidade para prestigiar o país e a arqueologia entre nós, apresentando comunicações resultantes de trabalhos desenvolvidos por vários nomes acerca de assuntos diferentes, mesmo que o interesse europeu se concentrasse no Homem Terciário, justificação do alheamento ostensivo à descoberta da Caverna de Altamira (1868, 1879).

Os organizadores não frustraram as expectativas. Ao contrário. Desde a aparatosa sessão inaugural, até às subsequentes reuniões de trabalho intenso, em torno de assuntos como a expansão do Bronze, o difusionismo e a endogenia, passando pelas visitas cuidadosamente preparadas, além do preenchido programa social, relembrado amiúde por quem nele participou, tudo se conjugou para que o encontro fosse um sucesso. Em todas as dimensões. As entidades compreendidas na sua preparação não mediram esforços, pormenorizando os conteúdos das sessões em periódicos de maior circulação nacional e motivando populações locais a acolher, calorosamente, os membros do congresso. A própria RAACAP não foi alienada, concebendo um passe de livre acesso ao MAC para membros estrangeiros do CIAAP, contendo fotografia do acervo exposto na capela-mor. Mais do que isso, descerrou placa evocativa do evento.

O êxito desta nona sessão sustentou, ainda mais, as primeiras expectativas quanto à ratificação, concludente, pelas entidades competentes, da arqueologia como ciência equiparável às demais, significando isso o seu ingresso nos programas universitários. Até porque, a arqueologia dispunha das exigências oficiosas para assim ser entendida, como há muito sucedia em academias estrangeiras. A começar por uma crescente comunidade que lhe era versada. Depois, pelos associativismos eruditos que a contemplavam. De seguida, por publicações, como a revista da RAACAP, que a tinham como objecto de estudo principal. Por fim, pelas análises resultantes de trabalho de campo, utilizando as mais recentes metodologias. Restava, por conseguinte, a sua admissão nas cátedras universitárias, integrando conteúdos dispersos em cursos livres ministrados, por exemplo, na própria RAAAP, ou em academias, com a das Ciências, onde decorrera o encontro magno do CIAAP. Na verdade, é provável que, sendo o local que, em Lisboa, melhor dignificava o país perante uma comunidade tão exigente, esta Academia fosse escolhida estrategicamente para que a arqueologia fosse assumida como ciência.

Encerrado, todavia, o 9.º CIAAP, Lisboa e o país retomaram o ritmo habitual, reencaixotando artefactos, presumidamente destinados a um museu algarvio, e desalentando quantos perspectivaram uma nova página para a arqueologia em Portugal. Não obstante, a atenção pública intensificava, o número dos seus cultores multiplicava e alguns municípios duplicavam atenções, ao interiorizarem o seu impacte identitário e económico. Do mais, parecia que nada sucedia. Nada ocorrendo, França apoiou a prospecção a terrenos ibéricos para sintetizar o conhecimento sobre a sua Pré-história. A excepção imediata residiria, não na ansiada institucionalização da arqueologia, mas no interesse governamental expresso, ao fim de decénios de clamores, pela salvaguarda monumental, tema, aliás, discutido no CIAAP. Com efeito, pouco depois de

concluídos os trabalhos, a RAACAP era contactada para elencar as estruturas antigas a merecer classificação como monumento nacional. Podia ser o início de um processo com larga experiência noutros recessos ocidentais, expectando-se que, também por isso, ele fosse acelerado entre nós. Nada mais ilusório. Não, da parte da RAACAP, que respondeu com uma prontidão imprevisível apenas para quem não acompanhava o seu labor. A resposta não se fez esperar, entregando, em escassos meses, um relatório circunstanciado, graças às informações fornecidas pela sua vasta e avisada rede de sócios--correspondentes. Documento sumamente importante para a própria História da Arqueologia, ao incorporar um último agrupamento dedicado, em exclusivo, a sítios arqueológicos.

Consequente deste relatório, o Governo instituiu a Comissão dos Monumentos Nacionais (CMN) (1881) composta de individualidades destacadas da nossa cultura e sociedade, desde estetas a literatos, passando por profissionais, como P. da Silva. Expressivamente, eram quase todos membros da RAACAP, a mesma que soubera reunir patrimonialistas inscrevendo os seus nomes em diferentes áreas do saber finissecular e influenciando pensamentos e acções. Autenticava-se, pois, de modo inevitável e público, o trabalho aduzido pela RAACAP, na ausência de organismo estatal que lhe fosse vocacionado. Mas, depressa se percebeu tratar-se de uma miragem, face ao ideal traçado pela RAACAP e apoiado por outros intelectuais portugueses. Levantou-se, é certo, gráfica e graciosamente, e num curto espaço de tempo, monumentos (entendidos) chave da História de Portugal. Mas, este primeiro exercício, executado em 1884, foi publicado apenas 10 anos depois. Que significado atribuir a este abismo temporal? Possivelmente, a inexistência de uma vontade intrínseca de conduzir uma política coerente nesta matéria, ao não lhe divisarem proveitos para as suas agendas, pressentindo-lhe, ao contrário, acesas celeumas geradas pelas contradições entre utilidade pública e propriedade privada, esta última com larga expressão parlamentar. Constituía-se, por conseguinte, uma Comissão reclamada por muitos, destituída, porém, dos meios humanos e materiais basilares à observância da sua missão. Independentemente disso, o caminho estava aberto, havendo que refazê-lo e melhorá-lo. Mas, o mais importante neste caso, é atestar coincidências de protagonistas, procedimentos, remodelações internas e lugares de reunião, entre RAACAP e CMN.

Se a transição para a década de 80 reabriu confianças, os primeiros anos deste decénio desalentaram os mais optimistas quanto à arqueologia. Desde logo, pelo desaparecimento (1882) do pioneiro da investigação pré-histórica e fomentador da existência humana no Terciário, Carlos Ribeiro (1813-1882), deixando órfãos seus admiradores e um vazio geracional, quase completo, neste domínio. Depois, por toda a indignação provocada pelas reclamações externas sobre domínios ultramarinos portugueses, mormente africanos (= Conferência de Berlim, 1884-1885), culminando no ressentimento contra o Império Britânico (= Ultimatum inglês, 1890), num ambiente agravado pela desilusão transcrita pelos Vencidos da Vida, perante o falhanço da modernização do país.

Em suma, o anseio de que a institucionalização da arqueologia pelo organismo correspondente (a Universidade) sobreviesse, desfez-se, ainda que Coimbra a contemplasse, parcialmente, na cadeira de Antropologia, Paleontologia Humana e Arqueologia Pré-histórica (1885). Houve, por isso, que continuar demandas, prospectando, escavando, editando, comunicando e organizando cursos livres, divulgando conhecimentos de pré-história e arqueologia, com vista a obter outros públicos e novos adeptos. Frustrados, mas não entregues, os investigadores prosseguiram, criando e coadjuvando agremiações escrutinadoras do passado, qualquer que fosse a categoria, tipologia, geografia e cronologia das suas materialidades, talhando projectos, mais ou menos duradouros. Semeando ideias, permitiram frutificar algumas para contraditar o fenecimento de outras, na maioria das vezes por indiferença política erguida sobre uma profunda ignorância dos seus valimentos, especialmente turísticos. Era,

sem dúvida, um longo caminho a percorrer repleto de obstáculos, entre os quais avultava a apatia local (quase) endémica e cacequista, mesmo quando a centralidade lisboeta despertava, paulatinamente, para a emergência da salvaguarda monumental (e, também, móvel), envolvendo a arqueológica.

Obstar a tão incómodo status quo passava, como sempre, pela iniciativa individual. Com efeito, continuava a ser a esfera privada a garantir a circulação de saber e saber-fazer em arqueologia. A estes esforços, acresciam os de quem, na interioridade do país, agitava autoridades para a insistência do estudo do pretérito mais remoto, pugnando pela formação de núcleos museológicos com colecções arqueológicas e alertando para a premência do resgate de memórias arrancadas à poeira do tempo. Por isso, também, a RAACAP, por mão de P. da Silva, organizou, na sua sede, o 1.º Curso Elementar de Arqueologia (1885), cujo sucesso instou a uma segunda edição (1887), premiando os melhores alunos. Enquanto isso, o acervo do MAC engrandecia, comprovando a confiança depositada nos seus dirigentes, antes de ser medalhada, com prata, na Exposição Universal de Barcelona (1888).

Apesar do maior pendor conferido, nos últimos anos, ao exercício arqueológico, a RAACAP não desprendia do espírito que a movera nos primórdios, abrindo concursos, com atribuição de medalhas, para memórias descritivas de arquitectura em Portugal, ao mesmo tempo que promovia um dicionário de termos arquitectónicos, assim como estudos comparatistas de monumentos megalíticos do actual território português e de outras regiões, em especial Espanha, para determinar origens e precedências. Tudo isto, sem deixar de propor uma comissão de arquitectos e arqueólogos para mapear, com sinais convencionais, o local, a quantidade e a relevância dos monumentos identificados em Portugal.

Em 1889, falecia um dos mais atentos protectores da RAACAP, o rei D. Luís. Sucedeu-lhe D. Carlos (1863-1908), suficientemente entrosado nas suas actividades para continuar o apoio paterno. A provecta, porém, idade do presidente, P. da Silva, obrigou

a intermitar reuniões, prosseguindo, embora, iniciativas de divulgação patrimonial não diminuídas com a criação do Museu Etnográfico Português (1893). Neste entretanto, principiava-se, em diferentes localidades, um movimento mais veemente, porém, maioritariamente desditoso, favorável ao resgate patrimonial, fosse ele imóvel, móvel, histórico, artístico ou arqueológico. Inconformados com a letargia obstinada das nossas regionalidades, uniram esforços e criaram sociedades, lançaram revistas, agitaram consciências, obtiveram apoios logísticos e financeiros e lograram obter espaços musealizáveis. Quase tudo, no entanto, de um fôlego e num sopro, confirmando a ideia de que o país dispensava a arqueologia, porque a arqueologia não servia as suas agendas pessoais e colectivas, razão primeira e última do desdém político, da ignorância popular e do afastamento intelectual, destituído de recursos e fatigado com a inutilidade dos seus arautos.

A segunda metade dos anos 90 revestiu-se da maior importância para a RAACAP. Primeiro, pela morte do seu principal mentor, P. da Silva. Logo, pela imperiosidade de renovar o MAC com novo entaipamento das capelas absidais. Por fim, mas não menos relevante, pela presidência, conquanto curta, do Conde de S. Januário (1829-1901), a quem a instituição deveu o franquear do seu terceiro momento existencial, pautado por uma nova forma de se olhar e de olhar os outros. Primou, no entanto, por remodelar na continuidade para evitar cisões e, com elas, o desabar do projecto de 1863. Por isso, também, manteve as suas duas imagéticas agregadoras: a arquitectura e a arqueologia, protagonizadas por monumento megalítico, machado proto-histórico e templo clássico, centralizados por deusa e circundados pelo Euroboro. Mas, esta é uma outra História, apesar da consciência firme de que, se muito se produziu e se muito se errou,

Depois da propaganda encetada pelo sr. Joaquim Possidonio Narciso da Silva [...], os estudos archeologicos tem-se desenvolvido, e como consequencia tem sido chamada a attenção de muita gente para as investigações archeologicas, o exame e a conservação dos monumentos e dos objectos que pertenceram aos nossos antepassados, que nos vem dos tempos decorridos

(Camara Manoel, 1897: 61. Nossos itálicos)

Lisboa, Verão de 2013

#### **BREVES REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ALMAÇA, Carlos (1999) – O Darwinismo na Universidade portuguesa (1865-1890). Lisboa: Museu Bocage.

ALMAÇA, Carlos (2002) – Darwinism in Portugal: teaching, research and dissemination following the republican university reforms (1911). In PUIG-SAMPER, Miguel Ángel; RUIZ, Rosaura; Galera, Andrés, eds – Evolucionismo y cultura. Darwinismo en Europa e Iberoamérica. Madrid: Doce Calles.

ANTUNES, M. T. (1986) – Sobre a história da Paleontologia em Portugal. *História de Desenvolvimento da Ciência em Portugal.* Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa. 2: 773-812.

AYARZAGÜENA SANZ, M. (2004) – El nacimiento de la Arqueología científica en España. *Pioneros de la Arqueología en España. Del Siglo XVI a 1912*. Alcalá de Henares: Municipio de Alcalá de Henares.

CAMARA MANOEL, C. da (1897) – A archeologia em Evora. Cursos escholares. – Monumentos nacionais. *O Archeologo Português*. vol. III, n.ºs 1-2. Lisboa.

DÍAZ-ANDREU, Margarita (2002) – Historia de la Arqueología. Estudios. Madrid: Ediciones Clásicas.

DÍAZ-ANDREU, Margarita (2007) – A World History of Nineteenth -Century Archaeology: Nationalism, Colonialism, and the Past. Oxford: Oxford University Press.

FABIÃO, C. (1999) – Um século de Arqueologia em Portugal – I. *Al-Madan*. Almada. Série II, 8: 86-108.

GONÇALVES, V. S. (1978) - A emergência da Pré-História como disciplina independente (1800-1847). *Revista da Faculdade de Letras*. Lisboa. Série IV, 2: 335-364.

GONÇALVES, V. S. (1980) – O IX Congresso Internacional de Antropologia e Arqueologia Pré-Históricas (Lisboa, 1880): uma leitura, seguida da "crónica" de Bordalo Pinheiro. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa.

GRAN-AYMERICH, È. (1998) – Naissance de l'Archéologie Moderne. 1798-1945. Paris: CNRS.

LEMOS, Francisco Sande (1987) – As Três Idades da Arqueologia Portuguesa. *Forum.* 2, Braga: 5-12.

LEMOS, Francisco Sande (1989) – Arqueologia Portuguesa: Aspectos Históricos e Institucionais. *Forum.* 5, Braga: 91-110.

LUZ, L. B. da (2002) – A etnologia e a questão das identidades nacionais. In CALAFATE, Pedro, ed. – *História do Pensamento Filosófico Português*. 4 (1): 389-432, Lisboa.

MARTINS, Ana Cristina (1999) – O Muzeu Archeologico do Carmo e a Descentralização Cultural no Século XIX. O Arqueólogo Português. 4 (17): 559-595.

MARTINS, Ana Cristina (2001a) – Estudos Pré-históricos e Nacionalismo: uma Perspectiva Possidoniana. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. 4 (1). Lisboa: IPA: 61-93.

MARTINS, Ana Cristina (2001b) – O 1.∘ Curso Elementar de Archeologia (Lisboa, 1885). Trabalhos de Antropologia e Etnologia. 55: 78-117.

MARTINS, Ana Cristina (2003a) – *Património* histórico-cultural: a emergência das *re*formas (do Liberalismo ao Republicanismo) – 1.ª parte. *Património*. *Estudos*. 5. IPPAR: 31-50.

MARTINS, Ana Cristina (2003b) – Possidónio da Silva (1806-1896) e o elogio da memória, Um percurso na arqueologia de oitocentos. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses.

MARTINS, Ana Cristina (2004) – *Património* histórico-cultural: a emergência das *re*formas (do Liberalismo ao Republicanismo) 2.ª e última parte. *Património*. *Estudos*. 5. IPPAR: 109-125

MARTINS, Ana Cristina (2005a) – A Associação dos Arqueólogos Portugueses na senda da salvaguarda patrimonial. 100 anos de (trans)formação. 1863-1963. Texto policopiado Tese de doutoramento em História apresentada à Universidade de Lisboa.

MARTINS, Ana Cristina (2005b) – "Museu Arqueológico do Carmo: a Consagração da Memória". In ARNAUD, José Morais; FERNANDES, Carla Varela, eds. – Construindo a Memória. As Coleções do Museu Arqueológico do Carmo. Lisboa: AAP: 40-93.

MARTINS, Ana Cristina (2008a) – «A Oeste nada de novo»?. Estudos Arqueológicos de Oeiras. 15: 233-291.

MARTINS, Ana Cristina (2008b) – Nineteenth-Century Protohistory at the Portuguese Association of Archaeologists: Francisco Martins Sarmento (1833-1899) and national identity. In SCHLANGER N.; NORDBLADH, J., eds. – Archives, Ancestors, Practices. Archaeology in the Light of its History. Oxford: 287-303,

MARTINS, Ana Cristina (2009a) – J. Possidónio N da Silva (1802-1896): The Quest for Portuguese Roots. In SEBIRE, Heather Sebire, ed. – *Pursuits and Joys: Great Victorian Antiquarians and intellects. The Lukis family of Guernsey and their Contemporaries.* Cambridge: Cambridge Scholars: 163-174.

MARTINS, Ana Cristina (2009b) – Nineteenth-century Portuguese at the megaliths. In Midgley, M., ed. – *Antiquarians at the megaliths. BAR international series*. 1956. Oxford. Archaeopress: 45-50.

MARTINS, Ana Cristina (2009) – O Megalitismo no discurso arqueológico português. Entre o Liberalismo e o Estado Novo: uma primeira e sumária mirada. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. 17: 607-616.

PESSOA, Fernando (2010) – *Quando fui Outro*. Carnaxide: Editora Objectiva.

TRIGGER, Bruce G. (1992) – Historia del pensamiento arqueológico. Barcelona: Editorial Crítica.

# O CONDE DE SÃO JANUÁRIO, PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEÓLOGOS PORTUGUESES (1896-1901)

#### João Luís Cardoso

Professor Catedrático da Universidade Aberta (Lisboa). Coordenador do Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras (Câmara Municipal de Oeiras). Sócio efectivo da AAP

#### **Resumo**

Apresenta-se estudo resumido da vida e obras do Visconde e depois Conde de S. Januário, de seu nome Januário Correia de Almeida, que sucedeu a Possidónio da Silva, por morte deste, como Presidente da Real Associação dos Arquitectos Civis e Arqueólogos Portugueses, realçando-se as suas contribuições no âmbito do património histórico-arqueológico, bem como as iniciativas para a melhoria das instalações do Museu da Associação, como para o engrandecimento das suas coleçções.

**Palavras-Chave**: S. Januário, Associação dos Arqueólogos Portugueses.

#### **Abstract**

We present a brief description of the life and career of the Viscount of St. Januário, Januário Correia de Almeida, who succeeded to Possidónio da Silva, after his death, in 1896, as the President of the Real Associação dos Arquitectos Civis e Arqueólogos Portugueses. Their contributions in the field of the study of the Cultural Heritage, as well as their initiatives in order to improove the expositive conditions of the collections of the Museum of the Association and new acquisitions he promoted are also briefly described.

Keywords: S. Januário, Associação dos Arqueólogos Portugueses (Association of Portuguese Archaeologists).

A 23 de Março de 1896 falecia na sua casa de Campolide Possidónio da Silva, fundador e Primeiro Presidente da Associação dos Arqueólogos Portugueses, cargo que assegurou desde a fundação da Instituição, em 1863. Tão marcante foi a influência do insigne Presidente, que durante algum tempo a presidência da Associação foi assegurada pelos dois vice-presidentes, Valentim José Correia, da Secção de Arquitectura, e o então Visconde de São Januário, da Secção de Arqueologia. Coube a este a honrosa tarefa de suceder a Possidónio da Silva como Presidente da Associação. A sua eleição foi realizada ainda em 1896, como consta de uma notícia local inserta no referido Boletim (7 (6/7), 1896, p. 112). Tendo falecido a 27 de Maio de 1901, depois de doença prolongada, a sua presidência, de cerca de quatro anos, foi caracterizada por uma actividade que não ficou a dever em nada à que conheceu a Associação no tempo do seu antecessor.

Vinha, com efeito, de longe a vinculação do Conde de São Januário à Real Associação, já que foi eleito Sócio Efectivo a 26 de Novembro de 1873, tendo presente as relevantes qualidades que então lhe foram reconhecidas, conforme se declara no respectivo Diploma, assinado pelo Presidente, Possidónio da Silva, e pelo Secretário, Valentim José Correia (Fig.1).

Por essa altura, já o Conde de São Januário detinha um notável currículo como militar, administrador, engenheiro e diplomata, integrando um escol de notáveis portugueses do seu tempo que tanto prestigiaram e engrandeceram o País, boa parte deles hoje quase completamente esquecidos. As qualidades do seu carácter que colocou à disposição da Associação, no decurso dos quase trinta anos que se seguiram à sua eleição, foram, afinal, as mesmas que caracterizaram toda a sua vida e que explicam o sucesso de todas as empresas – algumas de alto risco – que protagonizou, como os seus biógrafos justamente realçam. Foram os seus méritos e qualidades pessoais, postas ao serviço do País, que justificam a outorga, por El-Rei D. Luís, do título de Barão de São Januário, em 1866, depois Visconde em 1867 e finalmente Conde de São Januário, em 1889, bem como o reconhecimento de muitas nações que lhe outorgaram as mais altas condecorações: Grã-Cruz da Ordem da Coroa (Itália); Grã-Cuz da Ordem de São Maurício e São Lázaro (Itália); Grã-Cruz da Ordem Real do Cambodia; Grã--Cruz da Ordem da Coroa de Sião; Grã-Cruz do Sol Nascente (Japão); Grã-Cruz da Ordem de Isabel a Católica (Espanha); Grã-Cruz do Mérito Militar (Espanha); Grande Oficial da Legião de Honra



Figura 1 – Diploma de Sócio Efectivo da AAP do então Visconde de São Januário, assinado por Possidónio da Silva e Valentim José Correia, datado de 26 de Novembro de 1873. Foto e colecção do Autor.





Figura 2 – Retrato do Conde de São Januário, pintado por Félix da Costa, pertencente à AAP (foto de Henrique Ruas) e indicação da localização da medalha e da placa da Grã-Cruz de Ordem Militar de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, reproduzidas ao lado. Fotos e colecção do Autor.

(França); Grã-Cruz de Leopoldo (Bélgica); Grã-Cruz de Ordem da Espada (Suécia); Oficial da Instrução Pública (França); e Grande Dignitário da ordem da Rosa (Brasil). Em Portugal, possuía os graus de Comendador da Ordem da Torre e Espada, Grã-Cruz da Ordem Militar de Cristo, Grã-Cuz da Ordem Militar de São Bento de Aviz e a Grã-Cruz da Ordem Militar de Nossa Senhora de Conceição. Esta última era uma das condecorações mais queridas da Dinastia de Bragança, que ele significativamente destaca no seu retrato a óleo da nossa Associação, com a farda de General de Divisão, ostentando a faixa da Grã-Cruz, a placa correspondente e a medalha daquela Ordem (Fig. 2). Como militar, possuía ainda as Medalhas de Ouro de Comportamento Exemplar, a de Bons Serviços e a de Serviços no Ultramar.

Januário Correia de Almeida nasceu em Paço de Arcos, a 31 de Março de 1829, filho do Fidalgo da Casa Real do mesmo nome, Tesoureiro-Geral da Armada, e de sua mulher, D. Bárbara Luísa dos Santos Pinto, tendo falecido na mesma povoação, na sua Quinta da Portela, cuja casa solarenga, já demolida, ostentava na entrada a sua pedra de armas, ainda hoje conservada (Gonçalves, 1995, p. 177),

a 27 de Maio de 1901. Em sua homenagem e ainda em vida, foi inaugurada a 19 de Julho de 1900 a Avenida Conde de São Januário, modesta homenagem dos seus conterrâneos paçoarcoenses.

Assentou praça como voluntário na Companhia dos guardas-marinhas, e, depois de ter frequentado Escola do Exército, foi promovido a alferes de Cavalaria em 1846, tendo participado na subjugação da revolta popular conhecida pelo nome de Maria da Fonte, integrado no Regimento de Lanceiros 2 (Lisboa). Em 1849 matriculou-se na Faculdade de Matemática da Universidade de Coimbra, obtendo o grau de bacharel em 1853, reingressando à Escola do Exército, onde concluiu o curso de Estado-Maior, no qual fez toda a sua carreira militar. No ano seguinte ingressou no Ministério das Obras Públicas e, como engenheiro militar, devem-se-lhe inúmeras infra-estruturas em diversas ilhas do arquipélago de Cabo Verde, para onde foi despachado Director dos Serviços de Obras Públicas naquele mesmo ano de 1854, tanto a nível das estradas de macadame que mandou construir, em substituição das picadas quase intransitáveis, como em equipamentos portuários. É o caso do belo edifício da Alfândega do porto do Mindelo, construído entre



Figura 3 – Inscrição existente na fachada da Alfândega da cidade do Mindelo (ilha de São Vicente, República de Cabo Verde), cujo projecto e direcção de obra se deveu ao futuro Conde de São Januário. Foto do Autor.

1858 e 1860, de excelente qualidade, que ainda hoje se mantém (Fig. 3). Com sua nomeação interina como Governador do arquipélago, em 1860, teve o ensejo de pôr em prática um ambicioso plano de melhoramentos, que envolveu a construção, na Cidade da Praia, de importantes estruturas portuárias (Almeida, 1860), recorrendo a um imposto de 3% sobre o valor de todas as mercadorias entradas e saídas, e de diversos edifícios, com destaque para o da Câmara Municipal e o do Liceu, criando assim as condições objectivas para o surgimento de uma elite local ilustrada, que cedo se afirmou. Na ilha de Santiago mandou abrir estradas e edificar quartéis, e na do Fogo deve-se-lhe o edifício da alfândega. Antes do seu regresso à metrópole, em finais de 1861, foi homenageado pela população local com a entrega de uma espada de honra e a cunhagem de uma medalha de ouro comemorativa. A energia e competência demonstradas auguravam-lhe mais altos cargos. Regressado à Metrópole, ocupou os cargos de Governador Civil do Distrito de Braga, em 1862, onde promoveu a Exposição Agrícola e Industrial de Braga, inaugurada pelos Reis de Portugal; logo no início de 1864 foi nomeado Comissário Régio no Distrito de Vila Real, com o mandato de sindicar sobre diversas irregularidades havidas nas eleições e tão bem se desempenhou que não só foi louvado nas duas Câmaras como promovido a Governador do Distrito do Porto onde, logo no ano seguinte (1865)

patrocinou a Exposição Internacional do Porto, cujo êxito lhe valeu a sua eleição como Deputado pelo mesmo círculo, pelo Partido Progressista, de que era militante. No relatório de sobre o estado geral do Distrito de foi Governador (São Januário, 1868), sublinhava a importância da Educação no progresso económico das populações, sendo deste modo coerente com a prática já anteriormente por ele concretizada em Cabo Verde. A atenção particular às condições de vida das populações, a sua competência técnica e militar, explicam que tenha sido nomeado Governador-Geral da Índia Portuguesa por carta régia de 9 de Fevereiro de 1870, cargo que assegurou até 1872. Parece difícil ter feito mais em menos tempo, desde a revolta de Volvoi, movimento insurreccional provocado pelo descontentamento da aplicação de medidas reformistas ao exército local, que estalou no final do ano anterior, com a agravante da existência preocupante de um generalizado estado de insegurança devido à presença de salteadores organizados que então infestavam aqueles domínios. A revolta foi rapidamente subjugada, com prudência e determinação, a ponto de a força expedicionária enviada da Metrópole já não ter sido necessária, tal como também não foi necessária a força inglesa que foi posta à sua disposição, e que ele, aliás, taxativamente recusou publicamente (por texto publicado no Times of Índia), pelo precedente que tal criaria para a soberania portuguesa. No opúsculo publicado em Bombaim, explicou detalhadamente os motivos que estiveram na origem da revolta e as medidas que adoptou para a debelar (São Januário, 1872). Como administrador, deve--se-lhe a reforma da moeda em circulação, fazendo cunhar nova moeda, bem como a introdução do selo postal, por portaria de 12 de Agosto de 1871, sendo clara a sua intenção de promover o progresso, tal como tinha feito em Cabo Verde, tomando como exemplo a Índia Inglesa de então.

Na imediata sequência desta sua bem-sucedida missão, o já então Visconde de São Januário é nomeado Governador de Macau e Timor, cargo que desempenhou entre 1872 e 1874. Mais uma vez vieram ao de cima as suas invulgares qualidades de

chefe militar e de administrador: dominou a actividade de piratas chineses que assolavam a região, mesmo na imediata vizinhanca do porto da cidade, e conseguiu dos chineses o reconhecimento dos direitos dos Portugueses sobre a península de Hai--Nan, em documento datado de 1874 (São Januário, 1875). Este documento, aquando da implantação da República, foi subtraído do Paço de Vila Viçosa, e depois adquirido por um comerciante do Porto, que o ofereceu ao então Presidente do Conselho, Doutor Oliveira Salazar, desconhecendo-se actualmente o seu paradeiro, assumindo especial importância por constituir uma prova documental do reconhecimento por parte da China dos direitos portugueses naquelas paragens (Fig. 4). Deve-se à sua acção a construção do Quartel e do Hospital Militar, além de equipamentos portuários, bem como a dotação dos fortes com peças de artilharia de grande calibre, salvando o território de um ataque de surpresa, a par da atenção e energia que dispensava às ocorrências mais inesperadas, como

as que resultaram da passagem de tufão a 23 de Setembro de 1874, dando o seu exemplo a todos os europeus aterrados pelas dimensões do desastre. Basta pensar que a violência do fenómeno arrojou à praia muitas embarcações, entre elas as canhoneiras Príncipe D. Carlos e Camões. E, ao participar pessoalmente no enterro e incineração dos três mil mortos da tragédia, evitou os riscos de epidemia aumentados pelo clima quente e húmido propício à decomposição dos corpos, por os trabalhadores chineses se terem recusado de início a participar em tais tarefas, num ambiente hostil onde o saque rapidamente se generalizaria, agravado pela proximidade dos piratas, que depois de repelidos da cidade, atacavam no mar os náufragos, não hesitando, sempre que necessário, no recurso ao uso força. Exemplo da sua determinação como Governador, é a ordem que deu a uma canhoneira portuguesa para recuperar uma embarcação, apresada pelos chineses e conduzida ao porto de Cantão, depois de esgotadas todas as tentativas pacíficas para resolver o diferendo. O seu nome ficou indelevelmente associado ao território, pelo respeito que incutiu em todos, mesmo nos seus poderosos vizinhos, como expressivamente se regista no Hospital que fundou, entretanto substituído por grande edifício aberto à população, que ainda hoje ostenta o seu nome (Fig. 5).



O sr. Presidente do Conselho recebeu ontem, na sua residencia, o
sr. Azevedo Lobo, comerciante na
cidade do Porto, que lhe ofereceu
um raro e valloso documento datates chineses de Macau exprimiram
a sua gratidão ao enfa governador
daquela nossa provincia, visconde de
S. Januário, pelo feito dos portugueses de libertarem da pirataria os
mares do Oriente e por lhes proporcionarem assim a segurança e o
bem-estar indispensáveis às suas
transações.

porcionarem assim a seguitarea e combem-estar indispensaveis as suatransações.

O referido documento, contido numa caixa de madeira de estilio, é diseda e escrito em caracteres chineses, sendo acompanhado de umtradução em português, tambem sobre pano de seda, do padre Nolasci de Stiva.

da sisten.

Ao que se julga, essa histórica peça foi pertença do Palácio de Vila
Viçosa e levada para o Petro por
aituras de 1910-1911, tendo sido mais
tarde adquirida pelo comercionte
que resolveu agora oferece-la ao sr.
Presidente do Conselho.

antimas de 1910-1911, belauo sico massitarde adquirida pelo comerciante que resolveu agon oferced-la ao er-Presidente do Conselho: O est, prof. de Oliveiro. Salas a apreciou sobremaneira a oferta, que agradeceu em termos de muita simpotia ao sr. Azevedo Lobo.



Figura 4 (à esquerda) – Recorte de notícia do Diário de Notícias alusiva a documento de 1874 em que a China reconheceu o direito da administração portuguesa sobre a península de Hai-Nan, depois oferecido ao Presidente do Conselho, Doutor Oliveira Salazar. Foto e colecção do Autor.

Figura 5 (em cima) – Foto do Hospital Conde de São Januário, em Macau. Colecção do Autor.



Figura 6 – Ruínas de Angkor. Reprodução da gravura que acompanhou o artigo publicado em 1877 (São Januário, 1877). Foto e colecção do Autor.

É, pois, na altura da sua plena acção governativa em Macau que a Associação dos Arqueólogos Portugueses o elegeu seu Sócio efectivo. Com efeito, as qualidades do ilustre português não se resumiam às já mencionadas, como teve oportunidade de demonstrar no decurso da missão oficial que se seguiu, para a qual foi nomeado em 1874. Esta correspondeu a uma das fases mais notáveis da carreira do então Visconde de São Januário, como Ministro Plenipotenciário junto das Cortes da China, Japão e Sião (actual Tailândia), cujos resultados se verificaram logo em 1875.

No Boletim da nossa Associação relativo a 1876, iniciou então a publicação de um extenso artigo sobre a Arquitectura Khmer, que se prolongou por 1877 (São Januário, 1876, 1877), com base na visita que fez a Angkor (Fig. 6). Neste artigo analisa detalhadamente os materiais de construção utilizados, descrevendo as técnicas construtivas seguidas na edificação dos muros, torres, calçadas, colunas, abóbadas, torres, portas, tanques, pontes, calçadas e terraços, bem como as suas características estruturais e arquitectónicas, incluindo a disposição geral dos edifícios e a respectiva descrição. Detém-se também nos motivos ornamentais, bem como nas técnicas utilizadas, discutindo por fim a cronologia

daquelas imponentes construções, que compara, pela elegância, aos templos gregos e às catedrais góticas. Foi, assim, um dos primeiros europeus a visitar esses monumentos, menos de meia-dúzia de anos depois da sua existência ter sido revelada no Ocidente por uma expedição francesa durante os anos de 1866 a 1868, cujos resultados se publicaram em 1873, ou seja, apenas dois anos antes da sua apresentação nas páginas da revista portuguesa, não se limitando o autor a seguir os pioneiros franceses, no seu detalhado estudo. A sua estada no reino de Sião, actual Tailândia, originou a sua intervenção na luta dinástica que então estava a ponto de se tornar guerra civil: a coroa do reino era disputada por dois irmãos, o monarca reinante e um pretendente, apoiado por representantes diplomáticos das potências ocidentais. Foi então que São Januário interveio, convencendo-os de que tal estratégia constituía um erro, e o caminho mais rápido para a perda de influência das ditas potências na região. O diferendo foi resolvido a favor do Rei legítimo, Rama V Chulalonkom, quinto soberano da Dinastia Chakri, que reinou de 1868 a 1910 e que foi responsável por um notável surto de desenvolvimento no País. Em agradecimento pelo notável serviço prestado, o Rei reconduzido ao Trono agraciou



Figura 7 – Diploma da Grã-Cruz da Ordem da Coroa de Sião, assinada pelo Rei Rama V Chulalonkom e datada de 14 de Janeiro de 1875. Pergaminho. Foto e colecção do Autor.

o Português com a Grã-Cruz da Coroa de Sião (Fig. 7), a 14 de Janeiro de 1875, por ele mesmo assinada. O seu reconhecimento foi ao ponto de escrever uma carta ao Rei de Portugal, D.Luís, de que foi portador o seu protector, convidando-o a visitar o seu Reino, datada de 1 de Abril de 1875 do Palácio Real de Bangkok. Se a sua acção junto das Cortes da China e do Sião foi notável, também junto da Corte do Japão aquela se fez sentir, com a reorganização do serviço consular português, tendo-lhe valido a outorga da Grã-Cruz do Sol-Nascente, estabelecida pelo Império nipónico nesse mesmo ano de 1875. Na cidade de Nagasagui, impressionou-se com uma ponte de cantaria de blocos graníticos, com dois arcos circulares, apoiados num pégão central, pelas semelhanças que tinha com tantas pontes da Metrópole, especialmente comuns na região norte, justamente designada pelos locais como "Ponte dos Portugueses", pertencente à segunda metade do século XVI. Ao publicar sobre ela uma breve notícia, com minuciosa descrição, no Boletim da nossa Associação, declarou: "É indefinível o efeito, que, em nossa visita a Nagasaki, em mim e em meus companheiros, produziu a vista d'esta singela construcção! (...). Era a ponte da villa dos Arcos de Val de Vez, cercada dos ligeiros *chalets* japonezes, e da extravagante architectura das capellas Kamis e dos pagodes budhistas! (São Januário, 1877). A valia das investigações desenvolvidas no Extremo-Oriente revelaram-se também na comunicação que apresentou à Société Académique Indo-Chinoise, da qual foi eleito Sócio Correspondente em 1880, cabendo o elogio do novo Académico a Eugène Gibert (Gibert, 1881), provando a prioridade das missões portuguesas naquela região do Mundo (São Januário, 1883).

Regressado a Portugal naquele mesmo ano de 1875, foi logo um dos fundadores da Sociedade de Geografia de Lisboa (1875), da qual foi o primeiro presidente da Direcção entre 1876/1877, sendo depois eleito seu Presidente Honorário. Ali desenvolveu, nos anos seguintes, notável actividade. Teve importante papel nas explorações africanas patrocinadas por aquela Sociedade, e interveio mais tarde nas iniciativas de carácter económico discutidas no seio da Comissão Portuguesa da Exploração e Civilização da África, ou simplesmente Comissão Africana a que presidia, sendo em 1883 eleito Presidente do Conselho Central da Sociedade.

Por Decreto de 14 de Maio de 1878, o Visconde de São Januário foi nomeado Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário junto dos Governos das Repúblicas sul-americanas, cujo desempenho foi já analisado por ilustres diplomatas (Costa, 1996; Corrêa, s/d), no que diz respeito, respectivamente ao Chile e ao Paraguay.

Missão à partida difícil e perigosa, e não apenas do ponto de vista de resistência física ou psíquica; com efeito, o Chile encontrava-se em guerra com o Peru e a Bolívia (Guerra do Pacífico), bem como lavrava guerra civil na Argentina, entre o Governo nacional e o Governo de Buenos Aires; e vivia-se ainda o rescaldo da guerra que opôs o Paraguay ao Brasil, Argentina e Uruguay (a *Tríplice Aliança*), que motivou paixões em Portugal especialmente pelo lado do Paraguay.

O objectivo desta missão foi o de reconhecer as potencialidades daqueles vastos mercados emergentes, numa perspectiva de diplomacia económica de envergadura inédita na época, firmando com os países visitados os primeiros tratados bilaterais da História Diplomática de Portugal. A escolha de São Januário deveu-se ao sucesso das suas missões anteriores, e sobretudo ao seu temperamento, firme e resoluto, mas igualmente prudente, animado pelo mais exigente espírito de missão, aliando a vasta cultura à larga experiência diplomática, acumulada no convívio entre povos muito distintos.

De facto, as visitas demoradas que sucessivamente efectuou às Repúblicas do Uruguay, Paraguay, Argentina, Chile, Bolívia, Peru e México, resultaram na assinatura de dezasseis tratados oficiais que asseguraram as bases para a projecção das actividades comerciais portuguesas, ao mesmo tempo que projectaram o nome do País e fortaleceram a sua ligação com os milhares de súbditos residentes naquela vasta região, em boa parte envolvidos em importantes e diversificadas actividades económicas.

Tão grande foi o sucesso desta missão - tendo por secretário Pedro Gastão Mesnier, que já o havia acompanhado na sua missão ao Extremo-Oriente (1846-1884) - em que foi registando minuciosamente todos aspectos característicos dos países visitados, recursos naturais, características das populações e muitos outros indicadores relevantes dos Países visitados, como a Geografia, o território e o clima; a população; a descrição das diversas capitais; a emigração; o comércio; as finanças; a instrução pública; e as condições políticas, entre outras – que o seu Relatório foi publicado em Diário do Governo em Livro Banco do Ministério dos Negócios Estrangeiros, juntamente com os textos dos tratados celebrados. Preocupado em informar o público dos resultados obtidos, ele próprio promoveu a publicação desse Relatório na Imprensa Nacional, tornando-a acessível ao grande público. Prestou, assim, um serviço aos portugueses potencialmente interessados em investir naqueles mercados emergentes (São Januário, 1880). Foi esta obra e a missão que lhe estava subjacente que lhe valeu a

eleição como Sócio Correspondente da Academia Real das Ciências de Lisboa, a 17 de Fevereiro de 1881, como decorre da leitura da proposta (ACL, Processo Individual do Visconde de São Januário).

A esta Academia legou importante acervo etnográfico, resultante do seu espírito sempre desperto pelas culturas antigas dos Países que visitou. Ali se conservam nove artefactos de barro moldado, dos quais oito são recipientes zoomórficos ou fitomórficos (Fig. 8), das Culturas Chimú, dos Andes Centrais e Lambayeque, da costa norte do Peru, respectivamente produzidos entre os anos 1000-1476 e 600-1000 d.C. (Antunes e Cantinho, no prelo).



Figura 8 – Recipiente em forma de macaco, de argila moldada, a comer um fruto. Cultura Chimú. Andes centrais, Peru. Período Intermédio tardio, 1000-1476 d.C. (seg. Antunes e Cantinho, no prelo). Altura: 22,2 cm. Foto do Autor.

Esta faceta marcadamente cultural da sua actividade, reveladora de espírito atento e sempre motivado para divulgar em Portugal o património cultural de outros povos que com o País estão ou poderão vir a estar relacionados – aliás já evidenciado pelo importante e detalhado estudo sobre as ruínas de

Angkor, ou a forma como se emocionou perante a modesta ponte de Nagasaki - é condizente com o desejo de dotar as principais instituições científicas da capital com colecções que até então não existiam no País. Aquando do regresso do Oriente, acompanhou-o conjunto de peças orientais que expôs em 1878 na sua casa da Rua do Alecrim, em Lisboa, descritas em catálogo próprio, organizado com a ajuda de Gastão Mesnier (São Januário e Mesnier, 1877). Procurava assim chamar a atenção da sociedade lisboeta do seu tempo para múltiplas realidades culturais que esta desconhecia quase totalmente, apesar das centenas de anos de contactos com culturas do Extremo-Oriente (Sudeste Asiático. China e Japão). Dos 618 lotes inventariados no referido catálogo, alguns foram então leiloados, o que se compreende, porque os militares em missão no Ultramar não podiam trazer divisas das respectivas colónias para a Metrópole, vendo-se obrigados, antes do regresso, a comprar bens de vária ordem, para capitalizarem as economias reunidas. Dos restantes lotes, uns conservou pessoalmente; outros, cerca de 650, incluindo peças não inventariadas no dito Catálogo, foram colocados em depósito no Museu Colonial de Lisboa, então instalado na Rua do Arsenal, nesse mesmo ano de 1878, nas vésperas da sua partida para a América do Sul. Tal depósito tornou-se em doação do próprio, feita em 1892, tendo o dito acervo dali transitado para o Museu Colonial e Etnográfico da Sociedade de Geografia de Lisboa, extraviando-se, entretanto, uma parte muito considerável do mesmo (Cantinho, 2002).

Outro importante conjunto foi o oferecido ao Museu da Associação dos Arqueólogos Portugueses, constituído por preciosos exemplares da arte pré-colombiana, recolhidos no decurso da missão efectuada, muito mais numeroso e importante que o oferecido à Academia Real das Ciências de Lisboa, o qual foi já detalhadamente estudado (Paz Cabello, 2005). Pertencem a este conjunto as duas múmias peruanas actualmente expostas na sede da AAP (Fig. 9), uma de mulher, outra de jovem, pertencentes à Cultura Chancay, ambas do século XVI. Ambas foram dadas a conhecer por São Januário,



Figura 9 – Múmia de mulher. Fotografia que acompanhou o artigo publicado (São Januário, 1885). Peru Cultura Chancay (seg. Cabello, 2005). Foto e colecção do Autor.

indicado que provêm dos campos arenosos situados ao Norte de Lima, nas imediações dos quais existiam ruínas de antigas povoações indígenas (São Januário, 1885). Esta nota deve ter resultado do grande sucesso da exposição pública de tais exemplares, pertencente a uma realidade então completamente desconhecida em Portugal. Com efeito, é previsível o impacto na sociedade lisboeta da exposição pública tantos das múmias, como de todos os estranhos objectos trazidos por São Januário, pela primeira vez expostos em 1880 no Museu do Carmo. Possidónio da Silva apresentou desse evento detalhada descrição, acompanhada de fotografia, sublinhando os serviços de São Januário (Silva, 1880), que então já ocupava uma das duas vice-

-presidências da Associação, em representação da Secção de Arqueologia. Foi também este importante serviço prestado à Associação que justifica a imposição da sua Medalha de Prata, na sessão de 22 de Novembro de 1881 (Carvalheira, 1914), depois de a outorga da mesma ter sido decidida em sessão de 12 de Maio de 1880 (Dias, 1907).

Aquela exposição não se limitava, porém, à vertente arqueológica, pois também interessou uma importante colecção mineralógica, constituída por mais de 400 exemplares de minerais do Peru e do México, bem como das minas do Chile. Desconhece-se o destino dado a tais exemplares, a par da colecção ornitológica reunida. Verifica-se, assim, que era um homem plenamente do seu tempo, procurando dar a conhecer na Europa, a riqueza das realidades culturais e naturais presentes e pretéritas de outras regiões não menos ricas desse ponto de vista, com as quais o nosso continente teria forçosamente de estreitar laços de mútua colaboração, ao mesmo tempo que dotava o País de colecções preciosas que poderiam suportar e incentivar a própria investigação científica nesses até então quase completamente ignorados domínios.

O sucesso da empresa americana, bem como as consequências que dela advieram – sublinhe-se que a ratificação, em Lisboa, dos dezasseis tratados celebrados se prolongou por vários anos – que a 20 de Janeiro de 1880, foi elevado a Par do Reino e, logo a 3 de Junho de 1880, Ministro da Marinha e do Ultramar em governo chefiado por Anselmo Braamcamp Freire (1879-1881).

Na actuação de São Januário, para além do interesse científico e cultural de todas as iniciativas pessoais que abraçou ao longo da sua vida, preocupado em fazer elevar o nível escolar e, em geral, da instrução da população, sem esquecer a vertente lúdica, de que é exemplo a criação do Jardim Zoológico de Lisboa de que foi o 1.º Presidente da Direcção, entre 1883 e 1884, transparece componente humanitária. Embora esta fosse quase obrigatória entre a elites dirigentes da época, não deixa de se interessante vê-lo como um dos fundadores da Sociedade Protectora dos Animais, em 1875.

Só veio a casar depois de regressado das quatro partidas do Mundo, desposando a 25 de Novembro de 1885, Dona Maria Clementina de Lancastre Vasconcelos e Sousa Leme Corte Real, filha de Manuel Cardoso Rangel de Quadros Corte Real e de sua Mulher Dona Maria Teresa Leme de Macedo de Lancastre Vasconcelos e Sousa. Pouco tempo depois nasciam as suas duas filhas, como atesta um cartão de felicitações de Camilo Castelo Branco, seu velho Amigo dos tempos em que São Januário exerceu os altos cargos político-administrativos no Norte do País acima referidos (Fig. 10).

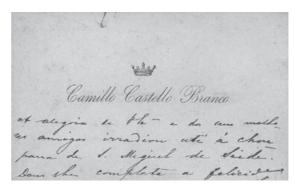


Figura 10 – Cartão autógrafo de Camilo Castelo Branco, felicitando São Januário pelo nascimento de uma filha, datado de 29/10/1887. Foto e colecção do Autor.

Em 1886 integrou de novo o Ministério, desta vez chefiado pelo Conselheiro José Luciano de Castro, sobraçando a pasta da Guerra, tendo nessa qualidade reconhecido e regulamentado a actuação em Portugal da Associação Cruz Portuguesa (n/a, 1896), passando a Ministro e Secretário de Estado honorário em 1888, sendo promovido a General de Brigada em 1893, ano em que foi nomeado Comandante do Corpo de Estado Maior.

Em 1896 foi promovido a General de Divisão, e em 1897, foi nomeado Comandante da 1.ª Divisão Militar (Lisboa), sendo consequentemente exonerado do cargo de Comandante da Escola do Exército, que exerceu entre 1896 e 1897 (actual Academia Militar), em cujo Salão Nobre se encontra exposto retrato a óleo. Assumiu a direcção deste estabelecimento em acumulação com a presidência da Comissão encarregue de organizar o Exército Colonial, fazendo uso da sua vasta experiência neste

domínio da Administração, da qual foi exonerado em 1898, aquando da sua passagem à reserva. Foi então louvado pelo excepcional zelo e elevado critério com que desempenhou tão relevante cargo.

Entretanto, constituiu-se como uma das principais figuras da Subscrição Nacional para a Defesa do País, na sequência do Ultimato inglês, formada logo em finais de Janeiro de 1890, tendo assumido o cargo de Presidente da Comissão Executiva, constituída a 7 de Fevereiro desse ano. O extraordinário movimento cívico que abrangeu todo o País, tocando por igual todas as classes sociais, estendeu-se às comunidades de súbditos portugueses espalhados pelo Mundo. Desse esforço colectivo, resultou a aquisição de um navio de guerra construído em Itália, o cruzador Adamastor, bem como de mais três navios de guerra, além de armamento destinado aos voluntários de Lourenço Marques, fundos para as missões ultramarinas e para a Sociedade da Cruz Vermelha. Os trabalhos desse notável grito colectivo de revolta encontram--se espelhados em dois grossos volumes publicados pela Imprensa Nacional, contendo as actas de todas as reuniões havidas, a transcrição da documentação recebida e enviada, bem como a totalidade dos montantes das subscrições e os nomes dos respectivos subscritores. Os trabalhos prosseguiram ininterruptamente durante anos, tendo-se realizado, até 23 de Janeiro de 1899, 156 sessões, terminando a missão da Comissão Executiva com apresentação do Relatório de Gerência, datado daquele dia (n/a, 1897, 1899).

Uma vez mais, esta incumbência difícil e complexa, que abarcou nove longos anos de trabalhos árduos, foi aceite pelo já então Conde de São Januário com o mesmo espírito cívico e de missão demonstrado em todas as anteriores iniciativas em que esteve envolvido, saldando-se, de novo, por notável sucesso. Assim revelou, uma vez mais, o seu carácter generoso para, não obstante a imensidade de tarefas que o assoberbavam, colocar o seu tempo e sabedoria em prol do interesse da Pátria, por dilatado período de tempo, sujeitando-se voluntaria e desinteressadamente ao escrutínio da opinião

pública, tantas vezes mesquinha e ingrata: era a figura do Patriota empenhado que, mais uma vez, se impôs, despretensiosamente, à consideração dos seus concidadãos, que avaliaram o seu desempenho, uma vez mais, não pelas belas intenções, mas pelos resultados concretamente obtidos.

Quando terminou esta missão cívica, já o Conde de São Januário ocupava, desde finais de 1896, o lugar de Presidente da AAP, conforme acima se referiu, cargo que só viria a abandonar por falecimento, ocorrido a 27 de Maio de 1901, vítima de doença prolongada, na sua quinta de Paço de Arcos. A sua longa permanência no cargo de Vice-Presidente da Associação, dado que a primeira vez que se saiba ter sido eleito remonta a 1880, conforme se indica no volume do Boletim daquele ano (p. 13), os contributos efectivos que se lhe devem para a projecção da Associação, com destaque para a exposição realizada em 1880 com base nos espólios que trouxe da América e que em boa parte ofereceu à instituição, e o prestígio do seu nome, muito útil para resolver questões de carácter administrativo ou financeiro desde sempre existentes, justificam sobejamente a eleição. O seu serviço em prol da agremiação pode medir-se pelas actividades descritas no Boletim da AAP, que continuou a ser regularmente publicado durante a sua presidência, tendo para tal conseguido que as dívidas acumuladas fossem suportadas pelo Estado, tal como se verificou com diversas obras e melhoramentos no seu tempo efectuados, diligências de que se encarregou pessoalmente, e que bem evidenciam o empenho colocado no exercício do cargo, secundado por todos os que o acompanharam na condução dos destinos da Associação. Um dos aspectos debatidos foi o da representação da AAP na legislação sobre os Monumentos Nacionais, no quadro da sua protecção e recuperação, que constituiu um dos aspectos mais relevantes das discussões então havidas, questão que só foi legalmente resolvida em vésperas da República, com a promulgação do diploma que instituiu os primeiros Monumentos Nacionais do Reino (Junho de 1910). Não é este o momento para se caracterizar detalhadamente a acção do Conde de

São Januário à frente da Associação, aliás já objecto de estudo descritivo (Dias, 1903/1904).

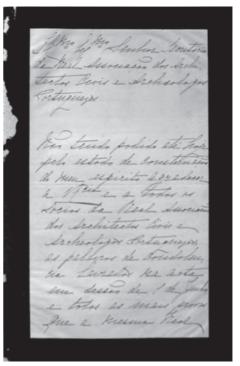
A participação do Conde de São Januário, em Lisboa na recepção a Mousinho de Albuquerque, a 14 de Dezembro de 1897, ladeando o herói africano (Fig. 11), foi o corolário da sua vida pública. Aquando do seu passamento, foi a sua perda muito sentida no seio da AAP, especialmente por aqueles com ele privaram mais de perto, motivando agradecimento por parte da Condessa (Fig. 12). El-Rei D. Carlos manifestou-lhe então, pela uma última vez, o alto apreço que detinha por aquele que fora

fiel servidor de seu Pai e dele próprio e Membro do seu Conselho, enviando coches para transportarem o féretro (n/a, 1901). Desaparecia um Português que, ao longo da sua operosa vida, tanto em Portugal, como nas difíceis missões de que foi incumbido, soube sempre defender os interesses de Portugal, sem deixar de pugnar pela formação cívica dos seus concidadãos, num raro e desinteressado exemplo dos benefícios que para a comunidade podem resultar do simples – e tão difícil! – exercício da cidadania, tão livre quanto responsável, mas sempre consequente.



Figura 11 (em cima) – Recepção a Mouzinho de Albuquerque, em Lisboa, aquando do seu regresso de África, a 14 de Dezembro de 1897. O Conde de São Januário, então Comandante da 1.ª Divisão Militar, dá a direita ao herói africano. Foto e colecção do Autor.

Figura 12 (à direita) – Carta de agradecimento da Condessa de São Januário, de 28/7/1901, pelas condolências pelo passamento do Conde, verificado a 27/5/1901. Arquivo da AAP. Foto do Autor.



### **AGRADECIMENTOS**

Ao Senhor Tenente-Coronel Engenheiro Francisco Magro, da Academia Portuguesa da História, pela ajuda na identificação das medalhas e ordens honoríficas possuídas pelo Conde de São Januário, com base na análise das fitas e dos diversos retratos conhecidos.

Ao Senhor Prof. Doutor M. Telles Antunes, Director do Museu da Academia das Ciências de Lisboa, por ter autorizado a fotografia de um dos exemplares mais representativos da colecção pré-colombiana oferecida pelo Conde de São Januário àquela Academia, ainda inédito.

Ao Senhor Dr. D. Marcus de Noronha da Costa (Subserra), da Academia Portuguesa da História, pelo interesse com que acompanhou a preparação deste trabalho.

Ao Senhor Dr. José Morais Arnaud, Presidente da Associação dos Arqueólogos Portugueses, autor do convite que está na origem deste estudo, por ter franqueado a consulta e reprodução de documentação do arquivo daquela instituição relacionada com a presidência do Conde de São Januário e à Senhora Dr.ª Célia Nunes Pereira, por gentilmente ter facultado cópias das actas de algumas das reuniões associativas com interesse para este estudo.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Nota: a biografia do Conde de São Januário, encontra-se muito dispersa, sendo por vezes contraditória, especialmente no respeitante a datas de exercício de cargos, pelo que apenas se utilizaram as referências mais fidedignas. Particularmente útil, sob este ponto de vista, foi o estudo do malogrado Dr. Callapez Corrêa, abaixo elencado.

ALMEIDA, J. Correia de, futuro SÃO JANUÁRIO, Visconde de (1860) – Memória sobre a construção de um caes no porto da cidade da Praia na ilha de S. Thiago de Cabo Verde. Cidadeda Praia: Imprensa Nacional.

ANTUNES, M. T.; CANTINHO, M. (no prelo) – Colecções etnográficas da Academia das Ciências de Lisboa. Colômbia Britânica, Havai e Peru. Comunicações apresentadas à Classe de Ciências de 16/2/2006 e 21/2/2008. No prelo.

CABELLO, Paz (2005) – América Pré-Colombiana. Precedentes e contexto. In ARNAUD, J. M.; FERNANDES, C. V., coord., Construindo a Memória. As colecções do Museu Arqueológico do Carmo. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, p.553-579.

CANTINHO, M. (2002) – O coleccionador Visconde de São Januário: orientalismo e americanismo nas colecções oitocentistas. *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*. Lisboa. 120, p. 63-76.

CARVALHEIRA, R. (1914) – Um feixe de saudades – esboço do elogio histórico dos falecidos sócios Valentim José Correia, Conde de S. Januário. Joaquim José da Nova, Adolpho Ferreira Loureiro e Gabriel Pereira. *Boletim da Associação dos Archeologos Portuguezes*. Lisboa. Série V, 13 (3), p. 91-113.

CORRÊA, F. Callapez (s/d) – O Paraguai em 1878, visto por um diplomata português: o Conde de São Januário. Ms. inédito.

COSTA, M. de Noronha da (1996) – Dois Portugueses no Chile: o Visconde de São Januário e o Eng.º José Cordeiro. *Insvlana*. Ponta Delgada. 52 (separata).

DIAS, E. A. da Rocha (1903/1904) – A Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes desde o 25.º aniversário da sua fundação. *Boletim de Architecura e Archeologia*. Lisboa. IV Série, 9 (11), 1903, p. 18-24; 9 (12), 1903, p. 31-36; 10 (1), 1904, p. 33-38; 10 (2), 1904, p. 62-67.

GIBERT, E. (1881) – Le mouvement économique en Portugal et le Vicompte de San Januário, Membre correspondant de la Société Acdémique Indo-Chinoise. Paris : Siège de la Société Académique Indo-Chinoise, p. 9.

GONÇALVES, R. O. (1995) – Terrugem Terra e Gente de Paço de Arcos. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras.

Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira (s/d) – São Januário (Conde, Visconde e Barão de). Lisboa/Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia Limitada.

LEÃO, A. de (1880) – O Visconde de San Januário Tenente-Coronel do Corpo de Estado-Maior. Lisboa: Lallemant frères.

MARTINS, J. F. Ferreira (1935) – Os vice-reis da Índia (1505-1917). Lisboa: Imprensa Nacional.

N/A (1896) – *Sociedade da Cruz Vermelha Portugueza*. Estatutos. Lisboa: Impensa Nacional.

N/A (1897, 1899) – Subscripção Nacional para a defesa do País. Relatório da Commissão Executiva. Vol. 1 – Documentos (1897); Vol. 2 – Actas das sessões da Commissão Executiva. Contas de receita e despesa. Índice alphabetico dos subscriptores (1899). Lisboa: Imprensa Nacional.

N/A (1901) – Occidente. Revista Illustrada de Portugal e do Extrangeiro. Lisboa. 24, n.º 808, p. 121-122.

N/A (s/d) – São Januário, Conde de, *Dicionário Lello Universal*. Porto: Livraria Chardron.

PINTO, A. da Silva; SANCHES DE BAENA, Visconde de (1991) – *Resenha dos Titulares e Grandes de Portugal*. 2.ª edição. Lisboa: Empresa Editora de Francisco Arthur da Silva, 2, p. 552-553.

SÃO JANUÁRIO, Visconde de (1868) – Collecção dos Relatórios das visitas feitas aos Districtos pelos respectivos Governadores

Civis, em virtude da portaria de 1 de Agosto de 1866. Lisboa: Imprensa Nacional.

SÃO JANUÁRIO, Visconde de (1872) – Duas palavras acerca da ultima revolta do Exercito do Estado da Índia. Bombaim: Typographia de "Economist Steam Press".

SÃO JANUÁRIO, Visconde de (1875) – *Relatório do Governador da Província de Macau e Timor (1872-1874)*. Lisboa: Imprensa Nacional.

SÃO JANUÁRIO, Visconde de (1876/1877) – A architectura Khmer. Ruínas de Angkor Wat no Reino do Cambodge. *Boletim Architectonico e de Archeologia*. Lisboa. Série II,1 (12), 1876, p. 183-185; 2 (2), 1877, p. 17-21; 2 (3), 1877, p. 22-43.

SÃO JANUÁRIO, Visconde de (1877) – Ponte dos Portuguezes em Nagasaki. *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes*. Lisboa. Série II, 2 (4), p. 49-50.

SÃO JANUÁRIO, Visconde de (1880) – Missão do Visconde de San Januário nas Republicas da América do Sul. Lisboa: Imprensa Nacional.

SÃO JANUÁRIO, Visconde de (1883) – Documents sur les missions portugaises au Cambodge et en Conchichine. *Bulletin de la Société Académique Indo-Chinoise*. Paris. Série II, 2, p. 183-193.

SÂO JANUÁRIO, Visconde de (1885) – As múmias do Peru. Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes. Lisboa. Série II, 4 (8), p. 142-143.

SÃO JANUÁRIO, Visconde de; MESNIER, P. G. (1877) – Catalogue des objects d'art des Indes, de la Chine, du Japon et du Sian existant dans la galerie du Vicompte de St. Januario. Lisboa: Y. J. de Sousa Neves.O agente leiloeiro foi Dias de Oliveira, conforme consta da capa da publicação.

ZÚQUETE, A. e tal. (1960) – *Nobreza de Portugal*, 3. Lisboa/Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia Limitada, p.320-321.

# TEMPOS DE ESPERANÇA

## A ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEÓLOGOS PORTUGUESES E A 1.ª REPÚBLICA (1910-1926): CONTINUIDADES E MUDANÇAS

Jorge Custódio

Investigador do Instituto de História Contemporânea / jmrcustodio@gmail.com

### Resumo

Neste estudo, integrado nos 150 anos da Associação dos Arqueólogos Portugueses (1863-2013), pretende-se abordar a história desta sociedade durante o período republicano (1910-1926). A mudança de regime político teve consequências importantes numa sociedade constituída durante o período da monarquia constitucional. Para além dos efeitos sociais imediatos, assiste-se a mudanças estatutárias que modernizam a vida da Associação (AAP), adequando-a à legislação vigente. A AAP abre as suas portas a outros grupos sociais e intervêm, de modo mais consequente, na política cultural e na defesa e protecção do património cultural português. Dada a sua implantação territorial, a AAP consegue exercer uma grande influência cultural no país, observa-se a sua participação na Comissão dos Monumentos.

**Palavras-Chave**: História Cultural, Associativismo, Património Cultural, Monumentos Históricos, Museus, República Portuguesa, Conservação e Restauro.

## Abstract

In this study built on 150 years of the Association of Portuguese Archaeologists (1863-2013), aims to address the history of this society during the Republican period (1910-1926). The change of political regime had important consequences in a society born during the period of the constitutional monarchy. Beyond the immediate social effects are witnessing statutory changes were introduced, adapting it to the current legislation. The AAP opens its doors to other social groups and intervenes in a more consistent manner, in cultural politics and the conservation and protection of the Portuguese cultural heritage. As a result of its implantation at national level, this Association plays an important cultural role, participating actively in the National Monuments Comission.

**Keywords**: Cultural History, Associativism, Cultural Heritage, Historic Monuments, Museums, Portuguese Republic, Conservation and Restoring.

«A Associação dos Arqueólogos Português absolutamente estranha a qualquer partido político, tem como fim exclusivo da sua existência guardar as preciosidades arqueológicas e artísticas, sejam elas de que natureza forem, disseminando por toda a parte e por todas as formas o amor da arqueologia e da arte»

(Nogueira de Brito, Acta 76, de 15 de Novembro de 1912)

Em 5 de Outubro de 1910, a Associação dos Arqueólogos Portugueses (AAP) era já uma sociedade científica, artística e cultural de prestígio nacional e de reconhecido alcance internacional. Gozava, desde o terceiro quartel do século XIX de "simpatia pública" e voz na imprensa portuguesa. Era apreciada pela sua atitude de intervenção e crítica nos assuntos de arquitectura, de arqueologia e de arte, colaborando com o Estado em matérias de classificação, de salvaguarda, de conservação e de restauro do património monumental, arquitectónico, artístico e documental de Portugal. Nenhuma sociedade deste género existia no país, como afirmara Adolfo Ferreira Loureiro, presidente da Associação, em 22 de Novembro de 1909 (fig. 1), pelas características especiais da sua orgânica, da conjugação de esforços de cooperação dos seus associados e pelo modo como se implantara no território nacional, do Minho e de Trás-os-Montes ao Algarve, ou da forma como agia em defesa dos valores da «Tradição».

Em vésperas do seu cinquentenário, a AAP viveu os primeiros três anos de República numa situação assaz vantajosa do ponto de vista da sua continuidade e do seu legado cultural. Em 22 de Novembro de 1909 modernizara-se de acordo com novas regras de funcionamento estatutário, libertando-se dos seus primitivos vínculos ao modelo societário que acabara por cair na Rotunda, em 5 de Outubro. Operara-se a mudança dos estatutos, subscrita em 1907, por quarenta e dois associados, garantindo assim uma maior permeabilidade à intelectualidade das novas gerações de arquitectos e arqueólogos, ligadas a outros princípios políticos (Acta n.º 25, de 28 de Junho de 1907, *Boletim da AAP*, XI, 3: 212-214). A defesa do seu legado foi subscrita

pela independência como assistiu à mudança do regime, cortando a coroa real da sua designação oficial, mantendo a autonomia, apesar do elemento monárquico existente nas suas fileiras, deixando vicejar os associados próximos dos novos ideários políticos, tornando-se imune, a partir de 1912, ao conflito partidário republicano, em nome dos seus fins estatutários e inscrevendo na sua *praxis* associativa o código ético que, doravante, acompanhará os horizontes da sua independência política e a exclusividade da acção cívica e educativa.



Figura 1 – Adolfo Ferreira Loureiro. Fotografia de Vital & Fonseca Photographos – Calçada do Combro, 29 – Rua de Belver, 6, Lisboa. Cerca de 1900. AHAAP. Primeiro presidente do período republicano, em efectividade de funções entre 1909-1911.

Na realidade, a AAP mostrou um grau de participação na vida cultural portuguesa sem paralelo embora, em 1910, outras instituições e corporações de carácter oficial ou estatutário continuassem a exercer a sua acção e influência em áreas culturais afins dos seus objectivos. Depois da implantação do liberalismo, as Academias de Belas Artes, a Academia de

Ciências de Lisboa e a Biblioteca Nacional tiveram alguma influência nas primitivas políticas de protecção do património monumental, histórico, artístico e arqueológico. Todavia, entre a Regeneração e a tentativa de Reforma das Belas Artes (1875) nada de verdadeiramente fundamental acontecera para a criação do sistema de protecção e preservação do património português que pudesse de facto colocar Portugal ao lado do que fazia, desde 1830, no seio das nações europeias. Adiavam-se decisões, perdiam-se bens artísticos, históricos e arqueológicos de valor educativo e cultural que punham a nu, a nível internacional, o atraso civilizacional da nação portuguesa.

A história da associação, independentemente dos objectivos que se pretenderam implementar, requer ser compreendida a partir da mudança da composição dos seus quadros associativos, que se reflectiu na própria denominação. Inicialmente, a associação mostra querer ser um organismo corporativo, procurando a defesa dos arquitectos civis e dos arqueólogos na sociedade portuguesa e do lugar da arquitectura, da sua história e valores históricos. O interesse da arqueologia afirma-se uns anos depois (1872), ainda que em simultâneo com as intenções do Estado motivadas pela participação de Carlos Ribeiro no Congresso Internacional de Bruxelas, em 1875, que levará à constituição da Comissão Geológica. Aquele facto teve relevância na alteração da designação e dos objectivos associativos. A perda gradual dos objectivos corporativos de defesa dos valores profissionais da arquitectura irá reflectir-se na cisão de 1902, altura em que, com a criação da Sociedade dos Arquitectos Portugueses, se restringiu a esfera da sua actuação à arqueologia, enquanto que a arquitectura e a construção passaram a ser entendidas na dupla asserção de história dos edifícios notáveis e de protecção do património. A manutenção de alguns dos arquitectos nas fileiras da AAP permitiu continuar objectivos e secções criadas anteriormente.

Tendo em conta esta panorâmica da actividade associativa e pública da AAP pretendemos, neste estudo, analisar qual foi a sua actividade e relevância durante o período republicano. Perceber as mu-

danças e as continuidades do seu ser social, entre 1910 e 1926. Devemos identificar em primeiro lugar o legado associativo e patrimonial recebido pelos novos dirigentes do Carmo e como moldaram essa herança aos novos desafios sociais, colocados pela nova orgânica institucional e pelos conceitos de salvaguarda e conservação dos bens patrimoniais. Saber como conjugaram tradição e modernidade no novo quadro do alargamento social dos valores culturais. Outrossim, quanto aos caminhos traçados para a prossecução dos seus fins, atendendo à participação pública e ao desenvolvimento do Museu do Carmo ou da arqueologia portuguesa.

#### 1. O LEGADO ASSOCIATIVO E PATRIMONIAL

Nos momentos chave da história cultural de uma instituição, o confronto entre o novo projecto estatutário e a herança passada impõe-se como condição essencial da sua sobrevivência ou da sua afirmação futura. Na AAP estão detectadas diversas crises de crescimento antes da implantação da República, sinais evidentes da sua actividade e da adaptação constante às realidades políticas, sociais e culturais de cada época. Embora vigorasse como esteio essencial do conceito associativo, como factor de unidade de discussão democrática e de colaboração entre todos os seus membros, uma associação não se encontra imune às mudanças históricas e, neste caso, a alteração de regime reflectiu-se no interior da associação, muito mais do que possa parecer. Como explicar a necessidade de alterar Estatutos, se não for motivada pelas mudanças das realidades históricas?

A experiência das crises de crescimento da AAP, mostrava às novas gerações as etapas de desenvolvimento do projecto cultural público e o modo de ser associativo, bem como a recepção da sua actividade pelos diferentes sectores sociais relacionados com os seus fins estatutários. Ao fim de quase 50 anos de vida, o legado associativo encontrava-se constituído, consciencializado pelo núcleo dirigente mais activo, como se fosse um distintivo especial da natureza da organização no seio da sociedade portuguesa contemporânea. Se atendermos ao modelo de sucessão governativa dos seus quadros internos

- assente na continuidade de dirigentes de triénio para triénio - pode perceber-se a lógica da continuidade que se impôs como espinha dorsal da sua actividade. Observando, o acervo das actas da AAP, tanto as da Assembleia Geral como as da Direcção, percebem-se os caminhos traçados da continuidade e também da mudança, que se reflectem gradualmente na sua história cultural. Este é o aspecto essencial que se pode retirar da sua vida associativa, que projecta aquilo que se concebeu, se projectou, se quis e aquilo que, na realidade, veio a materializar-se ao longo do tempo.

No momento de viragem republicana – um choque político para muitos dos seus quadros associativos vinculados à tradição monárquica – a AAP manifestava dispor de um capital cultural de enorme significado social, passível até de ser aproveitado pela nova geração de associados, ligados à renovação cultural dos últimos treze anos (1897-1910), isto é, depois da morte de Possidónio da Silva. Estes novos quadros associativos tinham quase todos ingressado na AAP antes de 1910 e entre eles estavam destacados adeptos do republicanismo: Adães Bermudes, José Queiroz, José Alexandre Soares, Rosendo Carvalheira, José Pessanha, Arthur Lamas, Costa Campos, Gustavo de Matos Sequeira e Félix Alves Pereira.

Em primeiro lugar, o legado mostrava claramente o papel desempenhado na dignificação e defesa dos arquitectos portugueses e do seu papel criativo na sociedade portuguesa contemporânea. Este aspecto, ainda se mantinha vivo em 1910, embora tivesse sido criada a Sociedade dos Arquitectos Portugueses, pois muitos deles, enquanto sócios efectivos, mantiveram-se dentro da AAP, atendendo à sua origem fundacional e trabalhando nos problemas da conservação dos monumentos. O novo «grémio» impusera-se face à diluição dos princípios classistas que tinham norteado a geração dos fundadores, tendo como paladino Possidónio da Silva na defesa do seu lugar na sociedade, tanto a nível nacional, como internacional. Todavia, a natureza dos estudos superiores de arquitectura, que punham em evidência, naquele tempo, as relações entre a

história, a arte e a arqueologia, as teorias e práticas de restauro arquitectónico e a definição de diferentes escolas de conservação e restauro (francesa, inglesa e italiana), dispunham de um centro de debate científico no seio da AAP, que lhes permitia intervir na crítica patrimonial, na denúncia de intervenções de restauro menos avisadas, exercendo a sua influência nas comissões e conselhos superiores dos monumentos nacionais.

A AAP, dada a sua implantação nacional, estava em melhores condições de confrontar o atraso português em matéria de protecção dos monumentos históricos do que qualquer outra instituição. O facto de reunir, nos seus quadros associativos, "especialistas" e críticos de arte, garantia-lhe um estádio superior de consciência dos valores patrimoniais que, em conjugação com o carácter "não-governamental" da instituição, lhe facilitava os movimentos cívicos de que o caso da Circular de 1897, foi o mais consequente exemplo, testemunhando a sua capacidade interventiva a nível nacional (CUSTÓDIO, 2011a: 298-300 e 422). Não se tratava apenas de sensibilização social na área do património, facilitado pelos horizontes estatutários. Era sobretudo a possibilidade de confrontar os governos com a sua "indiferença oficial" (de acordo com as teses de Ramalho Ortigão, no Culto da Arte em Portugal) em matéria de políticas de protecção dos bens culturais, a falta de visão de Estado quanto às vantagens da conservação do património e a sua degenerescência em matéria de valores a salvaguardar, alheia ao movimento internacional do Culto dos Monumentos, tal como se afirmara depois de 1889.

Deste modo, a AAP enquadrava as elites culturais, sobretudo as citadinas, nos objectivos públicos da defesa do património artístico, histórico, arquitectónico e arqueológico, difundindo novas técnicas de conhecimento dos monumentos, quer a nível de desenho gráfico, como de registo documental e fotográfico. Face ao alheamento governamental, lidera enquanto grupo ou por via dos seus sócios mais activos, a cruzada contra o vandalismo dos monumentos e a saída de objectos de arte do país, como sinais de atraso civilizacional, seguin-

do as denúncias internacionais de Victor Hugo, de Conde de Montalembert, de Viollet-le-Duc, de John Ruskin ou de Charles Normand (o último, enquanto organizador do Congresso Internacional para a Protecção das Obras de Arte e Monumentos, realizado em Paris, em Junho de 1889), lembrando constantemente os obreiros portugueses que lutaram contra o abandono e o vandalismo, entre eles Alexandre Herculano e Almeida Garrett. Traça, de forma construtiva e atenta à realidade internacional, os princípios ainda elementares da salvaguarda do património, contribuindo assim para a construção de um sistema de protecção dos monumentos de arte e história do país à semelhança do que estava a acontecer em França, na Holanda, na Itália, na Inglaterra e na Alemanha.

Demonstrámos num outro estudo (CUSTÓDIO, 2011a: 237-453) como a AAP colabora com o Estado nos primeiros esboços das políticas patrimoniais, quer fornecendo listagens de monumentos nacionais com o fim da classificação oficial, quer munindo os organismos consultivos com os primeiros inventários gerais do património arquitectónico de menor valia monumental – cruzeiros (1904-1905 - VITERBO: 1905), casas memoráveis (1906-07)<sup>1</sup>, pelourinhos (1904-1908), colaborando, através da sua voz crítica, na constante actualização dos conceitos e técnicas de protecção e salvaguarda. Recorde-se que, para além de todo este capital cultural, os organismos estatais recrutavam no seio associativo uma percentagem elevada dos membros dos conselhos consultivos, aspecto que ainda é mais evidente no período republicano.

No campo da salvaguarda a experiência de pressão pública era grande, antes e, sobretudo, depois de 1897, ajudando inclusive a crítica das novas gerações à inexistência de políticas patrimoniais. Para além das representações enviadas aos órgãos governativos e ao Parlamento, a influência da associação fazia-se através da imprensa diária, conseguindo a publicação dos seus comunicados nos mais importantes periódicos portugueses, como o Diário de Notícias ou O Século, entre outros. Também era veículo da comunicação e da acção de outras associações, instituições e particulares. Por vezes eram recebidas no Carmo cópias da correspondência enviada aos governos e a AAP fazia eco das iniciativas de carácter público tomadas por outras entidades<sup>2</sup>. Aliás, a AAP encontra-se constituída como a agência de protesto da sociedade civil junto das "estações oficiais" do Estado, dando assim corpo às suas funções estatutárias<sup>3</sup>.

Um segundo legado associativo veio a adquirir dominância a partir da crise de 1872, desde o momento em que a Associação dos Arquitectos Portugueses abriu as portas associativas aos arqueólogos e amadores de arqueologia. Referimo-nos aos estudos científicos de arqueologia, no seu conceito amplo, do ponto de vista cronológico, tipológico e teórico. Reconhecia-se, em 1872, a

¹ Encontra-se esclarecida a participação da AAP no processo da classificação dos monumentos nacionais. Não foi o mapa apresentado em Dezembro de 1880 que veio a ser aprovado. Este serviu de base para a selecção dos bens que a partir de 1904 foram elencados no lote dos monumentos aprovados e homologados pelo governo (Decreto de 16 de Junho de 1910). O Estado português considerou, em geral, as propostas analisadas e discutidas pela associação e até requereu que fossem apresentadas listas de outros valores arquitectónicos, como o caso das casas memoráveis. Cf. Ofício do Secretário da Comissão Executiva do Conselho dos Monumentos Nacionais. AHAAP – Correspondência Recebida. Ano de 1907. Na classificação de 1910, algumas das propostas foram consideradas.

<sup>&</sup>lt;sup>2</sup> Para a conservação dos monumentos nacionais, o Grémio Técnico Português resolveu enviar ao Ministro da Instrução Pública, no período republicano (12/07/1913), um ofício de modo a estabelecer a "disciplina intelectual da sociedade portuguesa", dado que se exigiam "medidas de ordem moral e material" que implicavam, por um lado, que fosse entregue os serviços de conservação a "uma única entidade" (neste caso o Ministério de Instrução Pública), concorrendo assim para obviar o abandono a que os monumentos estavam votados, salvando-se assim o "património artístico". Sobre esta questão, tratada pelo Conselho de Arte e Arqueologia da 2.ª Circunscrição (Coimbra), este mesmo Conselho alimentava a esperança de que os serviços de Instrução Publica, por serem mais especializados, poderiam trazer "algumas vantagens aos interesses da arte" (ofício dirigido à AAP, pelo Presidente do Conselho, Júlio Henriques, em 28 de Julho de 1913). AHAAP - Correspondência Recebida. Ano de 1913.

<sup>&</sup>lt;sup>3</sup> A correspondência recebida e arquivada no Arquivo Histórico da AAP é uma prova disso, sobretudo depois de 1897, geralmente relacionada com o património artístico integrado, arquitectónico e arqueológico.

inexistência da arqueologia, enquanto disciplina científica, em Portugal. Para além do caso esporádico das explorações arqueológicas de Tróia, naquele tempo dominadas pela polémica<sup>4</sup>, nada mais de essencial tinha acontecido no país. A nível oficial era um marasmo, reconhecido no relatório da Reforma do Ensino de Belas, de 1875, mesmo atendendo à primeira participação portuguesa no Congresso Internacional de Antropologia e Arqueologia Pré-Histórica, em Bruxelas (1875), embora a missão de Estácio da Veiga, no Baixo Alentejo e Algarve (1877-1880) e o Congresso Internacional organizado em Lisboa, em 1880, assinalassem o verdadeiro arranque da arqueologia em Portugal, enquanto disciplina científica.

Todavia, a AAP, desde esse tempo definiu promover o progresso, o estudo e a conservação dos artefactos arqueológicos, discutir assuntos pertencentes à arqueologia, promover as investigações em Portugal, empreender escavações arqueológicas no solo português. Era um projecto audacioso que se concretizava de forma regular, perante o espanto da sociedade portuguesa, abrangendo a arqueologia das antiguidades clássicas, como ainda a arqueologia medieval e renascentista e, numa fase subsequente, os novos rumos da arqueologia pré-histórica. A obra de arqueólogo de Possidónio da Silva, independentemente do nível científico alcançado, é também um testemunho deste legado, continuado pelos pioneiros da arqueologia portuguesa, que viram na AAP, o espaço de publicação e o centro de discussão científica.

A questão da conservação dos objectos arqueológicos faz da AAP também o lugar inicial da salvaguarda do património arqueológico (em especial, dos monumentos megalíticos e das primeiras estações arqueológicas intervencionadas<sup>5</sup>), num momento em que estas questões ainda eram muito

novas na Europa. Impunha-se também formar a elite futura da AAP e, neste aspecto, o Edifício do Carmo foi o local do primeiro Curso de Arqueologia do país, uma inovação na tradição da instrução pública em Portugal. Esta «campanha educativa» estendeuse aos Seminários Patriarcais, por influência de Possidónio da Silva, dado que era fundamental munir os futuros sacerdotes de noções elementares de arqueologia com o objectivo de melhor cuidarem do património histórico e artístico das suas paróquias. Não era a Igreja portuguesa a maior detentora do acervo artístico do país?

# 2. "TRADIÇÃO E MODERNIDADE": NOVOS DESAFIOS DA RENOVAÇÃO ASSOCIATIVA

O legado recebido a partir de 5 de Outubro pelos dirigentes associativos, constituía o cerne principal das tradições artísticas, arqueológicas e monumentais portuguesas. Para os arquitectos e arqueólogos da AAP, assim como para os sócios amadores e correspondentes, as questões da tradição eram como que a seiva da via associativa, embora o espectro social da tradição fosse interpretado de forma diferente pelas duas gerações que, então, discutiam os problemas históricos, patrimoniais e arqueológicos do país. Uns anos depois de 1910 essa tendência da função dinamizadora da tradição era visível em muitas manifestações cívicas e expositivas, o que faz querer que esse esteio foi a espinha dorsal da actividade associativa, que levara alguns dirigentes a referir que a AAP "padecia da fábrica das tradições" (Augusto CUNHA, 1904).

Rosendo Carvalheira (1863-1919), em tempo do 50.º aniversário da associação (fig. 2), refere a problemática da «Tradição» como o aspecto fulcral dos fins associativos. Compara-a ao radium que dá luz e calor sem que se perca uma partícula da sua natureza e valor. Com ela era possível o "culto das tradições pátrias"; manifestava-se o "respeito sagrado pelos nossos monumentos", "a protecção desvelada ás nossas tradições" (CARVALHEIRA, 1914:3-4), dado que se tornava evidente o "valor documental dos monumentos d'arte e tradição" e permitia a afirma-

<sup>&</sup>lt;sup>4</sup> Face à extinção da Sociedade Arqueológica Lusitana (criada em 1849) que lhes tinha dado origem, da dispersão ou perda dos artefactos exumados durante as escavações e ainda perante o interesse manifestado por uma sociedade inglesa na exploração científica das referidas ruínas.

<sup>&</sup>lt;sup>5</sup> Tróia, Citânia de Sanfins, Nabância, Conimbriga, entre outras.

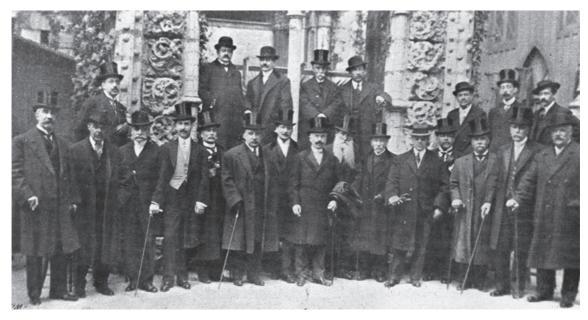


Figura 2 – Grupo de convidados e de sócios que participaram na Sessão Comemorativa do Cinquentenário da Associação dos Arqueólogos, Fotografia, Carmo, 23 de Novembro de 1913. Boletim da AAP, Tomo XIII: 132:

1.º Plano: A. C. Mena Júnior – A. J. Mimoso Roiz (convidado) – Sarrea Prado (convidado) – Luís F. de Albuquerque Bettencourt (Direcção) – João Ribeiro Christino - Eduardo da Rocha Dias (Direcção) – D. José Pessanha (Presidente da Direcção) – Dr. Alfredo da Cunha (Presidente da Mesa da Assembleia Geral) – Ernesto Dias da Silva (Tesoureiro) – Visconde da Torre da Murta (Bibliotecário) – José Queiroz – Francisco Soares O'Sullivan – J. M. Cunha Brandão – José Maria Cordeiro de Sousa (Director Geral de Obras Públicas, convidado) – Jesuíno Arthur Ganhado (Direcção)

2.º Plano: Affonso de Dornelas (Segundo Secretário da Direcção, Presidente da Secção de Heráldica) – José Alexandre Soares – Adães Bermudes – J. J. de Ascenção Valdez - Rosendo Carvalheira (Vice-Presidente da Assembleia Geral) – Vergílio Corrêa – Gustavo de Matos Sequeira – Alberto de Sousa

ção das vantagens morais dos trabalhos associativos, em função da acção pública exercida pelos sócios<sup>6</sup>.

A «Tradição» era como que a "força basilar das nacionalidades" (CARVALHEIRA, 1914:12), uma espécie de energia da defesa patrimonial que se impunha tanto em função da história da própria associação, como da necessidade de a difundir, integrando-a no presente, criando prosélitos que a compreendessem e a expandissem, a partir da salvaguarda e conservação dos monumentos "pátrios" e da identificação dos símbolos da história da nação portuguesa, com o objectivo da perpetuação da "alma portuguesa". Um culto, por excelência, que

individualmente era basilar para a consciência histórica, mas que colectivamente se impunha como raiz ou seiva de um país.

Esta ideologia dos valores da história e do "património da nação" adquirira um novo sentido, pela voz da nova geração de 1890, em actividade na AAP depois da morte de Possidónio da Silva, embora invocando-a por consubstanciar "todo o espírito de revolta de uma época" (CARVALHEIRA, 1914:5). Entre 1897 e 1910 difunde-se em Portugal, em função das campanhas de defesa do património promovidas pela própria AAP, numa tentativa de levar o Estado a reboque. A própria "tradição monumental e local" passou a ser olhada como um factor do desenvolvimento do país, sobretudo a nível do turismo, ideia que começou a propagar-se no *Grande Congresso Nacional* (Lisboa, 1910) e no *Congresso Internacional de Turismo* (Lisboa, 1911), não só pela

<sup>&</sup>lt;sup>6</sup> (...) "assim nós todos, ao entrarmos sob estas historicas abobadas, deixamos à entrada as nossas paixões políticas, as nossas incompatibilidades, os nossos odios sectarios, para nos concentrarmos num recolhimento de crentes, na nossa missão piedosa de patriotismo e de amor" (CARVALHEIRA, 1914:10).

voz da AAP, mas da Sociedade de Propaganda Nacional, apostada no desenvolvimento do turismo interno e internacional.

Victor Ribeiro e Rosendo Carvalheira desenvolveram o tema das relações entre o património e o turismo, ainda antes da implantação da República, numa crítica cerrada à indiferença dos governos monárquicos pelas coisas da tradição monumental, pelos recursos da natureza, do clima e das tradições históricas e atendendo à situação financeira de Portugal<sup>7</sup>. O programa de cinco pontos, apresentado pelos dois sócios no Grande Congresso Nacional, era um verdadeiro programa do renascimento dos valores de arte e tradição, modernizado pelas vantagens económicas dos bens culturais, um pouco à maneira como na Itália se tratava então da herança patrimonial (CARVALHEIRA e RIBEIRO, 1910: 7-8). Implicava solucionar as questões económicas, educativas e sociais e, também neste aspecto, a AAP estava ao serviço do país para ajudar a resolver o problema do restabelecimento económico e financeiro, melhorando as condições de educação e civilização do povo. A questão do turismo abria, por seu lado, uma porta ao valor universal da confraternização entre povos, ainda que, antes do eclodir da Grande Guerra, o que estava em causa era a fruição internacional dos monumentos nacionais.

Com este programa, a AAP estava a fazer a critica do regime constitucional monárquico, alinhando com muitos dos princípios do ideário republicano, pelo lado da valorização da tradição nacional e pelo lado da modernização social dos valores do património, fazendo eco do pensamento de Ramalho Ortigão e de José Pessanha que, antes do 5 de Outubro, pugnavam já pela conjugação e inter-relação entre os factores da tradição e da modernidade, de forma a obter efeitos socialmente mais vantajosos para os valores da tradição. A elite

intelectual pensava assim influir sobre o povo português, travando os desmandos do vandalismo revolucionário (destruição de pelourinhos, de símbolos régios, de brasões da aristocracia, de cruzeiros, de campanários e sinos, do património da Igreja portuguesa), mostrando mesmo como a Revolução Francesa considerava esses valores como património histórico e artístico que importava salvar e transmitir, devendo ser fruído no processo de educação do povo.

Esta interpretação do valor social do património da nação, que aqueles intelectuais incorporaram no ideário de combate à crise moral da nação, passaram a ser as armas da nova "cruzada" em prol dos monumentos de arte e de arqueologia e da renascença artística do povo português, criando expectativas quanto ao futuro e esperança na afirmação cívica da protecção e conservação dos bens patrimoniais, devendo ser fruídos enquanto "vestígios" dos valores nacionais (Preâmbulo do Decreto de 19 de novembro de 1910 e Decreto de 26 de Maio de 1911), esteios do futuro do país, nas suas diferentes dimensões. O conceito de «Tradição», tal como foi veiculado pelas elites associativas anteriores à crise do regime monárquico, revelavam um desgaste acomodatício, à medida que as novas gerações ciosas dos valores artísticos e patrimoniais impunham a tomada de posição de um dos lados da barreira política. Os textos de Rosendo Carvalheira deixam antever esse desgaste, embora a Tradição continuasse a ser um factor de união associativa e se mantivesse dominante nas elites cultas monárquicas. Afirmam-se, no entanto, os factores de crítica e de modernidade, assentes na experiência portuquesa e no conhecimento da situação patrimonial internacional. A modernidade das questões do património arquitectónico e arqueológico impõem--se, embora - de acordo com o tempo histórico - o ambiente de afirmação dos valores nacionais se tornasse prevalecente, dado o papel aglutinador da educação popular nas elites republicanas. Aos intelectuais do património da nação cabia difundir e alargar socialmente esses valores, embora pudesse explicar também o convívio entre o elemento

<sup>&</sup>lt;sup>7</sup> Rosendo Carvalheira e Victor Ribeiro apontam para a necessidade do aproveitamento dos recursos turísticos, atendendo ao "descalabro económico-financeiro" do país, que levara "um notável economista italiano contemporâneo" a classificar Portugal no lote de "paízes de finanças avariadas". CARVALHEIRA e RIBEIRO, 1910: 6.

monárquico e o republicano no seio da AAP. Se Camões, Vasco da Gama e Alexandre Herculano passaram a ser os vínculos sociais da história pátria, porque não também Nuno Alvares Pereira e as suas ligações ao Mosteiro da Batalha e ao Edifício do Carmo? Embora, em período sidonista, aquele herói da independência de Portugal fosse um símbolo controverso pela sua carga religiosa tradicional, Afonso Dornelas (1888-1944) reivindicava para fundamentar a sua afirmação pública (1916), o facto de não ser relevante o seu culto durante o período monárquico, aliás também reafirmado por outros líderes patrimoniais republicanos<sup>8</sup>. Mesmo com o campo político republicano dividido, Nuno Álvares Pereira foi uma reinvenção da elite do Carmo, na tentativa de modernizar a "Tradição" e atrair o povo ao Mosteiro da Batalha – o campo da independência de Portugal e do Soldado Desconhecido e ao espaço mágico do convento carmelita de Lisboa.

De acordo como os novos tempos, a AAP devia ter uma função mais orientada para a sociedade, inscrevendo o património no problema educativo, social e cívico do país, do que enquistar-se na teia política dos interesses sociais e culturais dos seus sócios efectivos e correspondentes, afirmando-se como uma associação moderna ao serviço do país. Esta mudança operada de forma quase que instintiva, ocorreu no próprio momento da instauração do

regime republicano, como se fosse uma metamorfose natural. Na realidade, a seiva da "Tradição" encontrava-se associada a muitos dos valores que o republicanismo acarinhara e pusera ao seu serviço. O ideário da «Renascença Artística» – que fora o elemento ideológico da valorização do "património da nação" – era entendido como o fundamento do "ressurgimento pátrio".

# 2.1. O impacte da proclamação da República e a questão directiva

Em 5 de Outubro era Presidente da AAP, o General Adolfo Ferreira Loureiro (1836-1911), eleito por aclamação em 7 de Janeiro (após demissão de Augusto Cunha) e empossado em 22 de Novembro de 1909, de acordo com os novos Estatutos. Adolfo Loureiro, cujo prestígio nacional e internacional era notório, manteve-se neste cargo até 1911, momento da sua morte<sup>9</sup>. Nessa altura assumia funções de vice--presidente da mesa da Assembleia Geral, Rosendo Carvalheira. Não foi com surpresa que os acontecimentos políticos chegaram ao Edifício do Carmo. Bastou um mês para a AAP manifestar a sua esperança nos caminhos da defesa e conservação do "património da nação". Durante a Assembleia Geral de 7 de Novembro de 1910 – passara um mês –, pediu-se para que os "illustres membros do Governo Provisorio se dignem cuidar attentamente nas providencias energicas tendentes a garantir e conservar indemnes, integrando-as, ou reintegrando-as nos Museu Nacionaes, todas as preciosidades artisticas e archeologicas reunidas nas valliosas collecções dos palacios occupados pelo antigo chefe do Estado e todas e quaesquer outras, que, embora relacionadas com pessoas e factos que o novo regimen repudia, devem, comtudo, conservar-se com desvelo, como documentação preciosa para a historia do nosso paiz". A associação esperava merecer "dos poderes publicos da Nação, o reconhecimento dos serviços

<sup>8 &</sup>quot;A Associação dos Arqueologos Portuguezes, é pela natureza da sua função inteiramente consumidora das tradições e, principalmente das relíquias do passado, e por isso está dentro do seu programa, a comemoração não só de pessoas, como de factos (comquanto esta parte esteja mais apropriada ás Academias) - desde que não haja intensão reservada nem se possa confundir com manifestação publica". Cf. Carta da Liga dos Amigos do Castelo de Leiria à AAP, datada de 30 de Outubro de 1916, a propósito do culto de D. Nuno Alvares Pereira, como factor de consolidação da nacionalidade portuguesa, AHAAP -Correspondência Recebida. Ano de 1916. Segundo Tito Larcher, autor do ofício, o culto nacional não podia ser equivalente ou imitativo do culto de Joana d'Arc em França, pois este servia a religião e o D. Nuno deveria estar ligado à nacionalidade, dado que no regime monárquico não havia este culto da tradição (mas sim de S. Filipe e de S. Jorge), mas para que tivesse o verdadeiro significado requeria que fosse associado à história daquele período e às pessoas de D. João I e de João das Regras (símbolos da independência nacional).

<sup>&</sup>lt;sup>9</sup> Como não se encontraram actas da direcção da AAP anteriores a 1913, não foi possível, nesta ocasião, analisar a actividade da Direcção empossada para o triénio de 1909-1911, com excepção dos relatórios de gerência e as actas da Assembleia Geral, publicados no *Boletim da AAP*, vols. XI e XII.

que desinteressadamente se empenha por prestar ao paiz, e a protecção de que carece, e até hoje tem obtido, para levar a effeito, quanto em suas forças caiba, os benemeritos fins dos seus Estatutos, que esperamos, merecerão de V. Excellencia, que bem os conhece, a sua esclarecida approvação". Põe ao serviço da Nação e do Governo os "seus serviços de cooperação patriotica, como estação consultiva, na especialidade do seu campo de acção scientifica e social, como até hoje o tem feito sempre, em harmonia com os fins que os seus Estatutos, nos artigos 3.º e 4.º, prescrevem, mórmente no que toca á propaganda em favor da conservação e estudo dos monumentos e reliquias historicas e artisticas da nossa Patria" 10. Manifestava-se assim esperança na publicação de legislação protectora do património, expectativa que o novo regime reconhecesse o papel consultivo e cívico de uma associação fundada na monarquia por Possidónio da Silva. A AAP revelava-se aos olhos do novo poder, na acção consagrada à ciência arqueológica e como instituição orientada para um projecto educativo, social e cívico, acalentando as relações de cooperação com o novo regime do Estado.

Não se pense, no entanto, que a implantação da República não tivesse ocasionado baixas na Associação. Depois do 5 de Outubro, dá-se a demissão do presidente da Direcção, António Maria Vasco de Melo Menezes (1851-1923), mais conhecido por Conde de Sabugosa, um monárquico convicto da geração dos Vencidos da Vida, bem como de outros dois elementos da primeira direcção empossada à luz dos Estatutos de 1909 (Silva Leal e Victor Ribeiro). Com a direcção em crise, as eleições processaram-se nos inícios de Janeiro de 1911. A escolha recaiu sobre D. José Maria da Silva Pessanha (1865-1939), um homem da esquerda monárquica, movimento político que apoiara a revolução republicana. A sua liga-

ção à AAP iniciara-se apenas com a admissão de sócio, em 1906. Pugnara pelos novos Estatutos aprovados em 1909. Entre esta data e 1910 a sua actividade afirmara-se a tal ponto que fora indigitado como vice-presidente da direcção do Conde de Sabugosa. Curiosamente ele era a personalidade que melhor poderia encarnar a mudança das orientações, que vinham sendo impressas na vida associativa desde 1904 e lideradas pelo Presidente da AAP, Augusto José da Cunha (activo entre 1902-1909) e, simultaneamente, aquele que na consciência patrimonial conjugava *Tradição e Modernidade* de forma construtiva.

Adolfo Loureiro, manteve-se como presidente da Associação, no primeiro ano da República. Terá como sucessor na presidência da Assembleia Geral, Alfredo Carneiro da Cunha (1863-1942), advogado, jornalista, escritor e director do Diário de Notícias, uma personalidade pública conotada com o regime republicano e amigo de José de Figueiredo, de Luciano Freire, de Júlio Dantas e de Afonso Lopes Vieira, entre outros notáveis intelectuais deste período. Foi ele que teve a oportunidade de dirigir a sessão solene do 50.º aniversário da AAP, onde salientou o significado histórico da nova liderança directiva da AAP, na pessoa de José Pessanha. Manter-se-á neste cargo, como que acompanhando o magistério deste novo dirigente da nova geração associativa, entre 1913 e 1921.

Nos primeiros dois anos a adesão da AAP ao projecto patrimonial dos governos republicanos foi entusiástica e expectante. Afinal entre os fins associativos e o arranque da política de salvaguarda e conservação do património da nação havia muitos pontos de contacto. Eram as ideias que se tinham defendido no tempo das comissões e conselhos dos monumentos nacionais; eram os intelectuais de renome público que a dirigiam, nas Circunscrições Artísticas em que o país fora dividido pela legislação republicana; era a democracia do sistema criado pela República; eram a protecção dos bens nacionais resultantes da aplicação da Lei da Separação do Estado das Igrejas; eram os novos museus em génese; era ainda o escol de associados que foram inte-

<sup>&</sup>lt;sup>10</sup> Carta a Teófilo Braga, enquanto Presidente das Novas Instituições (Governo Provisório da República Portuguesa), Apenso à Acta n.∘ 52, datada de 7 de Novembro de 1910, *Boletim*, XII, 4: 204-205.

grados nos Conselhos de Arte e Arqueologia e respectivas Comissões de Monumentos, mostrando à sociedade a estima governamental pela associação sediada no Edifício do Carmo.

Aplaudiam-se as leis de protecção do património artístico (19 de Novembro de 1910) e da reorganização do sistema patrimonial português (26 de Maio de 1911<sup>11</sup>). Votavam-se louvores aos ministros republicanos que tinham sancionado as novas leis: José Relvas, António José de Almeida, Afonso Costa. Procedia-se à fiscalização dos actos revolucionários quando eles afectavam os bens históricos e artísticas e havia eco do lado governamental no mesmo sentido. Notem-se os casos do protesto contra o vandalismo exercido sobre os pelourinhos (1911), a substituição dos emblemas nacionais do regime deposto ou o aproveitamento dos sinos históricos das igrejas e conventos para servir de matéria-prima para a fundição da estátua do Marquês de Pombal (1912) ou ainda a preservação das bibliotecas e arquivos eclesiásticos, de comum acordo com a Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos, tendo como elemento de ligação o historiador Pedro de Azevedo (1869-1928), sócio de ambas as agremiações.

A simbiose de pontos de vista quanto ao que importava fazer em prol da defesa do bens históricos e artísticos, entre o escol dos Conselhos de Arte e Arqueologia e os fins associativos, era efectivo, esperando-se os efeitos desejados por ambas as partes de acordo com as regras de uma democracia representativa. Era necessário proceder à completa institucionalização do regime patrimonial e à normalização da salvaguarda e da conservação permanente, como sinal dos novos tempos. Dois aspectos concorreram para esse entendimento. O primeiro ficou consagrado no decreto de 26 de Maio de 1911, que garantia a representação oficial da AAP na Comissão dos Monumentos da 1.ª Circunscrição Artística. O segundo era o conhecimento privilegiado dos assuntos patrimoniais que tanto o Estado como a AAP passaram a ter, pelo menos

até Maio de 1926, não apenas a nível da protecção, classificação e conservação dos monumentos, mas em geral no que se refere às decisões tomadas nas Circunscrições Artísticas, nos órgãos do Estado, nomeadamente no Ministério da Instrução Pública, organismo da tutela patrimonial. Este último aspecto relaciona-se com a própria escolha dos dirigentes da AAP, mas também com aqueles que a representaram na Comissão dos Monumentos e noutras comissões ocasionais. O facto é evidente, quanto à própria escolha do presidente da primeira direcção da AAP, José Pessanha. O novo presidente pertencia à comissão governamental do inventário dos bens dos Palácios Nacionais, fora co-autor do Decreto de 26 de Maio de 1911, tinha sido nomeado para o Conselho de Arte e Arqueologia da Circunscrição de Lisboa, tinha assento na Comissão dos Monumentos e ainda fora nomeado para o órgão consultivo superior da Arte Nacional, entre outros cargos de natureza pública, que o projectaram a nível do país.

Estes dois aspectos são essenciais para a compreensão da AAP, enquanto organização de índole associativa, dado que se reflectem nas suas próprias leis – os Estatutos e os Regulamentos Internos –, na modernização da própria vida associativa e na sua participação pública e inter-associativa.

A participação pública na política patrimonial da 1.ª República, foi tornada realidade a partir de 1911, com a nomeação de Rosendo Carvalheira para a Comissão dos Monumentos da 1.ª Circunscrição, deliberação que ficou lavrada nos Estatutos de 1918 e de 1923 e respectivo Regulamento Interno. Todavia, é necessário recuar aos Estatutos de 1909 para perceber que algo estava a mudar na vida associativa dos arqueólogos do Carmo, porventura acompanhando os novos tempos. É certo que o exercício da participação prevista desde Junho de 1909 – resultado das boas relações com o Conselho dos Monumentos Nacionais, com a Academia de Belas Artes de Lisboa e do Porto, com o Museu Etnológico Português e com a Sociedade dos Arquitectos Portugueses – não teve tempo para se concretizar efectivamente. O 5 de Outubro extin-

 $<sup>^{11}</sup>$  Decreto que foi publicado nas páginas do Boletim da AAP, XII, 7: 313-329.

gue o Conselho integrado no Ministério de Obras Públicos e transforma as academias em Conselhos de Arte e Arqueologia, criando um terceiro órgão consultivo em Coimbra. Mas o princípio exarado nos Estatutos de 1909 e o teor da lei de 26 de Maio de 1911 foram aproveitados pelos novos líderes para conferir à AAP um papel de maior relevo na sociedade e cultura artística portuguesa a nível nacional e não apenas através da Comissão dos Monumentos da circunscrição lisboeta. Isto constitui uma importante mudança na história da Associação tratada com maior desenvolvimento noutro local (CUSTÓDIO, 2011b: 135-143). Na realidade, com os Estatutos de 1918, elaborados sob a égide de José Pessanha, é todo o aparelho consultivo e deliberativo da política patrimonial republicana que figura no articulado da lei estatutária<sup>12</sup>, cujo significado à escala do país mostra uma Associação bastante mais interventiva, crítica e líder das questões do legado cultural - expressão da sua continuidade - mas noutro patamar da vida patrimonial portuguesa. "Parece-nos que eles têem agora um caracter mais progressivo, mais moderno e mais estimulante de trabalho. Infelizmente o estado pouco pacifico dos espiritos, na capital do país principalmente, é pouco favoravel à frutificação de certas providências" (Relatório de Gerência de 1918, Boletim da AAP, XIII, 7:319-328). Além de ser ouvida nos órgãos estatais, a AAP também orienta as decisões, fiscaliza, como organismo não-governamental, os actos dos governos, lutando contra a indiferença oficial e injectando a energia dos valores da tradição na protecção, classificação e conservação do património.

Mais limitativos da acção participativa, porventura como resultado da crise política portuguesa do pós-Grande Guerra, ainda assim, os *Estatutos* de 1923, formatados pelo poder republicano, referem-se à grande conquista da representação na Comissão dos Monumentos de Lisboa e impõem um

maior relacionamento entre a Associação e a tutela, o Ministério de Instrução Pública. Se os Estatutos ficaram reduzidos a um articulado mínimo, tal não significa que a Associação não se tivesse complexificado nos dezasseis anos da 1.ª República, com consequências para a sua organização interna e para os novos tempos que se avizinhavam. Os regulamentos de 1924 e de 1933 mostram isso mesmo. Há como que uma alteração do modelo de participação anteriormente incorporado na vida associativa. O desaparecimento das Comissões dos Monumentos, depois de 1925, isola a AAP do organismo político onde podia ser ouvida. As questões históricas e arqueológicas ganham ascendente sobre a problemática do património, mostrando de certo modo os genes académicos da instituição, que os novos poderes tentaram instrumentalizar depois de 1932. O crescendo para um maior isolacionismo interno (1926-1933), nota-se nos próprios dispositivos legais dos regulamentos, embora se reconheça que este aspecto não se encontra ainda estudado.

Quanto ao segundo ponto acima referido, há que olhar a vida associativa como outros olhos, entre 1910 e 1926, assim como a partir daí. Entre 1897 e o Estado Novo, muitos aspectos mudaram na vida associativa, um dos quais foi o próprio papel desempenhado pela direcção, enquanto órgão social que apenas emerge nos Estatutos de 1909. Este aspecto orgânico suscita e ainda há-de criar alguma confusão a quem estudar a história da AAP, impondo que se reescreva o elenco dos seus presidentes associativos, distinguindo aqueles que são presidentes da Assembleia Geral (e como tal considerados presidentes da Associação) e os que são presidentes da direcção, sobretudo a partir do momento em que ficou claro o dispositivo estatutário que verdadeiramente assentava melhor à seu formato associativo. Esta confusão aparente, aos olhos da estrutura actual, fora motivo de muitas contentas, mostrando à sociedade portuguesa grandes personalidades da vida pública e não tanto aqueles que, a nível directivo, eram de facto os obreiros da organização e do programa de actividades desenvolvido trienalmente.

<sup>12</sup> Artigo 4.º, ponto 4.º – "Manter constantes e assíduas relações com os Conselhos de Arte e Arqueologia e respectivas Comissões dos Monumentos, com o Conselho de Arte Nacional e com as outras entidades ou instituições congéneres, nacionais ou estrangeiras".

Atendendo a esta circunstância de índole interna, é curial dizer-se que, durante a 1.ª República (1910-1926), a AAP foi dirigida por quatro personalidades da vida cultural portuguesa: Adolfo Loureiro (1909-1911), Alfredo da Cunha (1913-1921), José Leite de Vasconcellos (1922-1925) e Luís Xavier Barbosa da Costa (1925-1927). Então onde está aquele que foi o motor principal da AAP durante o período de 1910 e 1922, José Pessanha? E que dizer dos dois outros dirigentes que seguiram as pisadas de José Pessanha, entre 1922 e 1925? O que se passou efectivamente em 1926? Como era dirigida a AAP?

Depois do período de crise e dificuldades associativas que se seguem à morte de Possidónio da Silva, uma "nova era" parece surgir entre 1904 e 1906, propícia à renovação, ampliação e relação com as associações nacionais e estrangeiras (Boletim da AAP, XI, 2: 94-105). Data desta fase a criação das delegações de Braga e de Leiria (ambas constituídas em 190813). Todavia, fala-se em reforma dos estatutos desde 1907 (José Alexandre Soares, Adães Bermudes, Victor Ribeiro), pois aqueles que existiam eram um obstáculo ao progresso da Associação. Para além de não facilitarem o funcionamento interno, altamente criticado por Victor Ribeiro, não se integravam nas "modernas disposições legislativas" sobre o associativismo (Alfredo Elvino dos Santos, actas da Assembleia Geral, n.ºs 23 e 25, Boletim, XI, 2 e 3: 122 e 214-216). Após dois anos de discussão, os Estatutos acabaram por ser aprovados e consagraram a génese do poder da direcção associativa em relação ao modelo associativo possidoniano, ainda representado na AAP pela presidência de Augusto José da Cunha<sup>14</sup>. Tudo

A natureza específica desta Associação, onde a Assembleia Geral tinha uma importância muito maior e especial e onde o Presidente executivo era simultaneamente o Presidente da Assembleia Geral, manifestava-se ainda apesar da mudança de Estatutos. Refira-se o carácter académico das sessões da assembleia de sócios, espaço de reunião principal da organização, diferente de uma qualquer outra colectividade, com inúmeras competências e com a celebração de várias reuniões por ano, independentes da eleição da mesa da Assembleia Geral e da discussão e aprovação dos relatórios e contas associativas, isto é, das reuniões extremamente essenciais do ponto de vista das normas legais.

Antes da instalação da República existia o Conselho Facultativo<sup>15</sup>, com uma composição que variou sempre entre os Estatutos de 1864 e o Regulamento e 1892, mas no qual tinha assento o Presidente da Assembleia Geral, logo o dirigente máximo da Associação. O Conselho Facultativo – não era propriamente uma direcção associativa, apesar das suas funções precisas quanto à organização da vida científica e associativa, fazendo pro-

levava a pensar que a eleição de Adolfo Loureiro, enquanto presidente da Mesa da Assembleia Geral, em 1909, iria alterar aquele velho modelo associativo, passando a conferir-se à direcção um novo lugar no elenco governativo da instituição. Mas também neste ponto influiu a tradição, pois "não se deve querer que na nossa reforma fique estabelecido o que existe de mais avançado em legislação associativa, mas tão-somente o que for compatível com o nosso modo de ser tradicional" (Augusto José da Cunha, Relatório da Gerência de 1908, *Boletim da AAP*, XI, 11: 279).

<sup>&</sup>lt;sup>13</sup> Sobre a instalação da Delegação de Leiria, que geralmente não é citada na história da AAP, vide Apenso à Acta n.∘ 33, *Boletim* n.∘ 7, Tomo XI, pp. 503-504.

<sup>&</sup>lt;sup>14</sup> Augusto da Cunha, ministro e filiado no Partido Progressista, teve um papel essencial na defesa da independência política da associação aquando do Regicídio de D. Carlos, em 4 de Fevereiro de 1908, impondo a estrita obediência ao princípio da não ingerência política da Real Associação dos Arqueólogos Portugueses, nomeadamente na reprovação pública do atentado, como muitos dirigentes e associados de cor monárquica

pretendiam fazer. A acontecer essa isenção política, a associação do Carmo exigia-se à crise da monarquia e apostava na sua continuidade, numa altura que muitos acreditavam ser inevitável a revolução republicana. Em 1907, Augusto da Cunha encontra-se próximo do Partido Republicano.

<sup>&</sup>lt;sup>15</sup> Este Conselho Facultativo – espécie de direcção integrada da Assembleia Geral – inicialmente compunha-se de três membros da Mesa da Assembleia Geral, o que dava à Assembleia Geral poderes principais da vida associativa.

postas sobre assuntos de arte, destinados a serem tratados pela Assembleia Geral e nas Secções. Com a publicação dos Estatutos de 1909, deixou de haver Conselho Facultativo, cujas actas se encerraram em meados de 1908. Na nova lei associativa, as sessões da Assembleia Geral admitem sessões administrativas e sessões de estudo, mostrando o peso do modelo académico possidoniano na nova organização, sendo que passou a haver uma sessão de estudo uma vez por mês. Todavia, confina os poderes da Assembleia Geral à mesa constituída por Presidente, Vice-Presidente, dois secretários e dois vice-secretários. Impôs-se então a tradição, passando a haver dois presidentes, o da Direcção, com poderes em crescendo, e o da Assembleia Geral, representando a «tradição» do modelo associativo.

Com os Estatutos de 1909, os cargos directivos são exercidos por triénios. Para comodidade na transmissão dos poderes directivos, assuntos pendentes e experiência associativa, estipulou-se que três membros da direcção cessante fossem reeleitos para os mesmos cargos no triénio seguinte, escolhidos por sorteio se outra solução não se apresentasse possível. Cada membro asseguraria a gestão apenas em dois triénios seguidos, mas poderia ser reeleito se assim o entendesse. Este modelo associativo estava mais de acordo com o modelo oficial de estatutos de associações, determinado durante a monarquia constitucional e será ele que norteará a AAP até à aprovação oficial dos Estatutos de 1918. Neste novo diploma, o conceito de Assembleia Geral também se altera quanto à composição e quanto aos fins que se alargam ainda no espírito do modelo antecedente<sup>16</sup>, embora a mesa passe a ser eleita por triénios. Entre as competências encontravam-se aspectos bem distintos do que era convencional: "deliberar sobre todas as propostas e recursos que lhe forem presentes" (4.º); "resolver sobre a conveniência

de promover ou patrocinar a publicação de obras sobre assuntos da índole da Associação" (6.º); ou aprovar os inventários e regulamentos elaborados pela Direcção e os regulamentos das delegações (7.º). No que concerne ao modelo de funcionamento da Direcção, nota-se o aumento das atribuições (passando-se de cinco, em 1909, para dezanove), o reforço da personalização do cargo directivo, alargando-se a renovação de direcção para cinco membros para o triénio seguinte, podendo a direcção indicar dois membros da direcção cessante a continuar na direcção seguinte (Artigo 45.º).

Este modelo directivo foi ainda alterado pelo Regulamento da Associação de 1923, que preencheu as lacunas dos novos Estatutos de 1923 (Decreto n.º 8630, de 20 de Março) determinados pela lei republicana n.º 891, de 22 de Setembro de 1919. A partir de então a Associação passa a ser dirigida por um lato conselho directivo composto por membros eleitos na assembleia geral e pelos seis presidentes e vice-presidentes das secções de estudo e seis conservadores do Museu. A mesa da Assembleia Geral deixa de existir, enquanto órgão de gestão e, em contrapartida, a direcção toma ascendente, ficando desde então umbilicalmente ligado o Presidente da Associação à Direcção e não à Assembleia Geral. Nestas funções foi investido o último presidente da AAP do período republicano, Luís Xavier da Costa, também ele uma figura notável do período em questão, pertencente ao grupo de José Pessanha e que se casara com uma filha do Presidente da República, Manuel de Arriaga.

Importa referir que, no *Regulamento* de 1923, se define a vitalidade da Associação como sendo o conjunto das suas sessões de assembleia geral, das suas deliberações de carácter administrativo, das suas publicações, das suas relações com o Estado e com as sociedades científicas nacionais e estrangeiras, das suas secções de estudo, da sua biblioteca e museu.

Deste modo, durante a República o modelo associativo precisa-se e completa-se, inicialmente afastando-se do tipo de associação criada em 1864 e reforçada em 1872 e aproximando-se de novo do passado associativo, embora pela via do reforço

<sup>&</sup>lt;sup>16</sup> "A Assembleia Geral é a reunião de todos os sócios efectivos e dos de mérito, áqueles equiparados, podendo também tomar parte nas respectivas sessões, sem direito de voto em assuntos administrativos, os sócios correspondentes e os de mérito a ele equiparados, quanto ocasionalmente se encontrem em Lisboa" (Estatutos de 1918, Artigo 30.º).

do poder directivo do Presidente da AAP. A intervenção do conselho directivo alastra-se, nesta fase, ocupando todo o espaço associativo, pela frequência de participação nos trabalhos das diferentes assembleias e secções, uma espécie de divisão de trabalho algo complexa<sup>17</sup>. Pode concluir-se que, neste aspecto, a Associação modernizou-se enquanto organismo, evoluindo para um novo tipo de organismo associativo, aspecto que ocorre, sobretudo, durante o período republicano.

O modelo definido pelo Regulamento Interno de 1923, apenas autorizado em 1925, teve a sua primeira execução com a presidência de Luiz Barbosa Xavier da Costa (1871-1942), arrancando no triénio de 1925-1927 (fig. 3). Seguiu-se a gestão de Possidónio Mateus Laranjo Coelho (1877-1969), entre 1928 e 1930 e a do presidente do triénio anterior, entre 1931-1933, isto só para considerar o período correspondente à Ditadura Militar, que sai fora do âmbito deste estudo, embora a organização dos serviços de arte e arqueologia do período republicano só fosse extinta com o Decreto n.º 20.985, de 7 de Março de 1932.

Mas, a coesão associativa que o Decreto estatutário e regulamento interno promoviam em 1923, continuava a não estar em conformidade com a lei do país. Tal situação não passou despercebida ao Estado Novo. Por essa razão, o modelo associativo volta a simplificar-se a partir da publicação do Regulamento Interno de 1933<sup>18</sup>, no que diz respeito aos órgãos sociais. A direcção reduzir-se-á a cinco membros, mas compete-lhe, através do seu presidente e secretário-geral, organizar os trabalhos da assembleia geral, as sessões solenes, as conferências e demais manifestações associativas, disciplinando o anterior sistema (1925-1933) sem reforçar o modelo de patrocínio monárquico desaconselhado

pelas leis das organizações associativas modernas. Todavia, o papel da reunião científica manter-se-á como o código genético da AAP, mostrando a visão esclarecida de Possidónio da Silva.



Figura 3 – Luís Xavier da Costa. In Trabalhos da Associação dos Arqueólogos Portugueses, vol. IV, Lisboa, 1930.

## 2.2. José Pessanha e o renascimento da Associação dos Arqueólogos Portugueses (1911-1921)

José Maria da Silva Pessanha (1865-1939) foi um dos intelectuais mais proeminentes do período republicano (fig. 4). Alfredo da Cunha reconheceu esse aspecto da personalidade de José Pessanha, logo em 1913, perante o Presidente da República, Manuel de Arriaga (fig. 5). Motivado pelas questões do património nacional e imbuído de um verdadeiro espírito associativo, tomou conta do destino da AAP, numa conjuntura difícil, mas de mudança e de renovação. Não conseguiu nos primeiros três anos - que corresponderam também à da implantação do regime republicano - alterar os ritmos da organização e actividade, face ao ajustamento da vida associativa aos novos desafios. Tinha como motivação essencial a ideia de «renascimento» da sociedade dos arqueólogos. Era uma força que animava o seu pensamento para fazer chegar longe os princípios e os objectivos que assimilara naquele centro de reflexão científica e de agitação intelectual.

<sup>&</sup>lt;sup>17</sup> Note-se que o Presidente do Conselho de Arte e Arqueologia, Luciano Freire, manifestou a Garcez Teixeira, na reunião da Comissão dos Monumentos, de 27 de Outubro de 1922, concordância com esta "doutrina", então ainda em projecto. Acta da Sessão de 2 de Novembro de 1922, fol. 29, ANBA – Comissão dos Monumentos. Acta.

<sup>&</sup>lt;sup>18</sup> Portaria n.º 7594, de 3 de Junho de 1933.



Figura 4-*D. José Pessanha. «Instantâneo»*. Fotografia de Marques de Abreu. In *A Igreja de S. Pedro de Lourosa*, de Manuel de Aguiar Barreiros, Porto: Marques de Abreu, 1934. Coleção particular.



Figura 5 – Exposição Olisiponense, visita presidencial. Fotografia de Joshua Benoliel. 1914. Arquivo fotográfico da Câmara Municipal de Lisboa – P\_PT\_AMLSD\_|BN\_000538.

José Pessanha manteve-se na liderança da AAP, como presidente da direcção, durante cinco triénios consecutivos (1911-1913; 1913-1915; 1915-1917, 1917-1919 e 1919-1921). À luz estatutária e associativa, relegou para um plano meramente secundário Alfredo da Cunha, embora pela tradição este fosse o seu presidente efectivo. Rodeou-se dos melhores

elementos de trabalho interno, naquele período, entre os quais José Queiroz, Gustavo de Matos Sequeira, Nogueira de Brito, Afonso Dornelas e Jesuíno Ganhado, embora soubesse conviver com todos aqueles que pertenceram às suas listas e fosse um homem de consensos.

Uma das primeiras decisões da primeira direcção do período republicano, em 10 de Março de 1911, foi o convite à participação dos associados e o seu ingresso nas diferentes secções constituídas da Associação<sup>19</sup>. Toda a sua acção se encontra pautada pelo pensamento do saneamento financeiro pela AAP, dado que o programa de actividades que se vai desenvolver só poderia ter efeitos externos que houvesse capacidade de investimento e maleabilidade de soluções, numa época de crise económica generalizada. A renovação da biblioteca foi outra das preocupações das gerências do período republicano, ao ponto de se convidar os sócios autores de obras de investigação a colocarem os seus livros na Biblioteca. Deu-se especial atenção e ênfase à Secção de Heráldica, desde então e até hoje, uma inovação científica associativa essencial do ponto de vista da arqueologia e da história, aproveitando a mudança de regime. Essas inflexões internas para a reorganização da vida associativa só poderiam ter os seus dividendos se houvesse ao mesmo tempo outras preocupações de ordem social, educativa

Tendo em conta os dez anos de actividade, podemos apresentar em síntese o projecto associativo

<sup>19 &</sup>quot;Exmo Sr. / Sendo de absoluta necessidade para activar o movimento scientifico da «Associação dos Archeologos Portugueses", que as suas differentes secções se organizem regulamente, e cumprindo á Direcção promover essa organização – tenho a honra de convidar V. Ex.ª a declarar a qual ou a quaes das secções deseja pertencer, de modo a que possa efectuar-se a distribuição a que se refere o art.º 55.º dos Estatutos. / Tomo a liberdade de lembrar a V. Ex.ª que as secções já creadas são as seguintes: – Archeologia pre-romana; Archeologia romana; Archeologia medieval; Archeologia da Renascença; Numismatica e Sigillographia; Paleographia; Epipraphia e Diplomatica; Conservação e restauração de monumentos; Heraldica. / Lisboa, edifício do Carmo, em 10 de Março de 1911. / O Presidente da Direcção / D. José Pessanha. Convite dirigido aos sócios. AHAAP – Correspondência Expedida.

de José Pessanha, cuja materialização contribuiu para a afirmação da AAP a nível nacional. Em primeiro lugar, estimulou um extenso programa de visitas guiadas a monumentos da cidade e distrito de Lisboa (Sé de Lisboa, Madre de Deus, em Sintra, em Vila Franca de Xira, em Alenquer, em São Quintino, em Torres Vedras, no Varatojo). Estas visitas passaram a constituir um elemento de união interna e reflectiram-se na intervenção social de defesa do património nas cidades em que o movimento alastrou, as quais foram beneficiadas por projectos mais ambiciosos de união das elites locais à volta dos seus valores de tradição. Estão neste caso as visitas a Évora, coordenadas por José Pessanha e José Queiroz, com efeitos sociais concretos, quer pela sessão realizada no Teatro Garcia de Resende, quer pela publicação do opúsculo Defesa de Évora (fig. 6), estimulando o nascimento do Grupo Pró-Évora (1919). Integradas neste espírito, devem mencionar--se ainda as visitas a Santarém e a Tomar. A primeira, coordenada por Noqueira de Brito (veja-se o opúsculo Arqueologia Scalabitana, 1917), (fig. 7) teve como principal consequência a pressão sobre a Comissão dos Monumentos da Circunscrição, através da qual o Estado determinou classificar os monumentos de arte e história de acordo com um novo critério de salvaguarda, atendendo ao património existente na cidade, entendida como um unidade geográfica e sendo objecto de estudo in loco<sup>20</sup>. É óbvio que José Pessanha participou nas visitas da AAP e da Comissão, levando a cabo uma iniciativa que teve frutos também em Évora e Tomar, mas não apenas sob a influência da sociedade do Carmo. Tal como em Évora, a AAP estimulou o aparecimento da Comissão de Salvação dos Monumentos Antigos de Santarém (em actividade entre 1916 e 1933),



Figura 6 – A Defesa de Évora. Associação dos Arqueólogos Portugueses. Lisboa: Imprensa Libânio da Silva, 1916. Rosto do opúsculo. Biblioteca do Grupo Pró-Évora.



Figura 7 – Arqueologia Scalabitana. Relatório da Excursão que a Associação dos Arqueologos Portuguezes fez a Santarem no dia 9 de Julho de 1916. Francisco Nogueira de Brito. Separata do «Boletim da Associação dos Arqueólogos Portuguezes», feita a expensas do 3.º Visconde de Santarém. Lisboa: Tip. Casa Portugueza, 1917. Rosto com desenhos de Alberto de Sousa. Colecção particular.

com a qual manteve profundas relações de carácter científico e cultural (fig. 8). Quanto a Tomar (1920), a visita foi coordenada por Garcez Teixeira e Vieira Guimarães (1864-1939), e teve como corolário a valorização do Convento de Cristo, que a União

<sup>20 &</sup>quot;Em todas estas excursões, estudaram edifícios de valor historico e artístico, azulejos, construções típicas, etc., tomando apontamentos e colhendo fotografias e croquis, ao mesmo tempo que aproveitaram todos os ensejos que se lhes depararam, para esclarecer as pessoas a cargo de quem estão os edifícios estudados, ácerca do valor deles e da necessidade de velar pela sua conservação, de as defender contra quem, acaso, pretenda atentar contra a sua integridade". Cf. Relatório da Gerência de 18 de Fevereiro de 1916. Boletim. XIII. 5: 229.



Figura 8 – Grupo da Visita e da Sessão de Trabalho da Comissão dos Monumentos da 1.ª Circunscrição com a Comissão de Salvação dos Monumentos Antigos de Santarém. Santarém, 25 de Novembro de 1916. Fotografia: Carlos Gomes – Santarém. Colecção Particular.

1.ª Fila – Comissão dos Monumentos, com João Arruda ao centro – vogal auxiliar da AAP em Santarém, ao seu lado esquerdo o arquitecto Rosendo Carvalheira, delegado da AAP na Comissão e ao seu lado direito, José Pessanha, vogal nomeado da Comissão, naquele tempo Presidente da Direcção da AAP. Na mesma fila, da esquerda para a direita Luciano Freire, Júlio Mardel e o escultor Costa

2.ª Fila – Os sete membros da Comissão de Salvação dos Monumentos Antigos de Santarém, salientando-se Laurentino Veríssimo.

dos Amigos dos Monumentos da Ordem de Cristo (fundada em 1918), queria transformar no seu principal motivo de conservação e restauro, de modo a conferir-lhe um lugar à parte, nos grandes monumentos do país<sup>21</sup>. Garcez Teixeira, que foi vogal da última direcção de Pessanha, torna-se um "agitador" da ideia associativa intelectual, tendo como referência a audiência nacional da AAP.

O campo da defesa do património tem na gerência de Pessanha um farto viveiro, porque a esperança constantemente se esvaía, perante um país surdo. Em 1919-1921, os documentos associativos falavam de "inércia geral sob que vive a sociedade

portuguesa, profundamente envenenada pela politica, que tanto a tem desmoralizado" (ver actas e relatórios de gerência, entre 1912 e 1921, Boletim da AAP, XIII). Continua a dar-se resposta ao abandono e ao vandalismo e mesmo organizando movimentos cívicos de largo espectro social, como foi o caso da Defesa da Torre de Belém (1918), procurando dar continuidade a uma iniciativa da Comissão dos Monumentos (aliás proposta por José Pessanha) ou ajudando as iniciativas da Câmara de Lisboa contra a presença da Fábrica de Gás nas imediações de um monumento singular de valor europeu (fig. 9), como então já era considerado. Este movimento cívico implicou a produção de 500 exemplares de um cartaz (Salve-se a Torre de Belém, Litographia Matta, com  $1,10 \times 0,85$  m), a impressão de centenas de folhas para subscrição de um abaixo-assinado com os seguintes dizeres - "A Associação dos

<sup>&</sup>lt;sup>21</sup> Em Tomar visitou-se Igreja de Santa Maria dos Olivais, Igreja de Santa Iria, Misericórdia, "Cividade de Nabância", Convento de Cristo e Ermida da Conceição. Cf. "Excursões de Estudo", Relatório de Gerência de 1920, Arqueologia e História, V, 1926:153).



Figura 9 – A Torre de Belém e a Fábrica da Companhia Gás de Lisboa, SARL, Lisboa. Cerca de 1922. Fotografia de Monteiro Lima. In Colecção de doze fotografias do Coronel Monteiro de Lima, datadas de 28-III-1922. Biblioteca Municipal de Santarém – L 518.

Arqueólogos Portugueses envia o seu apêlo a todos os cidadãos para que se unam em defeza do mais típico monumento do nosso património artístico" – e a divulgação da iniciativa em diversas estâncias de turismo (Cúria e Felgueiras), sendo disseminado pelas localidades dos sócios correspondentes, o que mostra cabalmente o alcance nacional da iniciativa. A lista de subscrição, em função dos exemplares conhecidos, faz suspeitar que teve a assinatura de cerca 20.000 cidadãos, o que para aquela época é surpreendente<sup>22</sup> (fig. 10 e 11). O cartaz foi patrocinado pelo próprio José Pessanha e teve como artista Alberto de Sousa, um sócio próximo de Pessanha,

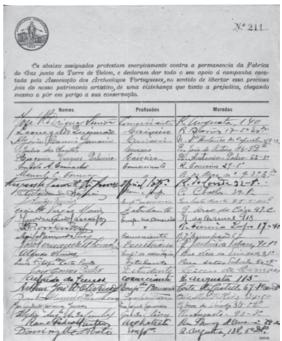


Figura 10 – Em Defesa da Torre de Belém. Abaixo Assinado – Folha 211. 1918. AHAAP. Trata-se de uma das folhas de 25 assinaturas cada, recolhidas junto da população de Lisboa e do resto do país, de acordo com as orientações do Movimento de Salvação da Torre de Belém, que pretendia desafrontar o Monumento Nacional da Fábrica de gás, da Companhia de Gás de Lisboa, SARL.



Figura 11 – Cartaz do Movimento de Salvação da Torre de Belém. AAP, [1918]. Zincogravura, publicada em O Século, 1918.

<sup>&</sup>lt;sup>22</sup> Sabe-se terem sido editados pelo menos 908 impressos, destinados a receber 25 assinaturas cada um. Na colecção do Arquivo da AAP existem apenas 24 impressos assinados, entre a folha 201 e a 263, perfazendo um total de 833 assinaturas. Em 1920, a comissão nomeada pela Câmara Municipal mostrava incompleta incapacidade na defesa da Torre (Idem, *ibidem*: 153). A situação só se resolveu por ocasião da Exposição do Mundo Português (1940), transferindo-se a fábrica de gás para a Quinta da Matinha (Braço de Prata).

que aliás produziu desenhos para outros fins associativos, incluindo o novo Diploma de sócio (ver fig. 15). A "Defesa do Património" requeria ainda contribuição da AAP para a causa pública, situação que permitirá elaborar, ainda na última gerência de José Pessanha, um "Projecto de lei de Protecção dos Monumentos Nacionais", assinado pelo vogal Garcez Teixeira, numa altura em que se impunha travar de forma absoluta a própria confusão da legislação vigente, com falta de leis regulamentares complementares<sup>23</sup>.

Outra das grandes iniciativas de José Pessanha foi a remodelação do Museu, renovando igualmente o interesse pela visita ao Edifício do Carmo, palco de diversas exposições de largo espectro cultural e associativo. Referimo-nos às exposições Olisiponense (fig. 12) e dos Tapetes de Arrayolos (fig. 13), entre outras de menor impacto social, mas que permitiram sublinhar a simpatia da população pelos arqueólogos do Carmo.

## 2.3. A liderança de uma elite de luxo sob o signo de José Leite de Vasconcelos (1922-1925)

Quando José Leite de Vasconcellos (1858-1941) foi eleito Presidente da Assembleia Geral para o triénio directivo de 1922-1925, já o seu prestígio nacional e internacional era enorme. Se por um lado, garantia uma maior visibilidade da arqueologia no seio da AAP, aspecto que ia ao encontro de todos aqueles que se interessavam vivamente pela ciência arqueológica, constituindo uma verdadeira oportunidade que o seu nome granjeava, por outro representava um entrave à modernização administrativa, que só os anos consequentes permitiriam resolver. Leite de Vasconcellos era um sócio de mérito, a quem,



Figura 12 – Exposição Olissiponense. Catálogo. Plantas e Planos – Vistas e Aspectos – Bibliografia – Vária, Lisboa: AAP / Tipografia do Comércio, 1914. Rosto. Reprodução Fotográfica. Biblioteca da AAP. As gravuras são Alberto de Sousa e de Christino da Silva. As fotografias de Luís Bettencourt.



Figura 13 – Exposição dos Tapetes de Arrayolos, Rosto do Catálogo, 1917. Reprodução fotográfica. Biblioteca da AAP.

<sup>&</sup>lt;sup>23</sup> Projecto executado tendo como referência a discussão da protecção dos monumentos desenvolvida pela direcção ao longo de 1919. "Por mais uma vez se reconheceu a insuficiência da actual legislação protectora da conservação dos monumentos nacionais. O trama da rede legislativa deixa passar facilmente as pérfidas incursões da ganância e da monomania de demolição. Alguma cousa de importante se tem feito, mas alguma cousa de eficaz e preciso há a fazer para apertar as malhas daquela rede e cumpria que a A.A.P. tratasse do assunto", Relatório da Gerência de 1919, *Arqueologia e História*, V, 1926: 147. Ver Anexo, no final deste estudo.

depois de 1925, a AAP nomeou como Presidente de Honra, um estatuto que nem Possidónio alcançara. A sua ligação à República e a notáveis do regime republicano, como Bernardino Machado, dava-lhe uma auréola mais próxima do partido democrático, depois da influência pró-sidonista das últimas direcções de Pessanha. Era um sinal da verdadeira independência apartidária e de «credo religioso» da AAP, tal como fora anunciado, em 1912.

A nível da Assembleia Geral, tudo continuou de acordo com o ritmo antecedente, embora a nível directivo se notasse a influência dos líderes formados na experiência associativa do período anterior, quer por via de Luís Xavier da Costa, quer de Gustavo de Matos Sequeira, ambos presidentes da direcção, respectivamente no triénio de 1922-1924 e nos anos de 1924-1925. Na realidade, ambos demonstraram continuidade quanto ao «renascimento» da AAP, reafirmando a capacidade de acção quanto à reorganização associativa e quanto ao plano de actividades, essenciais para garantir gerências pró-activas e finanças sãs. Mas, também eles, apesar do prestígio do Presidente da Assembleia Geral - em princípio bastante ausente da vida associativa - não conseguiram dar orientações para o cumprimento dos objectivos estatutários estritamente relacionados com as explorações arqueológicas, que continuavam a ser omissas da acção associativa, com excepção das escavações de Nabância, em Tomar, no tempo de Possidónio (1881-1884) e das escavações de Areias, em Cascais, conduzidas por um dos discípulos de Leite de Vasconcellos, Félix Alves Pereira (1865--1936), ainda no tempo de José Pessanha (1918).

A ligação de Leite de Vasconcellos (fig. 14) à actividade arqueológica é vaga e genérica e está informada dos princípios gerais dos Estatutos. A AAP era uma "promotora de estudos de antiguidades" – onde os seus "membros, com os olhos sempre dirigidos para o passado, que é o chão fecundo a que por inumeras raizes se liga o presente, procuraram investigar, interpretar tudo quanto formou o viver material e em parte psíquico e social dos nossos maiores, revelado em monumentos, ruinas, inscrições, moedas, objectos de uso domestico, armas, instrumentos



Figura 14 – José Leite de Vasconcellos. Cartão de Identidade de Vogal Efectivo do Conselho de Arte e Arqueologia da 1.ª Circunscrição, Lisboa, 15 de Julho de 1913. Fotografia colada em cartão. Gentileza do Arquivo Fotográfico do Museu Nacional de Arqueologia.

de trabalho, altares sagrados a deuses e deusas". A ideia principal do valor associativo da arqueologia, num homem cioso das vantagens estatais alcançadas no labor do "seu" Museu Etnológico, era a possibilidade de reunião de todos os associados "em sessão", onde comunicassem "uns aos outros os resultados a que chegaram em longas lucubrações" (VASCONCELLOS, 1922). Naquele tempo, somente os estudos e investigações de pré-história de Joaquim Moreira Fontes (1892-1960), iniciados ainda no final da gestão de Pessanha, tiveram eco na vida associativa, talvez anunciadores das preocupações futuras, expectantes quanto ao desenvolvimento em sede de actividade concreta, distante do período histórico em questão. Aliás, tinham esmorecido as iniciativas anunciadas no Congresso Arqueológico Nacional, reunido em Tavira, em 1920, no qual participara Garcez Teixeira. Este Congresso elegera uma Junta Arqueológica Nacional, que chegou a reunir--se na sede da AAP, em 1921. Mas os seus efeitos foram muito limitados, pela fraca participação de arqueólogos, prova que a arqueologia ainda estava longe de obter a consagração na actividade concreta da Sociedade do Carmo. A eleição de Gustavo de Matos Sequeira como representante nesta Junta prova que a História, enquanto motor da vida associativa, ainda dominava sobre a Arqueologia. Por outro, não era admissível que a personalidade de Leite de Vasconcellos se abrisse às reivindicações do Congresso de Tavira, que tentavam disseminar o princípio das explorações arqueológicas pelo país e a conservação e salvaguarda do património arqueológico, pondo em cheque o marasmo institucional e governativo e a idiossincrasia dominante nos arqueólogos do Museu de Belém.

Pelo contrário, a arqueologia que continuava a vicejar pela associação, estava ainda vinculada às «antiquidades» (no sentido original do termo) e ao rescaldo da demolição de edifícios, onde os achados arqueológicos ocasionais eram a principal substância, destinando-se a impedir a sua destruição em sede de momento de descoberta (acção conservativa). A recolha desses achados servia a causa associativa, quer passassem a ser espólio da AAP, onde seriam objecto de estudo arqueológico, histórico ou artístico, quer se centralizassem no museu de Leite de Vasconcellos, quer entrassem – no caso de menor significância - num ou noutro museu municipal ou regional. Mesmo atendendo ao aumento de preocupações públicas e sociais pelo património arqueológico, Leite de Vasconcellos limitou-se a referir generalidades quanto ao Museu de Arqueologia do Carmo "onde o publico póde contemplar, expostos por ordem cronológica ou tipológica, muitos objectos, dependentes das classes que ficam mencionados, e provenientes, na sua grande maioria, do nosso país, o que os torna outros tantos elementos de conhecimento da historia patria" (VASCONCELLOS, 1922).

Em contrapartida, as questões do património da nação ou do património português no mundo, revelavam a vértebra principal da vida da associação, como seiva essencial do legado associativo, quer através de algumas representações oficiais (como a luta contra as tentativas de "ganancioso vandalismo", respondendo à retirada das estátuas de pedra de Ançã do altar-mor da Sé de Braga, im-

pedida por acção da AAP e do director do Museu) e a análise de projectos de restauro (como o da Capela dos Coimbras, em Braga, do arquitecto José Vilaça, datados de 1923), quer através da promoção de visitas de estudo, numa continuidade da obra de José Pessanha, quer ainda por via de conferências públicas, cujo arranque também fora dado na década antecedente (FONTES, 1926: 25-60; Arqueologia e História, 1923: 173-191). No campo das visitas, refira-se a internacionalização da AAP, marcada com a peregrinação científica a Ceuta, a Alcácer-Ceguer e a Arzila, realizada sob a direcção de Afonso Dornelas, em 1923 (DORNELAS, 1923: 173-191; DORNELAS, 1924 e MENDONÇA, 1923), no âmbito das relações culturais entre o Câmara Municipal de Lisboa e o Ayuntamiento de Ceuta e dos jogos florais entretanto realizados, na capital. Esta visita chamou a atenção para o monumentos portugueses em Marrocos, iniciativa com largo espectro de inovação, porventura inserida na valorização e classificação do património português construído nas ex-colónias, que começara a preocupar os poderes públicos e se iniciara em Angola (1922), seguido de Moçambique e da Índia. Alargava-se o âmbito da territorialidade dos monumentos portuqueses, aspecto que a Sociedade das Nações começara a acarinhar, a partir de 1922.



Figura 15 – Dipoloma de Sócio Efectivo da AAP de Afonso Dornelas, 1910. Arquivo AAP.

## 3. CAMINHOS DE VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO E MUSEOLÓGICO

## 3.1. Obras de consolidação do «monumento nacional»

Desde a instalação da AAP na antiga Igreja do Convento do Carmo que havia a noção dos problemas de conservação do edifício e das suas limitações quanto à aplicação dos espaços para museu e às dificuldades da sua valorização. Ao longo desses tempos sempre se realizaram trabalhos de limpeza e várias adaptações do edifício, mas impunha-se que as obras fossem conduzidas pelos serviços de monumentos do Estado, face ao investimento requerido pela dimensão do monumento, urgindo que se enquadrasse nas perspectivas modernas do restauro. O envolvimento do Estado só passou a ganhar novos contornos, quando o edifício foi classificado como Monumento Nacional, entre 1907 e 1910.

Depois da implantação da República, o Ministério do Fomento toma conta do assunto e desenvolve-se um programa de conservação e restauro, da responsabilidade de Leonel Gaia (1871--1941), um arquitecto activo na Sociedade Portuguesa de Arquitectos, por esses anos Presidente da Sociedade dos Arquitectos (1915-1917). Este programa teve diversas vicissitudes, determinadas pelas diferentes perspectivas anunciadas pelas direcções, mas acabou por estabelecer-se em duas fases, entre 1910-1912 e definitivamente entre 1914 e 1916. Visto no seu conjunto, atendia às necessidades urgentes do edifício e à sua adaptação às exigências do museu constituído, através de nove pontos: 1 - Consolidação dos arcos do monumento; 2 - Limpeza e consolidação das abóbadas das capelas da abside; 3 - canalização das águas pluviais nas naves e transepto; 4 - construção e conservação dos pavimentos das capelas; 5 - construção de uma «marquise» de ferro e vidro para servir de cobertura da nave sul, colocada a um terço da altura, de modo a abrigar os túmulos que ali estavam montados da acção das chuvas; 6 - complemento da escada da torre e sua comunicação com a última capela do lado esquerdo, pela porta ogival entaipada, estabelecendo-se por via dessa escada o acesso aos terraços sobre as abóbadas das absides; 7 - pintura das portas exteriores; 8 - ampliação da janela rasgada na última sala à direita; 8 - pequenas reparações internas (Actas e Relatórios de 1910-1912 e Relatório da Direcção, 18 de Fevereiro de 1916, nomeadamente *Boletins da AAP*, XII, 4: 206-207 e XIII, 5: 226-227).

Nas obras do «Edifício do Carmo» há que atender à sua concepção e à sua execução, que ocorrem de acordo com tempos específicos, por vezes contraditórios e temporalmente não coincidentes. Debatem-se duas concepções de restauro do monumento classificado que chocam em parte com as funções museológicas dos espaços, estes por si só distintos quanto ao modo de expor - espaços fechados e espaços ao ar livre, tendo em consideração que as próprias ruínas participavam da vocação museológica. Importava recuperar as ruínas ligadas à história da independência de Portugal, que fazia do edifício um "monumento-relíquia" e ao mesmo tempo renovar o museu, associando-o à função de local de visita pública, na sua dupla perspectiva ruínas do terramoto e mostra permanente das colecções da AAP. A recuperação, contudo, requeria um conhecimento mais aprofundado do edifício, objectivo difícil de atingir naquele tempo. A igreja do Carmo, na sequência do restauro empírico, neogótico do pós-terramoto de 1755 (aspecto mal equacionado pelas diferentes direcções) requeria a compreensão dessa campanha de obras, para evitar duas coisas: que a campanha de obras fosse considerada um vandalismo de construção (para a teoria de restauro em voga desde Boito, era apenas mais uma campanha de obras) e, por outro, que não fosse valorizada como uma tradição do gótico medieval. Esta problemática foi trabalhada quer na Comissão dos Monumentos, quer no seio da própria associação, dada a discussão travada pelos líderes das concepções do restauro moderno em Portugal que partilhavam princípios comuns tanto naquela Comissão, como na Secção de Conservação e Restauro da própria AAP - Rosendo Carvalheira, Adães

Bermudes, José Pessanha, Leonel Gaia, José Maria Cordeiro de Sousa e António do Couto.

As concepções iam desde um completamento do edifício, à renovação com a construção de estruturas pré-fabricadas de ferro e vidro e à intervenção minimalista, assente na consolidação das ruínas e na imagem da arquitectura gótica prevalecente (mais cogitada do que real). A primeira opção desde cedo foi posta de lado (VITERBO, 1904). A segunda, teve bastantes adeptos (entre eles Pessanha), pois resolveria o problema da conservação das peças colocadas nos espaços não cobertos, nomeadamente os túmulos artísticos que ocupavam a nave sul. Mas a sua filosofia não se enquadrava no conceito de conservação do edifício que as estâncias oficiais defendiam. Era uma renovação integrada no espírito da arquitectura do ferro, muito em uso nos pavilhões das exposições industriais, adoptando-se uma «outra» linguagem neogótica que tinha reflexos contraditórios no próprio cenário monumental das ruínas. A opção de intervenção minimalista, estava mais de acordo com o pensamento da época, implicando a resolução da circulação orgânica da água das chuvas, o resgate de partes do edifício (que passaram a ser uma das exigências da AAP junto dos governos) e a ideia de beneficiação e valorização das salas do museu criadas na abside da igreja - melhor apetrechadas para a colocação do espólio artístico e arqueológico. Na realidade, neste caso as ruínas arqueológicas tinham uma função, uma componente viva, que era o Museu do Carmo.

As opções tomadas em sede de obras e em direcção acabaram por implicar a desistência da solução das "marquises" de ferro e vidro e a apresentação das ruínas na sua verdadeira dimensão e veracidade, implicando um longo processo de remoção das obras similares que tinham sido implementadas no arco cruzeiro, no seu gigantesco portal neogótico de acesso à ábside. A execução demorou e, na realidade, face aos problemas económicos e financeiros do país, só tiveram conclusão durante o Estado Novo, com as últimas obras da DGEMN, depois da 2.ª Guerra Mundial (1949). Nesta altura, o resultado final estava, na sua gene-

ralidade, de acordo com as concepções da Carta de Atenas (1931). O próprio aumento do espaço expositivo previsto com a reintegração da sacristia maneirista da Igreja e anunciada desde a exposição dos Tapetes de Arraiolos ou na legislação de 1923, não se verificou na época republicana, sendo uma conquista tardia, noutro contexto histórico.

#### 3.2 A reforma do Museu

A herança museológica da AAP, à época da revolução republicana, não era um legado fácil de trabalhar, nem era adequado aos tempos modernos da história do património a nível europeu. O museu era o fruto das concepções da cultura de antiguidades do nosso país, tal como eram entendidas nos meados do século XIX. Funcionara mais como um gabinete de curiosidades do que como um museu de arqueologia, onde se tinham reunido objectos de diferente proveniência e de diversidade tipológica e cronológica, apresentados aos sócios e ao público com reduzidos critérios museográficos, sendo que muitos fragmentos arquitectónicos eram conservados com o intuito de evitar «vandalismos», mais do que por razões de valor artístico, histórico ou arqueológico. As primeiras fotografias do Museu, mostram essa amalgama de objectos, na qual mal se distingue um discurso expositivo coerente, prova de uma confusa visão de antiquário, onde emergiam espécimes a que somente os associados poderiam dar algum significado, em função do conhecimento da história da Associação.

É certo que o Museu recebera, pelo menos, uma grande reorganização em relação ao momento da sua constituição e catálogo dos espécimes expostos (1881-1889). Tornara-se o orgulho dos seus fundadores, tanto para arquitectos civis, como para arqueólogos, seus verdadeiros detentores. Evoluíra da ideia inicial de um museu dos monumentos portugueses (de acordo com a filosofia de Alexandre Lenoir) que, aliás, nunca chegou a ser, para um modelo de exposição das diferentes coleçções, com consequências concretas para sua vocação e missão. No início, os inventários eram rudimentares e incompletos, revelando incongruências quanto à

nomenclatura, à classificação, à proveniência e à sua arrumação. Faltava a investigação. Quanto à exposição, dependia da natureza dos espaços onde os objectos eram colocados, mas mesmo nas quatro salas da abside a exposição seguia o princípio de actualização da mostra à medida que os novos objectos entravam e requeriam um lugar expositivo exigível pelo associado doador. A breve trecho, a exposição alargou-se para o ar livre, onde os bens culturais eram colocados no solo sem plintos, expostos às condições atmosféricas - tal como aconteceu aos túmulos do rei D. Fernando I de Portugal, de Fernão Sanches ou de D. Constança (com a sua confusa tampa de cavaleiro medieval) -, sem soluções museográficas modernas, amontoando-se muitas vezes, e perpetuando-se tal situação na continuidade dos anos (fig. 16).

A ideia de "renascimento" que se tornou a espinhal dorsal das novas direcções da AAP, reflectiu-se



Figura 16 – Museu do Carmo depois da remodelação ocorrida durante a década de 1916-1926. Arquivo Histórico da DGEMN. IHRU – Documentação Fotográfica: SIPA – Foto 00506514.

também na remodelação do museu, tanto a nível de projecto geral, na sua relação com as obras de valorização do monumento, e nas diferentes especialidades, mostrando que passou a haver conceitos de índole museológica e uma intenção clara em alterar a museografia dos objectos expostos. O museu devia constituir-se como um "museu de educação" e não de curiosidades, e responder à natureza da investigação científica que era feita dentro das suas portas, tornando-se uma instituição de carácter público, ainda que propriedade de uma associação, isto é, transformar-se num verdadeiro "museu arqueológico", de acordo com os fins estatutários.

A resolução da renovação do museu implicava três ordens de ideias. A primeira, estabelecer a correlação entre as obras de restauro e a exposição permanente, isto é, a construção do museu propriamente dito, nas suas conquistas de espaço e na sua ideia directora. A colaboração prestada pela Direcção Geral de Obras Públicas e Minas, sob a égide de José Maria Cordeiro de Sousa (†1923) foi fundamental e criou as orientações que facilitaram a reinstalação de muitas das peças, nomeadamente dos túmulos, nas capelas da abside, na qual colaboraram o arquitecto António do Couto, então director do restauro da Sé de Lisboa e o mestre canteiro do Mosteiro da Batalha, Carlos Simões Franco, sob fiscalização de José Queiroz.

A segunda, deveu-se a um aprofundamento dos conceitos de museografia, envolvendo a direcção associativa e os conservadores do museu num projecto colegial, integrando diferentes perspectivas experimentadas pelos seus conservadores - Félix Alves Pereira, José Queiroz, Gustavo de Matos Sequeira e Mêna Júnior – na sua própria actividade profissional. Recorde-se que o número de conservadores passou de três para quatro, entre 1912 e 1925 e para seis, de 1925 a 1932. Note-se que Félix Alves Pereira fora conservador do Museu Etnológico Português, tendo trabalhado com José Leite de Vasconcellos, José Queiróz fizera o Museu de Mafra (1911) e trabalhava no Museu Nacional de Arte Antiga, com José de Figueiredo, Mêna Júnior, fora um dos responsáveis do Museu de S. Roque

(1909) e Matos Sequeira um dos obreiros do Museu da Cidade, quanto este esteve ligado à AAP (1923). A museografia, enquanto arte de organização e exposição de colecções em museus, afirmou-se na Europa, entre os fins do século XIX e 1934, data em que realizou o Congresso Internacional de Madrid, do Comité Internacional dos Museus, organismo da Sociedade das Nações. Vivia-se então um movimento para a valorização dos museus em termos da apresentação das colecções ao público, experimentando-se soluções que pudessem contribuir para a modernização e maior atractividade dos visitantes aos espaços de arte, história e cultura. Mesmo admitindo que alguma influência internacional houve na equipa do Carmo, radica mais na soma dos conhecimentos individuais ao serviço associativo, o que não deixa de ser relevante.

A conjugação entre museografia, investigação dos espécimes – de que o estudo da heráldica de Afonso Dornelas é um testemunho muito interessante (DORNELAS, 1914-1915: 122-134 e 142-188), aliás essencial para a exposição de Heráldica de 1923 – e conservação do património museológico, levado a cabo pela AAP, sobretudo a partir de 1916, permitiu construir um museu arqueológico mais de acordo com os novos tempos e, nesse aspecto, a remodelação museológica é igualmente uma obra da AAP da era republicana, embora se saiba que dadas as sucessivas dificuldades associativas e políticas do país, se repercutiu na demora da sua concretização (bases concluídas em 1926). Criou-se assim um museu mais adequado aos novos tempos e ao gosto da sociedade, implicando um diálogo mais profundo, entre arqueologia, arquitectura, arte e museografia.

Atenda-se ainda à incorporação de novos objectos e colecções durante o período de demolições de conventos e edifícios (1910-1924), próprio da modernização da cidade de Lisboa ou de transformações urbanas no país, em ambiente de luta contra os vandalismos da nova época da história de Portugal. Na própria incorporação, ponderam-se nessa altura a necessidade de completar colecções ou de deter objectos de maior interesse artístico e

arqueológico, situação que trouxe soluções de troca, de doação ou de armazenamento menos cuidado dos objectos preteridos, nos exíguos espaços associativos. A história da incorporação pode, pois, observar-se, minuciosamente através das actas e relatórios da direcção e as actas das reuniões da assembleia geral, devendo ser um aspecto a estudar noutra oportunidade.

Por sua vez, a conservação dos objectos museológicos passou a ser uma constante preocupação. Foi no tempo de José Pessanha que os túmulos acima referidos deixaram de estar expostos nas naves expostas às condições atmosféricas para incorporarem o discurso expositivo das salas interiores do Museu, depois de um trabalho meticuloso de transporte, de assentamento no solo e de valorização, travando deste modo a sua deterioração crescente na exposição ao ar livre.

Mas uma terceira ideia, menos conhecida, esteve na génese da remodelação do museu, implicando com os dias da sua abertura ao público. A AAP desenvolveu, a partir de 1914, uma interessante experiência que foi a realização de exposições temáticas, as quais colaboraram para o dinamismo associativo posto em marcha pela equipa de losé Pessanha. Efectivamente, esta iniciativa contribuiu para a afirmação do Museu Arqueológico junto do público, dado que as ditas mostras funcionaram, de certo modo, como exposições temporárias, ou pelo menos, como estímulo à atracção social de novos públicos, interessados em assuntos mais diversificados, mantendo-se o carácter educativo prevalecente. Por um lado, procedia-se à apresentação de espécimes e coleções do Carmo, integrando objectos requisitados noutras instituições, mostrando a unidade cultural entre todos eles. Por outro, exibia--se a força cultural de algumas secções de estudo (arqueologia olisiponense, heráldica, diplomática e bibliografia), a cedência criteriosa dos espaços expositivos a artistas consagrados (como aconteceu com as exposições de aguarelas de Alberto de Sousa), ou o resultado de acordos entre organismos que pensavam a arte e a arqueologia de forma diferente, especialmente nas mostras vinculadas à história das indústrias caseiras do povo português – Exposição de Tapeçarias de Arraiolos (1917), Exposição de Rendas (1923) – garantindo a troca de experiências culturais, como aconteceu com o caso da equipa editorial da revista Terra Portuguesa (Sebastião Pessanha, Vergílio Correia ou José Queiroz, aliás ligados por laços associativos à AAP).

A remodelação acabou por ter efeitos sociais e financeiros na AAP, mesmo durante a Grande Guerra e no período crítico do pós-guerra. O número de visitantes cresceu, não apenas por ter acompanhado a abertura ao público durante mais dias por ano, mas porque se alargou a base social de visitantes, nacionais e estrangeiros (MARTINS, 2006: II, Figuras 500-503). Mesmo atendendo ao efeito das obras na orgânica do museu, nota-se uma me-Ihoria de gestão interna, que potencia a AAP como instituição de carácter público, com a repetida presença de Presidentes da República em actos inaugurais ou comemorativos e lhe confere uma função mais actuante na sociedade portuguesa. Aos olhos da população, a AAP reforçava a sua função de instituição educativa de prestígio no quadro da vida cultural portuguesa. Este facto, deu notoriedade ao Museu do Carmo, entre os museus portugueses daquela época. Este facto era notório, dado tratar--se de um museu que não se integrava nos museus tutelados pelo Estado ou pelos municípios, obra de uma sociedade privada e, simultaneamente, estimado pelos poderes públicos, que nele encontravam um espaço de visibilidade da cultura portuguesa e um local de visita de escolas, instituições, associações, fábricas, sindicatos e povo, de Norte e Sul do país. Note-se que esta visibilidade não passou despercebida a nível internacional, face ao número de visitantes estrangeiros em crescendo durante a República, de tal forma que o museu acabou por ser colocado no inventário organizado pelo Comité Internacional dos Museus, um organismo com assento no Instituto de Cooperação Intelectual da Sociedade das Nações (1926).

# 4. PROTECÇÃO, SALVAGUARDA E CONSER-VAÇÃO DO PATRIMÓNIO (1911-1926)

# 4.1. Participação pública na Comissão dos Monumentos da 1.ª Circunscrição Artística (1911-1926)

Em 2009-2011, demonstrámos como, durante a República, a AAP obteve um lugar singular na história do património em Portugal, por via da participação de um sócio efectivo, como delegado eleito da Sociedade, com assento no seio da Comissão dos Monumentos da 1.ª Circunscrição Artística (CUSTÓDIO, 2011b: 537 e ss.). Esta participação teve influência genérica na filosofia de conservação e restauro do "património da nação", dado o magistério que a Comissão de Monumentos de Lisboa teve nas suas congéneres de Coimbra e do Porto. Esta participação foi de ordem consultiva e deliberativa e assentava no uso do voto democrático em sede de reunião, pelo que também exerceu uma ascendência efectiva na determinação dos princípios e critérios de restauro aplicados em Portugal entre 1911 e 1932, mesmo depois das comissões dos monumentos terem sido extintas, em inícios de 1926. Por outro lado, o efeito desta participação ecoa também no interior da AAP, pois serve de medida de aferição das suas próprias atitudes de salvaguarda, conservação e restauro, moldando-lhe o comportamento nas grandes questões da sensibilização e protecção do património arquitectónico português.

A AAP manterá durante cerca de quinze anos um seu representante junto da CM, pressupondo um estádio superior de intervenção que jamais a AAP alcançara até então, mesmo considerando as suas relações com os serviços oficiais no tempo de Possidónio da Silva<sup>24</sup>. De certa maneira a sua experiência e opinião no campo da salvaguarda e conservação a nível nacional passava a ser integrada

<sup>&</sup>lt;sup>24</sup> A eleição do sócio efectivo João Rodrigues Fernandes (†1912), como vogal nato da AAP no Conselho Superior dos Monumentos Nacionais, em 27-12-1906, depois de aceitação desta corporação consultiva, acabou por não se concretizar porque não houve nomeação oficial (Relatório do Conselho Facultativo, Boletim, XI, 2: 94).

nas decisões oficiais. As razões desta escolha oficial podem apresentar-se. Desde os anos 60 do século XIX, a AAP tinha-se dedicado às questões de defesa, salvaguarda, conservação e propaganda do património, numa escala nacional, contando com centenas de vogais correspondentes em actividade no território<sup>25</sup>. Na realidade, "a defesa do nosso patrimonio artístico – dizia-se – é, sem contestação, um dos artigos basilares do nosso programa" (Relatório da Gerência de 1913, *Boletim da AAP*, 4, 1915: 193). Fora um cadinho de formação das sucessivas gerações que trabalharam nas estudos e salvaguarda do património, com repercussões desde o movimento de 1897 até à Ditadura Militar.

A sua participação na Comissão dos Monumentos não a priva de uma posição crítica coerente em relação à política patrimonial do país, até porque na sua organização interna a discussão sobre os monumentos e a conservação tinha expressão numa secção específica para o estudo da "conservação e restauração dos monumentos", reunindo personalidades de craveira nacional, entre os quais Miguel Ventura Terra, Rosendo Carvalheira, José Alexandre Soares, Ernesto Korrodi e José Teixeira Lopes (Acta n.º 70, de 28 de Março de 1912, Boletim, XII, 10, 1912: 484-485). A atenção dedicada a este problema explica a tomada de posição da AAP a respeito das consequências para o património construído da aplicação da Lei de Separação do Estado das Igrejas (1911), apresentada pelo sócio Santos Farinha, face ao número de edifícios integráveis na categoria de monumentos nacionais e outros valores arquitectónicos de enorme relevância, devendo impedir-se que eles fossem objecto de qualquer alteração de "estrutura ou decoração" (Relatório da Gerência de 1913, Boletim, 4, 1915:193).

O arquitecto Rosendo Carvalheira foi eleito pelos seus pares, como primeiro representante na Comissão dos Monumentos de Lisboa. Entre 1911 e 1919, altura do seu falecimento, deixou uma marca perene do seu pensamento e actividade na conservação dos monumentos, ele que era simultaneamente um funcionário do quadro do Ministério do Fomento, transpondo para a prática as decisões democraticamente tomadas em sede da Comissão. Até 1925, a AAP cumpriu o preenchimento desta função no organismo consultivo, através de outras três personalidades de relevo da Sociedade [Quadro]: José Queiroz, Félix Alves Pereira (fig. 17) e Francisco Augusto Teixeira Garcez. Os dois primeiros, após a morte de Rosendo Carvalheira, não exerceram o cargo com tempo suficiente para imprimirem o seu pensamento na definição dos critérios, embora este aspecto ainda não esteja suficientemente esclarecido. Quanto a Teixeira Garcez (fig. 18), que em 1920 era já um líder da defesa e conservação do património do país, deixou a sua marca, dado ter trabalhado, antes de ingressar nos órgãos directivos da AAP, em diversas frentes de combate, na organização do serviço de monumentos militares, na salvaguarda do Convento de Cristo e dos monumentos de Tomar. Cônscio da necessidade de uma reforma da política de salvaguarda dos monumentos de arte e história, Garcez Teixeira trabalhou na apresentação de inúmeras propostas de classificação, que acabaram por ser aprovadas em sede da Comissão dos Monumentos e homologadas ministerialmente, apresentou projectos legislativos, para os quais contribuiu o seu projecto de lei de defesa dos monumentos [Anexo], apresentado na AAP<sup>26</sup>. Organizou o inquérito nacional sobre os pelourinhos, dando continuidade a uma iniciativa iniciada em 1904, mas agora a nível oficial, sendo o principal responsável pela sua identificação rigorosa (Inquérito sobre Pelourinhos, 1935) e classificação, facto que só veio a acontecer em 1933, por decreto do Estado Novo.

<sup>&</sup>lt;sup>25</sup> Em toda a vida associativa da AAP, entre 1864 e 2013, 817 sócios correspondentes. O final da monarquia constitucional e durante a 1.ª República (1897-1932), foi o período áureo da correspondência associativa, com 331 sócios correspondentes. Cf. Arquivo da AAP, Secretaria – Registo de Sócios. Ver também, DIAS. 1904.

<sup>&</sup>lt;sup>26</sup> Este projecto encontra-se integrado no Relatório da Gerência de 1920 (Arqueologia e História, V, 1926:151-152).



Figura 17 – Felix Alves Pereira. Gentileza do Arquivo Fotográfico do Museu Nacional de Arqueologia.

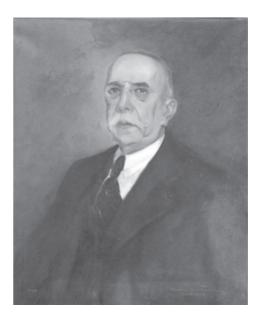


Figura 18 – Coronel Francisco Augusto Teixeira Garcez. Pintura sobre tela de Henrique Tavares. 1940. Reprodução fotográfica. 2004. Museu Municipal de Tomar. Gentileza do arquitecto José Faria. Para além de dirigente associativo e delegado da AAP na Comissão dos Monumentos a sua actividade é fundamental para compreender o peso da AAP na associação que criou em Tomar, a União dos Amigos dos Monumentos da Ordem de Cristo, fundada em 1918.

**Quadro 1** – Vogais efectivos indicados pela Associação dos Arqueólogos Portugueses.

Delegado	Período	Função na AAP	Profissão	Estatuto e Local de Trabalho
Rosendo	1911-1919	Vice-Presidente	Arquitecto	Arquitecto de 2.ª Classe Responsável por
Carvalheira		AG		obras de restauro. Ministério do Fomento
José Queiroz	1919-1920	Membro	Conservador	Conservador do MNAA. Responsável
		e Direcção		pelo Inventário dos Azulejos de Portugal
				(1916-1920)
Félix Alves Pereira	1920-1922 <sup>27</sup>	Membro	Arqueólogo	Arqueólogo e Conservador do Museu
		e Direcção		Etnológico Português. Parlamentar
Francisco Augusto	1922-1925	Membro	Engenheiro	Inspector dos Monumentos Militares
Garcez Teixeira		e Direcção	Militar	

Trabalhar a nível nacional esteve sempre nos horizontes da AAP. A acção que exerceu na proposição da classificação imóveis continuou a manifestarse no tempo de República, propondo na Comissão dos Monumentos ou junto do Ministério de Instrução Pública, novos edifícios. Mas o reconhecimento oficial do Governo da República, que lhe

<sup>&</sup>lt;sup>27</sup> Félix Alves Pereira pediu a exoneração da representação da AAP na Comissão dos Monumentos da 1.ª Circunscrição Artística, na qual foi substituído por Francisco Augusto Garcez Teixeira, na Assembleia Geral de 28 de Janeiro de 1922, comunicando ao Presidente da Comissão, em 8 de Fevereiro de 1922. AHAAP - Correspondência Expedida, Ano de 1922.

conferiu capacidade de intervenção directa na 1.a Circunscrição, por via da sua idoneidade e significado nacional, era algo de novo. De igual modo os efeitos de uma participação activa criavam outras sinergias que se materializavam em procedimentos, estudos e análises mais céleres. A sua influência aumentou, embora o país em crise não tivesse sabido aproveitar as vantagens dessas novas sinergias.

A AAP deixou um marca positiva na Comissão dos Monumentos, quer a nível da protecção, salvaguarda e classificação dos monumentos, quer na conservação e definição das políticas e dos princípios que as deviam nortear. Através da acção concreta dos seus delegados, sobretudo Rosendo Carvalheira, pôde mostrar que não estava a falar de cor, mas que valorizava a *praxis*, como estratégia experimental de restauro.

Refira-se que o prestígio alcançado, permitiu--lhe também iniciar uma notável colaboração na Comissão de Estética da Câmara Municipal de Lisboa. Esta colaboração era discutida tanto no Conselho de Arte e Arqueologia, como na Comissão de Monumentos e veio a efectivar-se, a partir de 1919, através de uma notável colaboração à referida Comissão, que então procedia à classificação dos imóveis da cidade de acordo com a Comissão dos Monumentos. Contribui para essa intervenção o trabalho executado pela Secção de Arqueologia Olisiponense, que levara a efeito a exposição Olisiponense de 1914 (ver fig. 5). A Câmara Municipal de Lisboa solicitou à AAP um "inventário das edificações que, pela sua antiguidade, aspecto característico ou valor histórico", deviam "ser respeitadas" (1919). A inventariação devia decorrer sob direcção da Comissão de Estética, mas pelo facto de contar com aquela Secção, onde dois dos seus vogais passaram pela Conselho de Arte e Arqueologia, garantiu uma indicação adequada dos edifícios a preservar na capital, numa época em que a estética da cidade estava na ordem do dia (Ofício da Câmara Municipal de Lisboa, AHAAP, in MARTINS, 2005: II, fig. 207). Saliente-se, em prol do lugar que a AAP teve nesta causa, que foi por proposta de Adães Bermudes, na sessão de 6 de

Maio de 1912, que esta Sociedade propôs a criação de comissões de estética em todos os municípios, a exemplo da que se instalara em Lisboa, "compostas de criticos d'arte, archeologos e artistas, a fim de emittirem o seu parecer sempre que houvesse necessidade de fazer" em matéria de expropriações, de modo a poder conciliar o progresso com a Arte e Arqueologia (Acta 72, de 6 de Maio de 1912, *Boletim*, XII, 11: 530-531).

Este capítulo da história da AAP encerra-se, com a extinção legal das comissões dos monumentos das Circunscrições Artísticas, em Fevereiro de 1926. Coincide com a mudança de orientação de política interna da Associação, pois é notória cada vez mais um dedicação aos estudos históricos, artísticos e arqueológicos e o abandono gradual da vertente activa da salvaguarda do património artístico, monumental e arqueológico que a notabilizara, até ao fim da década de 1920. Em 1928, o Conselho Administrativo da AAP, resolveu fazer uma representação ao Ministro da Instrução Pública, Alfredo de Magalhães, protestando contra o seu afastamento no Conselho Superior de Belas Artes, organismo recém-criado, substituto das comissões dos monumentos, "na qual se pede que justiça seja feita a quem, como a nossa Associação, tanto tem trabalhado em prol dos monumentos artísticos ou arqueológicos que nos restam do passado" (Arqueologia e História, VI, 1927-1928: 247). Mas, a história do património de Portugal entra a partir de 1929, com a criação da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, numa nova fase, dominada pela centralização e o corporativismo, cabendo à AAP assumir a sua vocação estatutária prioritária dos estudos de arqueologia. O desenvolvimento da arqueologia portuguesa é sentido cada vez mais, como o futuro associativo.

# 4.2. Movimentação social e afirmação pública no período republicano

A dinâmica da AAP compreender-se-á melhor se estudarmos a movimentação interna e externa dos seus associados e as suas relações com outras associações do país, sejam locais sejam nacionais, quer

a nível de actividades, quer a partir das rede de correspondências normais ou fomentadas entre sócios da primeira e as individualidades das segundas. Este assunto encontra-se estudado, no período republicano, à escala nacional. Ali dissemos que "no fenómeno da correspondência encontra-se à cabeça a Associação dos Arqueólogos Portugueses. A AAP ciente do seu papel e da gravidade dos problemas nacionais do património estimula o associativismo local, nos casos de Évora, de Santarém, de Lisboa, de Viana do Castelo ou de Tomar. Essa rede de influência gera uma nova rede de relações, nas quais o apoio dos próprios arqueólogos, inscritos nas novas agremiações, garante a eficácia. Se a AAP é uma espécie de central de recepção e distribuição da informação, definindo assim uma rede principal de relações entre a comunidade científica defensora dos monumentos, as associações locais são como que cooptadas para a esfera da rede principal, pela emergência de redes secundárias de amigos dos monumentos, que têm com a AAP, ou com os seus membros espalhados pelo país, uma lógica de reprodução e de troca de conhecimentos e experiências" (CUSTÓDIO, 2011b: 213-223).

Na realidade, a escala do país é o espaço ideal da intervenção da AAP. O que era reduzido era o número de associados efectivos em actividade. No período republicano, o número de novos sócios cresceu, num total de 276 novos membros efectivos e correspondentes (24,38% em relação ao total

inscrito entre 1863 e 1910). Mas mesmo considerando aqueles que se encontram em efectividade de acção, verifica-se uma expansão de iniciativas e de intervenções, que aliás vão para além do programa de actividades da casa, tornando-se úteis para o país, quer de forma directa (serviços da heráldica municipal, cuja génese parece ser o caso crítico de solução para o brasão do novo concelho da Marinha Grande, município criado em 1917), quer de forma indirecta. No último caso, refira-se a participação nos actos públicos de da defesa do património ou a colaboração com outras associações, quer integrando a sua orgânica interna e direcção (como foi o caso do delegado da AAP, Cândido Madureira, na direcção da União dos Amigos dos Monumentos da Ordem de Cristo), quer inscrevendo-se como sócios de outras associações, levando mais longe a sua influência (Grupo Pró-Évora, União de Tomar, Instituto Histórico do Minho, etc.), quer agregando novas associações à sua actividade (Estudos Etnológicos da Beira), quer participando na actividade e produção literária de outras sociedades.

Vimos acima o papel das excursões aos monumentos e a influência exercida pela AAP no aro urbano do Distrito de Lisboa, como também em Évora (fig. 19), em Santarém ou em Tomar. As relações preferenciais com os Conselhos de Arte e Arqueologia de Coimbra e Porto, testemunhadas pela correspondência trocada, também mostram que existe uma audiência em relação aos pontos de



Figura 19 – Excursão Artística da Associação dos Arqueólogos Portugueses a Évora, em 11 de Junho de 1916. Retrato do Grupo junto ao Convento do Espinheiro. Fotógrafo António de Sottomaior. Reprodução. Arquivo do Grupo Pró-Évora. Núcleo fotográfico.

Indicam-se os sócios participantes desta visita, da esquerda para a direita: Henrique Chaves (?); Alberto de Sousa (artista); José Queiroz; Sofia Lette Nogueira de Brito; Francisco Nogueira de Brito; Sebastião Pessanha; Gustavo de Matos Sequeira; Vergílio Correia; Mário Leitão; Afonso Dornelas; José Pessanha.

vista que eram trocados. Saber a opinião da AAP era salutar, mesmo que houvesse divergência. A rede de correspondentes da Associação e os seus delegados provam o grau de afirmação pública da AAP no período republicano, reproduzindo um movimento que vinha de trás e que a publicação do *Boletim de Arquitectura e Arqueologia* alimentara.

Por tudo isso, a movimentação da AAP à escala do país deve observar-se através da rede de relações com outras associações, espalhadas pelo país e intrinsecamente relacionadas com questões científicas comuns ou afins ou apostadas na intervenção cívica e pública ou na união de esforços para pressionar os órgãos políticos, ministérios, Parlamento ou instituições estatais. Há um elo comum que parece ligar a sociedade civil apostada na defesa do património, no prosseguimento das orientações emanadas do Edifício do Carmo ou na crítica das decisões erradas da autoridade pública. Se tivermos em conta as sociedades com quem a AAP se relacionou durante o período republicano e com quem desenvolveu iniciativas, podemos detectar o alcance do seu posicionamento cívico e interventivo nacional. A troca de correspondência associativa mostrou que uma rede de relações de defesa do património se estabeleceu no seio da sociedade civil e que, entre outras associações que procuraram tirar dividendos desta situação (como o caso da Academia de Ciências de Portugal, recentemente constituída sob a égide da ideologia republicana), a AAP acabou por se afirmar no contexto nacional, dado o legado transmitido a todo o país, em função da independência das posições assumidas e da sua cruzada pela «Tradição».

Um estádio mais elevado de participação cívica esteve na forja ainda no período republicano: a constituição de uma efémera Junta Arqueológica Nacional, uma espécie de federação de amigos da arqueologia portuguesa, no seu conceito mais lato. Esta Junta fora estabelecida pela Academia de Ciências de Portugal, a AAP, a União de Tomar, o Instituto Histórico do Minho e o Grupo Pró-Évora, com documentos assinados por ambas as partes, nas reuniões havidas em Tavira e no Carmo, prova

que a sociedade civil chegou a querer intervir num plano mais elevado da esfera de acção de cada uma daquelas sociedades específicas, no intuito de "auxiliar o Estado na defesa dos monumentos nacionaes" (Ofício recebido n.º 396, datado de 12 de Fevereiro de 1921, Arquivo do Grupo Pró-Évora. Correspondência).

Em 1921-1922 tornara-se evidente que as expectativas criadas pela política patrimonial republicana tinham atingido um limite que a sociedade civil não tolerava mais. Goradas as grandes esperanças, era imperioso redefinir o xadrez da vida política e da vida social e intelectual. Adivinhavam-se novos tempos, mas a AAP – embora restringida na sua esfera de participação pública desde 1926 - continuou a manifestar a sua resiliência associativa, o seu modo de estar na arqueologia e no património, procurando construir sempre o seu caminho. Acrescentara ao legado antigo os valores de inteligência e de ética vividos nos tempos republicanos - tornando-os essenciais ao seu estatuto cultural, transmitindo-os ao futuro e afirmando com eles a "simpatia pública" que adquirira desde o tempo de Possidónio da Silva.

### **ANEXO**

# PROJECTO DE UMA LEI DE PROTECÇÃO AOS MONUMENTOS NACIONAIS

- Art. 1. - Os imoveis classificados monumentos nacionais que estejam em posse do Estado, são inalienaveis.
- Art. 2. – Cada monumento nacional terá um curador, individuo ou entidade, nomeado pelo Ministério da Instrução, sob proposta do Conselho de Arte e Arqueologia, devendo ter a sua residência ou séde tanto quanto possível na localidade do monumento.
  - & 1.º As funções do curador são gratuitas.
- Art. 3. - Compete aos curadores zelar pelos respectivos Monumentos:

Propondo ao respectivo CAA e ao individuo ou entidade que tenha a posse ou o usufructo do Monumento, tudo o que julgar conveniente a bem do mesmo.

Suspendendo a execução de qualquer acto que julgue prejudicial ao monumento, quando este esteja na posse do Estado, comunicando dentro de 24 horas às entidades que houverem determinado acto e ao CAA os motivos que determinam a suspensão.

Dando parecer sobre as obras a realizar no Monumento, quando ele esteja na posse do Estado, mesmo que sejam de simples conservação, e seja qual fôr a entidade a cargo de quem esteja a sua execução.

- & 1.º Quando o Monumento não esteja sob a administração de qualquer pessoa ou entidade, o curador desempenhará as funções de administrador.
- & 2.º Os curadores teem direito de visitar o Monumento em qualquer ocasião e poderão solicitar de todos os funcionários públicos, sem que tenham de sofrer quaisquer emolumentos, os esclarecimentos de que necessitem para o desempenho da missão.
- & 3. – Os curadores gozarão da isenção de franquia em toda a correspondencia que, pelas suas funcções, tenham de dirigir às autoridades e a particulares.
- Art. 4. – Todos os objectos que tenham pertencido a algum monumento e que estejam actualmente em posse do Estado, seja qual fôr o usufrutuário serão restituídas ao seu primitivo lugar.
  - & 1.º Para que se efectue esta restituição, será organizado pelo curador o respectivo processo, do qual constarão as informações do CAA e das entidades que estiverem na posse do Monumento ou objecto. Cada uma destas informações será prestada no prazo de 30 dias a contar da data da recepção da cópia do processo, cujo original se conservará na posse do curador, e serão considerados favoraveis quando não forem prestadas dentro desse prazo.
  - & 2.º Os objectos nestas circunstâncias que se acharem prestando serviço de que não possa prescindir serão pelo Estado substituídos por outro equivalente.
  - & 3.º São exceptuados da restituição os objectos que se achem nos Museus, arquivos e bibliotecas publicas quando a informação fundamentada do respectivo director a isso fôr contrário e o Conselho Superior de Arte Nacional com ela se conforme.
  - & 4.º São também exceptuados os objectos que não possam ser arrecadados no Monumento com a necessária segurança ou quando com a transferência perigue a sua conservação.
- Art.  $\circ$  5.  $\circ$  É o governo autorizado expropriar por utilidade pública os monumentos classificados ou partes desses monumentos que se achem na posse de particulares.
  - & 1. O processo para a expropriação é organizado semelhantemente ao da restituição, devendo conter as informações do CSAN e do CAA e do seu proprietário.

Lisboa, 17 de Maio de 1920 Garcez Teixeira

## **FONTES**

Arquivo da Academia Nacional de Belas Artes (ANBA).

Comissão da Reforma do Ensino de Belas Artes.

Comissão nomeada por decreto de 10 de Novembro de 1875, para propor a Reforma do ensino de Belas Artes e plano para a organização dos museus e o serviço dos Monumentos Nacionais. Actas. 1875. Livro – 22.

Conselho de Arte e Arqueologia da 1.ª Circunscrição – Comissão dos Monumentos.

Comissão dos Monumentos. Resumo de Actas, 2. vols. 1911-1925, Livro – 265 e Livro – 266.

Comissão dos Monumentos. 1.ª Circunscrição. Actas. Anos 1911-1914. Livro – 261.

Comissão dos Monumentos. 1.ª Circunscrição. Actas. Anos 1914-1920. Livro - 262.

Comissão dos Monumentos. 1.ª Circunscrição. Actas. Anos 1920-1924. Livro – 263.

Comissão dos Monumentos. 1.ª Circunscrição. Actas. Anos 1924-1925. Livro – 264.

Inquérito sobre Pelourinhos, 2 vols, ms. 1935, Cota – XX-9-6 e 7.

Arquivo da Associação Pró-Évora.

Livros de Correspondência.

Arquivo Histórico da Associação dos Arqueólogos Portugueses (AHAAP).

Actas das sessões da Assembleia Geral. Anos 1925-1932.

Actas dos Archeologos Portuguezes. Actas da Direcção. 10-12-1912 a 10-3-1917.

Associação dos Arqueólogos. Livro de Actas da Direcção. Anos 1921-1925.

Correspondência Expedida.

Correspondência Recebida.

Fotografias, Estampas e Gravuras. Caixas.

Defesa da Torre de Belém, 1918 - Folhas do abaixo-assinado.

Imprensa.

Arqueologia e História, Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, 1922-1931.

Boletim de Architectura e de Archeologia da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes, 4.ª Séries, Tomo inicial até o tomo XI, Lisboa, 1865-1909.

Boletim de Architectura e de Archeologia da Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes, 4.ª Séries, Tomos XII e XIII, Lisboa, 1910-1921.

Sociedade dos Architectos Portvgveses. Annuario, Anno 1, Lisboa: Typographia do Commercio, 1905.

Legislação.

Diário do Governo, Decretos 1 e 2, de 26 de Maio de 1911.

Diário do Governo, n.º 58, de 20 de Março de 1923.

Diário do Governo, n.º 45, Portaria de 28 de Fevereiro de 1925

# **BIBLIOGRAFIA**

Associação dos Arqueólogos Portugueses (1916) - *Defesa de Evora*. Lisboa: Imprensa Libanio da Silva.

Associação dos Arqueólogos Portugueses (1918) – *Estatutos*, 1918, Lisboa, Casa Portuguesa.

Associação dos Arqueólogos Portugueses (1925) – Relação dos Cargos Directivos Eleitos em 1925. Lisboa.

Associação dos Arqueólogos Portugueses (1925a) – Decreto n.º 8.630, de 9 de Fevereiro de 1923 e Regulamento Interno Aprovado por portaria n.º 4.360, de 14 de Fevereiro de 1925, Lisboa: Imprensa Nacional.

BRITO, Francisco Nogueira de (1917) – Arqueologia Scalabitana. Relatório da Excursão que a Associação dos Arqueólogos Portugueses fez a Santarém no dia 9 de Julho de 1916, Separata do Boletim da Associação dos Arqueólogos Portugueses, Lisboa, Tip. Casa Portuguesa.

BRITO, Nogueira de (1913) – "Portas Artísticas de Lisboa", *Notícias Ilustrado*, Ano IV, série II, n.º 184, Lisboa.

CARVALHEIRA, Rozendo (1914) – *Um feixe de saudades*. Esboço de elogio historico dos falecidos socios Valentim José Correia, Conde de S. Januario, Joaquim José da Nova, Adolpho Ferreira Loureiro e Gabriel Pereira, Sessão Soléne em 23 de Novembro de 1913. Comemorações do 50.º aniversario da fundação da Associação dos Arquitectos e Arqueologos Portuguêses, Lisboa: Tipografia do Comércio.

CARVALHO, João Carlos d'Almeida (1896) – A Sociedade Archeologica Lusitana: As antiguidades extrahidas das ruínas de Tróia e onde é que se acham depositadas, Lisboa: Typ. Franco-Portugueza (OfficinaLallemant).

CHAVES, Luís (1922) – "A Política dos Monumentos", in *Arqueologia História* – 6.ª série, vol. 1.º, Lisboa: AAP, pp. 76-83.

COELHO, António Corrêa Caldeira (1923) – A Protecção Legal aos Monumentos Nacionais (base para um projecto lei), Lisboa, Tipografia do Comércio, 1923.

CONDE DE SÃO PAIO [D. ANTÓNIO] (1930) – "Para a História da Associação dos Arqueólogos Portugueses", in *Trabalhos da Associação dos Arqueólogos Portugueses*, vol. IV – Comemorativo do 75.º Aniversário da Fundação da Associação. Lisboa, pp. 7-35.

CUNHA, Alfredo da (1914) – No Cinquentenário da Associação dos Arqueólogos Portugueses – Discurso proferido em 23 de Novembro de 1913 por [....], Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Mesma Associação, Lisboa: Tipografia do Comércio.

CUSTÓDIO, Jorge (1993) – "Salvaguarda do Património – Antecedentes Históricos: De Alexandre Herculano à Carta de Veneza (1837-1964)", em *Dar Futuro ao Passado*, Lisboa, SEC, pp. 33-71.

CUSTÓDIO, Jorge (1999) – Possidónio da Silva e as origens da salvaguarda e valorização do património histórico-artístico e monumental português, separata de Arqueologia e História, vol. 51, Associação dos Arqueólogos Portugueses, Lisboa.

CUSTÓDIO, Jorge (2008) – «Renascença» Artística e Práticas de Conservação e Restauro Arquitectónico em Portugal, durante a 1.ª República, Dissertação de Doutoramento. Universidade de Évora, 3 volumes, Évora (policopiada e digitalizada).

CUSTÓDIO, Jorge (2010) – 100 Anos de Património. Memória e Identidade. Portugal 1910-2010, coordenação científica e estudos, Lisboa: IGESPAR.

CUSTÓDIO, Jorge (2011a) – "Renascença" Artística e Práticas de Conservação e Restauro Arquitectónico em Portugal, durante a 1.ª República: Fundamentos e Antecedentes, Lisboa: Caleidoscópio.

CUSTÓDIO, Jorge (2011b) – "Renascença" Artística e Práticas de Conservação e Restauro Arquitectónico em Portugal, durante a 1.ª República: Património da Nação, Lisboa: Caleidoscópio (publicada apenas em Maio de 2013).

CUSTÓDIO, Jorge (2011c) – "Museus de Educação, Museus de Curiosidade e Museus de Especialidade no tempo da 1.ª República: política institucional e Experiências Museológicas", in A República, os Museus e o Património, Coimbra: Museu Municipal de Coimbra, pp. 18-51.

"Dia de Nun'Alvares", Illustração Portugueza, II.ª Série, Lisboa, 1919, p. 84.

DIAS, Eduardo A. Rocha (1904) – A Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes desde o XXV aniversario da sua fundação. Synopse elaborada por (...), Lisboa.

DORNELAS, Afonso (1915) – " Heráldica no Museu do Carmo", in Boletim da AAP, 3 e 4, pp. 122-134 e 142-188.

DORNELAS, Afonso (1923) – "Relatorio da representação da Associação dos Arqueólogos Portugueses na visita aos monumentos portugueses de Ceuta, Alcacer-Ceguer e Arzila em Agosto de 1923", in *Arqueologia e História*, Vol. II, pp. 173-191.

DORNELAS, Afonso (1924) – De Ceuta a Alcácer Kibir em 1923, Lisboa.

Estatutos da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes, Lisboa: Typographia de Christovão Augusto Rodrigues, 1879.

Exposição Olisiponense : Catálogo. Plantas e Planos – Vistas e Aspectos – Bibliografia – Vária (1914) – Lisboa: AAP / Tipografia do Comércio.

Exposição dos Tapetes de Arrayolos (1917) – Lisboa: AAP.

FARIA, António Machado de (1937) – "Protectores, Presidentes Honorários e Efectivos. Lauréis concedidos pela Associação – Sócios", in *Trabalhos da Associação dos Arqueólogos Portugueses*, vol. IV – Comemorativo do 75.º Aniversário da Fundação da Associação. Lisboa, pp. 37 e ss.

FONSECA, Quirino da (1923) – "Índice das Matérias Contidas nos Tomos dos Boletins da Associação dos Arqueólogos Portugueses de 1865 a 1921", in *Arqueologia e História*, Vol. 2, Lisboa: Ed. AAP, pp. 5-51.

FONTES, Joaquim (1926) – "Uma Excursão Arqueológica à Galiza", in *Arqueologia e História*, vol. V, Lisboa: AAP, pp. 25-60.

MARTINS, Ana (2003) – *Possidónio da Silva 1806-1896 e o Elogio da Memória*. Um percurso na Arqueologia de Oitocentos. Lisboa: AAP.

MARTINS, Ana Cristina Nunes (2005) – A Associação dos Arqueólogos Portugueses na Senda da Salvaguarda Patrimonial. Cem Anos de Transformação (1863-1963), Tese de Doutoramento em Letras (História de Arte), 2 vols., Lisboa.

MENDONÇA, Henrique Lopes de (1923) – "Monumentos portugueses em Marrocos", *Diário de Notícias*, 2 de Fevereiro de 1923.

"Museu Archeologico do Carmo", Illustração Portugueza, anno II, n.º 61, Lisboa, 1905, p. 132-133 e n.º 63, p. 117.

Portugal: Contribution of the Society of Portuguese Civil Engineers. Descriptive Catalogue of the Collection of Albums, Memoirs and Designs Exhibited, World's Columbian Exposition, Engineering Congress at Chicago, 1893, Lisbon: National Printing Office, 1893.

RIBEIRO, Vitor e ROSENDO, Carvalheira (1910) – Influencia da tradição monumental e local no desenvolvimento do "turismo" no paiz, Memória apresentada pela Real Associação dos Arqueólogos Portugueses no Grande Congresso Nacional de 1910, separata, Lisboa, Casa da Moeda.

SEQUEIRA, Gustavo de Matos (1922) – Discurso pronunciado na Associação dos Arqueólogos por ocasião da sessão inaugural do Museu da Cidade, Lisboa.

VASCONCELLOS, José Leite de (1922) – "Prolóquio", in *Arqueologia e História*, Vol. 1, Lisboa: Ed. AAP.

VITERBO, Sousa (1905) – *Cruzeiros de Portugal. Contribuições* para o seu Catalogo Descriptivo, 1ª série, separata do Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes, Lisboa, Typ. Lallement.

# NA INTERMITÊNCIA DO SER E DO AGIR

# A ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEÓLOGOS PORTUGUESES NO ESTADO NOVO (1933-1963)

# Ana Cristina Martins

Colaboradora do Instituto de Investigação Científica Tropical e Investigadora Integrada do Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa / ana.c.martins@zonmail.pt

Resumo: Em 1933, a Associação dos Arqueólogos Portugueses instituiu novo regulamento interno, circunscrevendose a duas secções de estudo, de Pré-história e de História, redenominando a sua publicação oficial. Iniciada com a Constituição Política da República Portuguesa (1933) e culminada nas comemorações do primeiro centenário associativo (1963), esta longa fase de actividades desenvolveu-se em pleno Estado Novo, cujo ideário não deixou de se inscrever no quotidiano da Associação. Não obstante, promoveu escavações arqueológicas de referência na história da arqueologia em Portugal; integrou organismos oficiais, centrais e locais, de salvaguarda patrimonial; acolheu conferências de arqueólogos estrangeiros, nomeadamente espanhóis, franceses e ingleses; participou, activamente, nos primeiros grandes encontros nacionais de arqueologia; engrandeceu o Museu Arqueológico do Carmo, em especial com artefactos provindos de escavações conduzidas por sócios de nomeada (M. Afonso do Paço, Eugénio Jalhay, Joaquim Fontes, E. da Cunha Serrão e Fernando de Almeida); promoveu exposições temporárias; obteve dotações públicas para beneficiação da sua sede. Foi, no entanto, necessário esperar pelos anos 60 para que uma nova geração renovasse a arqueologia em Portugal, transformando a Associação numa academia oficiosa de novas teorias transpostas de além-fronteiras, com realce para a *New Archaeology*.

**Palavras-chave**: Associação dos Arqueólogos Portugueses, Museu Arqueológico do Carmo, M. Afonso do Paço, Eugénio Jalhay, Joaquim Fontes, E. da Cunha Serrão e Fernando de Almeida, salvaguarda do património, *New Arcaheology*, Arqueologia em Portugal, Estado Novo.

**Abstract**: In 1933, the Associação dos Arqueólogos Portugueses (Association of Portuguese Archaeologists) instituted new rules and was limited to two sections of study, Prehistory and History, retitling its official journal. Initiated with the publication of the Constitution of the Portuguese Republic (1933) and culminating in the celebrations of the Association's first centenary (1963), this long phase of activities developed in full *Estado Novo* (New State), which ideas did not fail to enroll in the Association daily life. Nevertheless, the Association promoted relevant archaeological excavations in the history of archaeology in Portugal; integrated central and local heritage agencies; hosted conferences of foreign archaeologists, especially Spanish, French and British; participated actively in the first major national archaeological meetings; developed the Museu Arqueológico do Carmo (Carmo Archaeological Museum), in particular with artefacts from excavations conducted by appointed members (M. Afonso do Paço, Eugénio Jalhay, Joaquim Fontes, E. da Cunha Serrão, and Fernando de Almeida); promoted temporary exhibitions; obtained public funds for improvement of its headquarters. It was, however, necessary to wait for the 60ies for a new generation to renew archeology in Portugal, transforming the Association into na ex officio academy qhere new foreigner theories were implemented, with emphasis on the *New Archaeology*.

**Keywords**: Associação dos Arqueólogos Portugueses (Association of Portuguese Archaeologists), Museu Arqueológico do Carmo (Carmo Archaeological Museum), M. Afonso do Paço, Eugénio Jalhay, Joaquim Fontes, E. da Cunha Serrão, and Fernando de Almeida, Heritage safeguarde, *New Archaeology*, Archaeology in Portugal, *Estado Novo* (New State).

"Toda a observação

– e em particular toda a observação experimental – é uma interpretação dos factos à luz de uma ou outra teoria."

(Popper, 2009: 148)

#### 1. PERPETUAR E INOVAR

O novo contexto político português pouco alterou a vida da AAP, embora se adaptasse, como sempre fizera, às circunstâncias surgidas, de modo a garantir a sua sobrevivência. Mas, longe de matizar sensibilidades e procederes, a AAP revigorou convicções, estendendo-se a outras geografias, cronologias, categorias e tipologias patrimoniais e funcionando como baluarte de fervorosos resgatadores do pretérito.

Algo, porém, mudara, comparativamente à sua conduta Oitocentista, como espectável de uma agremiação cosmopolita e de aspiração transnacional composta da melhor intelectualidade, ciente dos rumos a trilhar sob orientação dos mais recentes arquétipos científicos sustentadores da esfera patrimonial e das múltiplas e crescentes novidades arqueológicas geradas além-fronteiras. Por isso, se desdobrou em grupos de trabalho, especializando temáticas, para garante da qualidade exigida por padrões europeus. Revitalizara-se, por isso, em Secções de Arqueologia Pré-romana, Romana, Medieval, da Renascença, Numismática e Sigilografia, Paleografia, Epigrafia e Diplomática, Conservação e Restauro, e Heráldica e Genealogia, na viragem do século, até se resumir, nos anos 30 e 40, às de Pré--História e de História.

Entretanto, reiterava posições algo esbatidas além-fronteiras, a exemplo da unidade de estilo, defendida no seu interior, sob validação da Direcção-Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN) (1929). Os exemplos sucediam-se, como no do palácio da vila de Sintra, em cuja muralha fronteira os assentos pétreos tinham sido intercalados por balaustradas exibindo candeeiros modernistas, num pastiche a evitar, porquanto contrário à reintegração estilística, apesar de falaciosa pela

impossibilidade de retomar o espírito original. Posição tanto mais anacrónica, quando se somava valores instrumentais e artísticos aos de antiquidade, historicidade e rememoração, (re)valorizando (re)utilizações e (re)vitalizações contemporâneas. Era, em todo o caso, a visão perfilhada (1933) na AAP em relação, por exemplo, a castelos, distinguidos pelo Estado Novo para fortalecer a (requerida) unicidade nacional. Tipologia eleita por vários associados, nomeadamente correspondentes, aos quais coube promover o seu estudo e salvaguarda, quando não (re)criação, propondo-se a sua classificação como monumentos nacionais, precedida de inventário (1936). A listagem, contudo, não garantia a sua protecção, mesmo que os sistemas defensivos relembrassem guerreiros escorados num espírito independente representado nos povoados fortificados de altura da Idade do Ferro e eternizado em valores populares, campestres, religiosos, místicos, conservadores e paternalistas.

Nada, porém, justificava imprecisões e dislates históricos, como sucedera na recomposição da Lisboa Antiga e no Cortejo Histórico Medieval (1935), repudiados pela AAP. Discernimento que não a impedia de apoiar iniciativas congéneres, desde que orientadas por especialistas. Participou, por isso, no 8.º centenário da Tomada da Cidade aos Mouros (1949), publicando uma edição especial da Arqueologia e História, Lisboa e seu Termo. Estudos e Documentos (1947-1948), subsidiada pelo Instituto para a Alta Cultura (1936-1952).

Mas, se as críticas a ultrajes patrimoniais seriam consequentes em estruturas públicas, elas não colhiam, necessariamente, o mesmo resultado em privadas, cujo regime de propriedade continuava, por isso mesmo, a centrar atenções da AAP. De trato dificil, pelas inerentes tradições seculares, o assunto requeria o desbravamento de um longo caminho, derruindo preconceitos e insipiências. Até lá, havia que reunir e disponibilizar, sistematicamente, informação detalhada sobre construções históricas, artísticas e arqueológicas. Projecto concretizável, com maior rigor e celeridade, mediante união de esforços, incluindo de professores, educadores e sociedades

eruditas locais, a exemplo dos Grupos Pró-Évora e Alcaides de Faria Pro-Franqueira, associados à AAP. Cumpria-lhes, pois, motivar autarquias e comunidades intelectuais a conhecer melhor os respectivos passados e a potenciá-los turisticamente, com destaque para os centros históricos, assumidos como forças motrizes das vivências de outrora. Era este um desiderato maior da AAP, em particular das Secções de Arqueologia Histórica e Lisbonense. Mormente, quando reportava a construções religiosas, ainda postas em perigo por caciquismos locais e anti religiosidades extremadas.

Não só. A voragem do tempo e a velocidade do progresso impunham novos olhares sobre o passado, clamando a AAP a preservação de testemunhos civis, sobretudo das principais casas aristocráticas portuguesas aviltadas por multidões desagradadas, poder liberal inflamado e republicanismo obscurecido. Mas, também de exemplos públicos, como os pelourinhos, vandalizados pelo esquecimento da sua função primeva e atendidos, agora, pelo academismo artístico nacional, convidando-se a AAP a colaborar no seu inventário (1930). AAP que alargava as suas preocupações patrimoniais aos arquipélagos da Madeira e dos Açores, despertando estetas e literatos para estes espaços quase ignotos. Alertava, de igual modo, para situações, como a da fundição de joias áureas proto-históricas (1940) e a desmontagem do Arco de São Bento. Enquanto isso, planeava (1935), sob proposta autárquica, melhoramentos urbanos, num reconhecimento da sua competência neste domínio, prevendo a gestão patrimonial através do turismo e a preservação da envolvente antropizada.

Um interesse acrescido por Lisboa que nada surpreendia, por ter sido a sua génese e acolhimento, engrandecendo com a saída do conjunto principal dos seus membros arquitectos para originar grémio próprio (1902), desde que o dealbar de Novecentos redireccionara a AAP por azimutes arqueológicos e a 1.ª República assumira o património como área estruturante do seu ideário.

Recentrada na cidade que a albergava, a AAP integrava gente destacada das suas artes e letras,

num momento em que o desânimo ainda grassava no país. Privilegiou, então, o inventário como fixador de memórias a robustecer contra tentames obscurantistas e a inanição governamental. Também por isso, fomentou arrolamentos bairristas e tipológicos, enriquecidos com aguarelas; defendeu toponímias originais; alvitrou um boletim associativo intitulado Arquivo Documental; divulgou a monumentalidade lisboeta em coluna jornalística; sustentou a manutenção de painéis azulejares nos contextos originais; abraçou, momentaneamente, estudos etnográficos; organizou visitas de estudo; recebeu conferencistas nacionais e estrangeiros. Esforçou-se, ainda, por traduzir o laicismo e o humanismo republicanos mergu-Ihados na Renascença Portuguesa (1912), compondo novas linhagens de cientistas, estetas, literatos e livres-pensadores, e subescrevendo homenagens públicas. Por isso, também, considerou testemunhos industriais, subestimados pelo Estado Novo. Diligências que, no seu conjunto, terminaram no Grupo dos Amigos de Lisboa (1936), quando o novo regulamento interno da AAP (1933), instituiu apenas duas secções de estudo - de Pré-história e de História –, a par (oficiosamente) das comissões de Heráldica e de Numismática, redenominando, ainda, o órgão impresso da AAP de Argueologia e História (1922-1932; 1945-) em Trabalhos da Associação dos Arqueólogos Portugueses (1934-1943). Um facto ocorrido quando da publicação da Constituição Política da República Portuguesa e em antevésperas da fundação da Academia Portuguesa da História (1936), enquanto a Comissão Municipal de Arte e Arqueologia afastava, gradualmente, a delegação da AAP da sua Comissão de Estética Citadina. Situação inesperada, quando, no ano anterior (1935), a autarquia solicitara colaboração à AAP na classificação dos monumentos municipais.

O empenho aturado da AAP no resgate do passado observava-se, de igual maneira, na, cada vez mais visível, vertente arqueológica. Daí que analisasse a legislação espanhola sobre o assunto e louvasse esforços locais e regionais de divulgação de saberes. Com a passagem, porém, do tempo, a sua prestação em organismos de salvaguarda pa-

trimonial foi mitigada até se extinguir, (quase) por completo. Exemplo disso, a regulação das escavações arqueológicas (1932), apesar de discordar da entrega da sua gestão a uma única entidade individual que entendia dever ser substituída por lunta central com representação associativa. Proposta, em todo o caso, aceite, sendo a AAP agraciada com a Comenda da Ordem Militar de Santiago da Espada, numa evidência do seu prestígio, justamente quando se traçavam os novos estatutos da AAP. Ainda assim, foi chamada a integrar a Junta Nacional de Escavações e Antiguidades (1933), assumindo (1936) a vice-presidência da sua subsecção de Escavações, Antiguidades e Numismática. À AAP cabia, doravante, inventariar o património arqueológico português, vertido em verbetes com bibliografia e localização exacta dos arqueossítios (1934), alertando, em constância, para novas descobertas, escavações e estados de degradação, nomeadamente de estações visitáveis. Um ano depois (1935), a AAP comemorava o seu 72.º aniversário, na presença de representantes ministeriais e da autarquia lisboeta.

Entretanto, os meados dos anos 40 implicaram uma intermitência nas actividades da AAP, certamente originadas nas obras de beneficiação do Museu Arqueológico do Carmo (MAC), realizadas entre 1946-1949. Mas, se os anais emudeceram um pouco quanto a debates históricos e artísticos, eles cumularam acções da Secção de Pré-história, a sua impulsionadora nuclear, de ora em diante. Possível, também, que aquele (aparente) impasse resultasse da existência da DGEMN, razão pela qual se dedicou, com maior ânimo, ao exercício arqueológico, até para se resguardar de hipotéticas diatribes e interferências políticas no seu quotidiano, mesmo que continuasse a denunciar negligências e abusos contra o património.

# 2. RECONFIGURAR E RECENTRALIZAR

Desde os anos 70 de Oitocentos que a arqueologia conquistava terreno na AAP, suscitando iniciativas, várias e consequentes, para o seu reconhecimento académico, parcialmente alcançado com o Museu Etnográfico Português (1893) (MEP), a introdução de cadeiras universitárias exclusivas e a ligação entre o MEP e a Universidade de Lisboa (1913). Faltavam, no entanto, reuniões nacionais de arqueologia, à semelhança do sucedido noutros países, onde, contrariamente a Portugal, esta ciência perfazia diversificadas agendas políticas, sobretudo de carácter identitário e hegemónico. Entre nós, continuava a ser cultivada isoladamente, em especial por entidades privadas, individuais e colectivas, desgarradas em acções, porém unidas na vontade de afirmar a ciência que escolheram. O conhecimento, porém, de exemplos transfronteiriços; a consciência da sua relevância para desvendar o passado e alicerçar o presente; o divisar do seu papel na auto--estima populacional; a noção da sua importância no desenvolvimento concelhio, multiplicaram os seus adeptos, mau grado a proliferação de libelos, desconsiderações e insciências. Daí, que integrasse diplomas patrimoniais republicanos, assentasse em curricula universitários, figurasse em periódicos, preenchesse colecções e museus, acalentasse expectativas e aproximasse indivíduos e instituições nacionais e internacionais. Nomeadamente, com Espanha, onde bebia saberes e colhia experiências. A AAP não era excepção. Reconhecido baluarte, consistente e prestigiado, da causa patrimonial, desamarrara-se, por fim, da exclusividade umbilical aos estudos artísticos e arquitectónicos, agregando pré-historiadores um pouco orfanados pelos pioneiros de Oitocentos.

Assim, juntamente a sociedades eruditas locais, a AAP assumia-se como arauto da divulgação da arqueologia no país, persistindo, em concomitância, na demanda totalizante do património. Enquanto isso, o Estado Novo reviu, solidificou e adaptou patriotismos, seguindo o curso patrimonialista ensaiado no ocaso monárquico e asseverado pelo Republicanismo. O passado tomou, então, outra dimensão, atestando reivindicações fundacionais, legitimando vivências únicas e substanciando ideologias. Abordagem favorável à institucionalização da arqueologia, ao incluí-la em organismos estatais

de resgate memorial, através de figuras-chave do seu ensino, investigação e divulgação, reflectindo e decidindo procederes concretos e opondo-se, por vezes, a vontades locais e a interesses economicistas de índole nacional. Um processo coroado em escavações paradigmáticas da arqueologia portuguesa e no 1.º Congresso do Mundo Português (1940), também ele dedicado à pré e proto-história de Portugal. Nesse entrementes, tripartiu-se, academicamente, a arqueologia (= Lisboa, Coimbra e Porto), descentralizando saberes e fazeres sequentes de programas pessoais alicerçados em estratégias de reprodução científica, mais ou menos divergentes, enquanto Espanha continuava a ser estratégica, geográfica e idiomaticamente, para a nossa arqueologia. Pelo menos, em permutas de experiencias e conhecimentos, a justificar o envolvimento de portugueses em reuniões promovidas no seu território, a exemplo do Sudoeste Espanhol, numa conjuntura de desenvolvimento científico que instava à colaboração internacional, em busca de linguagem comum composta de terminologias exclusivas.

Sem dúvida, o nosso cenário diferenciava-se, em muito, do espanhol, pontuado de inúmeras associações, sociedades, museus, institutos e universidades financiados pelo poder central e particular, assim como por anelos autonomistas, estruturando e anulando exigências regionalistas. Conferiam-se, ademais, bolsas de especialização no estrangeiro que permitiam aprofundar relações bilaterais e, com elas, o reconhecimento da arqueologia espanhola nas principais redes de produção e de circulação de conhecimento. Portugal, por seu turno, carecia, até 1936, de uma Academia da História, dispondo de uma Academia de Belas-Artes demasiado restrita e de um MEP dominado por plano pessoal do seu segundo director, Manuel Heleno (1894-1970) (1929-1964). Mais. O movimento associativo impunha-se com dificuldade; os principais círculos académicos persistiam em não aceitar, na íntegra, a arqueologia pré-histórica, e o Estado não estimulava a investigação arqueológica, apesar de legislar nesse sentido. Rematando este desânimo, o país não suscitava a mesma curiosidade internacional que Espanha,

onde o fim da I Guerra Mundial abrira caminho à Restauração e à ditadura, acentuando o iberismo e o africanismo, fundando-seh revistas e instituições especializadas. Além disso, recebia mecenato estrangeiro, num enquadramento europeu regrado pela gestação ultra-nacionalista, messiânica e ultramontista, em ambiente patenteado no 4.º Congresso Internacional de Arqueologia (Barcelona, 1929).

Era, assim, que a letargia governamental forçava, de novo, a AAP a tomar decisões arrojadas, nomeadamente quando, respondendo a interrogações sobre passados soterrados, a arqueologia permitia sobrepujar dogmas. Razão bastante para que alguns dos seus cultores fossem sacerdotes neo-escolásticos, combatendo o ateísmo mortilliano, refutando interpretações sociológicas sobre moral e religião, e sustentando o monogenismo. Por isso, também, a arte rupestre reacendeu debates associativos, interpretando-se as gravuras como pictogramas de natureza ascética e mágico-religiosa entendíveis através de comparativismos etnográficos.

Entretanto, os pré-historiadores da AAP continuavam a procurar contrapontos à teoria ultra--nacionalista espanhola acerca da origem portuguesa, reemergindo (res)sentimentos escondidos, há muito, mas não esquecidos. Dever-se-ia, por conseguinte, esquadrinhar o território nacional, com o auxílio de sócios-correspondentes, em busca de estações arqueológicas que a refutassem, elaborando, em simultâneo, cartas arqueológicas concelhias e tipológicas. Enquanto isso, discorria--se (1930) sobre placas de xisto como diferenciadoras do megalitismo identificado no actual território português, ao mesmo tempo que se propunha classificar, como monumento nacional, a citânia de Sanfins explorada com subsídios governamentais e apoio de trabalhadores sazonais e da Mocidade Portuguesa (1936), numa parceria bisada em Vila Nova de São Pedro. Ademais, exaltavam-se os guerreiros galaico-lusitanos como símbolos da independência nacional, tão grata à política vigente e reforçada com a presença portuguesa em prospecções e escavações no norte espanhol, quando o (ultra)regionalismo galego se vertia no movimento

Nós e Rexionalismo, próximo da Renaixença catalã e do Asturianismo, na sua tentativa de compor uma identidade cultural eivada de mitos fundacionais, como o Covadongismo. Daí, ser interessante que Eugénio Jalhay (1891-1950), distinto membro da AAP, ultimasse a sua digressão madrilena de 1938 com o encerramento da campanha de escavação da necrópole visigótica de Duratón (Segóvia), a convite do falangista Juan Martínez de Santa-Olalla (1905-1972), a quem a AAP procurou ajudar no seguimento da sua retenção no campo de concentração de Chamérac (França). Mas, se esta sua viagem durante a Guerra Civil Espanhola (1936-1939) surpreendia, a sua comparência posterior ali, em plena Il Guerra Mundial (1944), para conferenciar sobre pré-história portuguesa e (re)visitar arqueossítios dos arredores madrilenos e malaguenhos, revelava--se tão inusitada quanto as de J. M. de Santa-Olalla (1944) e de Luis Pericot (1899-1978) (1945) na própria AAP.

A procura de particularidades portuguesas no registo arqueológico progredia, ideando-se uma milenar talassocracia atlântica, até que a pressão internacional perigou as aspirações imperialistas nacionais, revigoradas nas comemorações henriquinas (1960), enquanto a Espanha falangista associava o seu império ao domínio tartéssico, de enfoque indigenista. A presumida individualidade portuquesa manifestar-se-ia, ainda, na expansão atlântica das culturas dolménica e do vaso campaniforme, interligadas à gesta Quinhentista e reforçadas com argumentos arqueobotânicos e arqueozoológicos, de inspiração ecossistémica grahameclarkiana. Insistia-se, deste modo, em radicar, no substrato pré-romano, um Portugal catalisado pelo sonho libertário que lhe garanti(r)a a independência no xadrez peninsular, dissemelhando-o das fortunas galega, basca, catalã e valenciana. Por isso, também, se reavaliou o espólio recolhido na Necrópole do Olival do Sr. dos Mártires (Alcácer do Sal), de modo a acercar o território da chama cultural clássica, por intermediação fenícia, conferenciando-se na AAP sobre O Mito da Atlântida e as origens da cidade de Lisboa (1934) e as Relações entre a Peninsula Ibérica, o Egipto e o Mediterrâneo oriental, durante o neo-eneolitico (1940).

Mas, apesar destes esforços, Portugal não se igualava, nesta matéria, a Espanha, onde a forte presença científica francesa e alemã lhe possibilitava entrar na sua "idade de prata" cultural. Em contrapartida, o nosso país estagnava em investigação arqueológica, por ausência de organismos públicos específicos e de programação concertada de trabalhos. Havia, é claro, excepções. Quase sempre individuais. Não obstante, a arqueologia permanecia arredada da centralidade social portuguesa, sobretudo dos responsáveis pela preservação patrimonial, possivelmente pela ausência de reivindicações nacionalistas e imperialistas que a elevavam noutros países.

Não obstante, as controvérsias, incertezas e conjecturas cumuladas acabaram por atrair investigadores europeus e captar a atenção da comunidade científica portuguesa, mercê, em boa parte, de empenhos individuados. Por isso, se torna sobremodo interessante que, justamente, 1929 fosse tão profícuo em representações associativas em congressos temáticos. Em especial, por ocasião do Congresso para o Avanço das Ciências (juntamente ao de Arqueologia clássica), realizado em Barcelona, enquanto se criava a DGEMN e M. Heleno era nomeado director do MEP. Um ano volvido, a AAP era convidada a fazer--se representar no 15.º CIAAP (Coimbra e Porto), no âmbito da 4.ª reunião do Instituto Internacional de Antropologia. Dois anos depois (1932), recebia Hugo Obermaier (1877-1946), numa altura em que, na linha tyloriana e morganiana, se procurava interpretar, social e economicamente, os períodos arqueológicos, numa transição epistémica inspirada na antropologia norte-americana. Em 1956, foi o sócio-correspondente Juan Maluquer de Motes (1915-1988), fundador da Zephyrus e do Instituto de Arqueología y Prehistoria (1959), e indigenista assumido, a palestrar na AAP sobre Las excavaciones estratigráficas de Cortes de Navarra. Quatro anos volvidos, coube a Juan de Mata Carriazo y Arroquia (1899-1999), professor da Universidade de Sevilha e delegado da respectiva Zona de Serviço de Escavações Arqueológicas, apresentar Algumas escavaciones recientes en Andalucía (1960), ao mesmo tempo que os associados portugueses continuavam a publicitar, também deste modo, os resultados das suas investigações.

Não nos iludamos, contudo. Se a pré e a proto--história se transformaram no principal mote arqueológico da AAP, os estudos clássicos não desapareceram, esbatendo-se, apenas, circunstanciadamente. Transcorridos anos sobre as suas primeiras experiências neste domínio, o classicismo readquiriu lugar, ocupando-se da eventual localização de Langóbriga (1944), após a retoma das escavações em Tróia (1940), e antes de receber a conferência do opusdeiano Martín Almagro-Basch (1911-1984) (1945), em representação da Escuela de Barcelona (1916), sobre A colónia greco-romana de ampúrias e os ultimos achados. Foi, todavia, D. Fernando de Almeida (1903-1979) a escavar arqueossítios paradigmáticos da antiguidade tardia, quase sempre na qualidade de membro da AAP, deles resultando comunicações, como Novas inscrições de Idanha--a-Velha (1957), e Novos achados de pedras visigodas (1958), intervindo em Miróbriga (1957), na vila Cardílio (1963) e ocupando-se dos vestígios romanos encontrados em Lisboa.

Mais. Perfazendo os seus variados percursos e interesses arqueológicos, a AAP não podia ignorar as investigações conduzidas por portugueses no além-mar. Nomeadamente em Angola e Moçambique, acolhendo conferências e estimulando a recolha de material lítico para enriquecer as colecções do MAC. Assim se procurava lançar um programa específico para as (então) Províncias Ultramarinas, sob pena de Portugal se manter arredado dos planos bosquejados, nesta matéria, pelas principais capitais europeias.

No conjunto e na essência, as conferências cumpriam a prática enraizada por Joaquim Possidónio N. da Silva (1906-1896), no sentido de divulgar conhecimentos e discuti-los publicamente. Iniciativas a complementar com exposições permanentes e temporárias no MAC, e cursos de arqueologia pré-histórica, ao mesmo tempo que se alvitrava (re)

avivar cadeiras de arqueologia cristã nos seminários, para garante da preservação de sítios arqueológicos. Até porque o §1.º dos novos estatutos da AAP (1933) definia como finalidades proceder a investigações de caracter arqueológico e velar pela conservação dos monumentos arqueológicos e históricos. Mas, antes mesmo da revisão estatutária, propunha-se organizar uma série de conferências públicas mensais asseguradas por sócios efectivos e correspondentes (1932). Nomeadamente, quando as excursões a monumentos e sítios destinadas a averiguar, no local, o seu estado de conservação e assistir a palestras temáticas, já não incentivavam o bastante, apesar de fomentadas pelo Estado Novo, pelo interesse que aduziam à interiorização dos (pretendidos) símbolos da nacionalidade portuguesa. Havia, por isso, que centralizá-las em Lisboa, perante os exíguos recursos financeiros da AAP e a difícil mobilização associativa, apesar da obtenção regular de subsídios estatais.

Enquanto isto, a AAP continuava a ceder espaço a outros organismos patrimoniais, sem fins lucrativos, sendo convidada a participar em actos comemorativos de entidades arqueológicas, individuais e colectivas, nacionais e estrangeiras, a exemplo do Deutsches Archäologisches Institut (1829). Mas, longos anos se passaram, até que a AAP fosse chamada, de novo, a integrar uma organização institucional. Tal sucedeu em 1957, por ocasião da Semana Arqueológica de Sintra, ao que não terá sido estranha a vereação sintrense do pré-historiador Joaquim Moreira Fontes (1892-1960), a alma das Jornadas e destacado presidente da AAP (1944--1960). Solicitação repetida no ano seguinte (1958), dessa feita para preparação do I Congresso Nacional de Arqueologia (I CNA), evocativo do primeiro centenário do nascimento de José Leite de Vasconcelos (1858-1941), no qual participaram inúmeros associados, quer como comunicantes, quer como assistentes. Entre eles, Eduardo da Cunha Serrão (1906-1991), o único a sistematizar a situação da arqueologia no país, fornecendo vias para ultrapassar embaraços que a impediam de avançar nos caminhos rasgados por modelares circuitos arqueológicos europeus. Visão que não foi fortuita nem desapaixonada para os congressistas. Ao contrário. Clarificando o que muitos assinalariam e reflectiriam, permitiu, de viva voz, espelhar o sentir de quantos persistiam em procurar a institucionalização definitiva da arqueologia entre nós. Por isso, foram unânimes na proclamação das conclusões e votos do encontro, numa síntese admirável do muito a trilhar até que a sua ciência fosse equiparada a práticas transfronteiriças.

#### 3. EXIBIR E DIVULGAR

Como nas décadas precedentes, o MAC era a face mais visível da AAP, permitindo um contacto directo com diferentes públicos, eclécticos e exigentes, num país em que o analfabetismo continuava a grassar, apesar das reformas educativas republicanas.

A abertura das universidades de Lisboa e do Porto; o crescente associativismo local e regional; o interesse pela arqueologia e etnografia; o desdobrar de espaços museológicos regionais; a multiplicação de colecções; a legislação patrimonial; o aumento de periódicos dedicados ao estudo do passado; a curiosidade da comunidade científica internacional sobre a ciência portuguesa; a promoção de actividades culturais junto dos mais diversos organismos estatais e privados; o aumento do turismo; o tempo livre conquistado, afirmaram o MAC em Lisboa, no país e além-fronteiras, fidelizando visitantes e atraindo quem nele descortinava um caso único no panorama museológico nacional, tanto pela forma, quanto pelo(s) conteúdo(s). Pela forma, considerando o romanticismo que o envolvia; pelos teores, atendendo à diversidade de tipologias patrimoniais que o caracterizara até ao dealbar da nova centúria.

Mas, se o resgate de memórias nucleava a sua actividade Oitocentista, o século XX exigia outra abordagem. Não que recusasse incorporar exemplares ancestrais ameaçados pela acção do homem e da Natureza. Antes pelo contrário, como testemunha o acolhimento de elementos heráldicos cedidos pela recusa dos respectivos proprietários em saldar as

elevadas tributações exigidas pela República, acabando por ser realçados em exposição temporária (1929). Havia, no entanto, que atender a novas teorias de conservação e restauro patrimonial; adoptar os mais recentes rumos da investigação histórica, artística e arqueológica, e aplicar os modernos paradigmas museológicos e museográficos. Exigia-se, sobretudo, aliar ciência, preservação e divulgação, numa união possível na AAP, por reunir renomes da produção de conhecimento nestas áreas, entrecruzado com outros domínios conectáveis à sua actividade fulcral. Ademais, dispunha de museu, como veículo indispensável à difusão dos estudos realizados por consócios, tonificado pelo seu órgão oficial e conferências públicas.

Não bastava. Efectivamente, os museus nacionais existentes impunham uma leitura renovada dos espaços, acervo e comunicação aos visitantes. Por isso, a AAP se esforçou por inovar. Nomeou, então, conservadores especialistas nas várias colecções; promoveu inventários tipológicos; solicitou, à DGEMN, obras de consolidação e adaptação; requereu ampliação do espaço musealizável; beneficiou expositores; organizou e co-organizou exposições temporárias; editou catálogos e brochuras de mostras temporárias; emprestou objectos para exposições nacionais e internacionais; cedeu o espaço descoberto do MAC para exibições que lhe eram exógenas; perpetuou o livro de visitantes; diferenciou tabelas de ingresso; definiu dias de abertura gratuita; enriqueceu a biblioteca; dispensou o espaço a eventos culturais não expositivos; coadjuvou na formação de novos museus. Tudo, em nome da sua missão e da manutenção da atmosfera única que distinguia o MAC.

Mais do que isto, a AAP instou para que, à semelhança de outras colecções e museus, o MAC fosse incontornável no ensino da pré-história em Portugal. Entende-se, assim, melhor a incorporação de materiais resultantes de escavações arqueológicas, mormente de Vila Nova de São Pedro (Azambuja), mercê do querer dos seus responsáveis – E. Jalhay e Manuel Afonso do Paço (1885-1968) –, membros da AAP. Mesmo, quando, já na viragem para os anos 60, os parâmetros internacionais fariam duvidar da capacidade do MAC para (cor)responder às normas inscritas em documentos aprovados por tutelas supra-nacionais nesta matéria, ainda que incluísse prestigiados museólogos nacionais.

Sede associativa, museu, biblioteca e espaço de conferências, palestras e cursos, a arruinada igreja do convento do Carmo imortalizava-se no epicentro lisboeta, rememorando ancestralidades remanescidas em diferentes suportes e matérias, graças à vontade inabalável da AAP de perpetuar um símbolo maior da salvaguarda patrimonial no país. De facto, o MAC funcionava como expositor e (con) firmação dos seus propósitos e etapas percorridas com vista ao seu alcance, relembrando, em permanência, a sua própria História e o processo de (não) salvaguarda patrimonial registado entre nós desde a sua fundação (1863). As próprias alterações orgânicas da área expositiva dizem-nos muito acerca da diversidade e acréscimo do respectivo acervo, bem como da apreensão de conhecimentos inerentes às diferentes disciplinas cultivadas na AAP, à museologia e museografia, além de espelharem os interesses, empenhos e capitais de quem orientava os seus destinos em determinado contexto, patente, aliás, na emergência e (re)configuração das sucessivas seccões de estudo.

# 4. REFORMAR E MODELAR

Primeira sociedade erudita constituída em Portugal para promover, em exclusivo, a urgência da preservação de memórias essenciais ao saber e valorização do pretérito dos seus diferentes recantos, a AAP incorporou letrados, artistas e sociabilizações adaptáveis aos agendamentos dos quais dependia. A excelência do seu escol determinou resoluções institucionais neste âmbito. Mais do que isso, o sentido, a lógica e a proficiência dos seus empreendimentos justificaram, em pleno, a agregação de alguns dos seus nomes em organismos de administração central e local vocacionados para o estudo, preservação e divulgação histórica, artística e arqueológica, na sua (então) dupla dimensão, móvel e imóvel. Com o

decorrer dos anos, tornou-se num modelo de tenacidade, firmeza e qualidade. Conjunto de atributos que lhe mereceu admiração de quem a secundou, num país que parecia dispensar um determinado passado, por ausência de motivos propícios ao seu estudo, presentes noutros países europeus.

Enfrentando, amiúde, escolhos de origem, natureza e dimensão diferentes, a AAP, nunca desalentou, antes cresceu na adversidade. Mercê dos capitais das suas figuras de proa, sobreviveu e acumulou experiência e artefactos para o seu museu. Enquanto isso, despertava sentidos e modelava consciências. Gradualmente, fez-se escutar. Da sua voz, assomaram sociedades locais e museus alimentados por doações particulares e escavações arqueológicas. Contribuindo, sobremaneira, para a afirmação do ideário patrimonial no país, o seu historial representa o evoluir interno neste quadro de actuação, timbrando momentos decisivos do seu devir. Acompanhando progressos científicos e tecnológicos; actualizando-se bibliograficamente e interiorizando teorias, os consócios mais destacados concorreram, de modo inegável, para o progresso das disciplinas inerentes. Por isso, especializaram erudições; por isso, formaram secções de estudo específicas.

Assim se impôs, numa demonstração de clareza e antevisão dos seus membros, principalmente quanto à incontornável abordagem holística do património e de uma certa atitude para com a arqueologia, ainda demasiado arreigada à sua imagem Oitocentista. Resultado e consequência do curso dos tempos, a AAP ilustra como uma plêiade renovada de intelectuais portugueses institucionalizou o resgate patrimonial, acrescentando novidades ao seu exercício e afirmando a sua prática estabilizada pela rede de sócios correspondentes tecida ao longo de décadas. Entender a AAP, é conhecer capítulos assinaláveis da salvaguarda do património em Portugal. Não pode, por isso, ser ignorada. Por isso, não deve ser esquecida. Deve, antes, ser (re) lembrada em permanência, como contínuos são os temas, os problemas e os obstáculos erguidos no curso do seu enraizamento, fazendo vingar ideias e

ideais, rememorando páginas de antanho mediante (re)visitações presentes, para fruições vindouras.

Foi, sobretudo, no Estado Novo que a AAP procurou reconquistar lugar na área patrimonial, conseguindo-o mediante representações em organismos tutelares de âmbito lisboeta e nacional. Papel desempenhado, também, graças a ligações interpessoais firmadas com responsáveis científicos e administrativos, muitos dos quais integrando a AAP, numa perpetuação das bases de trabalho lançadas nos anos 20 e solidificadas entretanto. Fosse pelo prestígio dos seus dirigentes; proximidade com a arqueologia em Espanha; ligação ao poder central; fosse por ser a única agremiação de actuação verdadeiramente nacional, a AAP soube, não obstante desacertos pontuais, agregar referências portuguesas, funcionando como cenáculo de apresentação, discussão e divulgação no domínio abrangente do património. Interligou, por conseguinte, saberes históricos, artísticos e arqueológicos, assumindo, com maior veemência, a arqueologia como seu frontispício mais perceptível, garantindo-se e consolidando--se no circuito patrimonial ao transmudar-se na casa dos arqueólogos portugueses.

Aspiração verificada no próprio I CNA, cujos convidados espanhóis conheciam bem a AAP, e onde E. da Cunha Serrão discorreu, talvez pela primeira vez, de modo assertivo e estruturado, sobre o panorama arqueológico nacional, elencando problemas e resoluções, principiando pelos primeiros: fiscalização ineficaz dos trabalhos de campo, formação arqueológica deficiente e conhecimento escasso dos métodos científicos auxiliares. Dirimi--los, todavia, significava ultrapassar a angustiante falta de meios materiais e a indiferença (filha da ignorância) generalizada pela arqueologia, prescindível no discurso político vigente. Não se ignorava, é certo, a bibliografia gerada, por exemplo, em Inglaterra. Além disso, o país fora visitado em 1949 por Vere Gordon Childe (1892-1957), recebendo professores e alunos universitários ingleses em campanhas arqueológicas, a exemplo do pré--historiador e professor de Oxford, Charles F. Ch. Hawkes (1905-1992). Enquanto isso, abrilhantava-se as salas do Instituto Britânico, da Sociedade de Geografia e da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa com arqueólogos estrangeiros, como a inglesa Jacquetta Hawkes (1910-1996) e o galês, especialista em Neolítico, Glyn Daniel (1914-1986). Entrementes, Jorge Borges de Macedo (1921-1996) e Vitorino Magalhães Godinho (1918-2011) traduziam e anotavam uma obra estruturante do pensamento childeniano, *Man makes himself* (1936), editada pela Cosmos (1947), antes do próprio E. da Cunha Serrão viajar até Inglaterra (1952), em visita de estudo organizada pelo *British Council* (1934), contactando, então, com o dinâmico *Institute of Archaeology* da *University College of London* (1826).

A viragem para os anos 60 foi, sem dúvida, decisiva, ao multiplicar iniciativas, consistentes e duradouras, nas áreas da docência, do estudo no terreno e de gabinete, da conservação, apresentação, divulgação e gestão. A maioria, após o I CNA funcionar como passagem oficiosa de contributos geracionais, substituindo antigas visões e abordagens por uma renovada praxis emanada de um modo diferente de analisar a dinâmica do pretérito humano originado em recentes sínteses e possibilidades arqueométricas. Depois, em 1963, por ocasião da comemoração do primeiro centenário da AAP, composta de inúmeras iniciativas, desde conferências a mostras bibliográficas, e na qual colaboraram as instituições nacionais consagradas à arqueologia, com a presença de altos dignatários políticos, numa constatação, inequívoca, da sua relevância e centralidade neste domínio. Importância consequente do envolvimento, no seu seio, dos nomes centrais da arqueologia em Portugal, ao mesmo tempo que justificativa da contínua associação de novos investigadores, na certeza de que, com a AAP e na AAP, concretizariam os seus anseios. Daí, também, que os seus melhores pertencessem a academias, direcções, juntas e comissões governamentais, numa ratificação pública da sua proficiência. Por isso, a AAP reunia a elite da arqueologia nacional, dela brotando novas linhas de análise, mormente quanto ao estudo da pré-história, muitas das quais bebidas em colaboradores dos Serviços Geológicos

de Portugal (1918), cientes de que o conhecimento científico era intrínseco à cultura nacional.

Não era, contudo, chegado o momento da ruptura, considerando que parte significativa das instituições-líder da nossa arqueologia continuava a ser protagonizada por quem persistia em discursos histórico-culturalistas e estruturo-funcionalistas, conquanto buscasse integrar novos estudiosos entusiasmados com o processualismo da New Archaeology (1958). Era o caso da AAP, até ao falecimento de J. Fontes e a afirmação de D. Fernando de Almeida, a quem coube, juntamente com E. da Cunha Serrão, incentivar uma nova geração estimulada pelos horizontes vislumbrados, debatendo teorias, aplicando metodologias, abraçando projectos interdisciplinares, especializando saberes, sorvendo bibliografia estrangeira e apresentando os seus primeiros trabalhos. Tudo, num ambiente de academia oficiosa liberta de preconceitos e ávida de novidades que não encontrariam, (quase) em absoluto, nos meios universitários complementados desta maneira. O caminho estava descerrado, procurando-se, com maior entusiasmo, o internacionalismo arqueológico, para internacionalizar a arqueologia em Portugal, requerendo comunicação e publicação noutros idiomas, mormente inglês, e estreitando colaboração com escolas e personalidades estrangeiras, para desfazer qualquer isolamento epistémico, agora que a ciência se desobrigava de doutrinarismos e metafísicas para se revestir do optimismo triunfante da Big Science convergida, em breve, na crise essencialista.

Mas, esta é outra página do histórico associativo.

# **BREVES REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

CONGRESSO NACIONAL DE ARQUEOLOGIA (1959-1960) — Actas e memórias do I Congresso Nacional de Arqueologia realizado em Lisboa de 15 a 20 de Dezembro de 1958, em homenagem a Doutor José Leite de Vasconcelos. 2 vols. Lisboa: Instituto de Alta Cultura.

DÍAZ-ANDREU, Margarita (1997) – Nación e internacionalización. La Arqueología en España en las tres primeras décadas del siglo XX. In MORA, Gloria; DÍAZ-ANDREU, Margarita, eds. – La Cristalización del Pasado: Génesis y Desarrollo del Marco Institucional de la Arqueología en España. Málaga: Universidad de Málaga: 403-416.

DÍAZ-ANDREU, Margarita (2002) – Historia de la Arqueología. Estudios. Madrid: Ediciones Clásicas.

DÍAZ-ANDREU, Margarita; CHAMPION, T. (eds.) (1996) – *Nationalism and archaeology in Europe*. San Francisco: Westview Press.

FABIÃO, C. (1999) – Um século de Arqueologia em Portugal – I. *Al-Madan*. Almada. Série II, 8: 86-108.

FITAS, J. S.; RODRIGUES, M. A. E.; NUNES, M. de F. (eds.) (2008) – Filosofia e História da Ciência em Portugal no século XX. Casal de Cambra: Caleidoscópio.

GRAN-AYMERICH, È. (1998) – Naissance de l'Archéologie Moderne. 1798-1945. Paris: CNRS.

LEMOS, Francisco Sande (1987) – As Três Idades da Arqueologia Portuguesa. *Forum.* 2, Braga: 5-12.

LEMOS, Francisco Sande (1989) – Arqueologia Portuguesa: Aspectos Históricos e Institucionais. *Forum.* 5, Braga: 91-110.

LUZ, L. B. da (2002) – A etnologia e a questão das identidades nacionais. In CALAFATE, Pedro, ed. – *História do Pensamento Filosófico Português*. 4 (1), Lisboa: 389-432.

MARTÍNEZ-NAVARRETE, I. (1997-1998) – The development of Spanish archaeology in the 20th century. *Archaeologia Polona*. 35-36: 319-342.

MARTINS, Ana Cristina (2005a) – A Associação dos Arqueólogos Portugueses na senda da salvaguarda patrimonial. 100 anos de (trans)formação. 1863-1963. Texto policopiado Tese de doutoramento em História apresentada à Universidade de Lisboa.

MARTINS, Ana Cristina (2005b) – Museu Arqueológico do Carmo: aconsagração da memória. In ARNAUD, José Morais; FERNANDES, Carla Varela, eds. – Construindo a Memória. As Colecções do Museu Arqueológico do Carmo. Lisboa: AAP: 40-93.

MARTINS, Ana Cristina (2008a) – «A Oeste nada de novo»?. Estudos Arqueológicos de Oeiras. 15: 233-291.

MARTINS, Ana Cristina (2008b) – (Instru)mentalizar saberes. A arqueologia como novo plano de poder. In OLIVEIRA JORGE, Vítor; COSTA MACEDO, J. M., eds. – *Crenças, Religiões, Poderes: dos indivíduos às sociabilidades*. Porto: Edições Afrontamento: 279-301.

MARTINS, Ana Cristina (2009) – O Megalitismo no discurso arqueológico português. Entre o Liberalismo e o Estado Novo: uma primeira e sumária mirada. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. 17: 607-616.

MARTINS, Ana Cristina (2014) – O 1.º Congresso Nacional de Arqueologia (1958) entre a internacionalização da ciência e o internacionalismo científico. Actas do 2.º Encontro Internacional do HetSci - Internacionalização da Ciência e Internacionalismo Científico. Évora: CHFCi/IHC (no prelo).

MARTINS, Ana Cristina, GOMES, João Fernandes (2003) – A Associação dos Arqueólogos Portugueses e a Cidade de Lisboa: uma Eterna Cumplicidade. *Olisipo*. vol. 17. Lisboa: Grupo «Amigos de Lisboa: 61-106.

PAÇO, Manuel Afonso do (1951) – Padre Eugénio Jalhay. *Arqueologia e História*. 8.º série, vol. V. Lisboa: AAP: 60-61.

POPPER, Karl (2009) – O mito do contexto. Em defesa da ciência e da racionalidade. Lisboa: Edições 70.

ROLLO, M. F.; QUEIROZ, M. I.; BRANDÃO, T.; SALGUEIRO, A. (2012) – Ciência, cultura e língua em Portugal no século XX. Da Junta de Educação Nacional ao Instituto Camões. Lisboa: Instituto Camões / Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

SÁNCHEZ-Ron, J. M. (2007) – El poder de la ciencia. Historia social, política y económica de la ciencia (siglos XIX y XX). Barcelona: Crítica.

TRIGGER, Bruce G. (1992) – Historia del pensamiento arqueológico. Barcelona: Crítica.

WULFF ALONSO, F. (2003) – Las esencias patrias. Historiografía e Historia Antigua en la construcción de la identidad española (siglos XVI-XX). Barcelona: Editorial Crítica.

# COLÓQUIO PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO: DA INVESTIGAÇÃO À APRESENTAÇÃO PÚBLICA

# INTRODUÇÃO

# DA VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO PORTUGUÊS

João António Marques
Presidente da Seccão de História da AAP

O Colóquio "Património Arqueológico: da investigação à apresentação pública", que decorreu no dia 28 de Setembro de 2013 na Faculdade de Belas Artes da Universidade de Lisboa (FBAUL) e a Visita de Estudo "Mais de dois séculos entre a investigação arqueológica e a valorização patrimonial: de Tróia ao Castelo de Palmela", efectuada no dia 19 de Outubro, foram iniciativas organizadas pela Secção de História da Associação dos Arqueólogos Portugueses (AAP) integradas nas comemorações do 150.º aniversário da AAP.



Figura 1 – Vista geral das oficinas de salga de peixe das Ruínas de Tróia durante a visita de estudo.

Estas duas iniciativas pretenderam nos seus objectivos abordar a importante problemática da valorização de um sítio, ou de uma edificação e do seu

substrato arqueológico, salientando que para além das questões científicas do registo e interpretação, a apresentação pública envolve múltiplas questões ligadas à conservação e restauro, à arquitectura, à musealização propriamente dita, à divulgação e à gestão dos bens culturais envolvidos, sem esquecer a importante questão da participação do público, pelo que foram focados os mais variados casos práticos.

Ambas tiveram uma satisfatória adesão do público, tendo o Colóquio contado com mais de cinquenta inscritos e a Visita de Estudo com cerca de trinta participantes.

O programa do Colóquio foi inicialmente pensado de modo a que fosse possível apresentar várias e diversificadas experiências de valorização espalhadas por todo o país e de modo a revelar o dinamismo que estas intervenções têm assumido na arqueologia portuguesa. Relativamente a este último aspecto é de salientar a crescente importância no turismo, apesar da ausência de um plano estratégico ou de um programa operacional com essa finalidade, sendo aqui de destacar a experiência pioneira de meados dos anos 90 do século XX do Programa Itinerários Arqueológicos do Alentejo e do Algarve, que pretendeu então abranger treze estações arqueológicas, sendo financeiramente apoiado pelo Fundo de Turismo do Ministério do Comércio e

do Turismo e pela Secretaria de Estado da Cultura através do Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico.



Figura 2 – Pormenor da sinalética do circuito de visita das Ruínas de Tróia.

Foram assim endereçados convites a vários arqueólogos envolvidos em programas de valorização ou na investigação ou gestão de sítios que, na generalidade acolheram bem a iniciativa, disponibilizandose para participar, pelo que o programa se tornou bastante exaustivo, tendo apenas sofrido algumas alterações devido à indisponibilidade de última hora de alguns dos conferencistas.

A abertura dos trabalhos contou, para além da presença, com as palavras de Manuel Lacerda, em representação da Directora-Geral do Património Cultural, Isabel Cordeiro, de Ana Paula Amendoeira, Presidente do ICOMOS Portugal, de José Morais Arnaud, Presidente da Direcção da Associação dos Arqueólogos Portugueses e de João Marques, Presidente da Secção de História da AAP.

De acordo com o programa previamente definido foram apresentadas as seguintes comunicações:

- "Musealização da Arte Rupestre do Vale do Tejo e Gestão Integrada do Território: O Projecto do Museu de Mação", por Luiz Oosterbeek, do Museu de Arte Pré-Histórica de Mação, Instituto Terra e Memória – Instituto Politécnico de Tomar;
- "Gruta do Escoural (Montemor-o-Novo). Investigação, valorização e gestão de um sítio paradigmático da Pré-história portuguesa: balanço

- crítico, no cinquentenário da sua descoberta", de António Carlos Silva e Frederico Regala, da Direcção Regional de Cultura do Alentejo;
- "Panóias de fragas a santuário. O que mostrar? E a quem?", de Isabel Freitas, da Universidade Portucalense, e Herculano Mesquita, Fernando Pádua e Orlando Sousa, da Direcção Regional de Cultura do Norte;
- "A Valorização do Santuário da Fonte do Ídolo Bracara Augusta", por Paula Silva, da Direcção Regional de Cultura do Norte, e Francisco Sande Lemos, da Universidade do Minho;
- "Uma reflexão sobre o conceito de Valorização: os Sítios Arqueológicos do Alentejo e do Algarve hoje", por Filomena Barata, da Direcção-Geral do Património Cultural;



Figura 3 – Abertura dos trabalhos, da esquerda para a direita: Ana Paula Amendoeira, José Morais Arnaud, Manuel Lacerda e João Marques.



Figura 4 – Comunicação referente a Panóias apresentada por Orlando de Sousa.

 "O Museu do Teatro Romano (Lisboa): um teatro, um museu e um projecto de investigação", por Lídia Fernandes, da Câmara Municipal de Lisboa/Museu da Cidade;



Figura 5 – Vista geral durante a comunicação sobre o Museu do Teatro Romano de Lisboa por Lídia Fernandes.



Figura 6 – Comunicação sobre o Museu Monográfico de Conimbriga por Virgílio Hipólito Correia.

- "Ruínas Romanas de Tróia: a primeira fase de valorização de um sítio singular", por Inês Vaz Pinto, do CEAUCP / Troiaresort, e Ana Patrícia Magalhães e Patrícia Brum, Troiaresort;
- "Conimbriga: práticas de gestão e conservação na construção de um sítio público", por Virgílio Hipólito Correia, da DGPC / MMC;
- "A Casa dos Pintores: do projecto de reabilitação à Oficina Municipal de Arqueologia de Leiria", por Vânia Carvalho, Sofia Carreira e Vitória Mendes, da Câmara Municipal de Leiria;

- "Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros: da intervenção à investigação, gestão e apresentação pública", por Jacinta Bugalhão, da DGPC e NARC, e Cristina Gameiro, Andrea Martins e Ana Filipa Braz, do NARC;
- "O Projeto do Parque Arqueológico do Vale do Terva (Boticas, Portugal). Estudo, Valorização e Divulgação de uma Paisagem Cultural", por Luís Fontes e Mafalda Alves, da Universidade do Minho;
- "O Núcleo museológico do Arrabalde Ribeirinho de Mértola", de Virgílio Lopes, Lígia Rafael e Susana Gómez Martínez, do Campo Arqueológico de Mértola;
- "Musealização do Espaço Arqueológico do Castelo de Palmela", por Isabel Cristina Fernandes, Maria Teresa Rosendo e Michelle Teixeira Santos, da Câmara Municipal de Palmela;
- "O Castelo de S. Jorge em Lisboa Escavação, Musealização e Gestão", por Alexandra Gaspar e Ana Gomes, da DGPC, e Teresa Oliveira e Susana Serra, da EGEAC.



Figura 7 – Aspeto do anfiteatro da FBAUL durante os trabalhos.

Não foram assim apresentadas as seguintes comunicações que se encontravam no programa final:

- "Da investigação à apresentação pública da Arte do Côa", de Fernando Real e António Martinho Baptista, do Côa Parque – Fundação para a Salvaguarda e Valorização do Vale do Côa;

- "Conservação e valorização de monumentos megalíticos (Beira Alta)", de Luís Coutinho Gomes, Joaquim Garcia e João Perpétuo, da Arqueohoje;
- "Fonte do Milho projecto de investigação e valorização", de Paulo Amaral, da Direcção Regional de Cultura do Norte e Universidade do Minho;
- "Ebora LIBIVL ensaio de um percurso temático", por Panagiotis Sarantopoulos, do CIEBA –
   Centro de Investigação e de Estudos em Ciências da Arte da FBAUL.

Note-se que do total das catorze comunicações apresentadas, por razões várias os autores de quatro destas não vieram a enviar os respectivos textos. Optou-se assim por publicar os resumos previamente remetidos aquando da programação e que foram divulgados no sítio internet do Colóquio, sendo referentes à Gruta do Escoural, Fonte do Ídolo, Itinerários Arqueológicos do Alentejo e do Algarve e Ruínas de Tróia.

Já a Visita de Estudo teve como propósito apresentar alguns sítios musealizados ou que não o sendo, devido ao seu elevado valor patrimonial e inserção paisagística possuem uma natural exposição pública.

Foi possível cumprir o programa delineado tendo-se efectuado a visita às Ruínas Romanas de Tróia, guiada pela arqueóloga Inês Vaz Pinto, com o apoio do Troiaresort (SONAE Turismo).

Sublinha-se a importância desta estação arqueológica conhecida desde o século XVI, e onde no século XVIII por iniciativa da Infanta D. Maria Francisca, futura D. Maria I, tem lugar a primeira escavação conhecida. Após as investigações de Frei Manuel do Cenáculo, as escavações do sítio só são retomadas em meados do século XIX pela Sociedade Arqueológica Lusitana, fundada em Setúbal com o propósito de escavar Tróia.

Após o almoço efectuou-se a visita ao Núcleo Museológico / Espaço Arqueológico do Castelo de Palmela, que foi guiada pelas arqueólogas Isabel Cristina Fernandes e Michelle Santos, com o apoio da Câmara Municipal de Palmela, onde se

puderam observar os níveis de ocupação medieval islâmica



Figura 8 – As Ruínas Romanas de Tróia explicadas por Inês Vaz Pinto



Figura 9 – O Núcleo Museológico / Espaço Arqueológico do Castelo de Palmela durante a visita guiada por Isabel Cristina Fernandes.

Seguiu-se a visita ao Castro de Chibanes (Serra do Louro), povoado fortificado com uma sequência estratigráfica do Calcolítico, passando pela Idade do Ferro até ao período romano, e que foi guiada pelos arqueólogos Joaquina Soares e Carlos Tavares da Silva, do Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal.

Seguiu-se a visita ao Alto da Queimada, sítio com ocupação tardo-romana/visigótica e, sobretudo medieval islâmica, do emirato até ao final do Califado de Córdova, guiada de novo por Isabel Cristina Fernandes e Michelle Santos (CMP).



Figura 10 – Na visita ao Castro de Chibanes, Carlos Tavares da Silva explana relativamente às várias estruturas exumadas.



Figura 11 – Alto da Queimada, onde Isabel Cristina elucidou os presentes relativamente às estruturas identificadas.

Por último efectuou-se já de noite a visita às Grutas da Quinta do Anjo, grutas-necrópole artificiais (hipogeus), de índole megalítica, utilizadas entre o Neolítico Final e o Calcolítico Final, tendo a visita sido guiada por Joaquina Soares (MAEDS).



Figura 12 – Aspecto da visita nocturna às Grutas da Quinta do Anjo onde Joaquina Soares procedeu à explicação das estruturas.

Pondera-se no futuro dar continuidade a esta iniciativa, organizando oportunamente um segundo Colóquio incidindo sobre as escolhas em valorização, e a «responsabilidade individual e colectiva perante o património cultural» conforme é reconhecido na Convenção Quadro do Conselho da Europa Relativa ao Valor do Património Cultural para a Sociedade, assinada em Faro em 27 de Outubro de 2005 (Convenção de Faro).

Aproveita-se também para deixar uma palavra de agradecimento à Câmara Municipal de Palmela, ao Troiaresort (SONAE Turismo), ao MAEDS, e a todos os que colaboraram tornando possível estas iniciativas, nomeadamente aos colegas e amigos que maioritariamente já se encontram mencionados no texto, não esquecendo, António Cruz, designer que elaborou a imagem gráfica do Colóquio e da Visita, César Neves, que criou o sítio internet, Célia Pereira e Cristina Macedo, funcionárias da AAP que colaboraram em vários aspectos organizativos, Carlos Boavida, secretário da Secção, e Dário Neves, voluntário, que com o seu apoio deram o melhor para o sucesso de esta organização.

# A *CASA DOS PINTORES*: DO PROJETO DE REABILITAÇÃO À OFICINA MUNICIPAL DE ARQUEOLOGIA DE LEIRIA

Vânia Carvalho<sup>1</sup>, Vitória Mendes<sup>2</sup>, Sofia Carreira<sup>3</sup>, Ana Filipa Pinhal<sup>4</sup>

#### Resumo

A Casa dos Pintores, assim designada devido à grande quantidade de artistas que retrataram a sua fachada, é uma peça de arquitetura histórica relevante no conjunto edificado do Centro Histórico da cidade de Leiria. Considerou-se fundamental recuperar este edifício e atribuir-lhe uma função que se coadunasse, por um lado, com a valência histórica do local e, por outro, que impulsionasse a dinâmica turística, ajudando à criação de uma rede de núcleos museológicos e culturais, que dignificassem a qualidade cultural e turística da zona histórica da cidade. Desta forma, foi desenhado um projeto de reabilitação do edifício, mantendo a sua traça original e planificando a instalação da Oficina Municipal de Arqueologia.

Esta intervenção procurou ser um exemplo de uma forma de agir relativamente ao património arquitetónico, onde a conjugação das diferentes formas de abordar o património contribuiu para o enriquecimento dos técnicos envolvidos, com reflexos positivos no resultado final.

**Palavras-chave**: Leiria, Arqueologia, Museologia, Reabilitação Urbana.

# **Abstract**

The House of the Painters, called so due to the number of artists who made drawings and paintings of its facade, is a piece of historical architecture of great importance to Leiria's Historical Center. It was considered fundamental the reconstruction of the House of the Painters, on the one hand, in order to give the building a function accordingly to the historical importance of it's area of implantation, and on the other, to give a touristic dynamic conducting to the creation of a net of museums and cultural Nucleus, which would dignify both the touristic and cultural quality of the Historical Center of the city. Having that in mind, the rehabilitation project of the building was drowned with the purpose of preserving it's original features and also of installing there the Municipal Archeological Division.

The reconstruction process had the purpose to set an example of the correct action as far as archeological patrimony is concerned, where the final result always depends and benefits on the interaction of the different approaches from the different specialists involved.

**Keywords**: Leiria, Archaeology, Museology, Urban Rehabilitation.

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> Arqueóloga / Câmara Municipal de Leiria / vcarvalho@cm-leiria.pt

<sup>&</sup>lt;sup>2</sup> Arquiteta / Câmara Municipal de Leiria / vitoria@cm-leiria.pt

<sup>&</sup>lt;sup>3</sup> Museóloga / Câmara Municipal de Leiria / sic@cm-leiria.pt

<sup>&</sup>lt;sup>4</sup> Arquiteta / afpinhal@gmail.com

# 1. A CASA DOS PINTORES E SEU ENQUA-DRAMENTO NO CONJUNTO EDIFICADO DO CENTRO HISTÓRICO DE LEIRIA

#### 1.1.O edifício

A Casa dos Pintores é uma peça de arquitetura notável, que se revela de especial importância no conjunto edificado do Centro Histórico da cidade de Leiria, sendo relevante, enquanto elemento patrimonial representativo da imagem urbana, na memória coletiva dos Leirienses. A denominação popular Casa dos Pintores, motivada pelo facto de a sua fachada, enquadrada pelo Castelo, ser repetidamente objeto de representação gráfica ao longo do século XX, foi adotada como designação para o equipamento municipal.

A Casa dos Pintores corresponde a um edificio de gaveto, de fecho de um quarteirão consolidado, sendo particularmente estreito. Localiza-se na freguesia de Leiria (concelho de Leiria), entre a rua Acácio de Paiva (NE) e a rua Manuel António Rodrigues (SO), sendo que da fachada principal se observa o Largo Paio Guterres, localizado a Sul do edifício. Situa-se no topo de um quarteirão de reduzidas dimensões, que se encontrava integrado na judiaria de fundação medieval (séc. XIII), bem como na freguesia medieva, extramuros, de São Martinho. O edifício, de dois sobrados, apresenta uma tipologia singular na malha urbana, ressaltando a sua interessante varanda com uma balaustrada em madeira.

# 1.2. Breve enquadramento histórico-arqueológico

A região de Leiria apresenta uma ocupação humana inquestionável que deixou marcas profundas na paisagem. Os vestígios arqueológicos identificados permitem conhecer apenas uma ínfima parte daquelas que terão sido as vivências dos grupos humanos nesta área geográfica, contudo as informações que possuímos reportam-se a uma longa diacronia de ocupação humana, desde a Pré-História Antiga até à época contemporânea.

No morro onde se situa o Castelo de Leiria encontraram-se vestígios arqueológicos que indicam



Figura 1 – Fotografia métrica retificada da fachada da Casa dos Pintores, datada de 2006, da autoria de Sidney Lopes.

que este local terá sido ocupado desde há, pelo menos, cerca de cinco mil anos, tendo sido identificados níveis arqueológicos atribuíveis à Pré-história Recente e à Proto-história (Carvalho e Carvalho, 2007; Carvalho e Inácio, 2011). Este povoado foi igualmente habitado em época romana, tendo-se identificado dois níveis habitacionais enquadráveis nos séculos II e IV d.C. (Neves, Basílio e Couto, 2009). Os dados arqueológicos relativos a um extenso período da história da região, desde o final da época romana até ao início da reconquista cristã, são praticamente inexistentes, no entanto, foram identificados materiais cerâmicos atribuídos à época islâmica no morro do castelo (AAVV, 2001; Lopes, 2001). A presença de cerâmicas imputáveis

à ocupação islâmica reveste-se de alguma cautela, pois se alguns materiais poderão ser classificados de época Emiral/Califal, outros apenas poderão ser genericamente considerados islâmicos (Carvalho e Inácio, 2011).

O morro onde se situa o Castelo de Leiria, bem como o seu território, foi conquistado aos muçulmanos, em 1135, por D. Afonso Henriques (Gomes, 2004). À primitiva ocupação medieval do morro do Castelo, no século XII, com os bairros intramuros de Santa Maria da Pena e de São Pedro, sucede-se a ocupação da várzea, que se intensifica ao longo do século XIII e centúrias seguintes, assistindo-se ao surgimento dos bairros medievais de São Tiago (posteriormente conhecido como Arrabalde da Ponte), São Martinho (bairro correspondente à zona de implantação da Casa dos Pintores), Santo Estêvão e Bairro dos Anjos. Esta ocupação, por aglutinação de núcleos distintos com funções sociais ou funcionais específicas, vai marcar profundamente a morfologia e a dinâmica urbanística de Leiria. No espaço urbano leiriense era possível identificar múltiplos usos: habitacionais, económicos, religiosos, administrativos e judiciais, assim como agrícolas, artesanais e para-industriais (Gomes, 2004).

Leiria, na vertente e na várzea a Sul do Castelo, conserva uma malha urbana com uma morfologia, ao nível do traçado, típica das povoações medievais, sendo definida por dois eixos estruturantes: a Rua Direita, atual Barão de Viamonte, e o Rio Lis. O bairro medieval de São Martinho, principal centro comercial da vila, apresenta um desenho urbanístico "segundo um plano coordenado superiormente, em planta de tipo espinha de peixe" (Gomes, 1993: 84; Vale, 2005). Numa área inicialmente marginal, extramuros, ao longo do caminho de acesso às portas do Sol (Torre Sineira da Sé), mais tarde Rua Direita ou do Terreiro, fixa-se a população judaica, num espaço charneira entre as freguesias cristãs de S. Pedro (Igreja matriz) e S. Martinho. O troço setentrional da Rua Direita, entre os séculos XIII e XV, equivalia assim à Judiaria, que atingiu o seu apogeu durante o século XV, até à expulsão, em 1496, dos Judeus de território nacional (Margarido,

1988; Gomes, 1993, 2004). A matriz medieval, estruturada nos séculos XIII e XIV, consolidou-se nas centúrias seguintes, tendo sofrido uma expansão acentuada, que contribuiu para a definição dos limites atuais do centro histórico, apenas em finais do século XIX e durante o século XX (Gomes, 1993, 2004; Vale, 2005).

# 2. O PROJETO DE REABILITAÇÃO DO CON-JUNTO EDIFICADO

### 2.1. Enquadramento

O processo de reabilitação da *Casa dos Pintores* teve início em 2001, quando após a declaração do centro histórico como Área Crítica de Recuperação e Reconversão Urbanística, a Câmara Municipal de Leiria (CML) selecionou cinco edifícios, de entre os degradados, considerados relevantes do ponto de vista patrimonial, e notificou os respetivos proprietários para os reabilitarem, servindo esse ato como um sinal de arranque para a reabilitação do Centro Histórico.

A Casa dos Pintores estava afetada por um problema, que acontece em muitos edifícios antigos e que dificulta a sua reabilitação, que são as heranças indivisas. Neste caso, para um pequeno edifício de  $45\text{m}^2$  de implantação, havia 13 herdeiros que não se entendiam. Após algumas reuniões com os interessados, e perante a ameaça do processo de posse do edifício se vir a arrastar pelos tribunais, a CML decidiu proceder à expropriação do imóvel com o objetivo de o reabilitar e de aí instalar um serviço público, contribuindo desta forma para impulsionar a reabilitação do centro histórico. A determinação da CML em salvar o edifício levou à compra deste em 2003, com o intuito de instalar os serviços técnicos de arqueologia e respetivo laboratório.

O projeto foi desenvolvido na CML, pela equipa de arquitetura da então Divisão de Habitação e Reabilitação Urbana, sob a coordenação de Vitória Baena Mendes, sendo da autoria de Ana Filipa Pinhal e tendo a colaboração de Margarida Teixeira de Sousa. Foi desenhado de acordo com um programa estabelecido pela equipa da Oficina de Arqueologia.

O projeto foi cofinanciado pelo Município de Leiria e Programa Operacional da Cultura, através do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER). A obra foi concluída em inícios de 2009 e o espaço foi inaugurado em Setembro de 2009, albergando a Oficina Municipal de Arqueologia desde essa altura.

O processo de reabilitação da Casa dos Pintores destacou-se por se ter baseado num trabalho em rede que envolveu, para além de diferentes serviços da CML, entidades externas como a extinta Direção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN), o Instituto Superior Técnico (IST) e o extinto Gabinete de Apoio Técnico (GAT).

# 2.2. Objetivos

Entendeu-se que por se tratar de um espaço fundamental no imaginário histórico Leiriense, se deveria reabilitar o edifício, atribuindo à *Casa dos Pintores* uma função que se coadunasse, por um lado com a valência histórica do local e, por outro, que impulsionasse a dinâmica turística, ajudando à criação de uma rede de núcleos museológicos e culturais, que dignificassem a qualidade cultural e turística da zona histórica da cidade.

Desta forma, foi pensado um projeto de reabilitação do edifício, mantendo a sua traça original exterior, que se converteu numa marcante experiência de intervenção interdisciplinar de Reabilitação Urbana no Centro Histórico de Leiria. O projeto teve como programa a instalação de um núcleo de trabalho especializado em arqueologia – a Oficina de Arqueologia da Câmara Municipal de Leiria, incluindo um laboratório de Conservação e Restauro para materiais arqueológicos.

# 2.3. Projeto de reabilitação

#### 2.3.1. A construção

A alusão à intervenção realizada na *Casa dos Pintores* surge como um propósito para o levantar de um conjunto de questões relacionadas com a reabilitação do património edificado e o domínio dos materiais e técnicas tradicionais, face a uma nova

condição de produção de génese contemporânea. A unidade formal que chegou aos nossos dias resulta, em parte, de um conjunto de intervenções que foram sendo realizadas ao longo dos tempos.

À semelhança do que sucede com a generalidade dos edifícios que se encontram nesta zona do centro histórico, a Casa dos Pintores obedecia originalmente a um sistema construtivo de génese tradicional. Sob o ponto de vista estrutural o edifício apresentava: paredes resistentes constituídas por alvenaria ordinária (que ainda hoje se mantêm); barrotes a suportar pavimentos em madeira; paredes divisórias interiores em tabique (tábuas de madeira dispostas na vertical sobre as quais se dispunha na horizontal um ripado de madeira, pronto a receber o reboco); paredes divisórias interiores constituídas apenas por tábuas de madeira dispostas na vertical; e cobertura constituída por telha de canudo suportada por uma estrutura em madeira.

O estado de conservação deste edifício era efetivamente bastante delicado. Após uma análise detalhada, em que participou Nuno Vale, Arquiteto da extinta DGEMN, autor da Carta de Risco, foi possível identificar alguns dos fenómenos que motivaram a progressiva deterioração dos materiais de construção, como seja a presença de esforços mecânicos impostos pela estrutura do edifício e a ausência de travamento nos cunhais das paredes resistentes em alvenaria ordinária, sem descurar a presença de humidades ascensionais, da ação de agentes biológicos e climatéricos, assim como de ações químicas de corrosão.

As paredes resistentes encontravam-se consideravelmente degradadas e desagregadas, principalmente nos pisos superiores, evidenciando-se o esmagamento da parede na zona de um dos apoios da asna da cobertura. Esse aspeto, aliado a deformações excessivas da estrutura da cobertura contribuiu para o destacamento de alguns elementos, acelerando a deterioração do edifício. Também se evidenciava uma desagregação acentuada da parede nas zonas circundantes aos vãos das janelas que, na sua maioria, se encontravam empenados e/ou partidos.

As paredes resistentes em alvenaria ordinária

(constituída por pedras irregulares e assente em argamassa) apresentavam alguns problemas de fendilhação que decorriam da ausência de travamento nos cunhais, *i. e.*, algumas paredes (posicionadas perpendicularmente umas em relação às outras) apenas se encontravam encostadas.

As humidades ascensionais provenientes do solo constituíam uma das principais causas de degradação do edifício, em particular, ao nível do piso térreo. A existência de um nível freático bastante elevado contribuiu para o humedecimento das paredes e, consequentemente, para a ocorrência de eflorescências, bem como para a formação de micro-organismos nas superfícies, com repercussões na progressiva desagregação do reboco.

O interior, com paredes em tabique em estado de degradação avançado e com o pavimento bastante deformado, sofreu várias alterações fragilizantes ao longo dos anos, pelo que não foi mantido. A varanda apresentava anomalias nos elementos de madeira que a constituíam, ou por deformação, ou devido ao ataque de agentes biológicos. Alguns dos elementos de cantaria em calcário encontravam-se desagregados, devido à ação do clima e a ações químicas de corrosão.

Perante as considerações já mencionadas é de destacar o estado de degradação avançado em que o edifício se encontrava e de reforçar a necessidade de uma intervenção significativa, com vista ao reforço estrutural das paredes-mestras, à substituição de elementos estruturais em madeira do interior e da cobertura (pela impossibilidade de, em termos técnicos, poderem ser recuperados) e de dotar este edificio de condições de habitabilidade para o fim a que se destinava. Como veremos mais à frente as condições em que o edifício pré-existente se encontrava determinaram, em certa medida, uma série de opções de natureza projetual que foram sendo tomadas ao longo do processo de conceção e de obra.

# 2.3.2. Opções de natureza projetual

De reforçar que existe uma consciência acrescida da falta de consensos relativamente à problemática que envolve as ações de intervenção no património edificado, não constituindo este caso uma exceção. Neste projeto todas as tomadas de decisão foram orientadas no sentido de adaptar o edifício a níveis de desempenho superiores ao existente, ou seja, de dotar o espaço de melhores condições de habitabilidade face às existentes limitações espaciais e condicionantes construtivas.

Em termos projetuais, e tendo em consideração a exiguidade e limitações do edifício, a intervenção tinha como objetivo dar a melhor resposta possível às exigências de trabalho próprias de um gabinete de arqueologia. Em virtude do seu estado de degradação, o edifício foi sujeito a uma intervenção que teve como premissa a reestruturação de todo o seu interior. De modo a tirar o máximo partido das suas exíguas dimensões, optou-se por uma organização espacial que privilegia a 'caixa de escada', enquanto elemento de distribuição, em torno da qual as diversas salas se vão dispondo, um pouco à semelhança do que já acontecia. O edifício em termos de programa compreende, no piso térreo: a receção, o laboratório e uma instalação sanitária; no 1º piso: duas salas de trabalho; e no 2º piso: uma sala de trabalho e uma sala de reuniões com uma varanda.

Tendo em consideração o tipo de construção, este edifício não reunia as condições mais apropriadas para a captação de luz natural. Nesta continuidade lógica de raciocínio, a organização espacial entre as diversas salas, nos pisos superiores, passou a ser feita através de panos de vidro, com a clara intenção de se rentabilizar ao máximo a entrada de luz natural e de visualmente os espaços se tornarem mais desafogados.

Importa ainda sublinhar que se, por um lado, todo o interior teve de ser demolido, em consequência do seu avançado estado de degradação, por outro, privilegiou-se a preservação das paredes resistentes exteriores e, por conseguinte, da imagem exterior, recuperando e reconstituindo uma série de elementos caracterizadores deste tipo de edifício.

Da análise das condições das paredes portantes de alvenaria ordinária do edifício, com indícios de perda de coesão, concluiu-se que seria necessário assegurar a consolidação das paredes resistentes através da realização de injeções, com caldas de ligantes hidraúlicos. Após a aplicação do produto e com vista a avaliar a eficácia das injeções foram efetuados alguns ensaios de resistência das paredes, por parte do Instituto de Engenharia de Estruturas, Território e Construção (ICIST) do Instituto Superior Técnico (IST), da autoria de António Sousa Gago, Prof. Auxiliar, de Ana Paula Ferreira Pinto, Prof. Auxiliar e de João Carvalho, Engo Civil colaborador do ICIST. Do relatório consta que a eficácia das injeções ficou aquém das expectativas em virtude da deficiente dispersão do produto.

Procedeu-se ao escoramento das paredes portantes em alvenaria ordinária e à demolição de todo o seu interior e cobertura. Como opção construtiva e com base no projeto de estabilidade da autoria de Gilberto Lourenço, Eng. Civil, do extinto GAT de Leiria, decidiu-se executar uma estrutura metálica interior autónoma e um lintel em betão armado sobre o coroamento das paredes de alvenaria (por indicação da equipa do Instituto Superior Técnico), com o intuito de constituírem um travamento às paredes existentes. Importa reforçar que a opção da estrutura metálica surge pelo facto de ser uma solução reversível. Privilegiou-se o emprego da madeira não só nos pavimentos interiores como também na cobertura. Estruturalmente a cobertura é constituída por uma viga de tarugamento, por varas em madeira de casquinha e por escoras arqueadas em madeira laminada do mesmo material, bem como por uma série de outros elementos (forra em réguas de madeira de carvalho, isolamento térmico, sub-telha e finalmente telha de canudo vermelha por corresponder à telha original) que vieram introduzir uma mais-valia em termos de conforto térmico ao edifício. A forma da estrutura da cobertura à vista, com escoras arqueadas em madeira laminada, veio proporcionar uma nova espacialidade, em particular no último piso.

Tendo em consideração a natureza das paredes portantes em alvenaria ordinária, todos os materiais aplicados teriam de ser compatíveis e de respeitar as suas constituintes químicas e físicas. Neste pressuposto, foram empregues argamassas à base de cal, por conciliarem algumas vantagens, nomeada-

mente: grande flexibilidade (compatibilidade com alvenaria ordinária), grande resistência e durabilidade (endurece de forma gradual à medida que envelhece) e deixarem respirar a construção (uma vez que permitem a evaporação da água proveniente das humidades ascensionais). Como o nível freático é muito elevado, apresentando-se a cerca de um metro abaixo da cota da rua (Verão), houve a necessidade de contornar o problema da ascensão das humidades, provenientes do solo, com a execução de um lambrim interior com caixa-de-ar. No entanto, embora o problema tenha sido mitigado não se encontra totalmente resolvido.

Ainda relativamente às paredes portantes reduziu-se ao mínimo a execução de aberturas para a passagem de infraestruturas. O projecto das Instalações de Utilização de Energia Elétrica e de Telecomunicações, da autoria de João Ferreira e Pedro Parreira, Engenheiros Eletrotécnicos, foi desenvolvido de modo a que este tipo de rede interferisse o mínimo possível com as paredes portantes existentes e se integrasse o melhor possível com os novos elementos construtivos.

Uma vez que se optou por preservar a imagem exterior do edifício, houve a necessidade de reproduzir uma série de elementos que se encontravam bastante degradados. A varanda com uma balaustrada em madeira foi executada no sentido de ser o mais fiel possível ao desenho original. As caixilharias e os guarnecimentos foram executados mantendo as dimensões originais e o mesmo tipo de materiais, notando que existiam algumas variações relativamente à colocação, ora de molduras em madeira, ora de cantarias, situação esta que perdura.

O confronto entre as técnicas tradicionais e a arquitetura contemporânea, que obedece a uma nova ordem de produção e de trabalho, constitui em si uma nova área de atuação. O emprego generalizado de novos materiais e de novas tecnologias, desencadeado a partir do século XIX, condicionou a transmissão oral do saber fazer das técnicas tradicionais, o que conduziu à atual falta de mão-de-obra especializada. A utilização do cimento Portland, reforçado através de uma 'armadura' interna, constitui

nos dias de hoje a base de quase toda a construção. Apesar de ter possibilitado o desenvolvimento da arquitetura, este é um material cujas características não se coadunam com os materiais tradicionais. Daí um maior interesse no sentido de recuperar o conhecimento das técnicas tradicionais com vista a intervir no património edificado de forma mais consciente sem, contudo, descurar o facto de que essas mesmas técnicas terão que conviver com outras realidades que se vão impondo e que se traduzem em novas tecnologias e novas metodologias de trabalho, bem como de um conjunto alargado de apreciações críticas que decorrem de especialidades bastante diversificadas. E é aí que reside o grande desafio com que hoje nos deparamos.

## 2.4. A intervenção arqueológica: objetivos, metodologia e resultados

Considerando a relevância do edifício e a sua localização, numa zona de potencial arqueológico elevado, foram preconizadas, pela tutela da área do Património Cultural, várias medidas de minimização patrimoniais que foram implementadas pela equipa de arqueologia do Município. A finalidade dos trabalhos arqueológicos consistiu em otimizar resultados de avaliação e caraterizar os vestígios arqueológicos e patrimoniais já visíveis, bem como os eventuais vestígios arqueológicos existentes no subsolo.

Considerou-se, desde o início, que do cruzamento das múltiplas fontes documentais integrando, nomeadamente, a análise da cartografia, da fotografia aérea e da fotografia de época, das plantas e dos projetos de arquitetura, da fotografia métrica retificada, da estratigrafia paramental e de outras fontes de informação diversa, poderia resultar uma interpretação do edificado e do próprio espaço urbano mais esclarecida e enriquecedora, no quadro de uma verdadeira arqueologia urbana e do edificado.

Sendo um dever das autarquias locais o conhecimento, estudo, proteção, valorização e divulgação do património cultural, a Câmara Municipal de Leiria celebrou, em 2004, um protocolo de cooperação com a extinta DGEMN, com o objetivo de partilhar a metodologia desenvolvida por esta entidade, no

âmbito do Inventário do Património Arquitetónico. Foi neste contexto que se elaborou a análise e registo do conjunto edificado da Casa dos Pintores. Com o objetivo de estudar a evolução do conjunto arquitetónico realizou-se uma análise paramental dos alçados, efetuada de acordo com a metodologia adotada pela arqueologia do edificado e tendo como suporte gráfico a fotografia métrica retificada. Um dos objetivos centrais do projeto foi o de produzir um instrumento de análise que servisse de apoio aos trabalhos posteriores de intervenção arquitetónica e de estudo patrimonial e arqueológico deste conjunto edificado. Este projeto permitiu, igualmente, testar a aplicação prática de conceitos e metodologias das áreas da Arqueologia Urbana e da Arqueologia da Arquitetura, utilizando como elemento base de registo gráfico os levantamentos fotogramétricos de alçados, que constituem documentos potenciadores de abordagens polivalentes.

Aplicou-se a fotografia métrica retificada por se considerar que esta constitui uma ferramenta rigorosa de registo que permite a elaboração de documentação gráfica, produzida de modo mais rápido que os métodos tradicionais, e aplicável no âmbito do estudo dos edificado e da Arqueologia do edificado (Ramalho, 2002). A análise estratigráfica paramental envolveu o estudo dos elementos constituintes de cada alçado, mas visando sempre a compreensão da totalidade do conjunto edificado, segundo uma filosofia de abordagem desenvolvida por Tabales Rodríguez (2002) para a análise arqueológica de edifícios históricos. No âmbito da aplicação de metodologias da Arqueologia do Edificado, procurou--se registar e analisar a estratigrafia arquitetónica do conjunto edificado, com base na definição de unidades estratigráficas, de acordo com os princípios da estratigrafia arqueológica e da implementação do sistema ou método de registo de Harris, enquanto ferramenta teórico-prática com comprovadas potencialidades descritivas, organizadoras, analíticas e interpretativas (Harris, 1991; Caballero Zoreda, 1995, 2006; Tabales Rodríguez, 2002).

Os estudos históricos e de arqueologia do edificado, realizados no seio do quadro teórico acima

definido, foram disponibilizados aos principais intervenientes no processo de reabilitação do edificado, de modo a permitir que estes documentos resultassem, não apenas, em documentos de investigação, registo e divulgação do património mas, sobretudo, em instrumentos de gestão e de valorização do património arquitetónico.

Os trabalhos arqueológicos realizados durante a primeira fase, prevista em plano de trabalhos, compreenderam sondagens arqueológicas preventivas, implementadas nos espaços considerados prioritários pela equipa de arquitetura do projeto de reabilitação do edifício, nomeadamente na zona de abertura de fundações - vigas e sapatas, e em áreas arqueologicamente mais sensíveis e com maior potencial. A metodologia prática aplicada foi a de Harris (1991). A realidade registada foi a [U.E.], sendo esta entendida como qualquer realidade com características distintas, passíveis de serem diferenciadas. As sondagens preventivas, realizadas em 2007, tiveram a direção científica das Arqueólogas Susana Carvalho, pela Oficina de Arqueologia do Município de Leiria, e Vânia Carvalho, enquanto técnica da Divisão de Habitação e Reabilitação Urbana do Município de Leiria, tendo sido os trabalhos de acompanhamento arqueológico apenas da responsabilidade científica da última. A equipa foi ainda constituída por Anabela Carvalho, Conservadora--Restauradora, e por Ana Rita Trindade, Arqueológa e estagiária PEPAL (2007-2008), ambas da equipa da Oficina Municipal de Arqueologia. Os trabalhos de gabinete foram garantidos pelo técnico Augusto Aveleira, que teve um papel fundamental na elaboração do Relatório Final, nomeadamente na produção gráfica e tratamento de desenhos. Os trabalhos de fotografia métrica retificada foram assegurados por Sidney Lopes, Arquiteto da então Divisão de Habitação e Reabilitação Urbana.

As Sondagens Arqueológicas Preventivas, realizadas de acordo com o local de implantação das fundações ou em zonas consideradas sensíveis do ponto de vista arqueológico, permitiram detetar uma estratigrafia densa (apesar de limitada à profundidade de afetação da obra), e referente às várias

fases de ocupação do local, verificando-se a existência de dezenas de níveis arqueológicos que se situam entre a Baixa Idade Média e o Período Contemporâneo. As unidades estratigráficas escavadas correspondem a níveis arqueológicos essencialmente relacionados com fases sucessivas de ocupação ou alteração do espaço edificado. Foram identificados níveis correspondentes a pavimentos, depósitos antrópicos, derrubes, entulhos e uma estrutura – uma parede-mestra, que se veio a revelar como o elemento construtivo mais esclarecedor em termos das alterações arquitetónicas do espaço edificado.

Considerando os resultados obtidos com as sondagens arqueológicas, apontou-se como medida de minimização a necessidade já anteriormente expressa de que os trabalhos de picagens de paredes, demolições de estruturas e movimentações de terras fossem objeto de acompanhamento arqueológico. Este trabalho foi sujeito a plano de trabalhos e foi devidamente aprovado pelas tutelas, tendo sido realizado entre meados de 2007 e inícios de 2009. A metodologia adotada para o acompanhamento arqueológico privilegiou um plano de registo rigoroso, mas expedito. O acompanhamento arqueológico foi efetuado de acordo com os meios adequados à natureza dos vestígios e obedeceu às normas técnicas aceites pela comunidade científica, decorrendo de acordo com o estabelecido pelas leis em vigor e no seguimento da metodologia adotada para a realização das sondagens preventivas. A análise paramental foi efetuada de acordo com a metodologia adotada pela arqueologia do edificado, tendo-se aplicado o método de registo de Harris (1991), com a respetiva descrição e análise das U.E.s, exposto graficamente sobre fotografia métrica retificada, na escala de 1:50.

O acompanhamento arqueológico ateve-se a operações de alteração do conjunto edificado, tais como: demolição da cobertura e chaminé, demolição de estruturas interiores – paredes de tabique, soalhos, escadas, uma bancada e uma parede mestra; picagens de revestimentos interiores e exteriores; e remoção de elementos de portas e janelas, como cantarias e caixilharias. A necessidade de do-

tar o conjunto edificado de condições de segurança, bem como de infraestruturas diversas, implicou operações de escavação do subsolo interior e exterior. A implantação de vigas e sapatas de fundação, em betão armado, para a consolidação sob o ponto de vista estrutural do conjunto edificado, conforme previsto no projeto de estabilidade, implicou a escavação de fundações, o que exigiu a realização do acompanhamento arqueológico de movimentações de terras no interior do edifício. Ao nível do subsolo exterior, em espaço público, foi realizado o acompanhamento arqueológico da escavação de valas para instalação de infraestruturas. No decorrer desta tipologia de intervenção arqueológica, identificaram-se vários elementos estruturais, que foram descritos quanto aos seus aspetos técnicos, morfológicos, estilísticos e crono-estratigráficos, e que foram objeto do devido registo gráfico (desenho esquemático interpretativo, fotogrametria de alçados e fotografia). O acompanhamento arqueológico dos trabalhos de reabilitação permitiu revelar uma série de elementos do conjunto edificado e suas relações, com a análise a fornecer dados importantes para a sua compreensão histórica, nomeadamente sobre as suas sucessivas fases de construção e características dos elementos, do ponto de vista tecnológico e artístico, bem como sobre as diferentes funcionalidades dos espaços.

Foi precisamente a definição e interpretação da estratigrafia dos alçados do espaço edificado, que levou à consolidação da hipótese de interpretação, já avançada aquando do levantamento fotográfico métrico retificado e respetiva análise estratigráfica paramental e consubstanciada pelos dados da escavação de sondagens preventivas, de estarmos perante um conjunto edificado uno, mas constituído por dois blocos que teriam correspondido, originalmente, a dois espaços/edifícios autónomos.

O espólio arqueológico, recolhido durante a intervenção, foi devidamente tratado, inventariado e acondicionado, pela equipa da Oficina de Arqueologia, tendo sido integrado na Reserva Arqueológica Municipal, sedeada nos Paços Novos do Castelo de Leiria. O inventário do espólio ar-

queológico da Casa dos Pintores foi iniciado por Anabela Carvalho tendo sido concluído por Ana Rita Trindade. Foram adotadas as normas propostas pelo Instituto de Museus e Conservação no que diz respeito às exigências metodológicas, normativas e regulamentares deste tipo de trabalho arqueológico. A análise do material osteológico humano, um conjunto avulso recolhido num contexto de deposição secundária, foi da responsabilidade de Antropóloga Sandra Assis.

O material inventariado corresponde a cerca de cinco mil entradas (peças ou conjuntos de peças arqueológicas) e inscreve-se numa amplitude cronológica que se estende desde os finais do século XV ao último quartel do século XX. O conjunto é constituído por: espólio osteológico humano; espólio faunístico – mamalógico, ornitológico, malacológico e ictiológico; espólio vegetal – nomeadamente carvões, madeira, papel e tecido; espólio metálico – ferro, cobre e bronze; espólio lítico – compreendendo sílex, calcário, entre outros; sedimento; argamassas; cerâmica nas variantes de construção, cerâmica comum, cerâmica vidrada, faiança e porcelana; espólio vítreo; e plástico.

## 2.4.1. Síntese da evolução do conjunto edificado

As análises efetuadas durante o levantamento métrico retificado das fachadas, bem como durante as operações de picagem de revestimentos paramentais, quer do interior, quer do exterior do corpo edificado, forneceram, tal como já enunciado, dados que permitem afirmar que estamos na presença de dois espaços e edifícios originariamente independentes, cada um com múltiplas fases de construção. O corpo que se encontra a Sul, o Edifício 2, correspondente à fachada principal do edifício atual, é, na sua origem, mais antigo que o corpo que se encontra a Norte, designado por Edifício 1. O alçado Norte (parede-mestra intermédia entre os dois corpos) do edifício 2 atestava várias fases de construção ao longo dos três pisos, relacionadas com a desativação de portas antigas e abertura de novas, no âmbito de um processo de reorganização do espaço interno

de todo o conjunto edificado, e de reajustamento das alturas dos pisos.

O edifício 2 sofreu ao longo dos tempos várias alterações ao nível dos pés direitos e da organização interna do espaço, o que é denunciado pelas sucessivas alterações de portas e janelas, que foram sendo emparedadas, para se abrirem outras. O edifício sofreu também alterações ao nível da constituição das paredes, surgindo, numa fase mais tardia, troços construídos em blocos de adobe e em tijoloburro, como forma de colmatação de falhas nas paredes primitivas, em alvenaria de pedra. De salientar a existência de um lintel, de cariz manuelino, de que se realizou uma réplica (dado a pedra original se encontrar irreversivelmente degradada), que foi colocada no mesmo local da original – a porta térrea da fachada principal.

Neste edifício (2), ao nível do piso 1 (piso térreo) e piso 2 encontrou-se uma porta que se encontrava emparedada e cuja soleira se elevava cerca de 1,20 de altura acima do piso de calçada do exterior, junto à soleira da porta do alçado Este. Estando bastante alta em relação ao nível do piso térreo atual, esta porta devia situar-se ao nível do um antigo 2º piso, o que poderá significar que o antigo 1º piso se encontrava a uma cota bastante inferior à atual. Isto afigura-se possível dada a profundidade a que se encontram enterrados os paramentos de todo o corpo edificado, sem que nunca se tenham atingido as suas fundações, devendo as estruturas ter uma origem anterior ao século XVI. Para além disso, por baixo da soleira da porta da fachada a sul, encontrou-se a ombreira, em calcário, de uma antiga porta, que se encontrava a um nível inferior ao da porta atual, e deslocada para Oeste.

O elemento, externo à Casa, que contribui para a sustentação desta hipótese é a inscrição de 1600, patente na "Casa do Gato Preto" (Largo Paio Guterres / Rua Acácio de Paiva), que assinala o nível das cheias, ocorrido no dia de São Tomé, e que, segundo a documentação setecentista (Gomes, 2009), estaria, ainda em 1721, à altura de um homem, o que nos leva a considerar que o piso das vias se encontraria cerca de 1m mais baixo, o que explica a existência

de um segundo piso, ao nível a que encontramos os referidos vãos do edifício 2 da *Casa dos Pintores*.

De salientar a identificação, no alçado Este do edifício 2, de duas pias, uma em calcário e outra em cerâmica, que foram objeto de intervenção de conservação e restauro, mantendo-se integradas nos locais de origem. Os tratamentos foram da responsabilidade de Anabela Carvalho, com o apoio de Maria João Martins, estagiária na área de conservação e restauro, ao abrigo de uma parceria com o Instituto Politécnico de Tomar.

Considerando os resultados obtidos, pode-se afirmar ser este um excelente exemplo de como o acompanhamento das picagens de rebocos se pode revelar essencial para a determinação de fases de construção em edificado. De igual modo se considera fundamental uma redobrada atenção durante os trabalhos de demolição, notando que neste caso foram identificadas, durante a demolição da parede--mestra interior, diversas peças arqueológicas, entre as quais, um bloco de calcário com campo epigráfico. Trata-se de uma inscrição funerária, cuja transcrição corresponde a S (epultur) a de Fr (ancis)co Z (?) RZ (?) e se / us erderos, a que foi atribuída uma cronologia compreendida no intervalo entre os séculos XVI / XVII, pela Epigrafista Catarina Gaspar (FLUL), tendo em conta as suas características morfológicas, estilísticas e as convenções de grafia. O bloco epigrafado foi utilizado/reutilizado (não se pode ter certeza se algum dia terá sido utilizado em contexto sepulcral), como material de construção. O bloco de calcário epigrafado encontrava-se integrado no paramento, na zona da ombreira Oeste da porta, reaproveitado como simples elemento de construção, à semelhança dos demais blocos, estando o campo epigráfico voltado para baixo.

O Edifício 2 atesta várias fases de construção ao nível da composição dos seus paramentos. No que se refere aos elementos de edificado pode-se considerar que o edifício 2 apresenta, ao nível do 1º piso, uma configuração com uma cronologia que se enquadrará em finais da Baixa Idade Média / inícios da Época Moderna. As quatro paredes do edifício travam entre si, concluindo-se que serão

contemporâneas. O alteamento deste edifício, verificado ao nível do 2° e 3° pisos, será de época moderna, enquadrável entre os séculos XVI/XVIII, tendo em conta a cronologia dos materiais associados às estruturas, nomeadamente dos materiais cerâmicos e da epígrafe.

Em síntese, o edifício 2, a Sul, sofreu ao longo dos tempos várias alterações ao nível dos pés direitos e da organização interna do espaço, factos estes que são denunciados pelas sucessivas alterações de portas e janelas, que foram sendo emparedadas, para se abrirem outras. Sofreu também alterações ao nível da constituição das paredes, surgindo, numa fase mais tardia, em finais da época moderna/ inícios da época contemporânea, troços construídos em blocos de adobe e em tijolo-burro, como forma de colmatação de falhas nos paramentos primitivos. Estes preenchimentos poderão ser uma consequência, eventualmente, de desmoronamentos que poderão ter sido provocados por ação sísmica, tendo em conta a configuração grosso modo em X das falhas/fraturas.

Considerando o edifício 1, a Norte, aferiu-se que este foi originalmente construído em dois pisos, como se pode observar pela constituição das paredes, aliada ao vestígio de uma antiga cobertura ao nível do 2º piso. De notar que a altura desta cobertura é demasiado baixa para um atual 2º piso, e demasiado alta para um 1º, pelo que é possível, dado não apresentar características de sobreloja, propor que o nível do piso térreo se encontrava, possivelmente, ainda no século XVIII, a uma cota bastante inferior à atual. Numa fase posterior, foi acrescentado um terceiro piso, com uma constituição de paredes diferente do paramento dos pisos inferiores.

Em conclusão, a Casa dos Pintores corresponde à junção de dois edifícios, junção esta que resulta de um longo e complexo processo decorrido ao longo de, pelo menos, cinco séculos. Primeiro terá existido um edifício de 1 piso, com provável logradouro, tipo casa sobradada, que já existia no século XVI. Posteriormente o edifício foi evoluindo em altura, tendo sido construída uma outra edificação que lhe foi adossada, no espaço de logradouro anterior.

Mais tarde, já em época contemporânea, o conjunto edificado converteu-se numa só unidade, dando origem à morfologia da atual Casa dos Pintores. Esta unificação materializou-se através da abertura e emparedamento de vãos. O nível do piso térreo encontrar-se-ia, até ao século XVIII, a uma cota inferior às atuais para esta zona da cidade, sendo que nos parece que estaria, pelo menos, 1m abaixo das cotas de soleira atuais.

No que concerne às funcionalidades de cada espaço, ao nível do r/chão, o edificado terá tido funções de loja, nomeadamente para venda ou armazenamento de produtos e materiais. O espaço teve funções como mercearia, barbearia e taberna, no século XX, ao nível do piso térreo, e comércio e produção de vestuário, ao nível do piso intermédio, compatibilizado com habitação, neste piso e no piso superior. Os edifícios urbanos serviriam, na realidade, ao nível dos pisos superiores como espaços de habitação (cozinha, dormitório) e ocasionalmente espaços de trabalho (modista/ costureira – séc. XX).



Figura 2 – Fotografia da Casa dos Pintores, datada de 2009, após a conclusão das obras de reabilitação.

## 3. A CASA DOS PINTORES ENQUANTO OFICINA MUNICIPAL DE ARQUEOLOGIA

#### 3.1. Missão, Objetivos e Valências

A Casa dos Pintores tem como principal objetivo, cumprido, albergar a Oficina de Arqueologia, um serviço municipal que tem como missão garantir uma eficiente e sistemática gestão, investigação, salvaguarda, valorização e divulgação, científica e pedagógica, do património arqueológico do concelho de Leiria. Enquanto imóvel do Município, com funções culturais, acolhe atualmente os serviços de Arqueologia e Património e o laboratório de Conservação e Restauro, sendo que, com o desenvolvimento do projeto, se potenciou o cumprimento da sua missão social, cultural e educativa, ao assegurar as condições físicas necessárias para garantir o suporte técnico e documental às equipas multidisciplinares que intervêm em questões relativas ao património cultural e reabilitação urbana e garantir a aproximação deste serviço aos munícipes e público, em geral. A Reserva Arqueológica, integrada e gerida pela Oficina Municipal de Arqueologia, encontra-se instalada nos Pacos Novos do Castelo.

Desde 8 de Setembro de 2009 que este equipamento se encontra aberto ao público, tendo sido visitado desde a sua abertura por 1096 pessoas (dados de Abril de 2014), notando-se que cerca de 45% do público teve uma visita orientada, prestada de acordo com a programação divulgada mensalmente ou solicitada pelos visitantes. Desde a sua abertura que se realizam visitas guiadas ao espaço, sendo revelada a história do edifício e da cidade à medida que se apresentam as diferentes áreas de trabalho da Oficina de Arqueologia. Estabelecem--se ligações entre as valências de cada espaço funcional e os resultados da intervenção de arqueologia e reabilitação do conjunto edificado, através da explicitação dos materiais arqueológicos expostos nas vitrinas, provenientes da intervenção aqui realizada, dos elementos intervencionados e das características arquitetónicas do edifício.

Os materiais expostos nas vitrinas, procuram demonstrar, de modo sucinto, os principais aspe-

tos das vivências quotidianas das pessoas que habitaram o espaço, agora ocupado pela Casa dos Pintores. Assim, expuseram-se materiais utilizados no quotidiano, peças de utilização doméstica, materiais relacionados com as atividades comerciais, com o vestuário, com a morte, entre outros. Para a disposição e a escolha dos materiais teve-se em conta a variedade tipológica e cronológica do espólio, identificado no âmbito dos trabalhos arqueológicos, procurando-se apresentar, em conjugação, uma amostra proveniente das diversas tipologias de trabalho aqui realizados - acompanhamento, arqueologia do edificado e escavação arqueológica. Procura-se ainda referenciar a variedade tipológica da produção de faiança e porcelana, durante o período moderno e contemporâneo, em Leiria, sendo que o conjunto de materiais expostos é constituído por vários fragmentos de taças, frigideira e pratos, que cronologicamente se inserem entre o séc. XVI (porcelana) e o período contemporâneo.

Na Casa dos Pintores procura-se efetivamente potenciar os resultados técnicos/científicos das intervenções arqueológicas realizadas no concelho, assim como servir de centro multidisciplinar de apoio à investigação, destinado nomeadamente aos técnicos e equipas que se debruçam sobre temáticas em torno do Centro Histórico de Leiria e sobre o património arqueológico concelhio. Dá-se ainda oportunidade aos Leirienses de participarem ativamente em algumas atividades quotidianas da arqueologia municipal, potenciando-se a construção de um saber histórico que é património de fruição pública.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Intervir num edifício antigo exige uma conjugação de vários saberes. O trabalho do arquiteto deve basear-se num conhecimento profundo da história desse edifício enquanto entidade e enquanto peça integrante da cidade. A arqueologia urbana e a arqueologia do edificado tornam-se essenciais a esse conhecimento. A escolha da solução formal depende ainda das opções estruturais, que devem respeitar as preexistências.

Este caso de intervenção procurou ser um exemplo de uma forma de agir relativamente ao património arquitetónico, tendo a conjugação das diferentes formas de abordar o património resultado num enriquecimento dos técnicos envolvidos, que desenvolveram uma interligação que perdurou para além deste projeto. Desde a apresentação da proposta de reabilitação até à finalização dos trabalhos arqueológicos, a equipa associada ao projeto foi afinando o discurso gráfico e de análise arqueológica e discutiu conceitos e linguagens: da arqueologia, da arquitetura, da reabilitação urbana, da Arqueologia do Edificado e da fotogrametria. A equipa de arqueologia municipal acompanhou o desenvolvimento do processo desde a sua génese, tendo-se promovido uma investigação histórica e arqueológica aprofundada no quadro deste projeto piloto. O resultado final de reabilitação espelha este processo e deve ser entendido como resultante do diálogo intenso, entre os domínios da Arquitetura, da Arqueologia e da Conservação e Restauro que, sendo, muitas vezes, complexo se revelou, seguramente, frutuoso.

Esse tipo de abordagem interdisciplinar permite ter uma outra perceção sobre os conjuntos edificados, criando instrumentos de registo e análise rigorosos e mais adequados aos objetivos de registo patrimonial e de fundamentação para as intervenções arquitetónicas. Os resultados da intervenção arqueológica permitem conhecer efetivamente melhor a vida quotidiana dos Leirienses ao longo dos últimos séculos. Considera-se ainda que as mais-valias do equipamento cultural potenciam o cumprimento dos objetivos da Oficina Municipal de Arqueologia, nomeadamente ao nível da gestão e divulgação do património arqueológico, possibilitando que se possam atingir e desenvolver de modo sustentável.

#### **BIBLIOGRAFIA**

AAVV. (2001). *Torre de menagem do Castelo de Leiria*. Leiria: Câmara Municipal de Leiria.

APPLETON, João (2003). Reabilitação de edifícios antigos: Patologias e tecnologias de intervenção. Amadora: Edições Orion, la edição

BARBOSA TEIXEIRA, Gabriela de; CUNHA BELÉM, Margarida da (1998). Diálogos de Edificação: Técnicas tradicionais de construção. Porto: Edição Centro Regional de Artes Tradicionais (CRAT), 1ª edição.

CABALLERO ZOREDA, Luís (1995). Arqueoloxia e arquitectura análise arqueolóxica e intervención en edificíos históricos. In *Las actuaciones en el património construido: un dialogo interdisciplinar.* Santiago de Compostela, pp 131-158.

CABALLERO ZOREDA, Luís (2006). Arqueologia da Arquitectura. Conocimiento e intervención. *In* AAVV. Património arquitectónico – registo, interpretação e critérios de intervenção. *Estudos/Património*. 9. IPPAR – Instituto Português de Património Arquitectónico, pp. 33-43.

CAMPANELLA, Christian; MATEUS, João Mascarenhas (Coordenação e adaptação da edição portuguesa) (2003). Obras de conservação e restauro arquitetónico: Condições técnicas especiais. Lisboa: Edição Câmara Municipal de Lisboa, 1ª edição.

CASELLA, Gabriella (2003). *Gramáticas de pedra: Levantamento de tipologias de construção muraria*. Porto: Edição Centro Regional de Artes Tradicionais (CRAT), 1º edição.

CARVALHO, Susana; CARVALHO, Vânia (2007). Relatório de progresso da Carta Arqueológica de Leiria (2004-2007). Leiria: Câmara Municipal de Leiria. [Não publicado].

CARVALHO, Vânia; INÁCIO, Isabel (2011). PNTA – Castelo de Leiria: *Relatório Final das Sondagens Arqueológicas de Avaliação*. Leiria: Câmara Municipal de Leiria e Arqueohoje, Lda.

COELHO, Ana Zulmira; TORGAL, F. Pacheco; JALALI, Said (2009). A cal na construção. Guimarães: Edição TecMinho, 1ª edição.

COELHO, Rui (2005). Leiria num tempo de mudança: Aproximação à transição da Idade do Bronze Final para a Idade do Ferro. In CARVALHO, Susana (Ed.) *Habitantes e Habitats: Pré e Proto-história na Bacia do Lis.* Leiria: Câmara Municipal de Leiria, pp. 118-134.

FREITAS, Vasco Peixoto de; TORRES, Maria Isabel; GUIMARÃES, Ana Sofia (2008). *Humidade ascensional*. Porto: FEUP Edições, 1ª edicão.

GOMES, Saúl (1993). A Organização do Espaço Urbano numa Cidade Estremenha: Leiria Medieval, in *A Cidade. Jornadas Inter e Pluridisciplinares*, Actas, Vol. II, Lisboa, Universidade Aberta, pp. 81-112.

GOMES, Saúl (2004). Introdução à História do Castelo de Leiria. Leiria: Câmara Municipal de Leiria.

GOMES, Saúl (2009). *Notícias e memórias paroquiais setecentistas – 8. Leiria*. Coimbra: CHSC/ Palimage.

HARRIS, Edward. (1991). *Princípios de estratigrafia arqueológica*. Barcelona. Editorial Crítica.

LOPES, Gonçalo (2001). Cerâmicas Medievais da Torre de Menagem do Castelo de Leiria. In AAVV - Torre de menagem do Castelo de Leiria. Leiria: Câmara Municipal de Leiria, pp. 31-37.

MARGARIDO, Ana (1988). *Leiria História e Morfologia Urbana*. Leiria: Câmara Municipal de Leiria.

NEVES, Maria João; BASÍLIO, Lília; COUTO, Rui (2009). *Trabalhos Arqueológicos para a implantação de infraestruturas enterradas no edifício do MIMO/RAL4*. Relatório Preliminar. Coimbra: Dryas Arqueologia. [Não publicado].

PAIVA, José Vasconcelos; AGUIAR, José; PINHO, Ana (Coord.) (2006). *Guia técnico de reabilitação habitacional*. Lisboa: Instituto Nacional de Habitação (INH), 1ª edição, Vol. 1 e 2.

RAMALHO, Maria. (2002). Arqueologia da arquitectura. O método arqueológico aplicado ao estudo e intervenção em património arquitectónico. In AAVV. Ciências e técnicas aplicadas ao património. *Estudos/Património*. 3. IPPAR – Instituto Português de Património Arquitectónico, pp. 19-29.

TABALES RODRÍGUEZ, Miguel Ángel (2002). Sistema de análisis arqueológico de edifícios históricos. Sevilla: Universidad de Sevilla - Secretariado de Publicaciones. Instituto Universitário de Ciências de la Construcción.

VALE, Nuno. (2005). *Centro histórico de Leiria*. IPA – DGEMN. www.monumentos.pt.

# MUSEALIZAÇÃO DA ARTE RUPESTRE DO VALE DO TEJO E GESTÃO INTEGRADA DO TERRITÓRIO: O PROJECTO DO MUSEU DE MAÇÃO

Luiz Oosterbeek<sup>1</sup>

#### Resumo

O programa de reorganização do Museu de Mação foi centrado na arte rupestre do vale do Tejo e na sua relação com as origens da agricultura e pastorícia no ocidente peninsular. Este programa comporta diversas dimensões (estudo e conservação dos sítios, organização do parque arqueológico do Ocreza, cursos de pós-graduação em colaboração com o ensino superior, arqueologia experimental, quinta neolítica, soluções museográficas inovadoras, rede internacional, interfaces com as artes e a arquitectura, turismo cultural) num quadro de gestão global e integrada do território (integração cultural das dimensões económica, social e ambiental). Esta estratégia insere-se num novo paradigma de desenvolvimento sustentável e reequaciona a função social da arqueologia na sociedade do século XXI.

**Palavras-chave**: Museologia, Conhecimento, Arte Rupestre, Território, Mação.

#### **Abstract**

The programme of re-organization of the Museum of Mação was focused on the Tagus valley rock art and its relation to the dawn of agriculture and herding in western Iberia. This programme includes several dimensions (sites' study and conservation, organization of the archaeological park of Ocreza, research degrees in collaboration within higher education, experimental archaeology, neolithic farm, innovative muuseographic solutions, international network, interfaces with art and architecture, cultural tourism) within a framework of global and integrated landscape management (cultural integration of the economic, social and environmental dimensions). This strategy is part of a new paradigm of sustainable devellopment and rethinks the social role of archaeology for the 21st century society.

**Keywords**: Museology, Knowledge, Rock Art, Territory, Mação.

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> Instituto Politécnico de Tomar / Instituto Terra e Memória / Centro de Geociências da Universidade de Coimbra / Director do Museu de Arte Pré-Histórica de Mação / loost@ipt.pt

#### 1. ESTRATÉGIA MUSEOLÓGICA

O projecto de renovação do Museu do Dr. João Calado Rodrigues, em Mação, iniciado em 2001, foi despoletado pela re-descoberta, no ano anterior, de gravuras rupestres no vale do Ocreza, durante os trabalhos de acompanhamento arqueológico da construção da actual estrada A23 (então designada IP6).

A questão que se colocava nessa data era a de que sentido dar ao Museu, dotado de um pequeno mas importante acervo e inserido num município com baixa densidade demográfica, com crescente envelhecimento populacional e escassos meios públicos de transporte.

O projecto foi orientado desde o início a partir de oito considerações estratégicas e teóricas, que em seguida se mencionam.

Em primeiro lugar, um museu não pode ser um mero depósito de peças, e a função de conservação, ou sequer a de pesquisa, não esgotam o essencial das suas funções. Nesse sentido, a socialização do conhecimento (e não a mera "animação cultural"), que só se pode fazer integrando as pessoas no processo de pesquisa, deve estar no centro das preocupações de um museu.

Em segundo lugar, não existe socialização de conhecimento divorciada da sua produção, mas ambas são operações distintas. Parte do processo de socialização do conhecimento passa por explicar essa mesma distinção, sublinhando o rigor metodológico e persistência que estão associados à pesquisa, valorizando-a. Dessa forma, desde cedo o projecto sendo estruturado com duas grandes vertentes: a investigação e as demais componentes da museologia.

Na verdade, o museu é um "espaço outro", uma outra dimensão, que transforma o sentido do quotidiano para quem o visita (se a visita for de facto útil) e que por esse processo transforma o próprio visitante. Esse processo de dupla transformação, e de "deslocação", é tanto mais profundo quanto a experiência racional (que começa na escolha do visitante, que decide fazer a visita) se combinar com uma experiência sensorial e emocional.

Mas, e esta é a quarta consideração teórica, só existe transformação a partir de uma base, de um invariante. Nesse sentido, o museu teria de identificar um "máximo denominador comum" dos seus utilizadores e dos acervos do museu, uma dimensão que lhes conferisse uma sensação de "conforto e reconhecimento", para sobre essa base potenciar a inquietação e a dúvida (geradoras de novo conhecimento). Foi a partir dessa preocupação que, uma vez identificados os núcleos significantes do acervo do Museu (do Paleolítico ao sub-actual), se definiu como eixo temático as origens da agricultura (não apenas pela relevância das coleções neste domínio – nelas se inserindo o complexo de arte rupestre da bacia do Tejo - como pelo facto de o "mundo rural" ser ainda um referencial identitário muito forte, obviamente na região mas em geral também).

Em quinto lugar, o museu deve ser uma αγορα (ágora), um espaço de frequentação, reflexão e prospectiva, de construção de cidadania, e não apenas de contemplação e consumo. A implantação do museu em Mação, com uma grande praça, favorecia essa abordagem. Por isso o museu se estruturou em primeiro lugar para os habitantes locais, como o seu museu, ou a sua  $\alpha y o \rho \alpha$ . Em 2002, foi aberto um amplo processo de debate sobre o futuro do Museu, em que participaram 10% dos habitantes do concelho (mais de 50% da população da vila), o que assegurou uma primeira relação forte com a população local. Esta relação pretendeu-se profunda mas clara, identificando diferenças de opinião quando necessário e construindo uma relação de mútua confiança (que seria reforçada a partir de 2003, pela vivência conjunta dos grandes incêndios que nesse ano penetraram na vila e afectaram áreas de actuação da equipa do museu, no que constituiu uma espécie de acto traumático fundacional da nova etapa do museu).

Em sexto lugar, o museu opera deslocações no espaço (local/global) e no tempo (instante/fluxo). Essa função foi exercitada desde o início do projecto pelas escalas de debate e pela museografia. Ao mesmo tempo que se encetava a discussão com a população, foi criada uma comissão científica inter-

nacional, integrada por uma dezena de especialistas de diversos países, que aprofundou e validou o projecto museológico. Paralelamente, foram estabelecidos protocolos de colaboração com universidades e centros de investigação e património em Portugal (como a Rede Portuguesa de Museus ou a rede da Fundação para a Ciência e Tecnologia) e em diversos outros países. No plano temporal, a primeira exposição "nova", realizada antes das obras de requalificação do Museu, reuniu moldes de paleosolos do Pleistocénico de Portugal (Santa Cita) e Itália (Isernia la Pineta, Grotta Fumane e Riparo Tagliente), que permitiam ao visitante a experiência multi-sensorial (visão, toque) e a compreensão de que os instantes aparentes são muitas vezes palimpsestos de fluxos. Esta didática tornou-se possível por uma estratégia assumida desde o início do processo, no que respeita à orientação das visitas: todas são guiadas por colaboradores do museu (não por guias mas por técnicos e pesquisadores), propiciando uma relação cognitiva aprofundada.

Mas (sétima consideração), o museu deveria ser mais do que um espaço de debate, contribuindo para a inserção de Mação e da região na dinâmica da globalização. Fazer de Mação um centro cosmopolita foi, a partir de 2004, um objectivo estratégico, que se concretizou com a colaboração do Instituto Politécnico de Tomar e, depois, da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro e diversas outras universidades europeias. O quotidiano de Mação mudou com a realização de aulas de diversos programas de Mestrado e de Doutoramento, aí localizadas pela estruturação de laboratórios e de uma biblioteca especializada em arqueologia, arte rupestre e gestão territorial (que conta hoje com mais de 50.000 referências). A vila ganhou novos habitantes (hoje cerca de 5% da população da vila), provenientes de mais de 20 países dos cinco continentes, com elevadas habilitações e uma diversidade cultural que de 2005 a 2008 passou do "estranhar" ao "entranhar". Hoje Mação vaise afirmando como nó relevante em diversos sectores (e não apenas na arqueologia ou museologia), no plano internacional.



Figura 1 – Edifício 1 do Museu.



Figura 2 – Edifício 2 do Museu. Instituto Terra e Memória.

Finalmente, a plena inserção do Museu e de Mação na dinâmica da globalização significa, por sua vez, uma abordagem global do Museu ao seu território. Isso implicou por um lado a definição de uma designação para o Museu mais monográfica (assegurando diferenciação no quadro global, ancorada na realidade patrimonial e de investigação) e a identificação de pilares estratégicos "totalizantes", capazes de acompanhar o conjunto da dinâmica social. No plano designativo, foi renomeado como Museu de Arte Pré-Histórica e do Sagrado do Vale do Tejo, assumindo o interesse das suas coleções para o estudo da relação em diversas sociedades do passado (incluindo no século XX) com as temáticas do simbólico e do sagrado (em termos mediáticos, o Museu é divulgado essencialmente como MAP – Museu de Arte Pré-Histórica de Mação, já que é sobre a arte

rupestre holocénica e os seus contextos de povoamento que se realiza grande parte da pesquisa e das exposições). Esta renomeação não implicou o abandono da designação anterior (continua a ser o Museu Municipal de Mação do Dr. João Calado Rodrigues), mas uma alteração no plano comunicacional. Paralelamente, foram definidos três pilares estratégicos: qualidade (ainda que com recursos financeiros muito escassos, optar sempre por realizar os projectos e actividades do museu com uma grande preocupação de qualidade, auditada externamente de forma independente, o que contribui para difundir socialmente uma cultura de qualidade total), qualificação (acolhendo aulas de cursos de mestrado e doutoramento do IPT, da UTAD e de outras universidades, mas organizando também acções de formação a todos os outros níveis, numa lógica de profissionalização e ensino ao longo da vida, em que a didáctica da materialidade e da contingência é um fio condutor – que se prolonga nos Espaços de Memória criados pelo Museu) e território (sublinhando a base territorial do comportamento humano e inserindo a gestão patrimonial na gestão territorial, que por sua vez tem uma escala que hoje é mundial). É nesta lógica que em 2010 viria a ser decidida a criação do Instituto Terra e memória, centro de investigação internacional que tem como associadas entidades de Portugal, Espanha, Brasil e China, e que desenvolve projectos de arqueologia e de gestão territorial e do património numa dezena de países.

#### 2. O PROGRAMA MUSEOLÓGICO

O programa do Museu comporta diversas dimensões (estudo e conservação dos sítios, organização do parque arqueológico do Ocreza, cursos de pósgraduação em colaboração com o ensino superior, arqueologia experimental, quinta neolítica, espaços de memória, soluções museográficas inovadoras, rede internacional, interfaces com as artes e a arquitectura, turismo cultural) num quadro de gestão global e integrada do território (integração cultural das dimensões económica, social e ambiental).



Figura 3 – Exposição permanente. Neolitização e arte rupestre.

O complexo de arte rupestre da bacia do Tejo é, sem dúvida, um dos conjuntos patrimoniais de maior relevância no território português, ainda que hoje esteja em grande medida submerso. Do ponto de vista museológico, o interesse da arte rupestre radica não apenas na sua dimensão patrimonial e histórica, mas no facto de permitir operar uma transformação de significado que parte do passado (as perspectivas com que se discutem e interpretam os conjuntos rupestres), atravessa as grandes linhas de clivagem teórico-epistemológica (forma/função, estética/comunicação, materialidade/simbologia) e se prolonga no futuro (resignificação do acervo no seu quadro paisagístico e prospectiva).

O Museu de Arte Pré-Histórica de Mação, por isso, é um Museu em que se vê menos arte (presente através de magníficas fotografias de Mariano Piçarra e de moldes de Pedro Serra), do que "outras coisas". Por um lado porque se pretende que o utilizador do museu entenda que a arte rupestre foi feita para significar a paisagem, só podendo ser plenamente abordada nesse contexto. Por outro lado para sublinhar que a arte é apenas uma parte de um complexo sistema de significações e materialidades, cujo sentido deve ser debatido no quadro da compreensão das dinâmicas de povoamento.

O utilizador do museu que visite o edifício principal (de exposições), confronta-se com um título dominante "Um risco na paisagem – Uma paisagem em risco" e três exposições que são declinações cognitivas e sensoriais de uma mesma noção: na sequência de grandes alterações climático-ambientais, alguns grupos humanos optaram por abandonar modelos económicos de caça-recolecção em prol de uma economia crescentemente baseada na domesticação (de plantas, animais e pessoas); esse processo foi longo e ocorreu de forma independente em diversos locais do planeta; no ocidente peninsular, o Alto Ribatejo evidencia duas estratégias distintas mas convergentes que se inscrevem nesse processo. Neste sentido, os vesrtígios arqueológicos (e entre eles em especial a arte) são na sua aparência um mero risco na paisagem, que só se vislumbra com esforço, mas na verdade são testemunhos de paisagens em risco de desestruturação, e das dinâmicas humanas nesses contextos. No passado como na actualidade. Por isso, quando o visitante chega a meio do percurso, encontra a frase Entre o que nunca foi e o que jamais será.

A primeira exposição é digital, e consiste na manipulação de pacotes de imagens que foram seleccionadas para transmitir certas noções, por associação/transformação de ideias (o programa digital interactivo PACAD, desenvolvido em parceria pela empresa Benefits & Profits com o Centro Europeu de Investigação da Pré-História do Alto Ribatejo), que se estruturam em três grupos de dois pares nocionais: um grupo que sublinha o corte introduzido pela economia de produção (pares *Caçadores/Recolectores* e *Agricultura/Metalurgia*), um grupo que opera sobre as relações entre materialidade



Figura 4 – Pinturas do Pego da Rainha, Zimbreira, Mação.

e significação (pares Arqueologia/Paisagem e Arte Rupestre/Arte Contemporânea) e um grupo que destaca a importância da acção humana na construção do passado e do futuro (pares História/Identidades e Tecnologia/Inovação). A exposição PACAD inclui imagens dos projectos de pesquisa que os colaboradores do Museu e do Instituto Terra e Memória desenvolvem em diversos países, e permite um acesso a essas imagens seja pelos pares dicotómicos/complementares referidos, seja pelo acesso através de um mapa a outras "salas PACAD", em Portugal e no Brasil, que se encontram ligadas em rede ao museu. As noções fundamentais do museu são construídas visualmente, sem legendas ou explicações orais (embora sem exclusão do debate), operando um primeiro destacamento: a noção é forjada numa falsa proximidade que é propiciada pela hipervalorização do sentido quase sempre dominante na construção de conhecimento teórico (a visão). Desta forma, pela associação de imagens ao gesto de selecção das mesmas, o utilizador vai apreendendo os grupos nocionais e seus conceitos, integrando-se no que é o fio condutor da experiência do museu.

A segunda exposição, no mesmo piso, é táctil. Ela agrupa sequencialmente réplicas de artefactos que ilustram o quotidiano dos vivos, os principais motivos de arte rupestre e os acervos funerários, das primeiras sociedades agro-pastoris na região. lmersos na escuridão, os utilizadores do museu são convidados a visitar o processo de neolitização sem recurso à visão e sem uma explicação prévia: devem reconstituir significados (dos objectos) a partir do tacto e do seu quadro prévio de informações culturais. Assim se opera um segundo destacamento: a escuridão da sala é uma alegoria que sublinha a intangibilidade do passado, ao mesmo tempo que a hipervalorização do tacto demonstra a possibilidade, apesar de tudo, em o racionalizar e reconstruir conceptualmente. Preparada para invisuais e portadores de deficiência motriz, a exposição oferece ainda uma experiência de "cegueira temporária" aos normo-visuais.

A terceira exposição retoma a estrutura em três espaços da exposição táctil (espaço doméstico,

espaço funerário e espaço da arte rupestre), num ciclo temporal longo (cerca de três mil anos, ao longo dos quais o território é progressivamente domesticado), mas com uma exposição "tradicional" (artefactos em vitrinas). As tabelas que identificam os artefactos são sumárias (visando a memorização de nomes de objectos, através da sua repetição: machado, placa de xisto, lâmina, etc.) e os textos são curtos e metafóricos (sendo que as versões em inglês são traduções conceptuais e não literais). O objectivo é, de novo, o convite à interrogação e ao debate, e parte desse objectivo é atingido pela exposição dos objectos (especialmente os líticos) sem desenhos ou textos que ilustrem as suas funções específicas. Sendo esta exposição mais antiga do que a táctil (que hoje é visitada antes), verificou-se que os visitantes deixaram de perguntar como eram manipulados os artefactos depois da experiência táctil (que lhes permitiu entender esse processo de forma directa). Um aspecto importante desta sala de exposição é a abertura para a sala de leitura da Biblioteca, opção que se destina a sublinhar que o discurso interpretativo da exposição, por muito flexível que pareça, se baseia na investigação, de que as publicações são o corolário (os visitantes podem utilizar a biblioteca para aprofundar conhecimentos).

O museu prolonga-se no edifício do centro de investigação (Instituto Terra e Memória) ode também funcionam os serviços de socialização do conhecimento. Os projectos de estudo e conservação dos sítios arqueológicos (incluindo os que estão hoje abertos ao público, como o Parque Arqueológico do Ocreza, a Anta da Foz do Rio Frio, a Anta da Lajinha, o Castro de S. Miguel da Amêndoa, mas também os sítios em curso de pesquisa, como a Lagoa do Bando ou o Castelo Velho da Zimbreira) são coordenados a partir de uma conjunto de laboratórios especializados (tecnologia e tipologia lítica, arte rupestre, cerâmica, zoo-arqueologia que se complementam com os recursos laboratoriais do IPT e do CIAAR), e que se cruzam em duas grandes linhas de investigação: Culturas e Territórios e Ambientes e Comportamento Humano. Os utilizadores do Museu são convidados a visitar os laboratórios, e podem, no quadro dos programas de formação, incorporar as equipas de pesquisa. Tem especial relevância o projecto integrado de arqueologia experimental, que reúne as diferentes especialidades (líticos, orgânicos, cerâmica, metais) e que está no cerne das actividades formativas dos serviços de socialização do conhecimento (favorecendo o ensino das artes e das ciências a partir da tecnologia). É neste campo que está em estruturação uma *Quinta Neolítica* que será aberta ao público em 2014.



Figura 5 – Exposição "Ser Mação", sobre o mundo rural.



Figura 6 – Desenho dos moldes de arte rupestre do Tejo.

No Museu funcionam, como referido, aulas de cursos de doutoramento e mestrado em arqueologia pré-histórica, arte rupestre, estudos de quaternário, fotografia aplicada e outros. A presença de dezenas de mestrandos e doutorandos, e de alguns

pós-doutorandos, constitui a coluna vertebral do Museu/ITM como continuum entre a pesquisa e a socialização do conhecimento. Os seminários anuais de arte rupestre (iniciados em Tomar em 1988 e que se realizam em Mação desde 2005), os cursos intensivos de pós-graduação em Gestão do Património Cultural (prémio Ouro da Comissão Europeia) ou em gestão integrada do território, ou os ciclos de conferências (como o ciclo "Entre Hefesto e Prometeu", que decorreu em 2012/2013) complementam esta dimensão, que se consolida em dezenas de publicações internacionais anuais e algumas séries de publicações próprias: série monográficas ARKEOS e AREA DOMENIU (editadas pelo CEIPHAR), Cadernos de Quaternário e Pré-História (editados pelo Museu e pelo Município de Mação) e TECHNE (editada, na sua 2ª série, pelo ITM).

Esse continuum é reforçado pelas interfaces com as artes e a arquitectura, tendo o Museu coordenado diversos projectos europeus e euro-brasileiros neste campo, de que é exemplo o actual projecto GESTART, que parte da consideração de que os significados das coisas, apesar de imateriais, dependem dos objectos e, mais ainda, da criação de novos objectos, da criatividade, da estética e dos gestos. Através de 5 cenários europeus (polarizados Médio Tejo Mação, Vila Nova da Barquinha e Abrantes), cerca de 30 artistas e arqueólogos, e 100.000 cidadãos, serão parte activa de um projecto que está centrado nos gestos: não apenas dos artistas, mas de todos, porque é na diversidade de gestos de todos que os gestos artísticos ganham sentido.

As artes visuais, as artes plásticas e o património cultural são as referências básicas de diversas actividades com a participação de artistas, arqueólogos e cidadãos, em domínios como a cerâmica, o design, a literatura, a fotografia ou a tecnologia da pedra. Até Novembro de 2014 o projecto reunirá os saberes de criadores (artistas e artesãos) e de especialistas (arqueólogos e historiadores de arte) para a consolidação das paisagens culturais em que vivem os cidadãos dos municípios envolvidos.

Este quadro de actividades alarga-se a todo o território, a partir dos *espaços de memória*, locais

onde as populações reúnem objectos portadores de memórias do seu passado, e onde tais memórias são socializadas. Ocasionalmente, tais espaços podem assumir a forma de pólos do museu (como o pólo etnográfico em estruturação na freguesia da Ortiga), mas o que os caracteriza em primeiro lugar é uma gestão colectiva, assumida pela população, e a opção de valorizar as materialidades (objectos) como focos de memórias e da cultura imaterial. Esta rede de espaços, que se alargou a partir de 2011 ao Brasil, é uma forte componente de coesão territorial, estabelecendo articulação entre os domínios da formação, da cultura e da economia, na perspectiva de uma gestão global e integrada do território.



Figura 7 – Andakatu. Didática da ciência, tecnologia e artes, com a arqueologia.

#### 3. UM NOVO PARADIGMA

Aprender história de nada serve para prever o futuro, mas é indispensável para perceber cada momento presente, que foi por ela gerado. Portugal é um território pequeno, com escassos recursos minerais, solos em geral pobres (embora com excepções, boa parte das quais em áreas que são hoje urbanas) e um relevo muito irregular que dificulta a mobilidade.

A construção do Património Cultural é um produto a dois tempos: obra da academia e do rigor de tipo científico, ela é, também, consagração de dinâmicas sociais. É por isso que Património Cultural remete para apropriação mais do que para conhecimento, e é também esta a razão pela qual o ensino



Figura 8 - Pinturais murais em Mação. Projecto Museu de museus.

académico do Património Cultural na ignorância da economia é estultícia

Percorrem o património dois eixos. Um é o dos direitos sociais a apropriações distintas e até contraditórias, que radica nas dinâmicas sócio-culturais. O outro é o lugar das narrativas na vertente das ciências "duras" e naturais. Um exemplo das tensões que daqui emergem é a confusão entre os factores de crescimento económico/financeiro (PIB e cultura de consumo) e os factores de crescimento de património (posse e conhecimento tangível, "aplicado" na concepção positivista).

Na verdade, só uma estratégia global, integrada, permite uma eficaz intervenção na esfera do património. É por isso que quando os governos legislam em prol de uma protecção conservativa do património isso é largamente ignorado pela sociedade. Sempre com a consciência de que o Património Cultural tem uma dupla raiz, o caminho, mais do que judicial, terá de ser o de reforçar o peso institucional das associações informais de grupos de cidadãos, e o de inscrever a gestão patrimonial em estratégias globais de gestão territorial e sua governança.

Num ciclo de crise sistémica global, todas as atenções se tendem a concentrar em apenas um dos seus vectores: ora o financeiro, ora o social, ora o ambiental, algumas vezes o económico, raras vezes o cultural... E todas essas atenções se vão deslocando de um para outro à medida em que se desiludem e constatam que não há soluções sectoriais.

A Gestão Integrada do Território supera estéreis debates sobre as opções entre crescimento e

desenvolvimento e constrói um quadro de discussão em que a didáctica dos dilemas é o elemento nuclear, para a elevação das competências críticas dos indivíduos, para que estes possam decidir sobre nosso futuro colectivo. Neste processo, mais do que ambiente ou cultura é a palavra território que se tornará nuclear, e num futuro que se apresenta incerto e inseguro, a concorrência entre territórios e a sua possível certificação serão certamente realidades.

O lugar do património estará aí, e se não cuidarmos dele nesta hora de aperto descobriremos que perdemos um activo territorial fundamental, quando o crescimento económico for retomado. Quem se preparar para essa hora, por seu lado, terá todas as condições para oferecer um contributo útil à reorganização global do País e do espaço económico, social e cultural em que se integra.

Neste sentido, é fundamental que a Cultura saia do gueto em que foi colocada há décadas. Isso implica manter a atenção sobre os focos tradicionais (as artes e o património), mas voltando a ligá-la à economia e à dinâmica social.

A sociedade precisa de reencontrar um equilíbrio entre as suas necessidades e os recursos de que dispõe e é capaz de gerar. Não será capaz de o fazer por mera importação de modelos, porque a economia é hoje global e é pela diferenciação, pela especialidade, que cada região ou país se pode afirmar. E essa diferenciação é cultural.

A cultura é a forma específica de satisfazer as necessidades de cada povo. A economia, a sociedade, o ambiente e as culturas cruzam-se, fundem-se, no território. As palavras-chave para o crescimento sustentável são território e cultura. A cultura isolada é uma curiosidade não sustentável. O território isolado é uma massa informe e sem diferenciação.

E o Museu de Arte Pré-Histórica e do Sagrado do Vale do Tejo inscreve-se nesse paradigma, tal como sublinhado na cimeira Rio+20, em Junho de 2012.

#### **AGRADECIMENTOS**

O autor agradece a toda a equipa de funcionários e colaboradores do Museu e do Instituto Terra e Memória, e em especial aos colegas Mariano Piçarra (com quem foi projectado o percurso expositivo e o essencial da estratégia museográfica), Anabela Pereira, Davide Delfino, Fernanda Torquato, Fernando Coimbra, George Nash, Hipólito Collado, Hugo Gomes, Isabel Afonso, Isabel Loio, Jedson Cerezer, Margarida Morais, Margarida Pacheco, Nelson Almeida, Pedro Cura, Pedro Serra, Rui Machado, Sara Cura, Sara Garcês e Síria Borges. Agradecimentos são igualmente devidos à colaboração empenhada dos colegas do Centro de Pré-História do IPT e do Instituto Politécnico de Tomar, bem como do Centro de Interpretação de Arqueologia do Alto Ribatejo e da empresa Benefits & Profits, em especial Ana Cruz, Pierluigi Rosina, José Gomes<sup>†</sup>, Ana Graça, Cidália Delgado, Cristiana Ferreira, Ivo Oosterbeek, Luís Mota Figueira, Rita Anastácio, Silvério Figueiredo, Stefano Grimaldi e Vítor Teixeira. Os apoios das Presidências da Câmara Municipal de Mação e do Instituto Politécnico de Tomar, bem como da Comissão Europeia, têm sido fundamentais. É igualmente muito importante a cooperação com os municípios de Abrantes e de Vila Nova da Barquinha. No processo de internacionalização o Gabinete de Relações Internacionais do IPT (Conceição Catroga, Catarina Freire, Cláudia Fidalgo, Laurent Caron, Rosa Nico) tem um lugar de relevo no projecto do Museu.

### **BIBLIOGRAFIA** (PARA SABER MAIS SOBRE O PROGRAMA DO MUSEU)

Almeida, N.J.; Cerezer, J.F.; Cura, P.; Cura, S.; Oosterbeek, J.; Raposo, L.; Oosterbeek, L. (2012). Mudança global, símbolos e tecnologia nas origens do agro-pastoralismo no Alto Ribatejo: um prelúdio à exposição. IN: Oosterbeek, L., Cerezer, J. F., Bitencourt, [., Zocche, ]. (2012). Arqueologia Iberoamericana e Arte Rupestre. Tomar, CEIPHAR, série ARKEOS, vol. 32, pp. 47-56.

Carbone, Fabio; Oosterbeek, L., Costa, C. (2012). The educational and awareness purposes of the Paideia approach for heritage management. IN: Nat. Hazards Earth Syst. Sci., 12, pp. 1983-1986, doi:10.5194/nhess-12-1983-2012.

Cura, Sara, Oosterbeek, L., Cura, Pedro (2011). A educação patrimonial no Museu de Arte Pré-Histórica de Mação. IN: Actas do Encontro Arqueologia e Autarquias, Cascais, pp.611-619.

Oosterbeek, L. - editor (2006), Europreart II. Prehistoric Art Research and Management in Europe, Ravello, Edipuglia, Centro Universitario Europeo per I Beni Culturali.

Oosterbeek, L. (2004), Brittle Memories: the most unknown but unexpected and forgotten Heritage, IN: La Gestione del Patrimonio Culturale: il patrimonio inconsueto – Proceedings of the 8th International Meeting, Roma, DRI-Ente Inerregionale, pp.20-23.

Oosterbeek, L. (2007), Arqueologia, Património e Gestão do Território – polémicas, Erechim (Brasil), Ed. Habilis, 199p.

Oosterbeek, L. (2007), Ordenamento cultural de um território. IN: José Portugal, S. Marques (eds.), Gestão cultural do território. Porto: Setepés, 2007.

Oosterbeek, L. (2008), Problems and perspectives of Rock Art in Portugal: a view from the Tagus valley, IN: SEGLIE, Dario (Editor), Rock Art World Main Problems. Man In India: A Quarterly International Journal of Anthropology – Special Issue on Rock Art World Main Problems; Vol. 88 (2-3) April-September: 331-351.

Oosterbeek, L. (2009) El Arte del Tejo (Portugal) en el marco de los estudios de arte rupestre en Portugal; In: Sanabria Marcos, P.J. (ed.). El mensaje de Maltravieso cincuenta años después, 1956-2006, Caceres, Memorias del Museo de Caceres, vol. 8, Consejería de Cultura y Turismo de la Junta de Extremadura, pp. 177-188.

Oosterbeek, L. (2009), A arqueologia de um ponto de vista social: recursos, identidades e riscos num contexto de mudança. In: S. Figueiredo (ed.), Actas das Jornadas de Arqueologia do Vale do Tejo, em território português, Lisboa, Centro Português de Pré-História e Geo-História, pp.49-63.

Oosterbeek, L. (2010). "Meio ambiente, património e consciência – uma perspectiva arqueológica. IN: M. Passos (ed.), Diálogos

cruzados: religião, história e construção social, Belo Horizonte, Ed. Argvmentvm, pp. 61-82.

Oosterbeek, L. (2010). Dominant versus undermined values? A perspective from the most western seaboard of Europe. IN: Quagliuolo, M. (ed), Measuring the value of material cultural heritage, Roma, DRI - Fondazione Enotria ONLUS, pp. 46-53.

Oosterbeek, L. (2011). Is There a Role for the Humanities in Face of the Global Warming and Social Crisis? IN: Journal of Iberian Archaeology, vol. 14, pp. 97-103.

Oosterbeek, L. (2012). Recursos, Tecnologia, tradições e gestão integrada do território. IN: Quinta-Ferreira, M., Barata M.T., et al., Para Desenvolver a Terra, Memórias e Notícias de Geociências no espaço lusófono, Imprensa da Universidade de Coimbra, cap. 1.

Oosterbeek, L. (2012). Safe harbor: performing cultural dialogues across the Atlantic. The launching of stable co-operation between Europe and Brazil for archaeological and historical research, cultural heritage management and inter-cultural co-operation. IN: Peretto, C. (ed.), Conservation, tourism and risk management. Atti dell workshop Isernia 14-15 ottobre 2010, Ferrara, Universitá, pp. I-IV.

Oosterbeek, L. (ed.2011). Direito ao património para uma gestão integrada do território. Tomar, CEIPHAR, série Area Domeniu vol. 4.

Oosterbeek, L., B. Santander, M. Quagliuolo (2010), *Quality Heritage Management*, Tomar, ARKEOS, vol. 26, 190 p.

Oosterbeek, L., Cura, S., Bastos, R. L. (2011) *Pensar Local... Agir Global O Museu de Arte Pré-Histórica de Mação: memória, intuição e expectiva*. IN: Actas do Encontro Arqueologia e Autarquias, Cascais, p.487-499.

Oosterbeek, L., I. Scheunemann, P. Rosina et al. (2010). Gestão Integrada de Grandes Espaços Urbanos. Uma reflexão transatlântica. IN: *Revista Internacional em Língua Portuguesa*, II. Série, vol. 23, pp. 163-176.

Oosterbeek, L., Margarida Morais, André Lopes (2008), Espaços de Memória e Cultura em Mação. Breve exposição. IN: *Zahara*, nº 11, Abrantes, Centro de Estudos de História Local – Palha de Abrantes, pp. 60-64.

Oosterbeek, L., Morais, M., Figueira, M.C. (2010), "Espaços de Memória e Cultura em Mação – Portugal e Pelotas – Brasil, IN: ARKEOS, vol. 28, pp.189-94.

Oosterbeek, L., Sara Cura (2005), O Património Arqueológico do Concelho de Mação, IN: *Zahara*, nº 6, pp. 17-32.

Oosterbeek, Luiz (2012). Tecnologia, Memória e Gestão Integrada do Território: uma nova função social da arqueologia. IN: Oosterbeek, L., Cerezer, J. F., Bitencourt, J., Zocche, J. (2012). Arqueologia Iberoamericana e Arte Rupestre. Tomar, CEIPHAR, série ARKEOS, vol. 32, pp. 29-34.

Oosterbeek, Luiz; Collado Giraldo, Hipolito; Garcez, Sara; (2012). Arqueologia Rupestre da Bacia do Tejo: RUPTEJO. IN: Oosterbeek, L., Cerezer, J. F., Bitencourt, J., Zocche, J. (2012). Arqueologia Iberoamericana e Arte Rupestre. Tomar, CEIPHAR, série ARKEOS, vol. 32, pp. 133-173.

Scheunemann, I.; Oosterbeek, L. (Eds). 2012. A new paradigm of sustainability: theory and praxis of integrated landscape management. Rio de Janeiro, IBIO, 211 pág.

# O MUSEU DO TEATRO ROMANO (LISBOA): UM TEATRO, UM MUSEU E UM PROJECTO DE INVESTIGAÇÃO

Lídia Fernandes<sup>1</sup>

#### Resumo

Inaugurado em 2001, o Museu do Teatro Romano encontra-se actualmente encerrado para obras de remodelação e valorização. Apresentam-se alguns dos resultados obtidos ao longo de várias campanhas de escavação arqueológica que decorreram no museu e na área envolvente ao monumento romano. O novo discurso expositivo procurará transmitir os novos dados arqueológicos e as novas informações fornecidas pela investigação documental que, paralelamente, tem sido realizada, dados que, no seu conjunto, suscitam uma distinta concepção de museu.

O Museu do Teatro Romano procura actualmente, constituir-se como um museu de sítio, um museu da cidade e para a cidade.

**Palavras-chave**: Lisboa, Teatro romano, Monumento, Investigação, Museologia, Cidade, Arquitectura, Urbanismo.

#### **Abstract**

Opened in 2001, the Roman Theater Museum is currently closed for renovation and enhancement works. These are some of the results achieved over several campaigns of archaeological excavation that took place at the museum and in the surrounding area. The new exhibition discourse will seek to convey not only new archaeological data but also new information gathered through document research that led to a different conception of the museum.

The Roman Theater Museum seeks to establish itself as a site museum, a museum of the city and for the city. **Keywords**: Lisbon, Roman theater, Monument, Research, Museology, City, Architecture, Urbanism.

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> Arqueóloga. Mestre em História de Arte. Coordenadora Museu do Teatro Romano (Museu da Cidade – Câmara Municipal de Lisboa).

### 1. INTRODUÇÃO

Quando, em 2001, o Museu do Teatro Romano foi inaugurado, pouco se sabia do monumento cénico ao qual se dedicava um espaço museológico.

Conhecia-se parte do edifício romano, correspondente à área que havia sido colocada a descoberta entre 1964 e 1967, existiam os registos de Irisalva Moita que, a partir de 1965, havia assumido a intervenção arqueológica depois da breve sondagem realizada por D. Fernando de Almeida em 1964 e encontrava-se, também à vista, a parte do teatro colocada a descoberto entre 1990 e 1994, trabalhos realizados por equipa camarária e coincidente com a zona nordeste das bancadas.

Quanto a materiais arqueológicos, assumiam especial destaque, pela sua volumetria e aspecto ornamental, os elementos de decoração arquitectónica. Capitéis, fustes e bases constituíam o conjunto mais substancial e relevante das peças a expor, excluídos que estavam os milhares de fragmentos cerâmicos que existiam sem, no entanto, possuírem qualquer contexto estratigráfico ou indicação de proveniência. Assim sendo, o espólio a expor era, por um lado, diminuto e, por outro, carecia de interpretação que não, a que ele próprio, poderia fornecer.

A importância da decisão da criação do Museu do Teatro Romano tornou-se, não obstante o aparente esvaziamento de conteúdos que transparece do que acabamos de escrever, o ponto vital para encetar um real projecto de investigação sobre este monumento cénico romano o qual, em território nacional, conta apenas com mais um edifício de igual funcionalidade, ainda que mais tardio. Referimo-nos ao teatro de *Bracara Augusta*.

A partir de 2001 deu-se início a uma sistemática escavação das áreas expectantes que integravam o espaço do museu o que permitiu um melhor conhecimento da área a sul do teatro romano e, igualmente, a compreensão do próprio edifício enquadrado numa perspectiva diacrónica, autorizando compreender a ocupação humana deste local anterior à construção do monumento, nos inícios do séc. I

d.C., e, simultaneamente, os contextos posteriores à edificação do mesmo.

O manancial de informação recolhido ao longo de sete campanhas de escavação – desde 2001 até 2011 – permite hoje ter um conhecimento minucioso da evolução desta área da cidade de Lisboa onde se situa o monumento romano. Esta fatia histórica que se estende desde o séc. IV a.C. até à actualidade constitui um relato em primeira mão da evolução citadina, das construções e reconstruções que se sucederam nesta área onde o teatro romano representa um dos momentos fulcrais num relato histórico em constante mutação.

O Museu do Teatro Romano constitui-se hoje mais como um museu de sítio do que um museu monográfico. Tendo como função dar a conhecer o teatro romano, estudá-lo e divulgá-lo, este museu tem também como missão perceber o que está antes e para além dele, funcionando como ponto de ancoragem da investigação realizada e a realizar.

### 2. UM MUSEU: A ARQUITECTURA E A HISTÓRIA DE UM EDIFÍCIO

O Museu do Teatro Romano, inaugurado em 2001, instalou-se numa edificação que havia pertencido ao antigo Cabido da Sé, localizada do lado norte da Rua Augusto Rosa e defronte da fachada desse mesmo lado da Sé Catedral (Figura 1).

Trata-se de um edifício rectilíneo, originalmente de dois pisos sendo o primeiro substancialmente mais alto que o superior. No piso térreo rasgam-se quatro janelas, quadradas, de espesso gradeamento e de molduras estreitas. A separação com o andar superior é sublinhada por uma sércia contínua, relevada. Aqui abrem-se portas altas em igual número do andar inferior e posicionadas no mesmo alinhamento vertical. A única porta existente nesta fachada, ao nível do r/c, encontra-se descentrada em relação à fenestração existente, ainda que localizada precisamente no eixo do edifício. No segundo piso pode ainda hoje contemplar-se uma pedra de armas pertencente ao arcebispo D. Afonso Furtado de Mendonça, prelado que guiou a diocese de



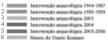


Figura 1 – Localização do Museu do Teatro Romano e indicação das áreas que engloba. Museu de museus.



Figura 2 – Fachada sul, actual, do Museu do Teatro Romano.

Lisboa entre os anos de 1627 e 1630. Curiosamente. a pedra de armas foi colocada no piso superior entre as duas portas centrais e não no eixo da fachada, como seria mais natural (Figura 2).

Pela investigação documental e bibliográfica que temos vindo a realizar é precisamente aqui que terá existido o antigo Celeiro da Mitra (FERNANDES, ALMEIDA, 2011, p. 111-122; FERNANDES, ALMEIDA, LOUREIRO, no prelo). Pouco se sabe sobre esta construção, sendo referida por Júlio de Castilho que, de forma resumida, a descreve como "edifício conhecido por celeiro da mitra, actualmente com rez-do-chão e dois andares (...). As paredes do rezdo-chão e primeiro andar são grossíssimas, e aquele só tinha originàriamente um compartimento único, abobadado, sem apoios intermédios (...). O edifício tem, na sua parte posterior uma escada de cantaria para acesso ao primeiro andar, de que ainda se conserva uma parte, mas vedada" (CASTILHO, 1936, p. 217 e 218). Representado de forma esquemática em alguma da cartografia sobre Lisboa anterior ao terramoto de 1755, destaca-se a planta da autoria de João Nunes Tinoco<sup>1</sup>, embora não conste qualquer referência ao edifício na respectiva legenda (o que

se manterá em todos os restantes levantamentos). Será apenas numa planta da autoria de José Valentim de Freitas<sup>2</sup> que o Celeiro da Mitra surge pela primeira vez identificado cartograficamente e finalmente, o Tombo de 1755...<sup>3</sup>, ainda que se lhe refira muito abreviadamente, esclarece, de forma determinante, alguns aspectos com ele relacionados.

Refere-se aí que "O Aljube e o Celeiro estão distinctos e habitados" (Tombo de 1755 ..., Fl. 24), terá sido esta razão, inclusivamente, que levou à não realização do respectivo levantamento, ao contrário das informações minuciosas que são fornecidas sobre as propriedades em seu redor e no restante tombo. Refere-se ainda naquela obra que "Da parte exterior da Varanda do Aljube até às casa de José Dias de Veras, (que estão entre as Ruas direita de S. Jorge, e a do Barão), tem de comprimento 100p., e de largura, medida dos Arcos da varanda do celeiro até à porta do palácio do Arcebispo 56 e /2''.

Esta é a única referência que possuímos sobre a existência de varandas no Aljube as quais, por

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> Executada em 1650, reveste-se de particular importância, uma vez que constitui a mais antiga carta de Lisboa até hoje conhecida. Entretanto desaparecida, este exemplar constitui a primeira cópia do original, mandada realizar pelo general Pinheiro Furtado e por ele oferecido à Câmara Municipal de Lisboa no ano de 1850. Integra a colecção do Museu da Cidade, com o nº Inv.: MC.DES.1084.

<sup>&</sup>lt;sup>2</sup> O original consultado é uma cópia do desenho de José Valentim de Freitas por José Bárcia, com o título Planta da Baixa de Lisboa antes do terramoto, na zona das actuais freguesias da Sé, S. Tiago, S. Miguel, Castelo e S. Cristóvão e S. Lourenço. Integra a colecção do Museu da Cidade, com o nº Inv.: MC.DES.4295.

<sup>&</sup>lt;sup>3</sup> Cópia que se encontra no Museu da Cidade com o título: "Cópia do Tombo da Cidade de Lisboa em 1755, que está no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, feita sobre uma copia do mesmo tombo, da letra de José Valentim de Freitas; que está na Associação dos Arqueólogos, por João Marques da Silva, em lunho de 1894".

informação do autor, correspondem às "varandas do celeiro" as quais seriam suportadas por arcos. Poderemos pois concluir, que a fachada Sul deste edifício seria substancialmente distinta da que hoje possui e que o Celeiro e o Aljube estariam unidos entre si por arcarias ao nível da rua, solução habitual na Lisboa anterior ao terramoto a qual, desde época de D. Manuel terá progressivamente exigido legislação com vista à diminuição ou mesmo demolição das inúmeras "balcoadas" que existiam na cidade (CARITA, 1994, p. 17).

Apesar da informação transmitida pelo *Tombo de 1755...* em que se refere que os dois edifícios contíguos – Celeiro e Aljube – haviam resistido ao grande terramoto, acreditamos que, ainda assim, não terão sido poupados à nova regularização urbanística implementada pela reconstrução pombalina. Terá existido uma preocupação relacionada com o alargamento das artérias viárias exigindo uma rectificação da orientação das fachadas e obrigado à respectiva reimplantação, adotando estas uma orientação nascente poente, claramente mais geométrica.

A intervenção arqueológica realizada em 2009 no pequeno largo contíguo à fachada do Museu do Teatro Romano (antigo Celeiro da Mitra), permitiu detectar um conjunto de silhares em biocalcarenito na parte inferior da fachada, evidenciando uma recolocação dos mesmos, correspondendo, muito provavelmente, a uma desmontagem da fachada original e a um reposicionamento aquando da sua reconstrução (FERNANDES, SEPÚLVEDA, ANTUNES, 2012, p. 44-55). Também o interior do piso inferior deste edifício (que não pertence ao Museu do Teatro Romano) é claramente uma reconstrução pombalina, com as janelas largas, ombreiras rectilíneas, elevado pé direito e abóbadas de arco abatido e enchimento em abobadilha, apoiada em pilares de alvenaria e cantaria. Se observarmos o r/c do edifício do Aljube, as soluções arquitectónicas são precisamente as mesmas, sendo iguais as fachadas e os gradeamentos de ambos os edifícios.

Também a pequena sondagem arqueológica realizada em 2009 no Pátio do Aljube permitiu descobrir a original fachada norte do antigo edifício que deu nome ao pátio (FERNANDES, PIMENTA, CALADO, FILIPE, 2013, p. 167-185). Apesar da diminuta área da sondagem, pensamos que um alicerce aí detectado, cronologicamente atribuível ao séc. XVII, pertencerá, muito provavelmente, ao original edifício do Aljube anterior ao terramoto de 1755. Curiosamente esta estrutura afasta-se muito ligeiramente da fachada actual, indicando que a ordem da nova regularização seria para implementar em todos os casos, mesmo quando alguns edifícios pouco se afastassem do novo plano urbanístico. Com efeito, o novo projecto de cidade era-o no sentido global e a conservação de uma ou outra fachada não se coadunaria com o rasgar de novos e largos arruamentos, que obrigariam à sistemática demolição do edificado e desactivação de grande número de artérias. Na campanha arqueológica realizada no nº 3-a da Rua de S. Mamede (em área também abrangida pelo Museu do Teatro Romano), detectámos um destes pequenos becos que, com a nova reorganização urbanística, foi substituído, aspecto que voltaremos a analisar.

Paralelamente a estas investigações arqueológicas mas também documentais e de análise do edificado, encetámos uma investigação bibliográfica que permitisse perceber a última etapa de transformação deste edifício (com especial relevância para o Processo de Obra nº 39376 do Arquivo Municipal de Lisboa). Com efeito, foi possível saber que o último piso desta construção, por exemplo, é atribuível à segunda metade do séc. XIX, concretamente de 1878, momento que marca o início da laboração de uma fábrica de malas, depois propriedade daquele que será o grande empresário Teodoro dos Santos. Foi possível saber alguns dos pormenores desta unidade industrial que acompanha, em termos de alargamento, o sucesso do seu proprietário.4.

A adaptação deste edifício a museu, que teve lugar em 2000 e 2001 – correspondendo assim, a mais uma etapa de transformação deste edifício – foi da responsabilidade da Argt.ª Daniella Ermano (Figs.

<sup>&</sup>lt;sup>4</sup>Este trabalho de investigação tem vindo a ser desenvolvido, pela signatária e pela nossa colega Isabel Cameira.

3 e 4), quanto ao projecto de arquitectura e de Ana Cristina Leite (então Chefe de Divisão dos Museus Municipais), relativamente ao projecto de museologia e que integrou, no percurso do museu, as novas áreas da futura escavação arqueológica, assim como algumas estruturas exumadas no decurso da campanha de 2001, mas sem que as mesmas sofressem algum processo de integração ou musealização.



Figura 3 – Aspecto das obras, em 2000, de adaptação do antigo edifício a museu.

## 3. UM MUSEU: A ÁREA ABRANGIDA PELO NOVO EQUIPAMENTO

O Museu do Teatro Romano localiza-se a sul do monumento cénico e ocupa, como acima descrito, a parte superior de um edifício reconstruído em época pombalina e que tem a sua fachada principal para a Rua Augusto Rosa. Até ao encerramento do museu para obras de recuperação e valorização (o que ocorreu a 2 de Maio de 2013) a entrada principal situava-se no Pátio do Aljube, acedendo-se ao mesmo por uma escadaria que estabelece a ligação à Rua Augusto Rosa.

Para além deste edifício o museu engloba também uma casa, com o respectivo terraço e antigo pátio, que se situa a norte, com frente para a Rua de S. Mamede (nsº 3-a e 3-b). Foi no interior desta casa pós-pombalina e no respectivo pátio que se realizaram as várias campanhas arqueológicas desde 2001, num total de cinco campanhas (que decorreram num total de onze meses de trabalho) (Fig. 1).

As ruínas do teatro romano, colocadas a descoberto entre 1964 e 1967 e posteriormente, entre 1989 e 1991, situam-se a norte daquele último espaço do museu que acima descrevemos e do lado norte da Rua de S. Mamede (Fig. 5). Deste modo, o Museu do Teatro Romano engloba uma série de espaços, distintos entre si e de características



Figura 4 – Aspecto final da sala de exposição permanente do Museu do Teatro Romano em 2001.



Figura 5 – Zona central do interior do teatro romano. Perspectiva de sudoeste para nordeste, observando-se em primeiro plano o embasamento do muro do *proscaenium* e a *orchestra*.

arquitectónicas igualmente dissemelhantes e possui, como enorme barreira, uma rua, a Rua de S. Mamede, em funcionamento e que, infelizmente, divide este equipamento museológico.

As áreas intervencionadas arqueologicamente no séc. XXI ocorreram no pátio, fronteiro à Rua de S. Mamede e na área subjacente à casa pós-pombalina, também com entrada pela mesma artéria. Será neste último espaço que futuramente se localizará a entrada do Museu do Teatro Romano, possibilitando, assim, o acesso a pessoas com mobilidade reduzida.

Como mencionado, as campanhas arqueológicas mais recentes lograram a intervenção de espaços expectantes, mantendo, na totalidade, o espaço construído. As estruturas exumadas mais relevantes dizem respeito à grande estrutura do post scaenium, que suportaria a fachada cénica, assim como uma outra, de idênticas características estruturais e funcionais, situada um pouco mais a sul, e que igualmente integraria o sistema de engenharia de arranjo da encosta onde o teatro se implantou.

Além destas edificações romanas, coevas do monumento cénico, é de sublinhar o aparecimento de outras construções, atribuíveis aos sécs. XVII/XVIII, e que se localizam na área inferior à habitação pombalina, a cerca de 9 m de profundidade. Estes contextos conservaram-se em razoável estado devido ao facto de, durante a reconstrução pós-pombalina, este espaço ter sido aproveitado para a colocação dos inúmeros entulhos, provenientes da limpeza

dos escombros da envolvente e que preencheram, na totalidade, o interior do edifício seiscentista até ao nível do segundo piso, mantendo ao nível do r/c, as originais características construtivas e arquitectónicas, operando-se uma "fossilização" dos contextos, o que aconteceu imediatamente após o terramoto de 1755. Ainda mais curioso é o facto de a fachada sul desta habitação ter tido originalmente, uma ligação a um antigo beco então denominada Beco do Aljube que está por detráz do Celeiro da Mitra (Tombo de Lisboa de 1755 ..., Fl. 11 Bairro do Limoeiro), já por nós mencionado, que foi desactivado após 1755 mas que se conservou sob os escombros.

As intervenções arqueológicas realizadas na zona a sul do teatro lograram, assim, a descoberta de importantes vestígios os quais, em termos muito gerais, poderemos atribuir à época de fundação do teatro e que se relacionam com o sistema de engenharia de tratamento da encosta onde o teatro se apoia – conjunto detectado na área do antigo pátio da casa pombalina – e um outro conjunto de estruturas atribuível à época pré-pombalina – núcleo subjacente à mencionada casa.

Desde 2001, quando o Museu do Teatro Romano foi criado, que o conhecimento sobre o edifício mas também sobre a área envolvente, integrada por aquele equipamento, aumentou substancialmente. Por um lado, o que hoje se conhece sobre os vários edifícios onde o museu se instalou, especialmente o situado a sul, antigo Celeiro da Mitra e depois pólo industrial, levou a que estas edificações se constituam, elas próprias, em objectos expositivos e não exclusivamente, em invólucros de espólio. Estas construções encerram informações sobre si e sobre o contexto citadino que justificou a sua criação, alteração e adaptação ao longo dos tempos. O aumento de um piso ou a criação de um mezanino em estrutura metálica no edifício principal do museu, integram-no no movimento industrial lisboeta que suscitou a criação das célebres vilas operárias na cidade.

Mas como não há construções sem homens, a figura de Teodoro dos Santos é incontornável e dá o mote para saber mais sobre este homem que criou a "Fábrica de Malas do Aljube" e responsável por uma das maiores indústrias deste tipo existente em Portugal nos anos de 1940 (BASTOS, 1945). Foi este mesmo homem que, anos mais tarde, viria a criar o novo Casino do Estoril, que abriu portas em 1968, assim como o Hotel Estoril-Sol, inaugurado três anos antes.

## 4. UM TEATRO: ARQUEOLOGIA DA DESCOBERTA

Para iniciar a história da descoberta do teatro romano de Lisboa, temos que recuar a 1755 e à catástrofe que, para sempre, marcou a história da cidade. Foi precisamente no contexto das obras de reconstrução após o terramoto, que estas ruínas romanas foram, pela primeira vez, identificadas. Independentemente de quem foi a primeira pessoa a descobri-las e a reconhecê-las como antiguidade de cronologia romana<sup>5</sup>, ganhou especial destaque a figura de Francisco Xavier Fabri, arquitecto italiano que foi chamado ao local onde, no ano de 1798, se havia reconhecido aquele monumento cénico (FERNANDES, 2007, p. 28-30). Apesar das suas diligências junto ao rei, os ímpetos da reconstrução da cidade gritaram mais alto e, sobre aquelas ruínas, ergueu-se um novo edifício de rendimento (CARVALHO, 1979, p. 152).

Abstemo-nos de circunstanciar os pormenores das várias intervenções arqueológicas, já por demais vezes apresentados (FERNANDES, 2006, p. 181-204; idem, 2007, p. 28-39; idem, 2013, p. 51-62; FERNANDES, CAESSA, 2006-2007, p. 83-102, entre outros) razão pela qual somente indicaremos uma breve cronologia dos acontecimentos mais relevantes relacionados com as "redescoberta" do teatro e com as várias campanhas arqueológicas

operadas neste edifício e na sua envolvente:

- descoberta das ruínas do teatro romano no ano de 1798;
- em 1799 o arquitecto Francisco Xavier Fabri envia uma missiva ao rei no sentido de se protegerem as ruínas entretanto colocadas a descoberto, e propõe a reconstituição de algumas partes do monumento:
- data de 1807 um manuscrito da autoria de Luís Antonio de Azevedo, sobre o teatro romano de Lisboa onde apresenta alguns desenhos do teatro. Manuscrito comprado pela C.M.L. em 2010;
- em 1815 sai a obra impressa de Luis António de Azevedo, de seu título completo: Dissertação crítico-filologica-histórica sobre o verdadeiro anno, manifestas causas e atendíveis circunstâncias da erecção do tablado e orquestra do antigo theatro romano descoberto na escavação da Rua de S. Mamede, perto do castello desta cidade, com a intelligência da sua inscrição em honra de Nero e noticia instrutiva d'outras memórias alli achadas e até agora apparecidas;
- em 1960 o Arqt.º Cassiano Branco fala, em notícia saída no Diário de Lisboa (25 de Junho), da construção na Rua de S. Mamede, de um edifício que se sobreporia às ruínas do teatro, e sobre o qual o arquitecto aponta a sua opinião relativa à importância da "reconstituição arquitectónica do teatro";
- redescoberta em 1964 por D. Fernando de Almeida, do antigo monumento romano, pela realização da la campanha arqueológica no r/c do no 2 da Rua de S. Mamede;
- em 1965 são retomadas as escavações arqueológicas por Irisalva Moita, então Conservadora-Chefe dos Museu Municipais da Câmara Municipal de Lisboa;
- criação, entre 1965 e 1967, de uma área arqueológica para protecção das ruínas arqueológicas;
- em 1971 é elaborado um memorando por Irisalva Moita onde dá conta do processo de aquisições e demolições realizado na área abrangida pelo monumento cénico;

<sup>&</sup>lt;sup>5</sup> Carlos Fabião, baseado em documentos constantes na Biblioteca Real do Rio de Janeiro, atesta que a descoberta destas ruínas em Lisboa se terá dado antes da data tradicionalmente apontada de finais daquele ano e que terão existido outros intervenientes antes da entrada em cena da figura emblemática do arquitecto italiano, concretamente Manoel Caetano de Sousa e Joaquim José da Costa e Sá (FABIÃO, 2013, p. 389-409).

- o Decreto Lei nº 47984 de 6 de Outubro de 1976 declara o teatro romano Monumento Classificado;
- levantamento gráfico da totalidade das ruínas entretanto colocadas a descoberto, realizado pelo Instituto Arqueológico Alemão: 1985-1988;
- em 1988 é criado o Gabinete Técnico do Teatro
   Romano no nº 6 da Rua de S. Mamede;
- na sequência da constituição daquele gabinete ocorre, entre 1990-1993, a escavação da parte norte e nascente da área arqueológica, contígua às primeiras escavações realizadas por D.
   Fernando de Almeida e por Irisalva Moita;
- o antigo gabinete técnico é desactivado em 1998. No mesmo ano é realizado o "Programa de Recuperação e Valorização do Teatro Romano, da autoria de Ana Cristina Leite, então Chefe de Divisão dos Museu Municipais da C.M.L.;
- em Fevereiro de 2001 são realizadas as primeiras escavações na parte sul do teatro, em área ocupada pelo futuro museu e no âmbito das obras da sua criação;
- inauguração do Museu do Teatro em Novembro de 2001;
- em 2004 é removido o enorme alicerce que se encontrava ainda por cima das estruturas arqueológicas romanas e respeitante aos edifícios pombalinos (Rua da Saudade);
- novas campanhas arqueológicas em 2005 no antigo pátio da casa pós-pombalina (antigo pátio da casa do guarda do monumento: Rua de S. Mamede nº 3-b), continuadas em 2006 e finalizadas em 2010;
- 22 de Agosto 2006, parecer da DRC Lisboa para definição de Zona Especial de Proteção conjunta do Castelo de São Jorge e restos das cercas de Lisboa, Baixa Pombalina e imóveis classificados na sua área envolvente;
- em 2009 são realizadas sondagens arqueológicas no Pátio do Aljube e na Rua Augusto Rosa (frente ao nº 42) com vista a um conhecimento mais aprofundado da envolvente do teatro romano;
- em 2011 é finalizada a escavação subjacente à

- casa pós-pombalina (nº 3-a da Rua de S. Mamede);
- em 2011 dá-se início ao projecto correspondente à "Segunda Fase de Remodelação e Valorização do Museu do Teatro Romano";
- as obras de remodelação do Museu do Teatro Romano e da integração das várias estruturas arqueológicas têm início a 2 de Maio de 2013.

Actualmente (Dezembro de 2013), esta segunda fase de remodelação do Museu do Teatro Romano encontra-se em curso sendo o principal objectivo desta nova campanha de obras, como mencionado, a integração das múltiplas estruturas arqueológicas que foram surgindo ao longo das várias campanhas de escavação e, em consequência destas, da actualização da colecção em exposição.

### 5. A MUSEALIZAÇÃO DAS RUÍNAS: O *CAMPUS* ARQUEOLÓGICO

O "novo" Museu do Teatro Romano é novo, com efeito, pelo facto de o seu próprio espaço ter aumentado. Esta amplificação deveu-se não a qualquer alargamento da área construída mas pelo facto de novos espaços e, sobretudo, novas estruturas, terem sido colocadas a descoberto fruto das várias campanhas arqueológicas realizadas nos espaços expectantes do museu.

Deste modo, antigas áreas são agora incluídas no percurso museológico pela nova funcionalidade que, agora, passam a deter. O antigo jardim ou pátio da casa pós-pombalina que, em 2001, se podia percorrer, encontra-se agora cerca de 9 m abaixo do antigo nível de pavimento e as estruturas arqueológicas aí detectadas são reabsorvidas pelo percurso museológico, adoptando uma nova função (Figura 6).

As opções assumidas nesta reintegração das ruínas no percurso museológico e museográfico aproximam-nas do conceito de "ruinismo", não na acepção romântica de novecentos, mas antes no de fruição do próprio estado de conservação das ruínas, consideradas como mortas mas, simultaneamente, como veículo de transmissão da sua história, testemunhas de vivências do passado e que o certificam,



Figura 6 – Perspectiva de nascente para poente da área do museu situada a norte (comfachada para a Rua de S. Mamede). Observam-se as várias estruturas arqueológicas exumadas na área do pátio, em primeiro plano, e na área subjacente à casa pós-pombalina, ao fundo, nesta ocasião ainda não totalmente intervencionada.

"...en determinadas actuaciones patrimoniales, la consolidación pura y simple del monumento o de lo que queda de él (ya muerto) es la única estrategia posible. Se trata de proceder a evaluar la memoria acumulada y la memoria evocadora..." (PEREIRA, 2000, p. 124).

Estas novas áreas passam a ser áreas musealizadas mas sendo abarcadas pelo discurso expositivo, sendo consideradas, elas também, como objecto, espólio de um local. O objectivo principal foi o da sua conservação, mas sem que o restauro implementado interferisse com o seu estado de conservação ou alterasse, na sua essência, as marcas da sua história, os testemunhas da renovação, alteração e, em simultâneo da sua devastação e do seu abandono.

Nesta segunda fase do projecto do Museu do Teatro Romano foram assim, contempladas acções de conservação e restauro. Foram implementados trabalhos de limpeza e de consolidação das estruturas arqueológicas e sobretudo dos seus paramentos, apenas se tendo realizado a reintegração de rebocos e estuques quando indispensável para a respectiva estabilidade. O principal investimento neste campo foi o da estabilidade física das estruturas arqueológicas, tendo sido realizadas algumas acções profundas de contenção de forma a assegurar a sua estabilidade e segurança.

## 6. UM MUSEU: UM PROJECTO DE INVESTIGAÇÃO

Desde a inauguração do Museu do Teatro Romano em 2001 até ao momento, a actividade principal do museu pautou-se por dois princípios base: o desenvolvimento da actividade arqueológica e a divulgação dos respectivos resultados. Estes objectivos integram a própria missão deste museu: "o estudo, investigação, salvaguarda e preservação das estruturas arqueológicas que integram o espaço museológico (...) [mas também] a divulgação deste património, composto pelas ruínas do teatro de época romana e pelas ocupações humanas reconhecidas no local, anteriores e posteriores à construção do monumento romano e respectivo espólio".

Por um lado tentou-se ultrapassar a ausência de publicações sobre o monumento romano, em particular sobre as campanhas arqueológicas efectuadas na década de 1980/90 as quais, em boa verdade, potencialmente encerrariam inúmeras informações sobre o mesmo, particularmente sobre as épocas posteriores à época romana, mas sobre as quais, infelizmente, não possuímos praticamente quaisquer dados<sup>6</sup>. Na verdade, aquelas campanhas arqueológicas valem pelas estruturas que possibilitaram exumar e não pela informação fornecida pela intervenção arqueológica. Por outro lado, foi evi-

<sup>&</sup>lt;sup>6</sup> As únicas publicações existentes sobre estas intervenções referem-se a dados assaz parcelares. Cf. relativamente a estes aspectos FERNANDES, 2007, p. 28-39). De sublinhar que as campanhas arqueológicas realizadas entre 1989 e 1993 resultaram somente num breve artigo publicado em 1993 (DIOGO, 1993, p. 217-224).

dente, desde o início dos trabalhos, a necessidade de publicar sistematicamente todos os resultados das campanhas que viessem a ser efectuadas.

As publicações existentes sobre o monumento, se exceptuarmos breves referências aquando do seu primeiro aparecimento e surgidas na Gazeta de Lisboa (Supplemento XLVII, 23 Novembro 1798; idem, Supplemento VI, 9 Fevereiro, 1799) e, posteriormente, na Ilustração Portuguesa (II a Série, no 29, 10 de Setembro 1906) são, até à década de 1990, bastante escassas. Se exceptuamos o primeiro levantamento realizado por Francisco Xavier Fabri e a obra posterior de Luís António de Azevedo, as restantes publicações referem-se aos primeiros arqueólogos que intervieram no local, primeiro D. Fernando de Almeida (1965, p. 561-571) e depois Irisalva Moita (1970, p. 3-33). Sublinha-se ainda o estudo das epígrafes exumadas no local e registadas em 1798 (SILVA, 1944, p. 172-178). Teria que se esperar por 1990 para ver surgir o primeiro levantamento das campanhas arqueológicas do séc. XX, acompanhado pelo minucioso estudo das estruturas e elementos exumados, trabalho levado a cabo pelo Instituto Arqueológico Alemão (HAUSCHILD, 1990, p. 348-392).

Os trabalhos que se seguiram limitaram-se a dois, um da autoria de Jorge de Alarcão, onde sintetiza as informações até então reunidas sobre o teatro (1982, p. 287-302) e outro realizado por Adriano Vasco Rodrigues que, de forma muito efémera, esteve à frente do Gabinete Técnico do Teatro Romano entre 1987 e 1989 (1987). Neste último trabalho, as identificações que o autor estabelece entre estruturas e alicerces pombalinos e vestígios do teatro são totalmente fantasiosas.

Quando, em 2001, iniciámos a acção sistemática de escavação da área subjacente à casa pombalina e da área contígua coincidente com o pátio ajardinado daquela habitação, não suspeitávamos que a diversidade de contextos antrópicos seria tão grande e que, a aparente simplicidade da estratigrafia evidenciada era precisamente apenas isso. Com efeito, observámos que, em grande parte da área do pátio os múltiplos estratos detectados, de cro-

nologia romana, correspondiam a uma deposição secundária podendo ser relacionados com as fases preparatórias de edificação da grande estrutura do post scaenium e com a necessidade de o alicerçar em solo firme, procedimento que obrigou a um enorme desaterro e a um posterior reenchimento da área entre muros.

Não nos deteremos aqui sobre os pormenores da intervenção e, muito menos sobre o espólio e edificações detectadas. A bibliografia que se apresenta no final deste trabalho indica onde tais resultados se encontram circunstanciadamente descritos. Interessa somente, no contexto do presente texto, salientar o tipo de evidências que enriquecem o conhecimento actual que se tem sobre o monumento romano mas também do local onde o mesmo se implantou. A fatia de história que é possível conhecer, permite uma visão transversal da evolução da cidade, na qual o teatro constitui o elo de ligação que interliga os vários acontecimentos e que pautou muitas das soluções arquitectónicas e urbanísticas que hoje caracterizam esta área da cidade. A "moral da história", da história que se pretende dar a conhecer no Museu do Teatro Romano, é que tudo tem uma razão, tudo tem um passado e que todos nós somos intervenientes directos na construção do nosso presente.

De forma muito sucinta enumeraremos os principais vestígios detectados na área do "Núcleo da Casa pós-pombalina" e no "Núcleo do Pátio" situado a nascente.

No primeiro caso, os vestígios arqueológicos dizem respeito a estruturas que poderão ser atribuíveis ao período situado entre os finais do séc. XVI e 1755. Trata-se de uma habitação que conserva as respectivas paredes até ao nível do 3º piso, mantendo a escada exterior de acesso e o pavimento inferior em seixo rolado. É de realçar as características construtivas e o facto de uma porta permitir o acesso a uma pequena artéria que identificamos como sendo o Beco do Aljube por Detrás do Celeiro da Mitra e que tivemos oportunidade de mencionar (FERNANDES, 2007, p. 33-34; FERANDES; ALMEIDA, 2011, p.111-122; FERNANDES, ALMEIDA,

LOUREIRO, no prelo). Trata-se de uma pequena via empedrada com seixo rolado que permitia um acesso directo ao r/c da habitação, onde se instalariam os estábulos para animais de pequeno porte e funcionando igualmente como armazém de cereais e arrumos (Figura 7).



Figura 7 – Antiga habitação dos sécs. XVI/XVII, destruída pelo terramoto de 1755. Perspectiva de nascente para poente e em fase de intervenção. Os arcos, ao fundo, são estruturas de suporte construídas em época pombalina aquando da edificação dos edifícios actuais.

A estrutura mais importante, desde logo detectada em 2001, foi a estrutura dos *post scaenium*. Este enorme muro, onde assenta a fachada actual da casa pós-pombalina prolonga-se para nascente, ocupando, quase na totalidade, todo o comprimento do pátio. Também aqui, a fachada actual do pátio, construída nos inícios do séc. XIX, aproveitou esta enorme estrutura como alicerce (FERNANDES, 2007, p. 34-35; FERNANDES, PINTO, 2009, p. 169-188; FERNANDES, 2013-a, p. 765-773).

Na zona do pátio, para além da estrutura referida (Figura 8), sublinha-se o aparecimento de um outro muro de contenção, situado mais a sul, "fossilizado" no local e ainda conservado em grande parte o que permite, em conjugação com outras informações obtidas na pequena sondagem realizada em 2009 em frente à fachada sul do museu (FERNANDES, SEPÚLVEDA, ANTUNES, 2012, p. 44-55), propor um sistema de engenharia e de arranjo urbanístico da área a sul do monumento cénico, desafio importante perante o enorme desnível topográfico que atinge cerca de 16 m, o que terá obrigado a uma planificação minuciosa da obra e implicado avultados recursos económicos (FERNANDES, 2013-a, p. 765-773).



Figura 8 – Parte da grande estrutura do *post scaenium* (face sul).

Ainda na campanha de 2005, e antes da detecção dos níveis romanos, foram atingidos contextos de época medieval islâmica, balizados entre o séc. XI e o séc. XII e níveis baixo medievais atribuíveis ao séc. XIV. O primeiro destes contextos foi registado no interior da estrutura do post scaenium, talvez em

local ocupado originalmente pela antiga *choragia* do teatro, e depois reutilizada como estrutura habitacional (FERNANDES, COROADO, CALADO, COSTANTINO, no prelo).

O contexto do séc. XIV foi igualmente reconhecido na campanha arqueológica de 2005, em área circunscrita, delimitada pelo *terminus* nascente do muro do post scaenium. A enorme quantidade de espólio, algum de especial qualidade, não logrou, no entanto, perceber cabalmente a estrutura na qual estes materiais se encontravam em deposição secundária indicando o momento da desactivação/abandono daquela estrutura (FERNANDES, MARQUES, TORRES, 2008, p. 159 – 183) (Figura 9).

Em 2006, a continuação da escavação na área do pátio permitiu identificar de forma inequívoca, o muro sul, também de contenção, como acima mencionado. "Temos, assim, duas estruturas, sensivelmente paralelas entre si que têm por função a contenção da colina e a criação de plataformas artificiais entre si" (FERNANDES, 2013-a, p. 767). Foi justamente junto a esta nova infraestrutura do teatro que, em 2010, foram detectados níveis republicanos e da Idade do Ferro, estes últimos compreendidos entre os sécs. IV e III a.C. (CALADO, PIMENTA, FERNANDES, FILIPE, 2013, p. 641-649) os quais atestam uma ocupação efectiva do local.

A presença de fornos de produção cerâmica documenta igualmente uma economia dinâmica que se encontraria instalada neste local antes da chegada dos romanos. A produção de cerâmica, de clara imitação dos modelos orientais prova, igualmente, um acesso próximo aos modelos de importação, a sua rápida adopção e respectiva reprodução (FERNANDES, COROADO, no prelo).

Estas informações podem ser complementadas com a interpretação dos vestígios da sondagem arqueológica realizada em 2009 no pequeno Pátio do Aljube. Apesar da exiguidade da área intervencionada, "... preservaram-se estruturas de pedra seca, possivelmente socos de muros em adobe de cariz habitacional, deixando antever fases mais antigas do povoado pré-romano aberto ao mediterrâneo. Seja qual for a cronologia da sua génese, esta

deriva sem dúvida da implantação estratégica do morro onde se vem a desenvolver o castelo medieval, e que levou a que desde inícios do primeiro milénio a.C. aqui se estabelecesse um importante povoado." (FERNANDES, PIMENTA, CALADO, FILIPE, no prelo). Estas estruturas e os materiais cerâmicos associados – pratos de engobe vermelho, ânforas, cerâmica cinzenta e cerâmica pintada em bandas – permitem uma atribuição cronológica balizada entre os sécs. IX-VII a.C. (idem ibidiem).



Figura 9 – Contexto atribuível ao séc. XIV com grande estrutura cerâmica que poderá ser identificada como poço ou conduta de água.

### 7. UMA NOVA HISTÓRIA PARA O MUSEU DO TEATRO ROMANO: DO MONUMENTO AO MUSEU

Como oportunamente referido, um dos objectivos da "Segunda Fase de Remodelação e Valorização do Museu do Teatro Romano", consistia numa manutenção geral do espaço expositivo, o qual se impunha passados que estavam quase treze anos do início da sua abertura ao público. No entanto, o propósito final das obras de engenharia e de arquitectura, foi o de retribuir ao visitante as antigas cidades de Lisboa que foram sendo camufladas, alteradas e modificadas ao longo dos séculos.

As intervenções arqueológicas realizadas desde 2001 permitiram a descoberta de inúmeros vestígios antrópicos. O espólio recolhido é em muito maior número do que o existente àquela data e atribuível a múltiplas cronologias, factos que obriga-

ram a um repensar do conjunto expositivo e a uma actualização do discurso museológico. O aspecto fundamental, não obstante este enorme enriquecimento da colecção arqueológica, diz respeito às próprias estruturas encontradas ao longo da escavação, atestando e documentando *in situ* e diacronicamente, a vivência deste local.

O novo projecto de arquitectura tem como principal justificação a integração destas estruturas arqueológicas no espaço museográfico e a sua fruição por parte do público, objectivo apenas possível pela criação de acessibilidade aos vários locais e pela disponibilização da informação fornecida ao visitante.

O conceito expositivo inicialmente esboçado em 2001 teve, assim, alterações e cambiantes fundamentais. Independentemente das opções museográficas e arquitecturais que tiveram lugar, é a própria concepção de museu que mudou radicalmente. Concebido como um incipiente museu monográfico, o Museu do Teatro Romano mostra-se hoje como um museu de sítio, um museu de Lisboa, um museu da cidade e para a cidade.

Seguindo a noção de museu como espaço de preservação de objectos, protegendo dentro de si obras valiosas, testemunhas da actividade humana ou da nossa compreensão/visão do mundo, o Museu do Teatro Romano enquadra-se numa categoria ambígua que lhe confere um carisma distinto. Englobando múltiplos espaços arqueológicos e abrangendo diversos edifícios - originalmente de distintas funcionalidades e cronologias - este museu deve ser entendido como uma janela aberta ao passado e à história da cidade, muito mais que um repositório de testemunhos da acção humana. A visita a este espaço, é também uma visita sensorial, um recuar no tempo mas também no espaço, uma vivência de ambientes porque eles existem, sem que sujeitos a qualquer recriação.

É uma visita à cidade, aos seus passados e ao seu presente.

#### **BIBLIOGRAFIA**

ALARCÃO, Jorge (1982). O teatro romano de Lisboa. Actas del Sympsio: El Teatro en la Hispania Romana. Badajoz, p. 287-302.

ALMEIDA, D. Fernando de (1965). Notícia sobre o teatro de Nero, em Lisboa. *Lvcerna*. 5, p. 561-571.

AZEVEDO, Luís António de. Dissertação crítico-filologica-histórica sobre o verdadeiro anno, manifestas causas e atendíveis circunstâncias da erecção do tablado e orquestra do antigo theatro romano descoberto na escavação da Rua de S. Mamede, perto do castello desta cidade, com a intelligência da sua inscrição em honra de Nero e noticia instrutiva d'outras memórias alli achadas e até agora apparecidas, Lisboa, 1815.

BASTOS, Carlos (1945). *Praça de Lisboa: livro de ouro do comércio e indústria da capital*; Fábrica de Malas Teodoro dos Santos. Pátio do Aljube nº 5 à Sé. Lisboa.

BRITO, Gomes de, Ruas de Lisboa. Notas para a história das vias públicas lisbonenses, vol. 1, Lisboa, 1935.

CALADO, Marco; PIMENTA, João; FERNANDES, Lídia; FILIPE, Victor (2013). Conjuntos cerâmicos da Idade do Ferro do teatro romano de Lisboa: as cerâmicas de engobe vermelho. *Arqueologia em Portugal. 150 anos* (coord. J. M. Arnaud, A. Martins, C. Neves), Associação dos Arqueólogos Portugueses: Lisboa, p. 641-649.

CARITA, Hélder (1994). Bairro Alto, Tipologias e Modos Arquitectónicos. Ed. Câmara Municipal de Lisboa. Lisboa.

CARVALHO, Aires de (1979). Os três Arquitectos da Ajuda do Rocaille ao Neoclássico: Manoel Caetano de Sousa, 1742-1802. José da Costa e Silva, 1747-1819. Francisco Xavier Fabri, 1761-1817. Lisboa. Academia Nacional das Belas Artes.

CASTILHO, Júlio de. *Lisboa Antiga – Bairros Orientais*, vols. VI e IX, Lisboa, 1937.

Cópia do Tombo da Cidade de Lisboa em 1755, que está no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, feita sobre uma copia do mesmo tombo, da letra de José Valentim de Freitas; que está na Associação dos Arqueólogos, por João Marques da Silva, em Junho de 1894, Museu da Cidade (Texto Policopiado).

DIOGO, A. M. Dias (1993). O teatro romano de Lisboa. Notícias sobre as actuais escavações. *Teatros Romanos da Hispania. Cuadernos de Arquitectura Romana*. 2. Múrcia, p. 217-224.

FABIÃO, Carlos (2013). Escavando entre papéis: sobre a descoberta, primeiros desaterros e destino das ruínas do teatro romano de Lisboa. *Vir bonus peritissimus aeque. Estudos de homenagem a Arnaldo do Espírito Santo*. Centro de Estudos Clássicos. Faculdade de Letras de Lisboa. Lisboa, p. 389-409.

FERNANDES, Lídia (1994). Teatro romano de Lisboa: novos elementos sobre a sua história no período medieval. *Actas das* 

<sup>&</sup>lt;sup>7</sup> Administrativamente, o Museu do Teatro Romano constitui um núcleo do Museu da Cidade, dependente directamente da Direcção Municipal da Cultura (Câmara Municipal de Lisboa).

V Jornadas Arqueológicas, Associação dos Arqueólogos Portugueses. Vol. 1. Lisboa, p. 239-242.

FERNANDES, Lídia (2001). Capitéis do Teatro Romano de Lisboa. Anas – Revista del Museo Nacional de Arte Romano. Mérida. N°14, p. 29-51.

FERNANDES, Lídia (2004-2005). As bases de coluna nos desenhos dos séculos XVIII e XIX do Teatro romano de Lisboa. *Revista Arqueologia e História*, Associação dos Arqueólogos Portugueses, nº 56/57, Lisboa, p. 83-94

FERNANDES, Lídia (2006). O Teatro de Lisboa – intervenção arqueológica de 2001", III Jornadas Cordobesas de Arqueologia Andaluza – Los Teatros Romanos de Hispânia (Córdoba, 12-15 Novembro 2002). Córdova, p. 181-204.

FERNANDES, Lídia (2007) – Teatro romano de Lisboa – os caminhos da descoberta e os percursos da investigação arqueológica. *Revista Al-madan*, Almada, 15, p. 27 – 39

FERNANDES, Lídia (2013). Museu do Teatro Romano (2001-2013): Balanço de uma década de intervenção e novos projectos para o espaço museológico. *Revista Almadan*. Centro de Arqueologia de Almada. Ila série, 18, p. 51-62.

FERNANDES, Lídia (2013-a). Teatro romano de Olisipo: a marca do novo poder romano. *Arqueologia em Portugal. 150 anos* (coord. J.M. Arnaud, A. Martins, C. Neves), Associação dos Arqueólogos Portugueses: Lisboa, p. 765-773.

FERNANDES, Lídia. The production of architectural elements in the city of *Felicitas Iulia Olisipo* (Lisbon): the capitals. *XVIII Congreso Internacional de Arqueologia Clásica*. Mérida (6-11 Maio). Poster (em publicação).

FERNANDES, Lídia; ALMEIDA, Rita Fragoso de (2011). Um Celeiro da Mitra no Teatro Romano de Lisboa: inércias e mutações de um espaço do séc. XVI à actualidade. *Congresso Internacional de Arqueologia Moderna* (6-9 Abril, FCSH da Universidade Nova de Lisboa). Lisboa, p. 111-122.

FERNANDES, Lídia; ALMEIDA, Rita Fragoso de; LOUREIRO, Carlos. Entre o Teatro Romano e a Sé de Lisboa: evolução urbanística e marcos arquitectónicos da antiguidade à reconstrução pombalina. *Revista de História de Arte* da FCSH Universidade Nova de Lisboa (no prelo).

FERNANDES, Lídia; CAESSA, Ana (2006-2007) - O proscaenium do Teatro romano de Lisboa: aspectos arquitectónicos, escultóricos e epigráficos da renovação decorativa do espaço cénico. Revista Arqueologia e História, nº 58/59, p. 83-102

FERNANDES, Lídia; COROADO, João. Novos dados sobre a ocupação pré romana do teatro romano de Lisboa: proveniência das produções cerâmicas dos sécs. IV e III a.C. (campanha arqueológica de 2010). 8º Encontro de Arqueologia do Algarve

A Arqueologia e as outras Ciências, Silves, 21-23 Outubro 2010 (em publicação).

FERNANDES, Lídia; MARQUES, António; TORRES, Andreia (2008). Ocupação baixo medieval do teatro romano de Lisboa: a propósito de uma estrutura hidráulica cerâmicas vidradas e esmaltadas. *Arqueologia Medieval*. Vol. 10. Porto, 2008, p. 159 – 183.

FERNANDES, Lídia; PIMENTA, João; CALADO, Marco; FILIPE, Victor. Ocupação sidérica na área envolvente do Teatro Romano de Lisboa: O Pátio do Aljube. *Revista Portuguesa de Arqueologia* (em publicação).

FERNANDES, Lídia; PINTO, António Nunes (2009). Sobre um bronze zoomórfico do teatro romano de Lisboa. Consagração de um monumento ou ocupação ancestral de um espaço. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. 12: 1, Lisboa, p. 169-188.

FERNANDES, Lídia; SALES, Paulo (2005). Projecto Teatro Romano, Lisboa – a reconstituição virtual. *Revista Arquitectura e Vida*. No 57. Lisboa (Fevereiro 2005), p. 28-32.

FERNANDES, Lídia; SEPÚLVEDA, Eurico de (2009). As marcas em terra sigillata de tipo itálico do teatro romano de Lisboa (campanhas 2005/2006). Revista Portuguesa de Arqueologia. 12, nº 1, p. 139-168.

FERNANDES, Lídia; SEPÚLVEDA, Eurico; ANTUNES, Márcio (2012). Teatro Romano de Lisboa: sondagem arqueológica a sul do monumento e o urbanismo de Olisipo, *Revista Almadan*, p. 44-55.

FERNANDES, Lídia; COROADO, João; CALADO; Marco; COSTANTINO, Chiara. Ocupação medieval islâmica no Teatro Romano de Lisboa. O caso do aproveitamento do postcaenium no decurso do século XII. *X Congresso Internacional de Cerâmica Medieval no Mediterrâneo* (Silves, 22-27 de Outubro de 2012) (no prelo).

HAUSCHILD, Theodor (1990). Das Roemishe theater von Lissabon. Planaufrahme 1985-1988. *Madrider Mitteilungen*. 31, p. 348-392.

*Ilustração Portuguesa.* II ≈ Série, n° 29, 10 de Setembro 1906, p.185-190.

LUIS, João. [Registo do cordeamento]. 28 de Janeiro de 1665. Acessível no *Livro de Cordeamentos 1614–1699*, Arquivo Histórico Municipal, Câmara Municipal de Lisboa, cota: BL-2.A.058.05.35.

MACEDO, Luís Pastor de. *Lisboa de Lés-a-Lés*, ed. Câmara Municipal de Lisboa, vol. I, Lisboa, 1940.

MOITA, Irisalva. "O teatro romano de Lisboa", *Revista Municipal*, Lisboa, vol. 124/125, Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa, 1970, p.7-37.

*Obra nº 39376* [Processo de Obra], Arquivo Municipal de Lisboa – Núcleo Intermédio, código de referência: PT/AMLSB/CMLSB/UROB-OP/01/334479.

Plan de la Ville de Lisbonne en 1650, existant aux Archives Municipales [Material Cartográfico]. Desenho aguarelado. Museu da Cidade. 1850. № Inv.: MC.DES.1084.

Planta da Baixa de Lisboa antes do terramoto, na zona das actuais freguesias da Sé, S. Tiago, S. Miguel, Castelo e S. Cristóvão e S. Lourenço [Material Cartográfico]. Desenho a tinta-da-china sobre tela. Museu da Cidade. No Inv.: MC.DES.4295.

RODRIGUES, Adriano Vasco (1987) – O Teatro Romano de *Felicitas Julia* (Lisboa). Suplemento de *Ingenium*. Dezembro

Segundo Supplemento à *Gazeta de Lisboa*. XXVII. 7 de Julho de 1798. Lisboa. Regia Officina Typografica.

Segundo Supplemento à *Gazeta de Lisboa*. VI. 9 de Fevereiro de 1799. Lisboa. Regia Officina Typografica.

SEPÚLVEDA, Eurico; FERNANDES, Lídia (2013). Teatro romano de *Felicitas Iulia Olisipo*: la *sigillata* de tipo itálico decorada (campañas 2005-2006). Congreso Internacional de la SECAH: Hornos, talleres y focos de producción alfarera en Hispania (Cádiz 3-4 de Marzo de 2011). *Monografías ex officina hispana*. Tomo II. Cádiz, p. 59-72.

SILVA, A. Vieira da. A Cerca Moura de Lisboa, Lisboa, 1939.

Synopse dos Principais Actos Administrativos da Camara Municipal de Lisboa (ano de 1836), CML, Lisboa, 1937.

PEREIRA, Paulo (2000). La musealización del património edificado. Algunos ejemplos. *Revista de Museología* – Museos y Museología en Portugal. RdM[monografías], p. 119-136.

140

# CONIMBRIGA: HISTÓRIA, GESTÃO E PROTEÇÃO DE UMA CIDADE ROMANA<sup>1</sup>

Virgílio Hipólito Correia<sup>1</sup>, José Ruivo<sup>2</sup>

#### Resumo

Apresenta-se um resumo da evolução histórica de Conimbriga enquanto sítio aberto ao público e instituição de gestão do património, colocando em contexto as práticas de gestão levadas a cabo.

É também feita uma apresentação das intervenções recentes e dos projetos futuros.

Palavras-chave: Conimbriga, Gestão do Património, Conservação.

#### **Abstract**

A brief summary of the historic evolution of Conimbriga as a site open to the public and a heritage management institution is made and the current management practices are put in context.

A presentation of recent interventions and future projects is also made.

**Keywords**: Conimbriga, Heritage Management, Conservation.

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> Museu Monográfico de Conimbriga e Faculdade de Letras da Universidade do Porto / Investigador do Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e Porto / diretor@mmconimbriga.dgpc.pt .

<sup>&</sup>lt;sup>2</sup> Museu Monográfico de Conimbriga / Investigador do Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra / jruivo@ mmconimbriga.dgpc.pt

¹ As ideias aqui publicadas têm sido frequentemente discutidas pelos autores em encontros técnicos e foros de vária ordem, designadamente o Intensive Programme on Total Quality Heritage Management, no Instituto Politécnico de Tomar (Mação, 5/3/2008); o Encontro Entremargens, na Faculdade de Belas Artes da Universidade de Lisboa (28/5/2008); uma Conferência no Mestrado em Conservação e Restauro Faculdade de Letras/Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra (Coimbra, 4/12/2008); uma Conferência no Curso de Turismo da Escola Superior Agrária de Coimbra (26/5/2010); o lo Workshop "Los Bañales" (Uncastillo, 23/3/2012) − por Virgílio Hipólito Correia − e o Encontro El Patrimonio Arqueológico en el Valle Miñor y Baixo Miño, na Universidad Internacional Menendez Pelayo (Gondomar, Pontevedra, 8/5/2009) − por José Ruivo. A última apresentação, no Colóquio Património Arqueológico: da investigação à apresentação pública, Associação dos Arqueólogos Portugueses (Lisboa, 28/9/2013, por VHC) deu oportunidade à presente publicação, pelo que os autores desejam agradecer à AAP.

### 1. INTRODUÇÃO

Situada no centro do país, Conimbriga é uma das cidades romanas melhor conhecidas da Península Ibérica e uma referência incontornável para os estudiosos do urbanismo e da arquitectura do período romano.

Num curto apanhado das principais interven-

ções realizadas em Conimbriga, não deixa de ser surpreendente o facto de, não obstante as ruínas de Conimbriga surgirem referidas na bibliografia deste o século XVI, o início das escavações sistemáticas na cidade ter ocorrido apenas em 1929.

No quadro seguinte traçamos uma breve sinopse de alguns dos passos mais relevantes do percurso de Conimbriga na sua história (relativamente) recente:

1873	Primeiras sondagens realizadas pelo Instituto de Coimbra
1899	Primeiras escavações de vulto, promovidas pelo Instituto sob o patrocínio da Rainha D. Amélia
1910	O sítio é classificado como Monumento Nacional
1929	Por ocasião do XI Congresso Internacional de Antropologia e Pré-História, procede-se à aquisição dos primeiros terrenos e inicia-se a escavação sistemática da cidade, sob a direcção de Vergílio Correia
1940-1950	Reconstituição e consolidação das ruinas, sob a égide da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (Figura 15)
1962	Inauguração do Museu Monográfico de Conimbriga
1964-1977/9	Escavações luso-francesas e publicação dos respectivos relatórios, construindo-se a primeira síntese histórica indispensável à compreensão da cidade (ALARCÃO e ETIENNE 1974-1979: Figura 16)
1980	Remodelação e ampliação do Museu e transferência da tutela do Museu e Ruínas para o Instituto Portu- quês do Património Cultural (IPPC)
1993	Transferência da tutela do IPPC para o Instituto Portugês de Museus, actualmente IMC, IP
1993 2005-6	Transferência da tutela do IPPC para o Instituto Portugês de Museus, actualmente IMC, IP  Remodelação do Forum, das termas trajânicas e das termas do aqueduto

Do ponto de vista arqueológico, e não obstante as numerosas lacunas de conhecimento que continuam por preencher, os trabalhos realizados durante de mais de um século forneceram elementos que permitem traçar de forma genérica a evolução do povoado entre o Bronze Final e a Idade Média, com particular destaque para a época romana imperial.

#### 2. A GESTÃO DE CONIMBRIGA

Como já foi referido em várias ocasiões, compete ao Museu Monográfico de Conimbriga a gestão directa do sítio arqueológico (Figura 1). A sua missão institucional tem como pontos basilares os seguintes:

- **a)** assegurar a protecção e a conservação das ruínas e promover a sua exposição pública;
- **b)** promover e prosseguir a investigação arqueológica sobre o sítio;
- **c)** prestar serviços ao público no domínio da conservação e restauro;

- **d)** contribuir para a gestão do território e para o desenvolvimento local.
- a) A protecção e salvaguarda das ruínas de Conimbriga é assegurada por dois importantes instrumentos de gestão: a declaração de Monumento Nacional (Decreto de 16/10/1910) e a existência de uma zona de protecção (Portaria de 12/11/1971). Está ainda em curso um programa de aquisições de terrenos que, a ser bem sucedido, garantirá que a quase totalidade da área arqueológica de Conimbriga seja incorporada no domínio público, eliminando assim quase por completo algumas das ameaças que ainda pendem sobre parte dos vestígios mais importantes da cidade, como é o caso do anfiteatro (cf. *infra* 4.3. Os Projectos Futuros).

A conservação das ruínas está a cargo do laboratório de conservação e restauro do Museu, responsável pela conservação (preventiva e curativa) e pelos trabalhos de restauro. A conservação é,

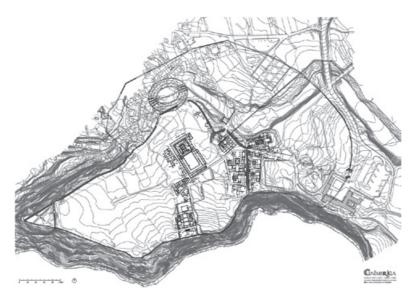


Figura 1 – Planta geral de Conimbriga, © Cruz & Alarcão – MMC/DGPC

actualmente, um dos problemas mais complexos em termos de gestão das ruínas. São bem claras as especificidades de um estabelecimento arqueológico ao ar livre, onde estão presentes estruturas construídas em alvenaria, revestimentos a estuque (por vezes ainda com pintura), pavimentos musivos, etc., sujeitos aos agentes atmosféricos e a amplitudes térmicas que ultrapassam por vezes os 30°C.

Por outro lado, uma intervenção como a realizada na Casa dos Repuxos, na qual foi colocada uma cobertura com o intuito de proteger os pavimentos, as estruturas e os revestimentos, respondeu de forma relativamente satisfatória a algumas destas necessidades mas trouxe consigo outros problemas: desde logo o impacto visual da estrutura, extremamente impositiva (Figura 17), e, mais recentemente, o aparecimento de patologias associadas à degradação da cobertura, nomeadamente o aparecimento de líquenes e as provocadas por infiltrações de águas pluviais (SALES 2006 110-116).

No que respeita à exposição pública das ruínas, há que ter presente que a captação de visitantes esteve, desde um primeiro momento, entre os objectivos pretendidos para o local: por meados do século passado Conimbriga integrava os roteiros turísticos promovidos e divulgados pelo então Secretariado Nacional da Informação, Turismo e Cultura Popular (S.N.I.), e a sua ligação umbilical à Universidade de

Coimbra promoveu o local como ponto de passagem e motivo central de atracção para visitas escolares provindas de todo o país, constituindo desde logo a coluna dorsal dos movimentos de público (OLIVEIRA 2004).

Importa, todavia, separar dois planos: o das intenções oficiais das entidades públicas de tutela – pautados com frequência por uma completa vacuidade – e o conjunto de intenções perseguidas por um conjunto apreciavelmente coeso de responsáveis e colaboradores técnicos da instituição no último meio século.

Neste segundo plano, podemos porventura encontrar o que tem sido uma "visão" para Conimbriga, primeiro enunciada por J. M. Bairrão Oleiro (OLEIRO 1952) e a partir daí perseguida por sucessivas gerações até à equipa em que os autores deste texto se integram:

- Conimbriga é a primeira estação arqueológica do país, pela sua importância histórica, pela extensão em que é conhecida e pela sua imagem junto do público em geral. Pode ser a sede da principal escola de Arqueologia Clássica em Portugal, em estreita colaboração com a Universidade, e deve estender o seu impacto cultural ainda além desse âmbito, pois a demonstração do valor cultural e social do Património deve ser geradora de experiências, semelhantes ou mais avançadas, noutros pontos do país.

Os elementos essenciais desta visão radicam portanto em vários campos indissociáveis: na conservação, na investigação e num espírito de missão, de serviço público, que se quer desenvolvido. Infelizmente, e em detrimento daqueles objectivos, somos com frequência confrontados com uma certa tendência para a sobrevalorização do elemento turístico medido pelo único indicador (rudimentar, diga-se de passagem) do número de visitantes. Na realidade, será porventura mais interessante e certamente muitíssimo mais proveitoso pensar numa atracção turística dirigida a um público interessado no chamado "turismo cultural", neste caso na vertente mais específica de turismo de ciência e, também, num turismo de natureza, do que, como comummente sucede, estar psicologicamente dependente da próxima leva maciça de excursionistas.

Os objectivos perseguidos em Conimbriga resumem-se, pois, em atrair públicos diversos, interessados num local de cultura, e atraí-los através do desenvolvimento e publicitação de um projecto cultural de longo alcance, onde a Conservação do Património e a divulgação do Conhecimento através da Investigação Arqueológica se cruzam com o Desenvolvimento Local Sustentável, condição sine qua non do sucesso do projecto e, no limite, do valor social que esse projecto pode ter, e deve ter, numa sociedade democrática (ALARCÃO e CORREIA 2004).

Conimbriga é, hoje, o sítio arqueológico mais visitado em Portugal estimando-se que, desde a sua abertura ao público em meados do século passado, tenha recebido vários milhões de visitantes, a um ritmo que tem oscilado geralmente entre os cerca de 100.000 e os cerca de 150.000 visitantes/ano, embora seja visível uma tendência marcadamente descendente ao longo da última década (Figura 2).

Não é difícil associar as fases de crescimento/ diminuição de público a ciclos de crescimento/depressão económica, a acontecimentos culturais relevantes (o pico no número de visitantes é atingido em 1999, no rescaldo da Expo 98; mais recentemente,

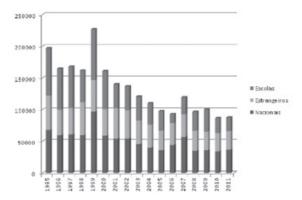


Figura 2 – Evolução dos volumes de público de Conimbriga entre 1995 e 2011.

o pico de 2007 foi consequência do concurso televisivo As sete maravilhas de Portugal, promovido pelo canal privado TVI, ao qual Conimbriga era um dos candidatos) ou a problemas conjunturais da própria instituição (as quedas de 2003-2004 foram acentuadas pela inexistência de um horário de Verão, o que reduziu em 2 horas diárias o período de visita entre Maio e Setembro).

Manifestando a redução de públicos uma tendência de cariz vincadamente transversal, pois que afecta todos os tipos de público, nota-se uma quebra muito significativa ao nível do público escolar, à qual não serão alheios diversos factores, que se interpenetram:

- redução do número de escolas e de alunos em idade escolar (factor demográfico), bem como redução proporcionalmente ainda mais sensível do número de alunos dos ensinos Secundário e Universitário a frequentar as áreas de Humanidades;
- agravamento dos problemas estruturais das escolas que, associada à crise económica das famílias, leva à redução do número de visitas escolares e ao encurtamento do seu aro geográfico;
- aumento da concorrência dos museus locais, sobretudo associados às autarquias, muitos dos quais de criação ou remodelação recente, oferecendo uma vasta gama de recursos educativos ou a fruição de outras vertentes patrimoniais.

Impõe-se, portanto, a adopção de novas estratégias de captação de públicos, associadas ao in-

vestimento na valorização do sítio (nomeadamente em projectos infraestruturais, equipamentos, etc.), na diversificação da oferta cultural, na divulgação e promoção, na informação e nos serviços prestados ao visitante, na formação de pessoal, etc.

**b)** Naturalmente, um dos elementos essenciais na estratégia de desenvolvimento do projecto de Conimbriga assenta na investigação arqueológica do núcleo urbano: o seu contributo permite a exposição de novas áreas ao público, enriquece o acervo museológico da instituição, promove a consciência pública sobre o local e aumenta o prestígio científico e académico da instituição. A investigação é, portanto, um *pivot* fundamental da actividade do Museu (Figura 3).



Figura 3 – Sondagem arqueológica a Norte do fórum, zona preferencial de desenvolvimento da investigação arqueológica em Conimbriga na actualidade.

De 1996 para cá, Conimbriga está a atravessar um período de desenvolvimento da investigação dotado de uma dinâmica sem paralelo desde os anos sessenta do século passado. Esta investigação tem sido enquadrada pelo Museu Monográfico numa perspectiva de grande abertura a projectos externos, de promoção dos projectos internos mais promissores e de uma política fortemente activa de procura de colaborações (com investigadores individuais, com centros de investigação e com departamentos universitários) no sentido de se avançar de forma sistemática no conhecimento da cidade romana e na sua evolução posterior.

Três campos de estudo têm sido especialmente visitados: i) a caracterização histórico-arqueológica de Conimbriga e das suas realidades ao longo da história; ii) o enquadramento da Conimbriga romana dentro da realidade provincial da Lusitânia; iii) o tratamento do sítio arqueológico enquanto entidade patrimonial e centro cultural.

Os resultados nestas distintas áreas são muito variados:

- A caracterização histórico-arqueológica de Conimbriga e das suas realidades ao longo da história foi recentemente objecto de teses de mestrado dizendo respeito quer aos aspectos arquitectónicos e de povoamento, quer aos estudos de materiais, tanto do ponto de vista tradicional, tipológico e quantitativo, quanto de pontos de vista mais ligados à indagação físico-química de processos de fabrico e proveniências.
- O enquadramento da Conimbriga romana dentro da realidade provincial da Lusitânia, tem contado ainda com uma parceria existente entre o Museu e as principais instituições arqueológicas de Mérida, antiga capital da Lusitânia, que são o Museo Nacional da Arte Romano, o Instituto de Arqueologia de Mérida (CSIC) e o Consórcio da Cidade Monumental. Esta colaboração conduziu ao desenvolvimento, com sucesso de projectos de investigação sobre a numismática da Lusitânia, sobre as defesas tardias das cidades da província romana, estando em curso outros ligados à engenharia hidráulica e aos materiais de construção.
- O tratamento do sítio arqueológico enquanto entidade patrimonial e centro cultural, quer do ponto de vista da sua conservação, quer do da sua apresentação pública (campo, por sua vez, polifacetado), está também a ser objecto de investigação académica. Isto acontece tanto a nível de mestrados, como a nível de dissertações de doutoramento.

Este quadro geral reúne, no seu conjunto, vinte investigadores (cinco dos quais funcionários do Museu), autores de doze dissertações de mestrado e

dez projectos de doutoramento, enquadrados em seis departamentos universitários distintos, tendo como traço comum Conimbriga como objecto de estudo ou como amostra representativa de primeira grandeza (como é o caso nos projectos cuja área de delimitação é a Lusitânia), e haveria ainda que adicionar outros projectos em embrião, ou já em curso mas com distintos enquadramentos académicos. Tratar-se-á, porventura, do principal *cluster* de investigação em curso, neste momento, na Arqueologia portuguesa.

O factor crítico de sucesso do desenvolvimento desta estratégia está, obviamente, na transformação deste vector de crescimento num produto acessível ao público. Dito de outra forma, está na capacidade de fazer de um Museu de Sítio Arqueológico, não uma Ruína Romântica, não um Museu Etnográfico de uma sociedade desaparecida, não um Museu de Artes Decorativas de artistas anónimos, como são frequentemente os Museus de Arqueologia, mas um Museu de Ciência: a Arqueologia é uma Ciência; a sua Museologia é necessariamente uma Museologia do Conhecimento.

Isto far-se-á, em prazos a definir, por meio de dois instrumentos: uma estratégia de comunicação e uma reformulação das infraestruturas museológicas de Conimbriga, que não conhecem alteração estruturante desde 1962.

**c)** desde a sua criação, o Laboratório de Conservação e Restauro de Conimbriga tem sido responsável pela prestação ao público de serviços de conservação e restauro, sobretudo a clientes institucionais, entre os quais se contam museus, autarquias e serviços dependentes do Estado.

No âmbito da autonomia financeira que foi concedida a várias instituições públicas durante o período de vigência da lei orgânica do Instituto dos Museus e Conservação, I.P. (Dec.-Lei 97/2007 de 29 de Março, revogado pelo Dec.-Lei nº 115/2012, de 25 de Maio, que criou a DGPC), o pagamento recebido a troco da realização de trabalhos de conservação e restauro para outras entidades passa a constituir receita própria do Museu tendo-se tor-

nado, efectivamente, na sua mais importante fonte de financiamento logo a seguir ao Orçamento de Estado. A situação sofreu naturalmente um retrocesso cujas consequências não podem ainda ser completamente determinadas.

**d)** ao mesmo tempo, o Museu Monográfico de Conimbriga assume-se como um instrumento de gestão do território envolvente e como pólo de desenvolvimento local sustentável cumprindo, desta forma, uma função social, económica e cultural (cfr. *infra* 4.3, Projecto 3.3)

# 4. ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO NO MUSEU E NAS RUÍNAS

O factor crítico de sucesso do desenvolvimento da museologia de Conimbriga, como museologia de ciência está, como se disse, na articulação dos projectos de investigação com uma iniciativa abrangente no âmbito da comunicação educacional e na promoção. Projectos e iniciativa, no entanto, não dispensam um investimento infraestrutural importante, cujas linhas mestras foram identificadas em 1954 e que têm sido sucessivamente reclamadas e repropostas desde 1962, mas que se fazem ainda esperar. Diga-se que, individualmente consideradas todas as especificidades da gestão pública, a maior delas é sem dúvida a imponderabilidade das decisões de investimento, dependente como está, regra geral, de considerações políticas cuja fundamentação nem sempre é evidente.

#### 4.1. A intervenção recente

Nas últimas décadas o investimento em Conimbriga tem vindo a ser realizado com recurso a financiamentos comunitários. Neste âmbito destacou-se o investimento levado a cabo dentro do III Quadro Comunitário de Apoio, que permitiu concluir a primeira fase de intervenção em Conimbriga, a da consolidação da área arqueológica escavada desde os anos 40, com especial relevo para a que foi posta a descoberto pelas escavações luso-francesas de 1964-1971. A ausência de uma verdadeira perspec-

tiva de valorização associada ao projecto da missão luso-francesa teve como consequências que, mais de uma década depois de terminadas as escavações, não existisse ainda um projecto para a abertura ao público da área escavada e que se tenha celebrado o trigésimo (!) aniversário das escavações sem que esse projecto estivesse consolidado.

Só entre 1999 e 2001 se criaram as condições para se lançar o projecto cujos primeiros passos se tinham dado em 1994: com sessenta anos de intervalo a área aberta ao público em Conimbriga crescia finalmente (mais do que duplicava) para permitir a missão essencial da instituição: a fruição dos vestígios do passado expostos pelo labor dos arqueólogos. Paralelamente, tomaram-se a nível da Tutela as decisões conducentes ao desenvolvimento do programa geral de intervenção, esperando-se que o processo possa decorrer agora com maior celeridade.

A primeira fase da intervenção em Conimbriga (Figura 4) consistiu essencialmente na obra de conservação e valorização de alguns dos monumentos mais emblemáticos da cidade romana – *forum*, termas do sul e termas do aqueduto – e respondeu a três pontos programáticos essenciais:

- proteger adequadamente os vestígios do povoado pré-romano. Foi julgado importante para o discurso museológico a desenvolver nas Ruínas a valorização desses vestígios enquanto testemunho diacrónico da presença humana e do aspecto propriamente urbano de um local habitado ao longo de um espaço plurigeracional, na verdade até pluricivilizacional, elemento muitas vezes ausente do discurso histórico feito a propósito de sítios arqueológicos;



Figura 4 – Intervenção de conservação e valorização no fórum de Conimbriga (Projecto Cruz & Alarcão 1994). © Humberto Rendeiro – MMC/DGPC

- -tratar, do ponto de vista arquitectónico, as coberturas de protecção dos vestígios pré-romanos e a sua relação com os monumentos flavianos, dando a estes a necessária expressão plástica; o exemplo da cobertura da Casa dos Repuxos, na medida em que estabelece um corte com a sua envolvente patrimonial e natural, é bem demonstrativo da potencial perturbação à fruição e à leitura que esse tipo de soluções acarreta. Foi, portanto, indispensável encarar uma intervenção global nos monumentos, necessariamente adaptada às suas dimensões e ao seu carácter monumental intrínseco; a monumentalidade da intervenção foi, assim, de natureza propriamente programática e não é acidental;
- adicionar valências adequadas à situação actual do sítio, do ponto de vista cultural e sociológico. Conimbriga é, actualmente, tanto um sítio arqueológico como um centro cultural tout court. Ainda que não esteja neste momento acessível nenhum edifício de espectáculos antigos da cidade, as solicitações feitas ao sítio obrigam a uma consideração ponderada das indicações da Carta de Verona e da Declaração de Segesta, e as intervenções desenvolvidas nestes parâmetros têm de acontecer, como é óbvio, no respeito completo pela natureza do sítio arqueológico e dos vários espaços que o compõem.

É ainda cedo para avaliar completamente do impacto que esta intervenção notável – e pioneira – está a ter no património de Conimbriga. Desde já, uma indicação importante: apesar de ter sido alvo de alguma contestação no meio arqueológico, a intervenção revelou-se um sucesso junto do público em geral.

# 4.2. As intenções de base do Desenvolvimento Infraestrutural do Programa Museológico de Conimbriga

A intervenção levada a cabo de 1999 a 2004 deve considerar-se uma primeira fase de um programa mais geral (Figura 5). Os elementos essenciais desse quadro geral de desenvolvimento infraestrutural do programa museológico de Conimbriga são, quanto a nós, os seguintes:

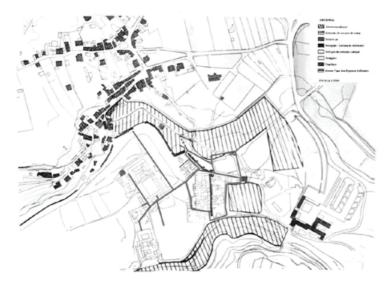


Figura 5 – Projecto de Desenvolvimento Infraestrutural do programa Museológico de Conimbriga. Planta de síntese.

- a) a expansão do perímetro das Ruínas para os seus limites naturais, que correspondem aos limites antigos da cidade;
- b) o tratamento de todo o espaço aberto ao público com uma linguagem arquitectónica reconhecivelmente unitária;
- Para além destes elementos, é necessário qualificar todo o espaço envolvente por forma a criar: c) espaços para a realização de uma gama vasta de actividade culturais dentro do perímetro arqueológico;
- d) condições de fruição das áreas monumentais da cidade, mediante a integração dos principais monumentos no percurso aberto ao público;
- e) fluidez de circulação entre o Parque e o espaço urbano envolvente, como forma de potenciar o impacto turístico no tecido socioeconómico local.

Estes elementos devem proporcionar os requisitos para receber um volume de visitantes acrescido, promover o aumento do tempo de permanência média do visitante, instalar os dispositivos capazes de proporcionar uma visita onde pontifiquem aspectos como o conforto, a informação e a diversificação de percursos, melhorar as condições de conservação e manutenção das Ruínas, do conjunto do perímetro arqueológico e das áreas envolventes e as condições técnicas de operação dos serviços técnicos do Museu.

#### 4.3. Os projectos futuros

Foi intenção do Museu criar condições para, no âmbito do 4º Quadro de Referência Nacional, se desencadear a segunda fase de intervenção em Conimbriga, que chegou a contar com financiamento aprovado em 2009 através do Programa de Valorização Económica dos Recursos Endógenos (PROVERE). Os objectivos primordiais eram os seguintes:

- 1) a promoção do perímetro arqueológico enquanto parque urbano;
- 2) o reforço da imagem patrimonial e atracção de públicos;
- 3) a valorização de activos e atracção e fixação de recursos qualificados.

Relativamente ao primeiro dos objectivos perseguidos, foram propostos os seguintes projectos:

Projecto 1.1 – Expropriações e consolidação do parque arqueológico: visa-se a efectiva salvaguarda dos vestígios arqueológicos da cidade romana, eliminando uma vasta gama de ameaças ao seu património, permitindo a gestão dos novos espaços pelo Museu e criando as condições necessárias à expansão do Projecto Museológico de Conimbriga, nomeadamente no que diz respeito à área do anfiteatro. Foi já desencadeado o processo de aquisição de cerca de cerca de cinco hectares de terrenos privados; Projecto 1.2 – Integração do vale norte no circui-

to de visita: condicionado ao processo de aquisições, contempla a valorização desta parte da área monumental da cidade, através da criação de um percurso que irá da Casa dos Repuxos ao Anfiteatro, colocando em evidência espaços como o viaduto, o moinho e o lagar, hoje praticamente afastados dos olhares do público;

Projecto 1.3 – Criação do pólo museológico de Condeixa-a-Velha: contempla a recepção de visitantes nas entradas do anfiteatro e a instalação dos serviços de extensão cultural nos dois prédios situados sobre as galerias da entrada poente do edifício, entretanto adquiridos pelo Museu, bem como noutros cuja aquisição já foi proposta superiormente, que funcionariam como pequenos espaços de exposições temporárias e de apoio a escavações e à manutenção do anfiteatro;

Projecto 1.4 – Acessibilidades internas e melhoria das condições de acolhimento: a sua implementação estará associada à elaboração de um projecto geral de paisagismo, à criação de condições de acessibilidade na visita de toda a área escavada e à criação de mais espaços de entrada e circulação na zona envolvente do perímetro arqueológico, bem como à renovação de alguns dos já existentes;

Projecto 1.5 – Nova oficina de mosaicos: decorre da necessidade urgente de retirar a oficina de restauro de mosaicos do perímetro arqueológico, considerando o seu impacto visual absolutamente negativo para o público e a falta de condições de trabalho que proporciona.

No quadro do segundo objectivo, o do reforço da imagem patrimonial e atracção de públicos, seleccionaram-se os seguintes projectos:

Projecto 2.1 – Criação de um Sistema de Informação Geográfica: o programa de comunicação de Conimbriga necessita de uma solução baseada nas mais recentes tecnologias utilizadas no desenvolvimento de Sistemas de Informação, Bases de Dados e Sistema de Informação Geográfica. O Sistema de Informação base deverá

ser capaz organizar e de armazenar a informação numa Base de Dados e apresentá-la da forma mais adequada aos objectivos informativos/promocionais, educativos e científicos do Museu Monográfico de Conímbriga;

Projecto 2.2 – Maquete electrónica de Conimbriga: a modelação dará lugar à elaboração de animações em formato digital, as quais serão desenhadas e processadas de acordo com os guiões dos conteúdos, no que constitui a narrativa que se pretende transmitir aos visitantes. Com a elaboração dos guiões e conteúdo final dos programas proceder-se-á à edição audiovisual multimédia dos programas propriamente ditos, os quais serão transpostos para DVD, sendo esta a forma final do produto;

Projecto 2.3 – Modernização do auditório: as crescentes solicitações de utilização do auditório aconselham a aproveitar a oportunidade para o seu reequipamento por meios digitais. Isto incluiria projector de LCD, hardware próprio e possibilidades de ligação *on-line* e video-conferência;

Projecto 2.4 – Sala de exposições temporárias: decorre da necessidade de dotar o Museu de um grande espaço expositivo que permita não só quebrar a rotina da exposição permanente (sem qualquer alteração de há três décadas a esta parte) mas, beneficiando de diversas sinergias, diversificar a oferta cultural aos visitantes, aumentar a visibilidade do trabalho arqueológico e de investigação produzido na instituição, colaborar mais activamente com outros Museus e instituições na realização exposições com carácter itinerante, etc.

Finalmente, em relação ao terceiro objectivo - dirigido à valorização de activos e atracção e fixação de recursos qualificados - e que é, potencialmente, um dos mais fortemente reprodutores no tecido social envolvente, apresentaram-se os seguintes projectos de investigação:

Projecto 3.1 – Investigação e reabilitação dos edifícios de espectáculo da cidade: condiciona-

do ao processo de aquisição de terrenos a que já se aludiu;

Projecto 3.2 – Intervenção no sector a Norte do forum com novos processos de registo: a característica singular de Conimbriga, no panorama das cidades romanas da Lusitânia de dimensão e importância comparáveis, é a sua desertificação no período medieval. A deterioração da conformação urbana de Conimbriga e a degradação do padrão romano de ocupação do espaço até à transformação do que fora uma cidade habitada por alguns milhares de pessoas em campos de cultivo é, presentemente, um dos mais aliciantes campos de investigação em aberto;

Projecto 3.3 – Caracterização do território do oppidum e valorização dos seus núcleos: a parte portuguesa da província da Lusitânia não dispõe, em nenhuma zona atribuível ao território de um núcleo urbano, de um conjunto de dados arqueológicos consistentes sobre o que foi a ocupação do entorno rural desses núcleos. A principal condicionante do presente projecto é, de facto, o seu ineditismo.

Este projecto pretende ser um instrumento de criação de conhecimento científico actualizado sobre as relações cidade/campo no mundo romano, transformando esse conhecimento em recurso cultural que, no presente, contribua para o desenvolvimento sustentado das comunidades que actualmente ocupam o território em questão, valorizando o património local e potenciando o desenvolvimento económico da região.

As condições económicas e políticas que o país está a atravessar, especialmente a partir de 2010, inviabilizaram o desenvolvimento destes projectos no quadro temporal previsto. Mas, como diz o povo: "A esperança é a última a morrer".

#### 4.3.1. Um novo Museu?

Finalmente, uma terceira fase de intervenção em Conimbriga passará um dia, necessariamente, por uma profunda remodelação do Museu Monográfico ou, numa visão mais pragmática – tanto em termos de eficácia, como de custos associados –,

pela construção de raiz de um novo Museu, com um contributo arquitectónico que lhe adicione uma valência e um motivo de interesse suplementar, que a actual arquitectura está longe de oferecer.

O edifício do Museu Monográfico de Conimbriga é um edifício de cariz utilitário de inícios dos anos 60 do século XX profundamente transformado no final dos anos 70 por uma obra que lhe conferiu um carácter híbrido, desprovido de interesse histórico-artístico, hoje funcionalmente insuficiente e em acelerada degradação.

A programação deste futuro Museu será, indiscutivelmente, um desafio. Nos dias que correm os Museus em geral encontram-se numa conjuntura de profunda mudança, que lhes coloca importantes reptos na resposta à criação de novas condições estruturais para o desenvolvimento e implementação do seu papel social: o de lugares de memória e de instituições de conservação dos vestígios do passado. No mundo em que vivemos este desafio coloca-se nos seguintes termos: ou os Museus têm a capacidade de se tornar parceiros dinâmicos e agentes da evolução da comunidade em que se inserem, afirmando a necessidade e a urgência do seu papel cultural e educacional, ou esse papel será remetido à irrelevância, desmembrado no processo conflitual que preside a toda a construção social, política e ideológica moderna. É na afirmação desta ruptura com a concepção tradicional do Museu - enquanto instituição de grande estabilidade, de processo de intervenção social pré-estabelecido e sempre modesto no timbre e volume da sua intervenção pública - que reside em boa medida a essência da nossa proposta.

#### **BIBLIOGRAFIA**

ALARCÃO, A. (1989), "O sítio de Conimbriga e o seu Museu Monográfico". *Museum*, 161 (1), pp. 22-24.

ALARCÃO, A. e CORREIA, V. H. (2004), "Conimbriga – Investigação, salvaguarda e apresentação. Programas e projectos". Apêndice a CORREIA, V. H. (ed.) *Perspectivas sobre Conimbriga*, Lisboa, Ed. Âncora/Liga de Amigos de Conimbriga, pp. 120-128.

ALARCÃO, J. e ETIENNE, R. (dir.) (1974-1979), Fouilles de Conimbriga, 7 vols., Paris, M.A.F.P. / Conimbriga, M.M.C.

ALARCÃO, P. (2006), "Conservação e valorização em Conimbriga: projectos e obras". *Monumentos*, nº 25, pp. 208-213.

CORREIA, V. H. (1993), "Os materiais pré-romanos de Conimbriga e a presença fenícia no Baixo Mondego", Actas do Colóquio Os Fenícios no território Português, *Estudos Orientais*, 4, pp. 229-283.

CORREIA, V. H. (2001), "Conservação e Musealização em Conimbriga: virtudes e dificuldades de duas abordagens conflituais", in Conservação + Intervenção em sítios arqueológicos e monumentos históricos, Porto, Un. Portucalense, pp. 85-93.

CORREIA, V. H. (2002), "Tecnologia de Informação aplicada à Arqueologia", *Al-Madan*, 2° s., n° 11, p. 241.

CORREIA, V. H. (2003), Conimbriga. Guia das Ruínas, Lisboa, IMC.

CORREIA, V. H. (2008), "Conimbriga: oitenta anos de um projecto". *Al-Madan*, 2ª s., nº 16, pp. 71-81.

CORREIA, V. H. (2012), A memória das pedras, Conimbriga, MMC.

CORREIA, V. H. e ALARCÃO, P. (2008), "Conimbriga: Um ensaio de topografia histórica". *Conimbriga*, 47, pp. 31-46.

DE MAN, A. (2006), Conimbriga. Do Baixo Império à Idade Média, Lisboa, Ed. Sílabo.

DGEMN, 1948: "Ruínas de Conimbriga". Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, nº 52-53.

OLEIRO, J. M. B. (1952), "Conimbriga e alguns dos seus problemas". *Humanitas*, 4, pp. 32-42.

OLIVEIRA, J. D. (2004), A política museológica do Estado Novo. O caso de Conimbriga, Coimbra (Relatório no âmbito do mestrado em História Contemporânea, policopiado).

SALES, P. M. M. L. (2006), A Casa dos Repuxos de Conimbriga. Evolução das soluções de reabilitação, conservação e restauro, Porto (dissertação de mestrado em Reabilitação do Património Edificado, policopiada).

# O PARQUE ARQUEOLÓGICO DO VALE DO TERVA (BOTICAS, PORTUGAL). HISTÓRIA, DESENVOLVIMENTO E DESAFIOS

Luís Fontes<sup>1</sup>, Mafalda Alves<sup>1</sup>

#### Resumo

O vale superior do Rio Terva, em Boticas, apresenta um interessante quadro evolutivo de ocupação configurando-se, com os seus inúmeros testemunhos arqueológicos identificados, como um verdadeiro palimpsesto através do qual se poderá vislumbrar as diversas paisagens que abrigou.

O capital de conhecimento adquirido, a par da reconhecida importância dos valores patrimoniais do vale superior do Rio Terva, alguns dos quais classificados ou em vias de classificação, justificou um esforço de convergência de interesses e de ações entre o Município de Boticas e a Universidade do Minho, que entenderam promover o desenvolvimento de um ambicioso projeto cultural que tem em vista a criação do Parque Arqueológico do Vale do Terva/PAVT.

**Palavras-chave**: Paisagem Cultural, Arqueologia da Paisagem, Gestão de Património.

#### **Abstract**

The Upper Terva River Valley presents an interesting pattern of occupation evolution, which will provide a glimpse of the valley's landscape past through known archaeological remains.

The knowledge already put away, coupled with the recognized importance of the Upper Terva River Valley's heritage justifies a convergence of interests and actions towards: a sustained valorization and integrated management of the existing heritage to promote its wider dissemination; the creation of public services; the increase of Boticas' cultural value and the internationalization of its ancient history and identity. Therefore, Boticas Municipality and the University of Minho came together with the mutual interest of promoting the development of an ambitious cultural project: the creation of the Terva Valley Archaeological Park/PAVT.

**Keywords**: Cultural Landscape, Landscape Archaeology, Heritage Management.

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho

### 1. BREVE HISTÓRIA DO PROJETO

A origem do Projeto PAVT poderá recuar-se a 2005, ano em que o Município de Boticas e a Universidade do Minho celebraram um protocolo de colaboração e no âmbito do qual se realizou a atualização do inventário do património arqueológico que acompanhou a revisão do Plano Diretor Municipal de Boticas.

Nesse trabalho, que contemplou a avaliação do potencial de valorização integrada dos sítios arqueológicos, considerou-se que "(...) Do conjunto de sítios e achados de época romana, as explorações mineiras do Poço das Freitas afirmam-se como um valor patrimonial de grande interesse científico e histórico, cuja conservação e valorização devem merecer especial atenção por parte do município e das entidades da tutela.

(...) Para além do estabelecimento de uma zona de proteção alargada, que garanta a preservação da envolvente paisagística e permita corrigir algumas perturbações (saibreiras, escombreiras e caminhos), recomenda-se o desenvolvimento de um projeto de estudo que permita conhecer as características da exploração (extensão das áreas exploradas, técnicas de mineração, povoados associados), a par de um projeto de ordenamento paisagístico que estabeleça percursos de visita interpretados. (...)" (Fontes e Andrade, 2010:23).

Reconhecendo a importância do conjunto arqueológico e assumindo a implementação de uma política ativa de valorização dos recursos endógenos, em 2006 o Município de Boticas solicitou à Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho a elaboração de uma proposta de "Programa para a Conservação, Estudo, Valorização e Divulgação do Complexo Mineiro Antigo do Vale Superior do Rio Terva, Boticas".

Na elaboração do referido Programa prevaleceu uma perspetiva de intervenção integrada, apresentando-se uma caraterização sucinta e contextualizada da área objeto do programa, uma identificação das potencialidades e uma hierarquização dos valores patrimoniais, definindo-se opções de valorização e respetivas propostas de atuação (Fontes, 2013).

Ao nível das potencialidades identificaram-se como principais a investigação/ensino, o lazer/ turismo e atividades económicas associadas. Na hierarquização de valores ordenaram-se em 1º lugar o Complexo Mineiro (Freitas, Limarinho e Batocas), em 2º lugar os povoados 'castrejos' e em 3º lugar as Aldeias (arquitetura tradicional). As opções de valorização foram orientadas para a qualificação dos bens patrimoniais em causa, na perspetiva da sua fruição pelo público. Assim, elegeram-se como fundamentais a instalação de um Centro de Interpretação em Bobadela, a criação de itinerários interpretados e o estudo arqueológico do povoado mineiro romano das Batocas e dos povoados 'castrejos' da cabeceira do Rio Terva. Nas propostas de atuação definiram-se como prioritárias a classificação do complexo mineiro antigo como bem cultural, o desenvolvimento de estudos e projetos, a construção de infraestruturas e instalação de equipamentos e finalmente a promoção, divulgação e merchandising do projeto (Fontes, 2013: 20-29).

Em 2010, o Município de Boticas viria a candidatar o "Programa para a Conservação, Estudo, Valorização e Divulgação do Complexo Mineiro Antigo do Vale Superior do Rio Terva, Boticas" a financiamento europeu, o qual recolheu aprovação no EEC PROVERE – PC/1/2010 e PA/1/2012 do Eixo Prioritário II – Valorização Económica de Recursos Específicos do ON.2 – O Novo Norte.

Em 2012 e face aos resultados positivos proporcionados pela execução do programa, o Município de Boticas e a Universidade do Minho convergiram no interesse mútuo de promover um mais ambicioso projeto cultural, renovando o protocolo de colaboração com vista à criação do Parque Arqueológico do Vale do Terva/PAVT, no sentido de garantir uma valorização sustentada e uma gestão integrada do valioso património identificado, tendo em vista promover a sua difusão alargada, a criação de serviços, o aumento da oferta cultural de Boticas e a internacionalização da história milenar e da identidade do seu território.

Já em 2013 e na perspetiva de assegurar uma base permanente de produção de conhecimento científico vinculada ao PAVT, elaborou-se um PIPA (projeto de investigação plurianual em arqueologia) intitulado "Povoamentos e Paisagens no Vale Superior do Rio Terva, Boticas: PoPaTERVA 2013-2016", aprovado pela DGPC e em curso de execução sob a direção científica do primeiro signatário.

### 2. DESENVOLVIMENTO DO PROJETO

Para memória futura e porque um projeto desta natureza nunca é obra apenas de quem assina a publicação de artigos, registamos aqui a equipa que concretizou o "Programa para a Conservação, Estudo, Valorização e Divulgação do Complexo Mineiro Antigo do Vale Superior do Rio Terva, Boticas": Luís Fontes (direção do projeto e responsável científico), Mafalda Alves (adjunta de direção e corresponsável científica), Carla Martins (consultora científica), Paulo Bernardes (direção multimédia), Natália Botica (direção sistemas de informação), Bruno Osório (arqueologia), Maurício Guerreiro (arqueologia), Célia Gomes (biologia-Fauna), Duarte Silva (biologia-Flora), Adelino Gomes (arquitetura - Centro Interpretação); Marcos Teixeira (arquitetura – Casa das Memórias), Tiago Rodrigues (design), Cristina Barros (gestão administrativa – Município Boticas), Guilhermina Bonjardim (gestão administrativa--Universidade do Minho), HDI/Deira, Fontes e Machado, Lda. (vídeos), Miguel Carneiro (ator), Complexus/CADPR, Unipessoal, Lda. (módulos expositivos e réplica de mina-Centro de Interpretação).

### 2.1. Dos Recursos da Paisagem

O território do PAVT é uma área geográfica contínua com cerca de 60 km², demarcada no lado norte do concelho de Boticas, no distrito de Vila Real.

Abarca a cabeceira do Rio Terva, encaixada entre as Serras do Leiranco, a poente e de Lapabar, a nascente, que se juntam a norte nos montes de Ardãos e de Seara Velha, por cujas encostas descem as ribeiras do Calvão e da Sangrinheira até confluir no início do vale, em Sapelos, dando início ao traçado do Rio Terva, afluente da margem direita do rio Tâmega (Figura 1).





Figura 1 – Localização do PAVT-Parque Arqueológico do Vale do Terva (Tiago Rodrigues).

Este troço inicial do rio Terva configura um amplo alvéolo aplanado, pontuado por inúmeras colinas e outeiros, onde afloram as massas graníticas modeladas pelos movimentos tardi-hercínicos, apresentando muitas dessas massas graníticas veios ou filões quartzíferos que incorporam mineralizações correspondentes a jazidas primárias de ouro.

Do ponto de vista biogeográfico, o vale do Rio Terva coincide com a zona de transição Eurossiberiana e Mediterrânica, condição que lhe confere uma grande diversidade florística e faunística, patente em vários nichos ecológicos do vale.

A paisagem humana do vale do Rio Terva é vincadamente marcada por três elementos naturais fundamentais, propiciadores da fixação humana: amplas zonas de pastagens e solos com potencial agrícola; abundância de água e de recursos minerais, principalmente auríferos; e por fim, fácil acessibilidade, constituindo-se como corredor natural de comunicação entre o planalto barrosão (Montalegre) e a ampla planície do troço médio do vale do Tâmega (veiga de Chaves).

Fruto, em grande parte, da circunstância particular da localização do vale do Rio Terva, as caracterís-

ticas da elevada taxa de biodiversidade devem-se também ao sapiente equilíbrio que as populações do vale têm conseguido manter na articulação com o ecossistema.

O território do PAVT integra atualmente 5 aldeias, Ardãos, Bobadela, Nogueira, Sapelos e Sapiãos, aldeias de origem medieval (Sécs. XII-XIII) nas quais residem cerca de 1300 habitantes.

É a população atual que, apesar das dificuldades do presente, mantem as caraterísticas essenciais da paisagem, dominada pelos bosques do vale, pelas veigas agricultadas em torno das aldeias e pelas cumeadas pedregosas.

O território do PAVT possui ainda um vasto e rico património arqueológico, de que se destacam, entre cerca de trinta referências, 9 povoados fortificados tipo 'castros', 12 sítios romanos (povoados, zonas de mineração e via) e 2 sítios medievais (castelo 'roqueiro' e povoado), que testemunham uma intensa mas diversa ocupação do vale na longa duração (Fontes e Andrade, 2010 e 2012).

#### 2.2. Da Investigação

Tal como recomendado na proposta elaborada pela Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho (Fontes, 2013: 31-32), a execução do "Programa para a Conservação, Estudo, Valorização e Divulgação do Complexo Mineiro Antigo do Vale Superior do Rio Terva, Boticas" contemplou a realização de estudos preliminares nas áreas da arqueologia, da biologia e da geologia, que sustentaram a produção dos conteúdos que integram a exposição permanente do Centro de Interpretação do PAVT, em Bobadela.

No caso da geologia beneficiou-se dos trabalhos precedentes, pois a existência de importantes recursos minerais na região há muito que havia suscitado a atenção dos geólogos (Ramos, 2010).

Ao nível da biologia, os estudos proporcionaram resultados surpreendentes, pois os inventários da fauna (com 266 espécies – Gomes, 2013) e da flora (com 480 taxa – Silva, 2013) revelaram o extraordinário valor de biodiversidade do território, em que releva a existência de espécimenes de fauna

representadas no Livro Vermelho dos Vertebrados de Portugal e de espécimenes florísticas protegidas pela Diretiva Habitats.

Iniciaram-se igualmente os estudos de paleoecologia, através da recolha de amostras de sedimentos para análises polínicas, de cuja análise se espera obter resultados que permitam caracterizar a evolução da cobertura vegetal em correlação com a sucessão de ocupação humana do vale.

Os estudos arqueológicos orientaram-se para o aprofundamento do inventário através de prospeções extensivas e intensivas, para o levantamento topográfico detalhado dos povoados fortificados 'castrejos' e para a realização de levantamentos e sondagens arqueológicas de diagnóstico no povoado mineiro romano das Batocas.

O conjunto de resultados obtidos permitiram elaborar uma primeira síntese interpretativa da evolução da ocupação do território do PAVT na longa duração, que serviu também para produzir os conteúdos que integram a exposição permanente do Centro de Interpretação, instalado em Bobadela.

De facto, do Calcolítico até à Contemporaneidade, os dados da arqueologia testemunham diversos e complexos processos de ocupação, que se sucedem evidenciando o caráter dinâmico da conformação da paisagem do vale do Terva, como se resume a seguir (Fontes *et al.*, 2011b; Fontes e Alves, 2013b).

Os primeiros indícios de ocupação remontam ao Calcolítico, período para o qual foram identificados vestígios esparsos de ocupação na zona central do vale, nas proximidades daquele que viria a ser um dos núcleos centrais da exploração de ouro, o Limarinho.

Apesar dos igualmente parcos vestígios de ocupação atribuíveis à Idade do Bronze, período para o qual se admite a existência de ocupação em dois povoados, é na Idade do Ferro que o povoamento no vale do Terva se densifica verdadeiramente, registando-se a existência de nove povoados fortificados.

Considerando a reduzida dimensão da área de estudo e a dispersão de povoamento na envolvente

próxima, constata-se uma significativa concentração de povoados da Idade do Ferro no vale do Terva, denunciando a existência de mecanismos de articulação que, em nosso entender, não serão alheios à exploração dos recursos minerais do vale do Terva.

Estes recursos minerais, especialmente os auríferos, serão explorados intensivamente em época romana, datando deste período as marcas mais significativas da alteração artificial da paisagem do Terva, traduzidas em grandes áreas escavadas e na deposição dos correspondentes volumes de inertes, decorrentes da extração mineira.

Pouco se sabe dos modelos de articulação entre as comunidades pré-existentes e a estrutura de gestão romana. Mas identifica-se, desde logo, uma inovação, que é a instalação preferencial de novos povoados na proximidade dos eixos viários do império e junto dos grandes polos de extração mineira, aqui sob a forma de núcleos mineiros especializados, como é o caso do povoado das Batocas, no qual se identificaram estruturas diretamente relacionadas com a metalurgia do ouro.

O abandono progressivo da exploração intensiva do ouro terá acontecido, à semelhança do que aconteceu noutros centros mineiros do Noroeste Peninsular, em torno do séc. II, embora se admita a sua continuidade posterior, mas de modo descontínuo e pontual.

Nos limiares da Idade Média, período em que o seu território se havia convertido numa área de fronteira administrativa entre Portugal e a Galiza, o vale do Terva volta a conhecer uma significativa alteração da estrutura de povoamento.

É nesta altura que surgem nesta área seis novas aldeias: Sapiãos, Sapelos, Bobadela, Nogueira, Ardãos e Paredes, esta última extinta no século XVI. As restantes aldeias mantiveram-se até aos nossos dias como centros de articulação fundamentais do território, estando documentadas como núcleos populacionais desde meados do séc. XIII, designadamente nas Inquirições afonsinas de 1258.

A partir da Idade Média verifica-se uma reorientação da economia do vale, agora vocacionada para a exploração agro-pastoril. Este facto parece ter determinado a escolha dos locais de implantação das aldeias, que se situaram nas bordaduras do vale ordenando os mais férteis terrenos das envolventes, numa clara vinculação das suas áreas de exploração às distintas bacias hidrográficas desenhadas pelas encostas das serras envolventes.

Apesar de existirem evidências de exploração pontual do ouro no Vale do Terva na Idade Moderna e em pleno séc. XX, a mineração não mais voltou a ser o centro da atividade económica desta área, mantendo-se pouco alterado o sistema esboçado na Idade Média.

#### 2.3. Da Valorização

A componente de valorização do projeto PAVT, que como referimos acima se orientou para a qualificação da fruição do património por parte do público, concretizou-se num conjunto de ações que se consideraram prioritárias para a prossecução desse objetivo: a classificação do complexo mineiro antigo como bem cultural, a construção de infraestruturas e instalação de equipamentos, a promoção e divulgação e o desenvolvimento de estudos e projetos.

O processo de classificação do complexo mineiro antigo iniciou-se em 2006 com a elaboração de uma Memória pela Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho para informar a proposta de classificação a submeter ao então Instituto Português do Património Arquitetónico e Arqueológico, processo tramitado pela Direção Regional de Cultura do Norte/Direção de Serviços dos Bens Culturais e que veio a concluir-se em 2013 com a classificação do Complexo Mineiro Antigo do Vale Superior do Rio Terva como Sítio de Interesse Público (Portaria n.º 386/2013, DR, II Série, n.º 115, de 18 de Junho de 2013, pp.38968-9).

Tal como sublinha o despacho de classificação, "(...) Seja pela grandiosidade e estado de conservação das suas várias estruturas, seja pelas características únicas de autenticidade, originalidade e monumentalidade que detém, de resto sem paralelo regional, este conjunto constitui um dos mais importantes complexos mineiros antigos nacionais e uma estrutura notável no âmbito dos processos de indús-

tria extrativa da Antiguidade, afirmando-se pela tipologia da exploração, pela amplitude e pela qualidade do seu enquadramento e envolvente paisagística.

A classificação do Complexo Mineiro do Vale Superior do Rio Terva reflete os critérios constantes do artigo 17.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, relativos ao valor técnico e material intrínseco do bem, à sua conceção arquitetónica, urbanística e paisagística, à sua importância do ponto de vista da investigação histórica ou científica e às circunstâncias suscetíveis de acarretarem diminuição ou perda da sua perenidade ou integridade. (...)".

Ao nível das infraestruturas e equipamentos deu-se prioridade à instalação do Centro de Interpretação do PAVT, à construção de plataformas de observação e à construção de uma área social.

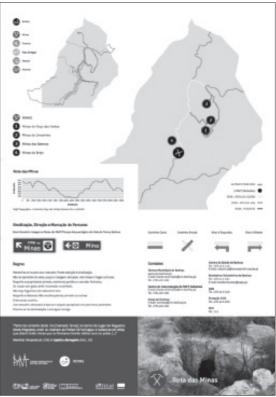
O Centro de Interpretação instalou-se na aldeia de Bobadela, restaurando e adaptando a antiga casa paroquial. Para além das salas de exposição permanente, possui um auditório com capacidade para 70 participantes. Funciona como lugar de conhecimento, albergando conteúdos expositivos que apresentam as características e história do território, facultando ao visitante informação que permite partir à descoberta da paisagem cultural do vale superior do rio Terva.

Para facilitar a visitação do território e de sítios importantes e proporcionar uma perceção de descoberta e simultaneamente apelativa dos sentidos, desenhou-se uma rede de itinerários interpretados multitemáticos (Aldeias, Castros, Minas, Natura e Vias Antigas) e construíram-se plataformas de observação no Castro de Sapelos, nas cortas de extração mineira do Limarinho e na Lagoa do Brejo.

A área social foi instalada junto do Santuário de Nossa Senhora das Neves, que beneficia de um enquadramento paisagístico de grande tranquilidade, requalificando-se o espaço com instalações para serviço de cafeteria-bar, esplanada e sanitários.

A rede de equipamentos do PAVT inclui ainda a *Casa das Memórias*, que albergará uma coleção etnográfica recolhida pela população de Bobadela e que ficará instalada numa casa de grande valor arquitetónico no centro da aldeia de Bobadela, que foi adquirida pelo Município de Boticas para esse efeito.





Figuras 2 – Roteiros do PAVT. Rota das MINAS.

Em relação à promoção e divulgação do PAVT e para além da abertura do Centro de Interpretação em julho de 2013 (com 1200 visitantes contabilizados até final desse ano), investiu-se na produção e edição de publicações (Fontes e Alves, 2013a; Gomes, 2013; Silva, 2013), na difusão nacional e internacional do projeto através da participação dos investigadores em reuniões científicas (Fontes e Alves 2013b; Fontes, Osório e Alves, 2013; Fontes et al., 2011b) e, para projeção internacional, na organização do Simpósio Internacional "Paisagens Mineiras Antigas na Europa Ocidental. Investigação e Valorização Cultural", que se realizará em 25-27 de julho de 2014.

#### 3. QUE FUTURO PARA O PAVT?

Iniciamos este capítulo com algumas considerações de ordem financeira, económica e social. A execução do "Programa para a Conservação, Estudo, Valorização e Divulgação do Complexo Mineiro Antigo do Vale Superior do Rio Terva, Boticas" traduziu-se num investimento de 1.807.089,00 €, composto por financiamento da União Europeia através do FEDER (Eixo Prioritário II – Valorização Económica de Recursos Específicos do ON.2 – O Novo Norte), do Município de Boticas e da Universidade do Minho, nos montantes respetivamente de 1.138.961,30 €, 488.127,70 € e 180.000,00 €.

Para além de ter gerado automática e imediatamente uma receita para o Estado Português na ordem dos 400.000,00 €, por via da incidência do IVA, as verbas investidas foram aplicadas na contratação de serviços, execução de obras e aquisição de equipamentos que, para além de dinamizarem a economia local e regional, se traduziram na arrecadação de receitas para o Estado, por via da coleta dos impostos correspondentes às atividades económicas exercidas (IRC e IRS), num valor estimado de 300.000,00 €.

Contas simples que demonstram, ainda que de modo elementar, que o investimento em investigação, conhecimento e valorização do património não dão prejuízo, não são gastos sem retorno, não são 'deitar dinheiro fora', antes pelo contrário, ativam a economia e são mesmo suscetíveis de gerar rendimento.

E se tivermos em conta, como é absolutamente obrigatório ter, para efeitos destas considerações sobre o impacte económico do projeto, que a sua execução proporcionou a criação direta de 4 novos postos de trabalho e a manutenção de cerca de outros 6 já existentes, ao longo dos seus quatro anos de execução, sobressai o inequívoco impacte social do projeto, justamente traduzido na criação e manutenção de emprego, o que não é despiciendo no atual contexto socioeconómico de Portugal e mais ainda numa região fortemente penalizada pelos custos da interioridade, como é o caso do concelho de Boticas.

Embora estes apontamentos não correspondam a uma realidade consolidada, a verdade é que estes indicadores económicos e sociais, francamente positivos, significam para as comunidades que hoje habitam o vale do Terva o aumento do fluxo de pessoas em circulação e um estímulo fundamental à procura e à oferta de serviços relacionados com o usufruto do PAVT pelos seus visitantes. Estão, portanto, lançadas as bases para a criação de um polo microeconómico assente nas potencialidades locais que, desde que devidamente apoiadas e estimuladas, poderão constituir uma âncora de fixação das comunidades locais.

Pretende-se que o PAVT seja um parque arqueológico com carácter geográfico contínuo, com um conjunto de sítios arqueológicos e monumentos históricos que se constituem como elementos patrimoniais relevantes e representativos das diversas paisagens que se configuraram na longa ocupação humana do território. O objetivo principal será sempre o da promoção do seu território, apoiado na exploração das suas potencialidades ao nível do turismo histórico, cultural e da natureza, que devem ser suportadas pela investigação continuada e subsequente transferência de conhecimento.

Não sendo, por opção, um Parque Arqueológico Nacional e portanto sem as condicionantes de uma estrutura vinculada ao mais pesado aparelho da administração central, o PAVT deverá configurar-se como uma unidade operativa de gestão municipal, eventualmente em parceria com a Universidade do Minho e em modalidade a acordar, num compromisso de desenvolvimento mútuo assente na construção de um modelo de gestão orientado para a sustentabilidade, com base na conservação dos recursos, na consolidação da investigação científica, no reforço das infraestruturas e na promoção e divulgação.

Mas porque as paisagens são, sempre, o resultado da interação Cultura-Natureza, o sucesso do PAVT será indissociável do bem-estar das suas populações. É também condição necessária que as populações, em conjunto com os diversos agentes com responsabilidades no pensar e fazer paisagem, possam continuar a 'fazer' a paisagem do vale do Terva, com base na tomada de consciência de que a paisagem por si modelada é o reflexo dos seus valores coletivos, é o seu 'bilhete de identidade.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES, L. (2013). Proposta de Programa para a Conservação, Estudo, Valorização e Divulgação do Complexo Mineiro Antigo do Vale Superior do Rio Terva, Boticas. *Trabalhos Arqueológicos da U.A.U.M. / MEMÓRIAS*, N.º 40, Braga: Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho.

https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/24693

FONTES, Luís e ALVES, Mafalda (2013a). *O Projeto PAVT, Boticas*, Câmara Municipal de Boticas e Universidade do Minho: Boticas.

Fontes, Luís e Alves, Mafalda (2013b). The Terva Valley Archaeological Park/ PAVT: building a landscape with archaeology, in Landscape & Imagination. Towards a new baseline for education in a changing world, Paris: École Nationale Supérieure d'Architecture de Paris-La Villette, pp.157-160.

Fontes, Luís e Andrade, Francisco (2010). Revisão do Inventário Arqueológico do Concelho de Boticas. Relatório Final. *Trabalhos Arqueológicos da U.A.U.M. / MEMÓRIAS*, n.º 8. Braga: Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho.

https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/11043

Fontes, Luís e Andrade, Francisco (2012). O Traçado da Via Bracara – Asturica, por Aquae Flaviae, no concelho de Boticas. *Trabalhos Arqueológicos da U.A.U.M. / MEMÓRIAS*, N.º 24, Braga: Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho.

https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/16561

FONTES, Luís, OSÓRIO, Bruno e ALVES, Mafalda (2013). O Projeto PAVT (Boticas, Portugal). Estudo, Valorização e Divulgação de Uma Paisagem Cultural, in *Arqueologia em Portugal*. *150 Anos* (coord. J. M. Arnaud, A. Martins, C. Neves), Associação dos Arqueólogos Portugueses: Lisboa, pp.213-217.

https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/26833

FONTES, Luís; ALVES, Mafalda; MARTINS, Carla; DELFIM, Bruno; LOUREIRO, Eurico (2011). Paisagem, Povoamento e Mineração Antigas no vale alto do Rio Terva, Boticas. In *Povoamento e Exploração de Recursos Mineiros na Europa Atlântica Ocidental*, (coord. de Martins, C., Bettencourt, A., Martins, J. e Carvalho, J.), Braga: CITCEM / APEQ, p.203-219.

GOMES, Célia (coord.) (2013). FAUNA. Atlas da Fauna do Parque Arqueológico do Vale Superior do Rio Terva, Boticas: Município de Boticas.

RAMOS, João (2010). Principais Recursos Minerais dos Concelhos de Chaves, Montalegre e Boticas, in *Mineração e povoamento na antiguidade no Alto Trás-os-Montes Ocidental*, (coord. de Carla Martins), Porto: CITCEM/Afrontamento, p.27-45.

SILVA, Duarte (coord.) (2013). FLORA. Atlas da Flora do Parque Arqueológico do Vale Superior do Rio Terva, Boticas: Município de Boticas.

# O NÚCLEO MUSEOLÓGICO DO ARRABALDE RIBEIRINHO DE MÉRTOLA

Virgílio Lopes, Lígia Rafael, Susana Gómez Martínez<sup>1</sup>

#### Resumo

O conjunto dos trabalhos arqueológicos realizados no Arrabalde Ribeirinho de Mértola permitiu confirmar a existência de uma basílica funerária, com perto de uma centena de sepulturas, e um importante conjunto habitacional do período islâmico. Neste contexto, enquadrou-se a intervenção realizada na Hospedaria Beira Rio/Hotel Museu, que foi fruto do diálogo entre o setor privado e as instituições públicas nacionais e locais envolvidas neste processo. O núcleo museológico do Hotel Museu, integrado no Museu de Mértola, conserva as estruturas arqueológicas de uma casa islâmica do século XII e exibe de forma simples e intuitiva os artefactos resultantes das diversas fases de escavação neste local.

Palavras-chave: Mértola, Arqueologia, Museologia, Casa Islâmica, Século XII.

#### **Abstract**

All the archaeological work carried out in the Riverside of Mértola confirmed the existence of a funeral basilica, with close to a hundred graves, and a major housing established in the Islamic period. This context framed the intervention held at the "Hospedaria Beira Rio"/ Hotel Museum, which was the result of the dialogue between the private sector and national and local public authorities involved in this process. The Museum Hotel, integrated in the Museum of Mértola, preserves the archaeological remains of an islamic house of the twelfth century and has a simple and intuitive way to display the artifacts exhumed from different phases of excavation at this site.

**Keywords**: Mértola, Archaeology, Museology, Islamic House, 12<sup>th</sup> century.

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> Campo Arqueológico de Mértola, CEAACP

#### 1. O ARRABALDE RIBEIRINHO

Nos últimos anos, as escavações de emergência realizadas em Mértola forneceram uma quantidade considerável de informação arqueológica sobre a cidade, especialmente no que diz respeito às áreas exteriores às muralhas (Gómez e Lopes, 2008; Gómez et alii, 2009; Lopes, Gómez e Rafael, 2012). As intervenções na Cerca da Arrochela e no Cineteatro, e os acompanhamentos arqueológicos das ruas Dr. Afonso Costa, Serrão Martins e 25 de Abril permitiram documentar uma zona de habitações com uma ocupação descontínua que remonta à Antiguidade Tardia, mas que se afirma com força no século XII e volta a desenvolver-se no período moderno. As intervenções nas zonas atrás referidas, permitiram documentar espaços de vivenda bem estruturados e diversas instalações de caráter artesanal entre as quais se destaca um pequeno forno cerâmico de cronologia almóada. As intervenções arqueológicas do Rossio do Carmo e das ruas adjacentes (Cândido dos Reis, Travessa Nossa Senhora das Neves e Quintal do Antigo Quartel dos Bombeiros Voluntários de Mértola) também forneceram novas informações sobre a extensão das necrópoles paleocristã e islâmica.

# 2. A ESCAVAÇÃO ARQUEOLÓGICA NA HOSPEDARIA BEIRA RIO

A escavação arqueológica de emergência foi motivada por obras de construção de um novo edifício numa zona de quintal da Hospedaria Beira Rio. Os trabalhos arqueológicos decorreram em duas fases, de julho a novembro de 2005 e de abril a maio de 2008, e a intervenção arqueológica desenvolveu-se em área e em profundidade na zona afetada pela implantação da nova edificação. O objetivo central era aferir da existência de vestígios arqueológicos bem como, compreender a sua organização e datação.

Os trabalhos arqueológicos puseram a descoberto vestígios de um bairro portuário do período islâmico constituído por três casas parcialmente conservadas e restos de uma rua. Nos locais onde foi possível fazer a escavação em profundidade foram identificados níveis de ocupação correspondentes a áreas de armazém do período romano.

Na impossibilidade de preservar a totalidade das estruturas escavada procedeu-se à salvaguarda pelo registo de parte dos vestígios arqueológicos, acautelando e musealizando as estruturas mais significativas do conjunto.

A escavação identificou uma seguência estrati-

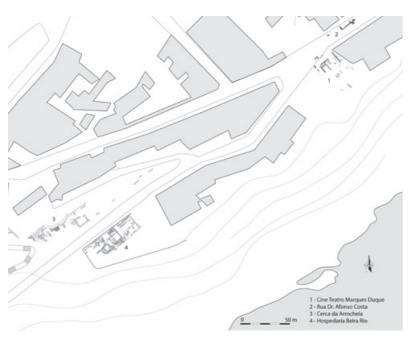


Figura 1 – Planta geral das intervenções no Arrabalde Ribeirinho (desenho de Nélia Romba.

gráfica que traduz o abandono do local como área residencial, e a utilização deste sitio como local de despejos e posteriormente como quintal e zona de cultivo agrícola.

Depois do desmonte desta estrutura, foram atingidas estruturas pertencentes a três casas do período islâmico. Entre duas das casas foi posta a descoberto uma rua com cerca de 1,5 metros de largura e à semelhança das vias identificadas na alcáçova de Mértola, possuía um piso em terra batida de perfil ligeiramente côncavo. Depois de identificado o nível de pavimentação e a sua direção (poente-nascente), foi feita a escavação em profundidade, onde foi encontrada uma canalização por onde escorriam as águas pluviais no sentido descendente da rua, e duas fossas detríticas que recebiam os dejetos das casas vizinhas.

A escavação em profundidade revelou uma sequência estratigráfica já conhecida em anteriores intervenções arqueológicas. Primeiro surgiram os derrubes das estruturas em que abundam as pedras e a terra, por vezes pontualmente, eram percetíveis restos de taipa, identificados pelo seu caraterístico reboco de cal. Uma vez desmontadas estas estruturas começam a aparecer os níveis pertencentes aos derrubes dos telhados, constituído por telhas de meia cana (o telhado é um dos elementos que mais rapidamente se degrada numa casa abandonada) e, por fim, surgem-nos os níveis ocupacionais e os vários tipos de pavimentos.

#### 2.1. As casas

Estamos em presença de casas que obedecem a uma tipologia bem conhecida no mundo mediterrânico: a casa de pátio central, em que todos os compartimentos abrem para este espaço que lhes proporciona luz e ventilação.

A primeira casa a ser identificada foi a casa I (ver fig. 3), à qual se acede através de uma entrada em cotovelo, com uma porta de dupla folha, onde se conservam os orifícios dos dois gonzos nas pedras de soleira. Deste compartimento acedia-se ao pátio central e deste para o salão onde, a norte, se situava a alcova; do pátio central comunicava-se com a





Figuras 2 – Início da escavação na Hospedaria Beira Rio. Foto de Virgílio Lopes.

latrina e também com uma possível área de trabalho e cozinha. Estes dois últimos compartimentos encontram-se cortados no seu lado nascente pela estrutura de época moderna anteriormente abordada. Ao nível dos pavimentos, o salão era argamassado, o compartimento de entrada, o pátio e a latrina eram lajeados com xisto local e a cozinha e o compartimento anexo eram de terra batida.

Esta casa estava delimitada a poente por um caneiro de drenagem de águas. No lado Norte desenvolve-se outra casa, da qual apenas restou o muro de alvenaria e restos de uma canalização, tendo a restante parte da casa sido destruída com a construção da rua de acesso ao cais. Entre as duas casas encaixa-se um caneiro de escoamento das águas, possivelmente dos telhados. Esta estrutura desenvolvia-se entre os dois muros paralelos das casas sendo a sua base formada por lajes de xisto.

A casa II era constituída pelos compartimentos da cozinha, salão, pátio central, latrina e compartimento anexo, não tendo sido possível identificar a entrada, contudo tudo leva a crer que esta se situaria no lado nascente. À semelhança da casa anterior todos os compartimentos estavam ligados ao pátio central, o maior compartimento era possivelmente o salão que se situava a poente. Se excetuarmos o pátio central, que tinha uma pavimentação em lajes de xisto, todos os restantes aposentos eram pavimentados em terra batida. Verificou-se que existiram duas pavimentações distintas no pátio, o que corresponde a dois níveis de ocupação desfasados temporalmente.

A casa III é uma das mais mal preservadas em termos planimétricos, apenas conserva vestígios de três compartimentos: o pátio central, o salão e a cozinha no entanto, destacamos a qualidade construtiva dos reduzidos elementos conservados. No salão, na sua metade norte, havia restos de um pavimento constituído por argamassa de almagre e na extremidade norte existia uma construção pétrea em forma de U, que interpretamos como sendo uma alcova.

A parte conservada do pátio central estava lajeada com lajes de xisto de consideráveis dimensões. A cozinha possuía no canto sudoeste uma lareira de canto, zona onde se fazia o fogo, e que assentava numa camada de barro, que por sua vez estava em cima de um estrato de telhas partidas dispostas de modo a nivelar o afloramento xistoso onde se implantava. Abaixo do pavimento em terra batida foi descoberto um pequeno silo de forma ovalada, aberto no afloramento xistoso e uma canalização que dava serventia à cozinha da casa II e conduzia as águas residuais na direção do rio.

A construção destas casas parece muito bem estruturada e executada num único momento, adaptando-se à topografia, criando as ruas e os sistemas de saneamento, prévios à construção das habitações. Também esta zona do arrabalde portuário não cresceu ao acaso, tudo leva a crer que tenha havido uma organização urbana pensada e estruturada com planeamento e rigor, incluindo estruturas subterrâneas de serventia às várias habitações.

O facto deste bairro se situar na proximidade do

rio – a pouco mais de 50 metros de distância – levanos a compreender a ausência de estruturas para guardar água nomeadamente cisterna ou tanque, como acontece no bairro da alcáçova, em que todas as casas têm no centro dos pátios este tipo de equipamento. Nesta zona do bairro portuário certamente a obtenção da água estava facilitada dada a proximidade do rio.

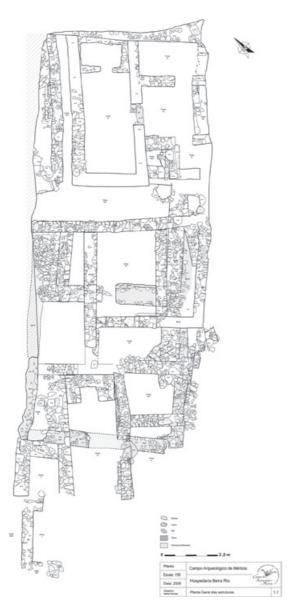
Parece que, à semelhança da Alcáçova, o bairro terá sido habitado por populações autóctones. As lareiras escavadas no chão parecem incompatíveis, pelo seu manifesto arcaísmo e caráter local, com qualquer tipo de população exterior a este território (Macias, 2008: 38). Contudo, a este nível, verificamse vários tipos de situações, existindo lareiras escavadas no chão, mas também, lareiras feitas com recurso a tijolos e cerâmicas reaproveitadas. Nas duas cozinhas claramente identificadas (compartimento VI da casa II e compartimento da casa III) verificou-se a existência de mais do que um local para fazer fogo, não se tratando de lareiras contemporâneas, mas sim a prova arqueológica da mobilidade e da longa duração que estes equipamentos tinham nas cozinhas.

#### 2.2. Escavação II

A 9 de novembro de 2005 foi interrompida a escavação e procedemos à elaboração do relatório preliminar dos trabalhos arqueológicos, que posteriormente foi submetido às entidades que tutelavam o património. Seguiram-se tempos de impasse e de negociação até ao encontro de uma solução que conciliou a moderna edificação com um sinal claro do respeito por memórias de outros tempos históricos.

Procedeu-se à alteração do projeto de arquitetura de modo a incluir a casa I e a rua adjacente no interior da nova edificação, para posterior musealização.

Os trabalhos arqueológicos foram retomados a 12 de abril de 2005 e prolongaram-se até 23 de junho de 2008, com o objetivo de concluir a escavação, de elaborar um registo gráfico sistemático das estruturas e, posteriormente proceder ao seu desmonte até às cotas de implantação da obra.



Procedemos também à proteção das estruturas da casa I e da rua, de modo a preservá-las e a minimizar os impactos decorrentes da obra.

A escavação arqueológica desenvolveu-se em duas vertentes: nos espaços delimitados pelos muros das casas II e III, onde foi possível aprofundar até atingir a rocha base e, nos locais onde existiam os muros das casas, procedemos ao seu desmonte até atingir a cota de afetação da obra. Com o desmonte dos pavimentos das casas, detetados na primeira fase da escavação, e o desenvolvimento da escavação em profundidade, verificou-se a existência de níveis de ocupação anteriores, nomeadamente no pátio da casa II onde depois de procedermos ao levantamento do lajeado nos surgiu outro nível de lajes de menor dimensão e uma estrutura de combustão, ou na cozinhas das casas II e III onde foram observados anteriores pavimentos de terra batida com distintas áreas de fogo. Pelos materiais arqueológicos relacionados com este contexto de ocupação é de inferir uma proposta de datação situada entre a segunda metade do século IX e meados do século X d.C..

Nos espaços onde a escavação se fez em profundidade, por debaixo das estruturas habitacionais islâmicas, atingiram-se níveis de derrubes do telhado constituídos por restos de tegulae e imbrices. Abaixo destes, apareceram estratos com grandes quantidades de carvão, cinzas e um considerável número de fragmentos cerâmicos anfóricos.



Figuras 3 – Planta (Nélia Romba) e fotografia (Álvaro Pina) das casas islâmicas e das estruturas do armazém da Antiguidade Tardia.

Apesar de terem sido exumados durante o processo de escavação três numismas, apenas dois exemplares nos permitem uma leitura. São um Sestércio, do Imperador Trajano, cunhado em Roma entre 103 e 111 d.C. e um outro numisma de Constâncio II, cunhada em Constantinopla entre 337 e 361 d.C.. Estas moedas provêm de níveis de ocupação delimitados por estruturas, perfeitamente enquadráveis na dinâmica comercial do porto da cidade de *Myrtilis*.

Vários aspetos levam-nos a considerar que se tratava de um armazém. Em primeiro lugar, pela proximidade deste local em relação ao rio e, em segundo lugar, pela análise da planimetria das estruturas encontradas, com dois compartimentos de consideráveis dimensões e amplitude. Por último, o horizonte cronológico dos materiais cerâmicos encontrados, enquadráveis nos séculos V-VI d.C., e que nos remetem para contatos comerciais com o norte de África e o Mediterrâneo oriental. Pensamos que este espaço terá servido, durante a Antiguidade Tardia, para o armazenamento e comércio de produtos que aportavam ao porto de Mértola.

#### 2.3. Quem eram os habitantes das casas?

Ao contrário do que inicialmente se pensava - tratarse de um bairro pobre de pescadores – a escavação veio a revelar um importante e bem organizado bairro ribeirinho. Surpreendeu-nos a qualidade e o grau de planeamento de algumas soluções construtivas, que incluíam toda uma rede de saneamento.

Por outro lado, é de destacar a qualidade do espólio arqueológico, tanto a nível dos objetos metálicos, de osso trabalhado ou cerâmicos. De referir ainda o grau de preservação da casa I, uma das melhores conservadas e que apresenta um elevado requinte construtivo, de onde foram exumados estuques com restos de pintura.

Os materiais arqueológicos são o reflexo do nível socioeconómico da população que habitava esta zona. Embora as casas sejam semelhantes às do bairro almóada da Alcáçova do Castelo, os vestígios arqueológicos encontrados durante a escavação, aliados à sua localização extramuros e na beira

do rio, colocam os seus habitantes num contexto ribeirinho e mesmo piscatório. Podemos associar à construção naval um compasso de carpinteiro e vários barcos gravados numa laje encontrada no local. Foram também recolhidos uma enxada e um colherim e alguns artefactos ligados à tecelagem (torres de roca, pontas de fuso, cossoiros, tesouras, tempereiros), à pesca (pesos de rede), acessórios pessoais (fivelas, brincos, pedras de anel), armas (ponta de flecha) e numismas.

Merece um especial realce a pedra de soleira que marca a entrada no salão da casa I, que foi musealizada. Esta pedra possui gravadas quatro cruzes potentadas, o que nos leva a pensar na cristianizacão do espaço. Permanece a dúvida se se tratava de uma comunidade cristã que habitava numa cidade muçulmana do século XII, ou o reflexo da crescente presença de comerciantes cristãos nos portos das cidades do Al-Andalus (Constable, 1997: 118 e 130), ou será uma família moçárabe que vivia neste bairro? A confirmar-se esta hipótese é a primeira vez que se prova arqueologicamente tal facto em estruturas habitacionais, pois como refere Mário Barroca esta situação era já conhecida numa possível epígrafe de Mértola, "a que a paleografia recomenda a sua classificação dentro do século X (...). Se a nossa interpretação cronológica e se a proveniência desta peça estão corretas, estaríamos perante uma inscrição comemorando a edificação de templo moçárabe em Mértola, em pleno domínio muçulmano" (Barroca, 2000: 52-53). Cruzes para serem vistas, ou para serem pisadas é a questão que permanecerá em aberto.

Na alcova da casa III a par do aparecimento do compasso de ferro surgiu uma vieira. Este molusco tornou-se um símbolo heráldico e de Santiago Maior, ostentado pelos peregrinos a Santiago de Compostela, que a partir dos finais do século XI, com a construção da catedral e o aumento da peregrinação, levou a que rapidamente se tornasse num local de referência religiosa para a Europa. Contudo, o aparecimento deste símbolo, num local importante do salão, não pode ser ignorado e sugere-nos um hipotético contacto com a peregri-

nação a esta cidade do norte da Península Ibérica.

Uma outra peça que nos levanta questões interessantes é a que tem a representação de dois barcos. Esta grande laje de xisto fazia parte das pedras de pavimentação do pátio da casa III e, só depois do desmonte da casa foi possível observar as gravuras, já que estas estavam voltadas para baixo o que possibilitou a sua preservação. Trata-se da representação de dois barcos, em que ambos apresentam o mastro, a vela quadrada recolhida na parte inferior e os dois remos-leme na popa. Uma das embarcações possui 9 remos e a outra 10. Possivelmente seriam modelos de barcos que o autor das gravuras conhecia e via aportar à zona ribeirinha desta importante cidade comercial.

Certamente estas casas foram remodeladas ao longo dos tempos, já que estruturas frágeis como estas necessitavam de uma manutenção periódica. Não excluímos a hipótese de ter havido uma ocupação anterior das casas, pois como aconteceu no pá-

tio da casa II, em que depois de levantar as lajes de pavimentação, nos surgiu outro pavimento também lajeado, mas com lajes de menor dimensão.

Em conclusão é possível inferir a existência de três casas e de alguns compartimentos de incompleta leitura que pertenceriam ao bairro existente neste local. Este conjunto de dados faz deste local um bairro importante e detentor de poder económico no período islâmico.

Numa análise das estruturas e dos materiais identificados podemos inferir a existência de uma ocupação ininterrupta do local desde os inícios da romanização até ao final do século XII. Destacamos contudo dois momentos de ocupação, que pela abrangência dos materiais nos reportam à Antiguidade Tardia e ao importante bairro ribeirinho de meados do século XII. Apesar do intervalo temporal que separa estas duas ocupações ambas estariam certamente ligadas às atividades portuárias e aos negócios daí decorrentes.



 $Figura\ 4-Objectos\ encontrados\ nas\ casas\ is lâmicas\ (meados\ do\ s\'eculo\ XII).\ Fotografias\ Jorge\ Branco,\ Câmara\ Municipal\ de\ M\'ertola.$ 

#### 3. DA ARQUEOLOGIA AO MUSEU

No que diz respeito à intervenção na Hospedaria Beira Rio / Hotel Museu, é ponto assente que a arqueologia nunca constituiu um entrave à modernização e que, o setor privado poderá ter também um papel importante na salvaguarda e valorização do património, constituindo um importante fator de desenvolvimento sustentado e de promoção do território onde se insere.

Se inicialmente os proprietários se mostraram relutantes e céticos, depressa perceberam as potencialidades e a maisvalia que seria ter uma unidade hoteleira com um núcleo museológico integrado. Esta solução exemplar e pouco comum no panorama arqueológico e museológico português, foi fruto de um importante diálogo levado a cabo entre o setor privado e as instituições públicas nacionais e locais envolvidas neste processo. Só numa perspetiva de abertura e de estreita colaboração, e desentira

volvendo trabalho com uma equipa multidisciplinar, se podem alcançar os resultados que agora podem ser vistos neste local.

O núcleo museológico do Hotel Museu integra as estruturas arqueológicas de uma casa islâmica do século XII e exibe de forma simples e intuitiva os artefactos resultantes das diversas fases de escavação neste local. Trata-se de um pequeno núcleo museológico que integra o Museu de Mértola e que constituirá um novo ponto de referência na visita ao circuito patrimonial desta Vila.

O caso de Mértola é referência nacional no panorama museológico pelo facto de se preocupar com a preservação e valorização patrimonial num sentido global e que se estende ao território e à comunidade. É também exemplar na musealização de estruturas no seu local de achado, que conferem a todo o circuito patrimonial uma autenticidade histórica e um entendimento da evolução do território e da ocupação humana ao longo dos tempos.







Figuras 5 – Interior do núcleo museológico. Fotografías Jorge Branco.

O Museu de Mértola, é um museu municipal, composto neste momento por 12 núcleos museológicos temáticos¹, que integram muitos deles estruturas arqueológicas e o espólio com elas relacionado, instalados em edifícios construídos para o efeito ou, noutros casos, em edifícios recuperados para essa função. Este processo de musealização temática ou cronológica ligada a uma forte componente de investigação histórico-arqueológica, tem como principal objetivo entender o território, aqui entendido como o limite do Concelho, onde a Vila representa o pivô a partir do qual se estruturam todos os projetos. Trata-se de um grande museu onde existem espaços privilegiados de análise e interpretação do espaço, do tempo e das suas gentes.

O núcleo museológico integrado no Hotel Museu corresponde a mais um ponto chave deste intenso labor museológico que se iniciou há três décadas. Trata-se de um pequeno núcleo integrado numa unidade hoteleira, que alia a componente de apoio ao turismo com a valorização patrimonial, reforçando os laços institucionais e empresariais, onde se desenvolve um diálogo fluido entre a arquitetura do espaço e a preservação de mais um "pedaço" da história de Mértola.

A musealização deste local baseia-se na simplicidade e na valorização das estruturas e dos objetos através duma iluminação cuidada, que alia à criação deste cenário um especial cuidado com a apresentação dos conteúdos e com a interpretação das estruturas através da fotografia e do desenho.

Numa clara demonstração de entendimento da maisvalia que é ter um núcleo museológico integrado numa unidade hoteleira, os proprietários concordaram em desenvolver um projeto que integrasse as estruturas numa perspetiva futura de as tornar visi-

táveis, não só para aqueles que aqui se hospedam mas para todos aqueles que as pretendam visitar. O estabelecimento das bases que regulamentam o seu funcionamento serão explicitadas em protocolo a estabelecer entre os proprietários do Hotel Museu, a Câmara Municipal de Mértola e o Campo Arqueológico de Mértola que, conjuntamente, serão responsáveis pela preservação, valorização e divulgação das estruturas e do acervo. Trata-se de mais uma boa prática em termos de preservação patrimonial uma vez que se conserva um importante conjunto de estruturas de uma habitação do período islâmico e se expõe os artefactos exumados durante a intervenção arqueológica, o que alarga o percurso do circuito patrimonial de Mértola, não só em termos espaciais mas também em termos históricos e museológicos.

#### **BIBLIOGRAFIA**

BARROCA, Mário Jorge (2000). *Epigrafia Medieval Portuguesa*. *862-1422*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. Fundação para a Ciência e a Tecnologia. 4 t. em 3 vol.; 23 cm.

CONSTABLE, Olivia Remie (1997). Comercio y comerciantes en la España musulmana. La reordenación comercial de la Península Ibérica del 900 al 1500, Barcelona: Ediciones Omega. XXV + 364 pp.

GÓMEZ MARTÍNEZ, Susana; LOPES, Virgílio (2008). O arrabalde de Métola e a evolução dos espaços periurbanos da cidade entre a Antiguidade e o Período Islâmico. *Vipasca Arqueologia e Historia*. Aljustrel, Câmara Municipal de Aljustrel. nº 2, 2ª Série, Pág. 690-697.

GÓMEZ MARTÍNEZ, Susana *ET ALII* (2009). Mértola Islâmica. A madina e o arrabalde. In *Xelb*. Silves: Câmara Municipal de Silves / Museu Municipal de Arqueología. No 9, pp. 405-427.

LOPES, Virgílio, GÓMEZ, Susana; RAFAEL, Lígia (eds.) (2012). Museu de Mértola. Arrabalde Ribeirinho. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola.

MACIAS, Santiago (2008). O bairro islâmico da Alcáçova de Mértola. In *Alcáçova do Castelo de Mértola 1978-2008. Trinta anos de arqueologia.* Mértola: Câmara Municipal de Mértola, 2008.

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> O Museu de Mértola integra 12 núcleos museológicos sendo que 9 se situam na Vila de Mértola e 3 noutras localidades do Concelho: Casa Romana, Torre de Menagem/Castelo, Basílica Paleocristã, Ermida e Necrópole de S. Sebastião, Oficina de Tecelagem, Forja do Ferreiro, Arte Islâmica, Arte Sacra e Alcáçova em Mértola e, Mosteiro situado no Monte Mosteiro, a Casa do Mineiro localizada na Mina de S. Domingos e o núcleo museológico de Alcaria dos Javazes que se situa na aldeia de Alcaria dos Javazes.

# MUSEALIZAÇÃO DO ESPAÇO ARQUEOLÓGICO DO CASTELO DE PALMELA

Isabel Cristina F. Fernandes<sup>1</sup>, Maria Teresa Rosendo<sup>2</sup>, Michelle Teixeira Santos<sup>3</sup>

#### Resumo

Neste texto, as autoras apresentam uma panorâmica do processo de intervenções arqueológicas no espaço do castelo e da investigação histórica associada, enquadrados no Programa de Recuperação e Animação do Castelo de Palmela (PRAC).

Explicam as opções de musealização, entre 1996 e 2013, que se articularam com os resultados obtidos nas investigações arqueológicas e com as condições físicas do monumento. São também abordados aspectos relativos à selecção e à preparação do acervo para exposição, os vários tipos de constrangimentos e opções nesta matéria, bem como aspectos de comunicação e divulgação, nomeadamente os ligados aos programas do serviço educativo do museu.

Palavras-chave: Castelo, Palmela, Arqueologia, Musealização, Divulgação.

#### **Abstract**

The purpose of this paper is to reveal the process of archaeological and historical research in the castle of Palmela and in the surrounding area, part of a global program of restoration and animation (PRAC), and to present the museological options and implementation steps, between 1996 and 2013. Aspects of the selection and the preparation of the artifacts for exhibition, as well as the communication and educational programs, are also focused. **Keywords**: Palmela, Castle, Archaeology, Museology, Communication.

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> Gabinete de Estudos sobre a Ordem de Santiago e Museu Municipal de Palmela (DPC-CMP)

<sup>&</sup>lt;sup>2</sup> Chefe de Divisão de Património Cultural (DPC) – Câmara Municipal de Palmela (2000-2013)

<sup>&</sup>lt;sup>3</sup> Serviço de Arqueologia e Museu Municipal de Palmela (DPC-CMP)

# 1. O PRAC E AS INTERVENÇÕES ARQUEOLÓGICAS

O PRAC – *Programa de Recuperação e Animação do Castelo de Palmel*a, de iniciativa municipal, foi concebido como um programa integrado, em que as vertentes histórico- arqueológica, artística, arquitectónica, sociológica e turística confluíam para um resultado harmonioso, capaz de mudar o paradigma de um monumento como o castelo de Palmela.

Partiu-se de um diagnóstico da situação, que incluiu a ponderação do estado de conservação das estruturas, o tipo/qualidade da ocupação funcional em uso, a metodologia de intervenção na recuperação e na adaptação de estruturas e cinco projectos de animação cultural e turística que viriam a corresponder, se implementados, a outras tantas formas de ocupação funcional do castelo: o Núcleo-Sede do Museu Municipal; o Posto de Turismo; o Gabinete de Estudos sobre a Ordem de Santiago; o Auditório Santiago; a Animação Cultural e Recreativa.

Aprovado o programa pelas entidades com jurisdição sobre o castelo (IPPAR e DGPE), o projecto pôde beneficiar de um apoio do FEDER (OID/PS¹) e do Orçamento de Estado². A implementação iniciou-se em 1991/92, com a adjudicação do projecto de arquitectura e execução da recuperação das galerias da Praça de Armas ao arquitecto Sérgio Infante e o projecto global de recuperação e animação a um consórcio formado por uma empresa de estudos de recuperação arquitectónica e urbanística (SIGERP) e, por uma outra, de estudos de organização do território (GEOIDEIA).

Nas actividades desenvolvidas na primeira fase incluiu-se um estudo histórico-iconográfico e documental, um estudo arqueológico e um estudo sobre turismo e museologia. Este último estudo, designado Estudo de Aproveitamento Turístico e Museológico do Castelo de Palmela propôs-se:

- recolher e interpretar a informação relativa aos

- utilizadores do castelo, na perspectiva de justificar as intervenções física e de animação;
- fornecer hipóteses alternativas de organização funcional do castelo, particularizando objectivos de intervenção e uso para cada espaço e integrando-o no todo concelhio e regional, de forma a potenciar "economias de escala";
- apresentar sugestões tendo em vista a implementação, nomeadamente ao nível das estratégias de marketing, soluções de gestão e fontes de financiamento.

Equaciona-se aqui toda a mais-valia de um projecto que pretendia potenciar um turismo cultural. Assim, fundamentava-se na articulação das vertentes cultural e museológica com a da conservação do património cultural.

A arqueologia assumiu, desde o primeiro momento, um papel determinante na definição das linhas mestras da intervenção global. As escavações prévias à obra começaram por se centrar nas chamadas galerias da Praça de Armas, ficando demonstrado em pouco tempo que a relevância dos registos exigiriam alterações do projecto inicial. As estruturas e o espólio arqueológicos exumados viriam a constituir a base de uma nova concepção do espaço, nas dimensões arquitectónica e museológica.

Os registos estratigráficos das salas 1, 4 e 5 foram os mais elucidativos, com uma sequência ocupacional entre os séculos VIII-IX e XIII, ou seja, todo o período da presença islâmica e o início do domínio português, a que se sucediam, com alguns hiatos, traços das vivências no castelo durante as centúrias seguintes até à actualidade. O prosseguimento da investigação arqueológica veio, inevitavelmente, exigir uma redefinição da área a intervir, que se estendeu à parte central da alcáçova, às faixas que adossam à muralha norte e nascente e à sacristia da igreja de Santa Maria (Fig. 1 e 2). Os resultados foram impactantes: reconheceu-se a face interna da muralha primitiva, de fábrica muçulmana; registaram-se restos de habitações, silos e fossas das várias fases do período islâmico, bem como, para finais do século XII / inícios do século XIII, restos de edificações e uma necrópole, corresponden

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> OID/PS – Operação Integrada de Desenvolvimento da Península de Setúbal.

<sup>&</sup>lt;sup>2</sup> O apoio cifrou-se no valor de 72 000 contos.



Figura 1 – Aspecto da intervenção arqueológica na área central da alcáçova do castelo.



Figura 2 – Muralhas e Praça de Armas vistas de nascente, com escavações arqueológicas em curso.

tes ao período das primeiras instalações da Ordem de Santiago no castelo. A importância do espólio recolhido, com destaque para o cerâmico, foi reforçada pela fiabilidade que atribuímos aos contextos estratigráficos de proveniência, os quais têm permi-



Figura 3 – Aspecto das estruturas arqueológicas registadas junto à muralha nascente.

tido aferições cronológicas significativas, em especial para o período islâmico.

A constatada continuidade ocupacional da área central da alcáçova, por muçulmanos e cristãos, é coadjuvada por indicadores que sugerem, para esse espaço, uma funcionalidade ligada ao poder militar e administrativo da fortificação. Essa conviçção veio a alicerçar-se na última intervenção realizada junto à muralha nascente, com registos notáveis para o quotidiano de guerra do castelo, área que se identificou como destinada à guarnição militar (Fig. 3). De entre esses registos assinalamos uma área oficinal de forja, que laborou desde os finais do século X ao século XII ou inícios do XIII, relacionada com a fase pós-redução do metal, e posterior obtenção de lâminas para a produção de artefactos metálicos, essencialmente de ferro. Muçulmanos e cristãos, entre a primeira tomada portuguesa de Palmela, em 1145 e a derradeira derrota dos almóadas (c. 1194), usaram este espaço com idênticas finalidades, numa altura em que esta praça-forte se definia como um marco de fronteira entre os estuários do Tejo e do Sado, este último pressionado pelo potentado almóada, sediado em Alcácer do Sal.

A leitura da evolução da fortificação, em termos de amuralhado e acessos, fez-se pela análise dos paramentos, pelas intervenções arqueológicas citadas e também graças às realizadas na sacristia da Igreja de Santa Maria e no fosso (sondagens designadas por fosso-poente e fosso-nascente). Em Santa Maria, já fora alcáçova, identificaram-se blocos de

taipa militar associados aos restos de uma antiga torre situada na base da torre de menagem, remetendo possivelmente para uma distinta solução de acesso ao interior da fortificação, no século XII. O traçado do fosso, com uma pequena barbacã, foi reconhecido ao longo do sopé da muralha norte, em coincidência com o revelado numa planta de 1781, e deve remontar ao período almorávida.

Na área conventual, a poente, no pátio fronteiro à Igreja de Santiago, realizaram-se sondagens arqueológicas, em 2003, com registos de estruturas e espólio essencialmente seiscentistas e setecentistas (Fig. 4), permitindo confirmar que o último convento da Ordem de Santiago foi construído entre a segunda metade do século XVII e o início do XVIII, com várias obras de remodelação ao longo desta última centúria e da seguinte.

Das intervenções desenvolvidas fora do castelo, no Centro Histórico da vila e noutras áreas do concelho de Palmela – e cujo espólio está também representado no núcleo museológico do castelo -, destacamos: a da Rua de Nenhures (bateria de silos e fossas do período islâmico, com ocupação posterior do século XIII à actualidade); a dos Paços do Concelho e a do Mercado Velho de Palmela (estruturas e espólio do século XIV à actualidade); a do Camarral (acampamento Epipaleolítico); a do Casal da Cerca (Neolítico Antigo Evolucionado); a do Alto da Queimada, na serra do Louro (povoado muçulmano com ocupação entre os séculos VIII-IX e inícios do XI); a do Castro de Chibanes, na serra do Louro (com ocupação desde o III milénio a.C. - Calcolítico, Bronze Antigo, Idade do Ferro e período Romano Republicano); a do Zambujalinho (olaria romana com laboração entre os séculos I e V) (Fig. 5)3.



Figura 4 – Intervenção arqueológica no pátio fronteiro à Igreja de Santiago (castelo).



Figura 5 – Escavações arqueológicas em curso na olaria romana do Zambujalinho (Marateca, Palmela).

A investigação arqueológica no castelo e no concelho de Palmela foi complementada por outros estudos, de âmbito histórico e artístico e por exposições temporárias (e respectivos catálogos),

<sup>&</sup>lt;sup>3</sup> As intervenções arqueológicas no Camarral, Casal da Cerca e Chibanes foram da responsabilidade do MAEDS (direcção dos arqueólogos Carlos Tavares da Silva e Joaquina Soares). As restantes intervenções mencionadas foram realizadas no âmbito do PRAC e de projectos de arqueologia (Castelo, Alto da Queimada, Zambujalinho, com direcção de Isabel Cristina Fernandes), no âmbito de intervenções de emergência (Convento, Rua de Nenhures – com direcção de Isabel Cristina Fernandes; Mercado Velho, com direcção de A. Rafael Carvalho; Paços do Concelho, com direcção de Michelle Teixeira Santos).

que exploraram e valorizaram os resultados e os conhecimentos assim acumulados<sup>4</sup>.

# 2. OS PROJECTOS DE MUSEALIZAÇÃO: DE 1996 A 2009-13

O Espaço Arqueológico do Núcleo Museológico do Castelo foi inaugurado em 1996, no âmbito do citado *Programa de Recuperação e Animação do Castelo (PRAC)*, sendo então constituído por cinco salas dedicadas à investigação arqueológica do concelho e, em particular, à leitura histórico-arqueológica da fortificação e aos aspectos do quotidiano, desde a sua fundação, nos séculos VIII-IX, ao século XVIII. As salas ficaram visitáveis na Praça de Armas da fortificação.

Nessa primeira fase da musealização do monumento, não se visou a criação de uma exposição de longa duração (ou permanente, como à data se definia), mas uma primeira mostra destinada a apresentar ao público o resultado dos anos de investigação realizada no concelho, desde 1988, bem como a identificação das principais jazidas arqueológicas nesse território. A opção museográfica era provisória e, por razões de cariz financeiro, a área intervencionada não foi alvo de um conjunto de infraestruturas de especialidade que permitissem o controlo ambiental do imóvel, nomeadamente de um previsto sistema de ventilação mecânica que garantisse condições adequadas à exposição de peças de tipologias diversas. Com uma função sobretudo didáctico-pedagógica, visou-se também explicitar e garantir uma leitura da memória do sítio, com painéis que clarificavam o uso anterior dos espaços musealizados.

Contudo, sem posteriores intervenções de obra, essa situação manteve-se até 2010, tendo-se progressivamente retirado de exposição grande parte das peças inicialmente apresentadas ao público, a fim de que as mesmas não se degradassem, devido às adversas condições ambientais do local.

Ao público estavam, nos últimos anos, apenas visitáveis e contextualizadas por painéis explicativos, as estruturas arqueológicas islâmicas, e algumas vitrines com peças representativas de acervos diversos alusivos à Carta Arqueológica (Fig. 6, 7, 8 e 9).



Figura 6 - Sala 5 (2009).



Figura 7 - Sala 3 (2009).



Figura 8 - Sala 2 (2013).

 $<sup>^{\</sup>rm 4}$  Vejam-se alguns dos títulos desses estudos e catálogos na bibliografia final.



Figura 9 - Sala 3 (2013).

Em 1996, a abertura desse espaço museal no Castelo constituiu um marco cultural na política no Município, não só por ser a primeira exposição permanente no monumento – no qual desde finais da década de 80 do século XX se sucediam acções municipais de divulgação de História local e de animação patrimonial -, mas também pelo facto de a localização das salas ter nascido de uma compatibilização de interesses de revitalização da área da Praça de Armas, para fins culturais/museológicos, turísticos e comerciais. As salas musealizadas in situ estavam, inicialmente, destinadas a ser espaços comerciais, mas a intervenção arqueológica realizada permitiu dar-lhes outra funcionalidade. Esta opção - defendida pelas especialidades de arquitectura e arqueologia – foi uma mais-valia para a estrutura museológica municipal, embora tenha tornado o percurso de visitação na Praça de Armas confuso e sinuoso para o visitante, pois há salas musealizadas intercaladas com lojas dedicadas à venda de artesanato e produtos gastronómicos locais.

As salas-museu eram, na sua maioria, construções de natureza militar, funcionando no século XVII como quartéis, à excepção das salas 1 e 2 que eram originalmente uma cisterna (Fig. 10 e 11). Este espaço está representado numa planta da fortificação datada de 1781 (Fernandes, 2004: 308-311).

Em 2009, uma acção financiada pelo FEDER/ PorLisboa – no âmbito do *Plano de Recuperação e Dinamização do Centro Histórico de Palmela* (QREN, 2010-2013) –, abriu a possibilidade de intervir de novo nos imóveis, com uma outra abordagem



Figura 10 - Sala 1 - vista parcial (2013).



Figura 11 – Memória de sítio, entre as salas 1 e 2, em 2013.

ao Espaço Museológico do Castelo (Fig. 12), privilegiando a recuperação física e requalificação museográfica das cinco salas já existentes e a musealização de um novo espaço, a sala 6 – localizada no piso 0 da «Torre dos Radiotelegrafistas»<sup>5</sup> –, dedicada à vida no castelo e às questões de armazenagem de provisões, tendo como principal cenário o silo 7, estrutura negativa de grandes dimensões, observável *in loco*.

Cientes dos obstáculos arquitectónicos, das reduzidas dimensões e da fraca acessibilidade destas salas – consequência da sua natureza histórica e função inicial – foi redefinido o percurso expositivo. Na fase-piloto do projecto arquitectónico de recuperação e requalificação do Núcleo Museológico, facilmente percebemos as limitações e principais problemas presentes, que seriam determinantes no processo de musealização das salas e da concepção da exposição, a desenvolver com carácter de longa duração, renovável periodicamente. Esta situação determinou a necessidade de manter um diálogo constante entre a equipa responsável pelo projecto, facilitando todo o processo preparatório da exposição.

Mantendo-se a lógica organizacional do espaço e de articulação de interesses entre as áreas comercial e museal, em 2010-2013, definiu-se uma concepção e articulação das áreas expositivas segundo uma perspectiva cronológica e leitura temática em torno da evolução do castelo de Palmela.

As soluções encontradas tiveram forçosamente que respeitar a segurança do acervo e dos vestígios arqueológicos musealizados, garantindo simultaneamente a segurança dos seus visitantes.

O programa preliminar da intervenção arquitectónica definiu a tipologia de argamassas a usar no interior e no exterior do espaço edificado (já preconizado e testado na intervenção de 1996, sob orientação do Arquitecto Sérgio Infante; em 2009-13, renovadas as opções com materiais estudados pela



Figura 12 – Museu Municipal – Planta do Espaço Arqueológico (2013).

equipa de projecto de requalificação FLV-Filomena e Lourenço Vicente Arquitectos), a necessidade de aplicação de um sistema de ventilação mecânica nas salas musealizadas, a renovação dos sistemas eléctrico e luminotécnico e de controlo ambiental, bem como de segurança anti-intrusão e protecção contra incêndios, e a concepção de um equipamento museográfico que correspondesse quer à exiguidade das salas, quer às necessidades da coleção a expor.

Depois de definida a natureza da exposição – que visou renovar toda a informação a prestar ao público, devolvendo à Comunidade o conhecimento produzido pela investigação histórico-arqueológica posterior à primeira exposição -, a equipa do Museu Municipal de Palmela diligenciou todo o trabalho preparatório inerente à sua montagem e, numa primeira fase, realizámos uma pré-selecção dos bens culturais a integrar, tendo sempre presente o estado de conservação das peças e as características arquitectónicas e ambientais das áreas expositivas.

<sup>&</sup>lt;sup>5</sup> No piso superior está instalado o Espaço museológico dedicado à História das Transmissões Militares, inaugurado em 1999.

# 3. EXPOSIÇÃO: PREPARAÇÃO, MONTAGEM, COMUNICAÇÃO

A preparação da exposição teve fases distintas que decorreram, na maioria das vezes, em simultâneo. Uma dessas etapas correspondeu à selecção do espólio, momento em que ponderámos sobre a relevância que determinada peça teria no contexto da exposição. O primeiro passo foi a consulta da aplicação informática MATRIZ, programa utilizado pelo Museu Municipal de Palmela para o inventário, gestão e documentação das suas colecções.

A informação de cada artefacto seleccionado foi confirmada e actualizada, criando-se uma listagem das peças que integrariam a exposição permanente. Este procedimento foi fundamental para a integração de dados relativos à circulação e ao estado de conservação das peças. Todo o conjunto foi registado fotográfica e graficamente.

Uma vez que o lote de peças seleccionado não era demasiado numeroso, foi possível realizarmos a avaliação do estado de conservação de cada exemplar, identificando os casos com necessidade premente de intervenção para estabilização e/ou recuperação. Sempre que o estado de conservação de determinada peça desaconselhava a sua movimentação, a decisão foi a de a excluir da selecção, privilegiando-se a sua salvaguarda (Fig. 13).

No caso da colecção arqueológica de Palmela, a principal preocupação prendeu-se com o estado de conservação dos artefactos metálicos, em especial os ferros, que nos colocaram e colocam alguns problemas relacionados com as deficientes condições ambientais da reserva arqueológica, sediada no 1.º andar da sacristia da Igreja de Santiago do Castelo de Palmela, onde se registam significativas flutuações de humidade relativa e de temperatura. O facto de o Museu Municipal não dispôr de laboratório, nem de conservador/restaurador, também condiciona a capacidade de resposta, havendo sempre que recorrer a entidades externas.

Simultaneamente à etapa de selecção de espólio decorreu a da avaliação de riscos, reflectindo-se sobre as condicões ambientais de temperatura, hu-



Figura 13 - Avaliação do estado de conservação.

midade relativa e sobre a iluminação dos espaços, em função das suas características arquitectónicas e das especificidades das peças, evitando o desenvolvimento de factores prejudiciais que agravassem a sua conservação. O projecto museográfico contemplou a instalação de ventilação mecânica no núcleo museológico, por forma a melhorar o ambiente no interior de todas as salas expositivas, criando condições para a circulação/renovação de ar e evitando o aparecimento de problemas como a condensação. Os valores de humidade relativa e de temperatura são controlados/registados com recurso a termohigrógrafos, dataloggers digitais e desumidificadores. No interior das vitrinas foram aplicados materiais higroscópicos (reservatórios com cristais de sílica gel) para absorção, estabilização e controle ambiental. Como se disse, a iluminação dos espaços e das vitrinas foi um aspecto igualmente ponderado. O sistema de iluminação das vitrinas está individualizado num compartimento próprio, que permite acesso pelo exterior. Quando o núcleo museológico se encontra encerrado ao público, as luzes permanecem desligadas, minimizando os danos da exposição prolongada. Nenhum dos artefactos se encontra directamente iluminado pelo sol.

Outros factores de deterioração, avaliados na

fase de preparação da exposição, foram o controlo dos poluentes atmosféricos (ex. poeiras) e biológicos (ex. fungos e insectos).

O Espaço Arqueológico do Núcleo Museológico do Castelo é de acesso livre, parcialmente controlado, não dispondo de vigilância humana permanente e não se contabilizam as entradas. As condições de segurança do Museu Municipal também não incluem sistemas de vigilância electrónica na exposição permanente. No entanto, é assegurada uma vigilância geral dos espaços, 24h, pelos vigilantes do Museu durante o horário de funcionamento e, posteriormente, por uma empresa de segurança contratada para o efeito. As diferentes áreas expositivas estão equipadas com sistema de detecção de incêndios, com controlo de alarme e extintores portáteis colocados em locais acessíveis. Na Praça de Armas, onde se localiza o Espaço Arqueológico, existem bocas-de-incêndio.

Perspectivando a exposição permanente como um veículo de comunicação e apresentação públicas, reconhecemos que os visitantes representam um dos riscos mais comuns. No caso do Castelo de Palmela, o tipo de público que nos visita é bastante heterogéneo, predominando os grupos escolares, que recorrem frequentemente às actividades programadas do Serviço Educativo do Museu. Este fluxo de visitantes engloba diariamente uma população com diferentes faixas etárias, que visitam o castelo individualmente, em família ou em grupos organizados. Apesar de não dispormos de dados detalhados sobre os vários públicos, implementaram-se medidas para a prevenção de situações de roubo, de vandalismo e de outras ameaças afins, de forma a reforçar a segurança das pessoas e dos bens culturais.

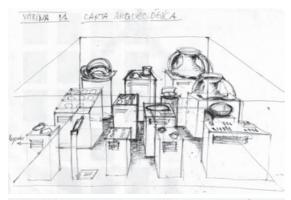
Ainda no âmbito da segurança, a circulação das peças e a sua integração numa exposição implicaram a indispensável activação de um seguro, a que está inerente a valoração das peças, calculada em função do seu potencial patrimonial ou artístico, da sua raridade e do seu estado de conservação. No caso de peças que estavam anteriormente seguradas, actualizámos as informações atribuídas. A apólice de seguro contratada prevê a cobertura

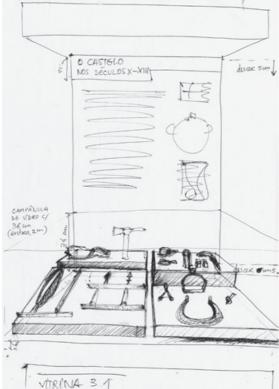
de todos os riscos, vulgarmente conhecida como "prego a prego" e que protege a peça desde que é retirada do local de origem até ao seu regresso. Abrange, entre outras situações, a de catástrofe natural, incluindo fenómenos sísmicos, considerando que Palmela se localiza numa área de máxima intensidade sísmica.

Outra situação de risco, sobre a qual não pudemos deixar de ponderar, foi o manuseamento e subsequente movimentação das peças, desde a reserva ou de outro local de proveniência até à exposição. A sua fragilidade e o seu estado de conservação foram avaliados, evitando expô-las a situações de risco de acidentes. Assim, as peças em trânsito foram cuidadosamente manuseadas e acondicionadas em embalagens que respeitavam as suas características e que as protegiam contra choques, vibrações e elementos contaminantes. Utilizaram--se embalagens simples, adaptadas para imobilizar cada peça, ajustando os espaços com o recurso a tiras de espuma de polietileno ou almofadas de granulado de esferovite para amortecimento. Já no espaço destinado à exposição, as peças permaneceram um período desembaladas, numa área mais reservada, até serem instaladas nas vitrinas, quando todos os equipamentos expositivos estavam finalizados, limpos e isentos de poluentes.

Resolvidos os trabalhos preparatórios da exposição, iniciaram-se as fases de *pré-montagem* e da *montagem final*, com a definição dos suportes expositivos e a sua adaptação a cada peça, respeitando as suas integridade, características físicas e de conservação (Fig. 14 e 15).

As bases/suportes das peças foram executados com materiais compatíveis com a natureza de cada artefacto, utilizando-se derivados de madeira, pintados com tinta de água, combinados com bases de acrílico, evitando-se o contacto directo com as superfícies pintadas. Na concepção dos equipamentos expositivos, privilegiaram-se critérios de estabilidade, funcionalidade e resistência. O passo seguinte consistiu no ensaio de montagem das vitrinas, possibilitando a correcção de pequenos imprevistos e demais situações na relação suporte/





Figuras 14, 15 – Pormenores do trabalho na fase de pré-montagem da exposição. Desenhos do arquitecto Luís Amaro (CMP).

peça (Fig. 16). Nesta fase, afinaram-se pormenores de numeração e legendagem de peças e de interpretação dos conteúdos. Todo o processo foi documentado com recurso a fotografia e ensaios gráficos dos cenários criados.

Na derradeira fase, a da montagem propriamente dita, realizámos nova monitorização ambiental e biológica das áreas expositivas para despistagem de situações problemáticas inesperadas. Finalmente, inseriram-se as peças nas vitrinas.



Figura 16 - Experiências/ensaios das vitrinas.

A dinamização e a divulgação da exposição são desenvolvidas pelo Serviço Educativo do Museu Municipal (Fig. 17), que promove a educação patrimonial e com a qual foi mantido um diálogo permanente ao longo do processo. Esta equipa prepara e desenvolve um conjunto de acções baseadas nos conteúdos expositivos, recorrendo a informação do catálogo, do roteiro da exposição e de estudos publicados sobre a matéria. Essas acções são integradas nas visitas guiadas ao Espaço Arqueológico e estão disponíveis para um público diversificado: as comunidades educativa e local (principal público-alvo), as famílias, os turistas, os investigadores.



Figura 17 – Momento de uma das acções desenvolvidas pelo Serviço Educativo do Museu Municipal de Palmela.

No programa pedagógico do ano lectivo 2013/14 é destacada a visita temática «*Palmela Arqueológica* – o que o tempo nos deixou», que tem como ponto-chave a exposição permanente.

Integrando acervo representativo das quatro freguesias do concelho de Palmela, esta exposição é ainda a base para outros recursos pedagógicos, nomeadamente um *atelier* de arqueologia, uma maleta pedagógica e um dossier temático sobre o património arqueológico concelhio.

### **BIBLIOGRAFIA**

CÂMARA MUNICIPAL de PALMELA (1990-1991). Programa de Recuperação e Animação do Castelo de Palmela (PRAC).

CARVALHO, A. R. (2004). *Mercado Velho de Palmela. Relatório da Intervenção Arqueológica*. Serviço de Arqueologia. D.P.C. – Câmara Municipal de Palmela (policopiado).

FERNANDES, I. C. F. (1989, 1992, 1998, 1999, 2001). Relatórios dos Trabalhos Arqueológicos no Zambujalinho. Serviço de Arqueologia, D.P.C., Câmara Municipal de Palmela (policopiados).

FERNANDES, I. C. F. (1996, 1999 a 2001, 2002 a 2005). *Relatórios dos Trabalhos Arqueológicos no Alto da Queimada*. Serviço de Arqueologia, D.P.C., Câmara Municipal de Palmela (policopiados).

FERNANDES, I. C. F. (2000). O Castelo de Palmela: herança islâmica e domínio da Ordem de Santiago. In *Actas do Simpósio Internacional sobre Castelos. Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500*), Palmela-Lisboa: Edições Colibri/ Câmara Municipal de Palmela, p. 571-578.

FERNANDES, I. C. F. (2001). Castelos da Ordem de Santiago: a região do Sado. In Actas do 3º Congresso de Arqueologia Peninsular, Vol. VII: Arqueologia da Idade Média da Península Ibérica, Sessão 23: Fortificações dos Reinos Cristãos: origens e evolução (séc. IX–XIM), Porto: ADECAP, p. 169-186.

FERNANDES, I. C. F. (2004). *O Castelo de Palmela. Do islâmico ao cristão*. Lisboa – Palmela: Edições Colibri - Câmara Municipal de Palmela.

FERNANDES, I. C. F. (2005). Palmela no período da reconquista. In Seminário Muçulmanos e Cristãos entre o Tejo e o Douro (sécs. VIII a XIII). Palmela: GEsOS – Câmara Municipal de Palmela e Faculdade de Letras da Universidade do Porto, p. 311-325.

FERNANDES, I. C. F. (2006). Uma forja islâmica em Palmela. In Seminário Internacional Al-Andalus Espaço de Mudança. Balanço de 25 anos de História e Arqueologia Medievais, Mértola: Campo Arqueológico de Mértola, p. 171-180.

FERNANDES, I. C. F. (2009). Conventos da Ordem de Santiago em Palmela. In *As Ordens Militares e as Ordens de Cavalaria entre o Ocidente e o Oriente*. Actas do V Encontro sobre Ordens Militares, Palmela: Câmara Municipal de Palmela, p. 583-634.

FERNANDES, I. C. F. (2009). Palmela – Um castelo e um território no período islâmico: estado da investigação e perspectivas. In O Garb no al-Andalus: sínteses e perspectivas de estudo. Actas do 6º encontro de Arqueologia do Algarve, XELB 9, Silves, p. 393-403.

FERNANDES, I. C. F. (2012). O último convento da Ordem de Santiago em Palmela: dados arqueológicos da intervenção no pátio fronteiro à igreja. In *Congresso Internacional Velhos e Novos Mundos*, Lisboa: CHAM – Universidade Nova de Lisboa/FCSH e Universidade dos Açores, p. 505-516.

FERNANDES, I. C. F.; CARVALHO, A. R. (1991). Trabalhos arqueológicos no Zambujalinho (Herdade do Zambujal) – Primeiros Resultados. In *Actas das I Jornadas sobre Romanização dos Estuários do Tejo e do Sado*, Seixal, p. 73-106.

FERNANDES, I. C. F.; CARVALHO, A. R. (1993). *Arqueologia em Palmela, 1988-92*. Catálogo da exposição no Castelo de Palmela, 28 Agosto a 19 de Dezembro de 1993, Palmela: Câmara Municipal de Palmela.

FERNANDES, I. C. F.; SANTOS, M. T. (Coord.) (2008). *Palmela Arqueológica no contexto da região interestuarina Sado-Tejo*. Palmela: Município de Palmela.

GEOIDEIA (1993). Programa de Recuperação e Animação do Castelo de Palmela (PRAC). Estudo de Aproveitamento Turístico e Museológico do Castelo de Palmela.

MUNICÍPIO de PALMELA (2009). Plano de acção: as iniciativas e os agentes locais. Recuperação e Dinamização do Centro Histórico de Palmela (2010-2013) – Dossier de Candidatura ao QREN – Política de Cidades/Parcerias para a Regeneração Urbana do PORLisboa.

ROSENDO, M.; PRATA, C.; FERNANDES, I.; SANTOS, M.; SAMPAIO, T.; SOUSA, Z. (2010), Roteiro da exposição *Patrimónios. Centro Histórico da Vila de Palmela*: Câmara Municipal de Palmela, Palmela.

SERRÃO, V.; MECO, J. (2007). Palmela Histórico-Artística. Um inventário do património artístico concelhio, Palmela-Lisboa: Câmara Municipal de Palmela / Edições Colibri.

SIGERP (1993-1994). Programa de Recuperação e Animação do Castelo de Palmela (PRAC). Projecto de Recuperação Arquitectónica (Global e Sectorial). Peças Escritas.

SILVA, C. T. da; SOARES, J. (2012). Castro de Chibanes (Palmela). Do III milénio ao séc. I a. C.. In *Palmela Arqueológica no contexto da região interestuarina Sado-Tejo*. Palmela: Município de Palmela, p. 67-87.

# PANÓIAS – DE FRAGAS A SANTUÁRIO. O QUE MOSTRAR? E A QUEM?

Isabel Freitas<sup>1</sup>, Herculano Mesquita<sup>2</sup>, Fernando Pádua<sup>3</sup>, Orlando Sousa<sup>4</sup>

### Resumo

O Santuário de Panóias é conhecido desde o Séc. XVIII. Monumento singular e único, foi objecto de intervenções e estudos nos últimos trinta anos. É essa história que abordamos neste texto.

Palavras-chave: Interpretação, Apresentação, Património.

### **Abstract**

Panóias' Sanctuary is known since XVIII century. It's a unique and singular monument. During the last thirty years several works and studies were made. This is the story that we tell in our text.

**Keywords**: Interpretation, Presentation, Heritage.

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> Universidade Portucalense / ifc@upt.pt

<sup>&</sup>lt;sup>2</sup> Direcção Regional de Cultura do Norte / herculanomesquita@live.com.pt

<sup>&</sup>lt;sup>3</sup> Direcção Regional de Cultura do Norte / fernandopadua 58@gmail.com

<sup>&</sup>lt;sup>4</sup> Responsável pela gestão e coordenação do Santuário de Panóias até Abril de 2012 / Direcção Regional de Cultura do Norte / orlandocfsousa@gmail.com

O denominado Santuário de Panóias, fica situado a cerca de 6 km de Vila Real. Conhecido desde o séc. XVIII, é constituído por um recinto onde pontificam três grandes fragas nas quais foram talhadas cavidades variadas (em forma e tamanho), degraus, e ainda inscrições. Estas, em número de quatro, três em latim e uma em grego, constituem partes de um complexo sagrado, monumental, que tinha também construções, nomeadamente templos.

Ao longo do tempo, cerca de trezentos anos, foram diversas as interpretações e estudos sobre Panóias, das quais destacamos, entre outros, os trabalhos de A. Gonçalves de Aguiar, J. Contador de Argote, J. Leite de Vasconcelos, E. Hubner, F. Russell Cortez, A. Tranoy, A. R. Colmenero, T. Hauschild, G. Alfoldy . De todos eles uma tónica comum: trata-se de facto de um monumento singular.

Classificado como Monumento Nacional desde 1910, tem uma Zona de Protecção Especial desde 1951 <sup>1</sup>, é propriedade do Estado e está afecto à Direcção Regional de Cultura do Norte <sup>2</sup>.

Após um longo abandono, em 1979, por solicitação da Câmara Municipal de Vila Real, a Drª. Adília Alarcão, à data Directora do Museu Monográfico de Conímbriga, após visita ao local, elaborou um relatório/parecer sobre o estado de conservação do monumento, apontando um programa de intervenção. No ano seguinte, na sequência de uma visita ao local efectuada pelo então 1º Ministro Francisco Sá Carneiro, coadjuvado pelo Secretário de Estado da Cultura Vasco Pulido Valente, o monumento foi adquirido pelo Estado. Data também de inícios dos anos oitenta a sua afectação ao então órgão da administração do património, o I.P.P.C., tendo sido cometido ao Serviço Regional de Arqueologia da Zona Norte a execução dos trabalhos necessários

Cabe aqui referir que havia nessa altura uma tripla tutela sobreaquele monumento, a saber: ao SRAZN / IPPC competia a gestão técnica e científica; ao Museu de Lamego competia a gestão administrativa, já que o guarda existente, integrado após concurso, pertencia ao quadro daquele Museu, e por último, era a então Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, organismo do Ministério das Obras Públicas, que elaborava e executava os projectos e as obras nos monumentos nacionais.

Esta tripla tutela, de diferentes organismos, mostrou-se completamente ineficaz. No caso da guardaria, verificou-se que as orientações hierárquicas colidiam com as orientações técnicas, tendo a então guarda solicitado a sua transferência. No que diz respeito à vedação do monumento, foi elaborado um projecto, cuja execução foi custeada pelo IPPC e pela Câmara Municipal de Vila Real. No entanto, para a elaboração do referido projecto não foram levados em conta alguns requisitos técnicos e científicos que este sítio obrigava. Assim, a vedação implantada, para além de não impedir o acesso ao monumento (de animais e viaturas), sofreu rapidamente uma grande degradação 4.

Nos anos seguintes e até 1993, para além de limpezas esporádicas e da reedição do desdobrável (com edição também em francês e inglês), foi iniciado o processo de aquisição das casas existentes na área

para a salvaguarda daquele monumento <sup>3</sup>. Várias campanhas de limpeza e de levantamentos (fotográficos e desenhados) foram levadas a cabo, no âmbito de actuação do então SRAZN, culminando na edição de um desdobrável.

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> Decreto de 16.06.1910 e Diário do Governo, 2ª série, nº. 189 de 16.08.1951, respectivamente

<sup>&</sup>lt;sup>2</sup> Portaria conjunta dos Ministérios das Finanças e da Administração Pública e da Cultura nº. 1130/2007 de 20.12.2007 e Portaria conjunta do Ministério das Finanças e da Administração Pública e da Cultura nº. 829/2009 de 24.08.2009

<sup>&</sup>lt;sup>3</sup> Datam de 1980 a criação do Instituto Português do Património Cultural, e dos Serviços Regionais de Arqueologia, entre outra legislação estruturante da área da administração pública do património cultural, da responsabilidade do então 1°. Ministro, Francisco Sá Carneiro e do seu Secretário de Estado, Vasco Pulido Valente.

<sup>&</sup>lt;sup>4</sup>As condições climatéricas da região, com grandes amplitudes térmicas, neve e gelo, exigem material específico e preparado. Por outro lado o "modus operandi" da referida Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais era de um certo autismo, o que não permitiu, neste e noutros casos, uma elaboração de um programa, bem como de discussão sobre o projecto.

central do monumento. Apenas com a aquisição de uma área mínima envolvente às fragas, que corresponde à área classificada, seria possível conceber e implementar um projecto global de estudo, conservação e valorização daquele monumento, bem como uma gestão adequada <sup>5</sup>. Em 1994, após a posse pelo Estado das casas entretanto adquiridas <sup>6</sup>, e do realojamento de uma pessoa que ainda vivia numa das casas <sup>7</sup> em condições de grande pobreza e indignidade, foi executada uma vedação, actualmente existente, e procedeu-se ao desvio de dois caminhos de serventia pública, que atravessavam o monumento <sup>8</sup>.

Em 1995 foi apresentada uma primeira proposta de aproveitamento das casas existentes no interior do monumento. Previa uma ocupação de todos os espaços construídos (centro interpretativo, auditório, instalações sanitárias, restaurante, etc.). O debate público então promovido, sobre a investigação, valorização e conservação, levou a repensar as intervenções e respectivo projecto, e assim, consequência dessa discussão e debate, dois novos estudos foram realizados. Um sobre o estado de conservação dos granitos , e o outro sobre os líquenes das rochas que compõem o monumento <sup>9</sup>.

Novo projecto de intervenção foi delineado, prevendo a ocupação de duas das casas adquiridas, e demolição de um outro conjunto. Esta opção teve em consideração o facto de algumas casas existentes interferirem negativamente na leitura do sítio, levando à sua demolição; outras edificações, pelo facto de estarem implantadas em rochas já destruídas foram mantidas.

Após várias vicissitudes administrativas, e tendo sido aberto concurso de financiamento para a região norte, III QCA, Programa Operacional do Norte, Medida 3.9 Cultura, uma candidatura foi elaborada, obtendo o respectivo financiamento.

Para além de uma plataforma, com rampa, permitindo a visualização geral do monumento, e em particular da rocha 3, sem interferência física (de carácter reversível), foi construído um Centro Interpretativo. Nesse espaço, inaugurado no dia 18 de abril de 2004, Dia Internacional dos Monumentos e Sítios, existe recepção/loja, um pequeno espaço expositivo, wc, e ainda uma sala onde, no dia a dia, é visualizado um filme sobre Panóias, que antecede a visita. O objectivo deste filme é contar ao visitante uma história sobre o monumento, mostrando, para além do que se vê no terreno, aquilo que poderia ter sido Panóias há dois mil anos. Explica-se também como é que um culto oriental aparece neste fim do mundo, e como seriam os templos que constituíam o monumento. Recorda-se que apenas temos várias rochas, sendo que três delas tem os entalhes, pertencentes aos alicerces desses templos. No filme é feita uma hipotética reconstrução virtual.

Estão disponíveis ainda guias (papel) em várias línguas, e audioguias (em três línguas).

A partir dessa data, várias actividades foram sendo feitas, com parcerias, para além das visitas, nomeadamente comemorações do 18 de Abril, com o lançamento de publicações, homenagem ao prof. Doutor J. R. Santos Júnior, com a atribuição de uma sala com o seu nome, do programa Ciência Viva Astronomia (com a UTAD), observação de morcegos (com o Parque Natural do Alvão), etc, etc.

A aposta nas redes sociais, e outras plataformas colaborativas também não foi descurada, e assim

<sup>&</sup>lt;sup>5</sup> Importa dizer que entretanto houve mudanças na orgânica da administração pública da área do Património. Essas mudanças conduziram à extinção dos Serviços Regionais de Arqueologia, em 1990, processo esse de triste memória. Após esse negro período, houve a criação do IPPAR em 1992, que possibilitou a retoma, lenta, de vários projectos, bem como acabou com as diversas tutelas de diversas entidades sobre este monumento.

<sup>&</sup>lt;sup>6</sup> Processo bastante moroso, pois para além da identificação e localização dos proprietários, estes não tinham os registos actualizados.

<sup>&</sup>lt;sup>7</sup> Para a resolução deste caso foi fundamental a excelente colaboração da Câmara Municipal de Vila Real, nomeadamente o seu Presidente, Dr. Manuel Martins, e do Vereador do Pelouro da Cultura, Dr. Pedro Ramos.

<sup>&</sup>lt;sup>8</sup> Para a tarefa de desvio dos caminhos de serventia, processo de alguma complexidade, tivemos a preciosa ajuda da Junta de Freguesia de Valnogueiras, nomeadamente nas pessoas do Sr. Ângelo Pereira da Silva e Sr. José Joaquim da Costa Fernandes.

<sup>&</sup>lt;sup>9</sup> Da autoria do Prof. J. Delgado Rodrigues, do então L.N.E.C., e da Dr<sup>a</sup>. Paula Romão, especialista em biodegradação em rochas, à data Directora do Centro de Estudos de Conservação e Restauro dos Açores.

temos hoje página do Facebook e ficha aberta do Geocaching (popular jogo de descoberta com recurso a GPS).

No que diz respeito às pessoas que visitaram o monumento, foi realizado um trabalho de inquérito, por questionários, durante alguns anos. Temos de ter em conta que os visitantes, as suas opiniões, os seus interesses, motivações e curiosidades são de grande importância para auxiliar a traçar propostas de melhoria, sempre em conformidade do que se entende fundamental para a conservação do património, o seu valor único e imensurável. No entanto temos de ter presente que responder a todas as solicitações do público pode colocar em causa a autenticidade dos monumentos e sítios. A sensibilização do público é uma tarefa necessária, e a sua concretização é prioritária.

Lembremo-nos que o modelo de gestão adequado ao património é o que valoriza o monumento respeitando-o, e que ensina ao visitante a leitura e a interpretação do mesmo, num frágil equilíbrio entre a conservação, o usufruto e a animação/espectáculo. Fruto desse trabalho sobre Panóias, foi realizada já uma Tese de Mestrado.

Importa também referir que é necessário estarmos sempre a par da investigação que é realizada, pois o que hoje se sabe sobre Panóias (e naturalmente de outros sítios), pode em qualquer altura ser alterado. A investigação não pára, e os conteúdos que são hoje transmitidos podem ficar desactualizados em qualquer altura, cristalizando a interpretação do sítio. Apesar de o monumento ter estado afecto aos sucessivos organismos da administração pública da área do Património, apenas em 2007 é que pela primeira vez é definida formal e juridicamente a questão da gestão, no ponto dois do artigo 1º. da Portaria conjunta nº 1130/2007, anteriormente referida, "A gestão dos bens imóveis classificados identificados no mapa referido no número anterior, concretiza-se, designadamente na recolha, estudo, conservação, salvaguarda, valorização e colocação à fruição pública dos testemunhos que, pela sua importância civilizacional, histórica, cultural, artística e estética, assumem particular relevância para a afirmação da identidade colectiva".

Feito aqui em traços gerais um percurso de anos, em que havia um monumento intitulado Fragas de Panóias, temos hoje, como consequência de um conjunto de factores e trabalhos, um monumento intitulado Santuário de Panóias. E é por este nome que hoje o monumento é conhecido. O conhecimento de Panóias é hoje substancialmente maior do que há trinta anos, e é também por isso que mudou de nome.

Neste balanço é necessário também falar de pessoas, que dum modo ou outro estiveram, por diferentes motivos, relacionados com Panóias, e foram importantes neste longo caminho:

- Miguel Torga, que foi um visitante assíduo do monumento, guiou alguns visitantes ilustres ao local, e escreveu vários textos sobre Panóias.
- Adília Alarcão, autora do Relatório do Estado de Conservação de Panóias e com quem todos aprendemos sobre Conservação, e de quem recebemos sábios conselhos.
- Francisco Sá Carneiro, 1º Ministro, que visitou o sítio em 1980, tendo dado instruções precisas para a sua aquisição.
- Vasco Pulido Valente, Secretário de Estado da Cultura de F. Sá Carneiro, que na sequência da visita disponibilizou recursos financeiros que permitiram a aquisição do monumento.
- Francisco Sande Lemos, que, como Director do Serviço de Arqueologia da Zona Norte, deu início a um longo processo de resgate do sítio que se encontrava em estado de abandono.
- Isabel Cunha e Silva, Técnica Superior do SRAZN,
   que executou e implementou as primeiras acções de registo e salvaguarda do sítio.
- António Carlos Silva, ex-Director do Departamento de Arqueologia do I.P.P.C., que conseguiu que fosse aberto concurso para guarda de Panóias (entre outros sítios arqueológicos).
- Rafael Alfenim, Técnico Superior do SRAZN, que se empenhou no sentido de dar continuidade ao trabalho que vinha a ser desenvolvido.
- Fernando Real, ex-Director do Departamento de Arqueologia do IPPAR, e Isabel Costeira, Técnica Superior do referido Departamento,

que coordenaram o processo de aquisição das casas existentes no interior do monumento .

- Fernando Maia Pinto, membro da equipa que elaborou o primeiro programa de valorização, sendo autor do respectivo projecto (não executado).
- Margarida Coelho, ex-Directora da Direcção Regional do Porto do IPPAR, que sempre acarinhou e se empenhou neste monumento.
- Luís Ferreira Calado, Paulo Pereira e Joaquim Passos Leite, ex-Presidente e ex-vice Presidentes do IPPAR respectivamente, que logo no início dessas funções visitaram Panóias, tendo desde logo manifestado como uma das prioridades a salvaguarda e valorização do sítio, o que veio a acontecer.
- Lino Tavares Dias, ex-Director do SRAZN e da Direcção Regional do Porto do IPPAR, responsável pela Medida 3.9/POR do Norte, que possibilitou e se empenhou na candidatura de Panóias a financiamento, tendo sempre apoiado os trabalhos.
- Manuel Martins, ex-Presidente do Município de Vila Real, e Pedro Ramos, ex-Vereador e ex-Vice Presidente, que desde sempre apoiaram, de diferentes maneiras e sempre que solicitados, a equipa de trabalho de Panóias, sem qualquer reticências ou entraves, não obstante a inexistência de qualquer acordo prévio escrito ou protocolo.
   Naturalmente uma palavra especial aos colegas de serviço que foram acompanhando o que se ia fazendo.

Ao fazer este balanço, partilhamos aqui alguns pontos para reflexão, que nos parecem importantes pois este longo processo de estudo, salvaguarda e valorização não foi isolado do que então se passou.

Desde logo a orgânica da administração pública para esta área, a tutela política e aquilo que eu chamaria de volatilidade dos cargos dirigentes.

Três factos:

- desde 1980 até 2011 sempre houve Ministério da Cultura ou Secretaria de Estado da Cultura, e o património este sempre debaixo da alçada do principal responsável da pasta política. A excepção ocorreu no período entre 2009/2011, com os resultados que se conhecem.

Na orgânica actual, não temos MC, mas também não há SEC, caso inédito desde 1980.

Todos os dirigentes máximos desta área, dos sucessivos organismos, IPPC, IPPAR, IPAR, IGESPAR, não cumpriram os 3 anos das respectivas Comissões de Serviço, com a excepção dos 6 anos da direcção de Luís Calado, Paulo Pereira, e Passos Leite.

Também com a excepção anterior, nenhum dos dirigentes máximos do IPPC, IPPAR, IPAR e IGESPAR, entrou com vice/s e vice-versa.

Houve mudanças sucessivas dos orgãos ditos consultivos, e suas composições.

Outra questão a abordar é a sustentabilidade económica dos sítios. Quanto custa ter um sítio aberto ao público? No caso de Panóias houve alturas em que a receita (entradas e vendas) ultrapassou a despesa (incluindo aqui os consumos de energia, comunicações e vencimento de guarda/vigilante). Tema também a reflectir é a questão da reconstrucão do património. O caso da Praca Taksim, na Turquia levou a um debate internacional, ainda em curso, promovido pelo ICOMOS, sobre essa matéria. Pergunta-se: as reconstruções físicas estão a aumentar? Em que fontes de informação são baseadas? Os motivos dessas reconstruções são comerciais? Ou educacionais? Quais devem ser os standards exigidos para a recontrução física de ruínas, cujo processo deve levar em linha de conta a reconstrução virtual?

Não podemos esquecer aqui o papel do turismo e do financiamento.

O modelo de financiamento para os sítios arqueológicos mudou ao longo do tempo, e reflexo disso foram os investimentos, na zona norte, em diversos locais. Alguns exemplos: Castro de Sampaio (Vila do Conde), Cividade de Terroso (Póvoa do Varzim), Citania de Briteiros (Guimarães), Castro de Palheiros (Murça), Castro de Monte Mozinho (Penafiel), Castro do Monte Padrão (Santo Tirso), Villa Romana de Sendim (Felgueiras), Castro de S. Lourenço (Esposende), Citania de Sta. Luzia (Viana do Castelo), Estação Arqueológica do Freixo (Marco

de Canavezes), Castelo Velho de Freixo de Numão (Vila Nova de Foz Côa), entre outros.

Outro ponto de reflexão é a gestão dos sítios. Gestão pública e/ou privada?

Um dos sítios arqueológicos portugueses mais conhecidos no mundo, a Citania de Briteiros, que é propriedade municipal, tem e sempre teve gestão privada.

Não devemos ter receio de discutir esta questão, devemos, isso sim, prepararmo-nos para ela.

A educação patrimonial é um assunto que tem estado arredado das nossas preocupações. Os programas escolares e os conteúdos dos respectivos manuais continuam "divorciados" da investigação que tem sido realizada nos últimos trinta anos.

E por último, mas não menos importante, uma pergunta: qual deverá ser o papel do arqueólogo neste processo?

Ficam as palavras de Rui Parreira:

"Desejaria que, no futuro, os sítios arqueológicos visitáveis (com os seus centros explicativos, de acolhimento, de interpretação.....) sejam inseridos numa estratégia de desenvolvimento sustentável, em que os testemunhos arqueológicos sejam encarados como uma mais-valia do presente e em continuum de passado, presente e futuro. Fora dessa estratégia, a sua banalização como locais de ócio terminará por convertê-los em não-lugares. E eu não desejaria que a produção científica do passado, em que pessoalmente me tenho empenhado, se converta na produção dessa espécie de parques lúdicos, rememorativos de épocas pretéritas, a que alguns pretendem reduzir os sítios musealizados".

### **BIBLIOGRAFIA**

ALFOLDY, G. (1995). Inscripciones, Sacrifícios y Mistérios: El Santuário Rupestre de Panóias. Informe Preliminar, Madrider Mitteilungen, 36, Mainz.

ALFOLDY, G. (1997). Die Mysterien von Panóias (Vila Real, Portugal), Madrider Mitteilungen, 38, Mainz.

ALFOLDY, G. (2002). Panóias. O Santuário Rupestre, Loquuntur Saxa. Religiões da Lusitânia, Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa.

ARGOTE, J. C. de (1732-1734). "Da cidade de Panóias e das antiguidades e vestígios que actualmente existem nela", Memórias para a História Eclesiástica do Arcebispado de Braga, Primaz das Hespanhas, Régia Officina Sylvianna, Lisboa.

AZEVEDO, A. M. C. (1998). Do significado religioso de Panóias, Tartaruga, Chaves.

AGUIAR, A. G. de (1721). Relação da freguesia de S. Pedro de Valnogueiras ou Val de Nogueiras, Comarca de Vila Real, (Ms. conservado na Biblioteca Nacional).

PARREIRA, R. (2009). Defender o Património Arqueológico, AGECAL, 2009. http://www.agecal.pt/artigos/rui-parreira1.pdf

RODRÍGUEZ COLMENERO, A. (1999). O santuário rupestre galaico-romano de Panóias (Vila Real, Portugal). Novas achegas para a sua reinterpretação global, Vila Real.

SOUSA, O. (1997). O Santuário de Panóias, a criação do Museu Municipal de Vila Real e o Centenário de O Arqueólogo Português, Tellus, Revista de Cultura Transmontana e Duriense, 26, Vila Real.

SOUSA, O. (2001). Santuário de Panóias, Guia, Instituto Português do Património Arquitectónico, Lisboa.

SOUSA, O. (2007). De Panóias a Torga, Centenário do Nascimento de Miguel Torga, Ministério da Cultura-Instituto Português do Património Arquitectónico, Vila Real.

TEIXEIRA R. (2012). "Cultura e Diversidade de Públicos – um estudo de caso", Dissertação de Mestrado, UPT, Porto.

TEIXEIRA, R., FREITAS, I. V., SOUSA, O. (2013). Cultura e diversidade de públicos: Panóias – um estudo de caso. José Augusto Palhares e Almerindo Janela Afonso (orgs.). O não-formal e o informal em educação: centralidades e periferias. Actas do I Colóquio Internacional de Ciências Sociais da Educação/III Encontro de Sociologia da Educação (3 vol.). Braga, Centro de Investigação em Educação/Universidade do Minho. ISBN: 978 - 989 - 8525 - 27 - 7.

TRANOY, A. (1981). La Galice Romaine. Recherches sur le nordouest de la péninsule ibérique dans l'Antiquité, Paris.

TRANOY, A. (2004). Panóias ou les rochers des dieux, Conímbriga, 43, Instituto de Arqueologia da Universidade de Coimbra, Coimbra.





Figura 1 – Fraga de Panóias.

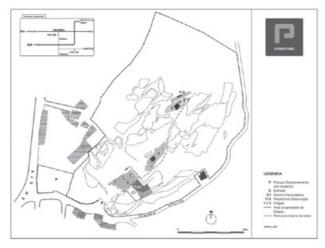


Figura 2 – Planta geral do Santuário de Panóias.

# NÚCLEO ARQUEOLÓGICO DA RUA DOS CORREEIROS: DA INTERVENÇÃO À INVESTIGAÇÃO, GESTÃO E APRESENTAÇÃO PÚBLICA

Jacinta Bugalhão<sup>1</sup>, Cristina Gameiro<sup>2</sup>, Andrea Martins<sup>3</sup>, Ana Filipa Braz<sup>4</sup>

#### Resumo

O Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros (NARC) foi objecto de escavação entre 1991 e 1995, culminando num imediato processo de musealização. Trata-se de uma intervenção arqueológica urbana complexa, na qual foram identificados abundantes vestígios de uma longa diacronia de ocupação, situada entre o século V a.C. e o presente.

O processo de estudo, investigação e publicação científica dos dados recuperados neste local iniciou-se ainda durante a intervenção e continua a decorrer, estando longe de se encontrar concluído, apesar das 48 referências bibliográficas monográficas já produzidas, a que se juntam inúmeras referências em trabalhos de síntese ou sobre outros sítios arqueológicos.

Paralelamente, o sítio tem permanecido aberto ao público, contabilizando cerca de 125.000 visitantes, requerendo um esforço contínuo de manutenção e monitorização, bem como um trabalho permanente de comunicação e transmissão de conteúdos a públicos diferenciados.

**Palavras-chave**: Arqueologia urbana, Investigação, Musealização, Divulgação.

### **Abstract**

The Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros (NARC) was excavated between 1991 and 1995, culminating in an immediate process of musealization. It was a complex urban archaeological intervention, in which abundant traces of a long diachronic occupation, between the fifth century BC and the present were identified.

The process of study, research and scientific publication of the recovered data, began during the intervention, still continues and is far from being completed, despite the 48 monographic references already produced, and the numerous references in synthesis and other published works.

In parallel, the site is open to the public, now accounting about 125.000 visitors, requiring a continuous effort for maintenance and monitoring, as well as a permanent effort of communication and transmission of specific contents to different audiences.

**Keywords**: Urban archaeology, Scientific research, Musealization, Divulgation.

 $<sup>^1\,\</sup>mathrm{DGPC}$  – Uniarch – FCT / jacintabugalhao@gmail.com

<sup>&</sup>lt;sup>2</sup> NARC – Fundação Millennium BCP / gameiro.cristina@gmail.com

<sup>&</sup>lt;sup>3</sup> AAP/NARC – Fundação Millennium BCP / andrea.arte@gmail.com

<sup>&</sup>lt;sup>4</sup> NARC – Fundação Millennium BCP

### 1. O SÍTIO ARQUEOLÓGICO

A ocupação arqueológica no espaço hoje ocupado pelo NARC foi intuída pela primeira vez em 1989, a quando da realização neste local de estudos geotécnicos para preparação do projecto de reabilitação dos edifícios pombalinos. Em 1990, decorreram os primeiros contactos entre a tutela (IPPC) e proprietário/promotor da obra (BCP), com vista à implementação de uma intervenção arqueológica, com objectivos de diagnóstico e salvaguarda dos contextos qua aí eventualmente se encontrassem preservados e que seriam inevitavelmente afectados pelas obras programadas.

Os trabalhos arqueológicos iniciaram-se em Junho de 1991, tendo-se prolongado até ao início da obra, em 1994, coincidindo com esta e concluindo-se em Junho de 1995, com a inauguração das instalações. O trabalho de campo, desenvolvido por 17 arqueólogos e técnicos, prolongou-se por cerca de 670 dias, tendo sido escavados 850 m² de extensão, 3000 m³ de sedimentos e cerca de 800 unidades estratigráficas.

Foram muito diversos e abundantes os contextos arqueológicos exumados no NARC. A primeira ocupação humana continuada documentada remonta aos séculos V-IV a.C., no contexto da expansão urbanística ligada aos contactos com povos comerciantes de origem oriental. A cidade cresce na direcção do rio e seu esteiro, surgindo um bairro portuário e comercial. A este bairro pertenceria o conjunto de compartimentos rectangulares com embasamento em pedra, paredes com estrutura vegetal revestida a barro, cobertura vegetal igualmente revestida a barro, pavimento de argila e lareira central. Foi também identificado um forno cerâmico, do qual se conservava apenas a base da fornalha e que se sobrepõe parcialmente, às construções anteriores (Sousa, 2011).

Após um período de abandono urbanístico desta zona baixa da cidade, durante o qual se acumulou um depósito natural de areia, formando uma praia fluvial, a área do NARC foi utilizada, entre meados do século I a.C. e meados do século I d.C. como cemitério pelos primeiros colonizadores romanos (Bugalhão *et alli*, 2013). Aí identificaram-se oito sepulturas, que correspondem a nove indivíduos, cinco dos quais crianças. Foram identificados dois rituais distintos, a inumação, mais frequente, e a cremação.

No âmbito do acentuado crescimento urbanístico verificado em *Olisipo* a partir do final do século I a.C., a área do NARC é, em grande parte da sua extensão, ocupada por um complexo industrial de salga e conserva de preparados piscícolas, do qual se identificaram 31 tanques (cetárias), agrupados em sete pequenas unidades fabris. Encontravam-se implantadas no subsolo arenoso, em plataformas desniveladas que acompanham o declive da praia e terão laborado entre o século I e meados do século V da nossa Era. Foi possível igualmente, reconhecer algumas construções de apoio às fábricas e um poço (Bugalhão, 2001).

Anexa à área industrial foi construída, provavelmente no século III, uma habitação dotada de termas. Destas foi apenas identificado o *frigidarium*, constituído por um átrio quadrangular pavimentado com um mosaico – o primeiro encontrado na cidade de *Olisipo* – e quatro tanques frios. O mosaico era composto por quatro painéis com uma gama de seis cores, formando motivos geométricos e entrelaçados, de entre os quais se destacam suásticas, quadrados, diamantes, peltas e motivos fusiformes (Amaro e Caetano, 1995).

As áreas, industrial e habitacional, confinariam a Sul, com a via que acedia a *Olisipo* por Oeste, elemento importante do urbanismo da cidade. Esta estrutura era pavimentada a lajes calcárias e ladeada por uma área de circulação pedonal pavimentada a *opus signinum*.

Após o século V, a área baixa da cidade terá sofrido alguma regressão, conservando-se contudo no NARC alguns contextos integráveis na fase tardo-antiga (Grilo, Fabião e Bugalhão, 2013), incluindo uma sepultura isolada. O indivíduo foi inumado paralelamente a um muro industrial romano, rodeado

por telhas e com a cabeça coberta por uma laje de calcário. Tratar-se-ia de um adulto, entre os 30 e os 40 anos, do sexo masculino (Duarte, 2001).

No período de dominação islâmica, a partir do final do século X, forma-se a ocidente da cidade muralhada um arrabalde, no qual se integram os contextos desta época identificados no NARC. Foram exumadas estruturas habitacionais e artesanais, nomeadamente diversos vestígios de actividade oleira (Bugalhão *et alii*, 2008).

Após a conquista cristã da cidade, em 1147, a baixa de Lisboa é reurbanizada com mais intensidade a partir do século XIII. No NARC, a cidade mantém a matriz anterior, tendo sido identificados contextos habitacionais (muros, pavimentos e lixeiras). O contexto mais significativo é constituído por uma fossa de materiais cerâmicos, eventualmente associada a uma olaria, datável do final do século XIII (Gaspar e Amaro, 1997).

O período designado como "pré-pombalino" (séculos XV a XVIII) é fortemente marcado pelo fenómeno da Expansão Ultramarina. Nesta fase, a baixa da cidade mantém o traçado medieval, mas verifica-se um conjunto de fenómenos ligados à sua transformação no centro urbano, político, económico e social (Bugalhão *et alii*, no prelo). Desta época, no NARC, escavaram-se vários troços de arruamentos, construções habitacionais, estruturas industrio-artesanais e poços.

O Terramoto de 1755 encontra-se claramente marcado no registo arqueológico do NARC, nos níveis de ruína e escombros e nos vestígios do grande incêndio subsequente. A reconstrução pombalina encontra-se igualmente presente, nomeadamente, nos pavimentos interiores lajeados, nas calçadas do saguão, nos poços localizados nos limites dos edifícios, nos esgotos e escoadouros e nos vestígios das divisórias interiores originais dos edifícios. Destaca-se ainda, sob os alicerces dos edifícios, a estacaria em pinho verde. Já em fase pós-pombalina funcionaram aqui uma forja e, eventualmente, uma padaria.

## 2. O NÚCLEO ARQUEOLÓGICO DA RUA DOS CORREEIROS

O NARC é uma estrutura de tipo "museu de sítio". Tendo por base os contextos identificados foi delineada uma estratégia de musealização que privilegiou o valor patrimonial dos vestígios, o estado de conservação dos diversos conjuntos crono--estruturais, o potencial de reconhecimento dos mesmos por parte do público, e a sua implantação altimétrica (uma vez que havia necessidade de integrar os vestígios arqueológicos, sempre que possível, em cave). Assim, foram seleccionados para musealização o conjunto de estruturas urbanas da Idade do Ferro; o complexo industrial, as termas e a via, de época romana; o enterramento tardo antigo; o conjunto de estruturas urbanas sobrepostas de época romana, medieval e pré-pombalina na futura sala da exposição permanente; bem como, alguns elementos arquitectónicos pombalinos (poços, esgotos, estacaria em pinho verde).

No decurso da obra, quando os últimos vestígios foram finalmente colocados a descoberto, o projecto museológico do sítio arqueológico (valorização de conjuntos estruturais e discurso expositivo) foi delineado a partir de uma proposta da equipa de arqueologia. A última fase da obra coincidiu com a preparação das estruturas a musealizar (muito facilitada pelo seu bom estado de conservação).

Assim, quando em Junho de 1995 foi inaugurada a sede do então Banco Comercial Português, esta integrava uma sala de exposições (com uma amostra do espólio recolhido), a área arqueológica musealizada (em cave, rés-do-chão e sob um pavimento vítreo na recepção para funcionários), algumas vitrinas nas montras da agência virada à Rua Augusta e ainda, para apoio às visitas, um guia-catálogo (Amaro, 1995), um desdobrável e uma equipa de guias preparadas para efectuar visitas guiadas dois dias por semana.

Em todo este processo, deve salientar-se a relevância da actuação do gestor do sítio, a Fundação

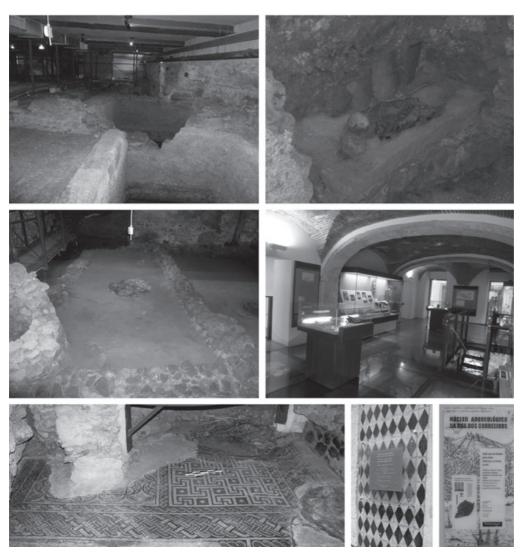


Figura 1 – Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros, musealização.

Millennium bcp, quer ao nível do apoio financeiro (à própria intervenção arqueológica, na inventariação e organização de colecção, no restauro de espólio, na investigação, na publicação, na divulgação, nas exposições temporárias, etc), quer, principalmente, na gestão do próprio NARC (gestão corrente, abertura ao público com visitas guiadas e gratuitas, monitorização, manutenção, conservação, promoção e divulgação, etc).

Durante os anos que se seguiram, e sempre no contexto de uma estreita colaboração entre a Fundação Millennium bcp (entidade responsável pela gestão do sítio), arqueólogos e tutela (IPPAR, IPA, IGESPAR e DGPC), foram muitas e muito diversas as iniciativas desenvolvidas em torno do NARC.

Ao nível da gestão da colecção arqueológica, procedeu-se ao tratamento básico de todo o espólio (limpeza, referenciação, contabilização, acondicionamento, etc). Estes trabalhos decorreram no NARC, durante a intervenção arqueológica, em espaços do Palácio da Ajuda (onde a colecção permaneceu em depósito entre 1995 e 1996) e nas instalações do IPA/IPPAR na avenida da Índia (onde a colecção esteve depositada entre 1996 e 2009). Também aí decorreram o inventário e a organização de toda a colecção (entre 2008 e 2009) com vista ao seu de-

pósito no Museu Nacional de Arqueologia (concretizado em Janeiro de 2010 e formalizado em 2013). Prevê-se para 2014 a incorporação da colecção no acervo naquele Museu.

A integração da colecção do NARC no MNA assume extraordinária relevância, pois assegura a salvaguarda e coesão da colecção (artefactos, ecofactos, documentação de campo), consolida a relação privilegiada entre o Museu e o "gestor do sítio" (Fundação Millennium bcp) e concretiza a integração de uma colecção de referência, resultante de uma intervenção na cidade de Lisboa, recente e bem documentada, neste museu nacional. Por outro lado, garante boas condições de acesso e trabalho aos investigadores, proporcionando-lhes um espaço de contacto, troca de experiências e proximidade com outros colegas e especialistas de várias áreas, bem como um fácil acesso a bibliotecas especializadas (no MNA e na DGPC).

Relativamente à investigação científica, destacam-se: estudo do complexo industrial romano de salga e conserva de peixe (entre 1993 e 1997, no âmbito de mestrado), estudo de um contexto cerâmica comum medieval (entre 1996 e 1997), estudo do espólio anfórico romano (iniciado em 1999 e que ainda decorre), projecto de investigação sobre produção e consumo de cerâmica islâmica (entre 1998 e 2006), estudo de restos botânicos de época islâmica (1999), estudo da fauna mamalógica islâmica (2001), estudo e conservação de capitel tardo-medieval e

painel de azulejos seiscentista (entre 2001 e 2013), estudo dos restos ictiológicos romanos (2006), estudo do espólio vítreo (entre 2007 e 2010), estudo dos contextos da Idade do Ferro (entre 2007 e 2011, no âmbito de doutoramento), estudo da necrópole romana (entre 1996 e 2012), estudo da fauna mamalógica romana (2010), estudo das produções cerâmicas romanas (desde 2011, no âmbito de doutoramento), estudo das lucernas romanas (2012), estudo das cerâmicas campanienses (2013), estudo dos contextos tardo-antigos (2013), estudo da fauna mamalógica da Idade do Ferro (2013).

Após a apresentação em 1997, da primeira tese de mestrado em 1997 e da primeira tese de doutoramento em 2011, sobre contextos do NARC, espera-se que a investigação em âmbito académico possa prosseguir nos próximos anos, nomeadamente para os contextos que ainda permanecem essencialmente inéditos, como sejam os de cronologia medieval e moderna.

Como consequência do processo de investigação, a publicação científica dos contextos do NARC tem decorrido de forma contínua, registando-se, entre 1991 e 2013, 43 referências monográficas sobre o sítio (a que se juntam cinco trabalhos no prelo e inúmeras referências ao NARC em sínteses e outros trabalhos científicos) e cerca de 40 comunicações, apresentações, conferências e palestras científicas, com a participação de mais de quatro dezenas de autores.

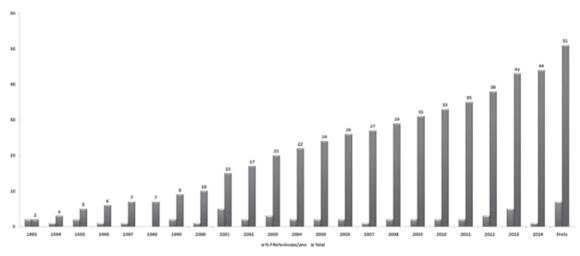


Figura 2 – Referências bibliográficas monográficas sobre o NARC.

Ao nível da manutenção, monitorização e conservação do sítio arqueológico, há a referir as acções de manutenção e conservação preventiva na área arqueológica, asseguradas pela Tutela até 2012. Entre 2003 e 2004, foi implementado um sistema de monitorização ambiental (nível freático, temperatura e humidade relativa) instalado em todo o espaço museológico (Gonçalves e Bugalhão, 2004). A manutenção da área arqueológica e museológica é assegurada desde finais de 2012 por uma empresa especializada contratada para este efeito, cuja acção é acompanhada tecnicamente pela tutela, nos termos da legislação em vigor.

A divulgação do NARC junto do público foi desde o primeiro momento uma prioridade, destacando--se logo em 1995, e como já foi referido, a formação da equipa de guias para acompanhamento de visitas guiadas, edição de guia-catálogo e desdobrável.

Nos anos seguintes, para além da inclusão em roteiros turísticos, divulgação junto dos media, edição de brochura de apoio à visita (2001) e promoção de pequenas exposições temporárias em agências bancárias, ocorreram diversas cedências de peças do NARC para exposições temáticas de expressão nacional, que muito contribuíram para a notoriedade do sítio junto da comunidade arqueológica e do público em geral: Dar Futuro ao Passado – IPPAR (1993); Lisboa Subterrânea, no âmbito da Lisboa, Capital Europeia da Cultura – MNA/ IPM (1994); De Ulisses a Viriato: O primeiro milénio A.C. - MNA/IPM (1996-1997); Portugal Romano: a exploração dos recursos naturais - MNA/IPM (1997-1998); O Portugal Islâmico. Os últimos sinais do Mediterrâneo - MNA/IPM (1998-1999); Vasos Gregos em Portugal - Aquém das Colunas de Hércules - MNA/IPM (2007).

A partir de 2009, a Fundação Millennium bcp iniciou um processo de revitalização e maior investimento no NARC como equipamento cultural ao serviço do público, com a abertura da Galeria Millennium, espaço anexo ao NARC utilizado para albergar exposições temporárias, passando a permitir entrada/acesso pela Rua Augusta, uma localização privilegiada. Foi constituída uma equipa téc-

nica especializada permanente de três arqueólogos para apoio às visitas, quer às exposições temporárias, quer ao NARC que viu alargado em o seu horário de visitas (de Segunda a Sábado, das 10h00 às 18h00).

As exposições temporárias promovidas na Galeria Millennium são de temática variada, consagrando contudo um espaço privilegiado à temática arqueológica e aos contextos do NARC propriamente ditos. Refiram-se as exposições Mértola - o último porto do Mediterrâneo, 2009 (com mais de 1.000 visitantes); Produção e consumo de cerâmica em Lisboa no período islâmico – NARC, entre 2009 e 2010 (com mais de 1.500 visitantes); Ossos que contam História, entre 2010 e 2011 (com mais de 20.000 visitantes); e Olisipo, cidade de um império global & A Sardinha Romana (com mais de 11.000 visitantes). Em 2014, será apresentada ao público a exposição temporária Lisboa Pré-clássica: um porto mediterrâneo no litoral atlântico 1.

Ainda no que se refere à divulgação, cumpre mencionar, a edição do guia infanto-juvenil (2009), a associação às Festas de Lisboa (a partir de 2011), a participação em iniciativas de divulgação patrimonial de âmbito nacional (como a Feira do Património Millenium BCP em Outubro de 2013, o Festival dos Oceanos em 2011 e 2012 e a Festa da Arqueologia da AAP em 2013) e internacional (como o Dia Internacional de Monumentos e Sítios, o Dia Internacional de Museus e as Jornadas Europeias do Património), iniciativas de animação e recriação histórica e as muito apreciadas visitas em horário nocturno.

### 3. O NARC E O SEU PÚBLICO

Relativamente ao público do NARC, salienta-se, em primeiro lugar, que não é cobrado qualquer valor de ingresso, facto que qualifica significativamente a natureza mecenática no trabalho aqui desenvolvido pela Fundação Millennium bcp. Após os primeiros

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> Esta exposição viria a decorrer entre Março e Maio de 2014, tendo registado cerca de 6.500 visitantes (nota acrescentada em fase de revisão de provas).





NÚCLEO ARQUEOLÓGICO DA RUA DOS CORREEIROS

Figura 3 – Edições de divulgação e apoio à visita do NARC.

Y

anos em que o número anual de visitantes se localizava à volta dos cinco milhares, a partir de 2010, o valor aproxima-se dos 10.000 visitantes/ano, dos quais cerca de 25% são estrangeiros (de todos os continentes, mas essencialmente europeus e com bons registos para os norte-americanos, brasileiros e canadianos). Até final de 2013, visitaram o sítio cerca de 125.000 pessoas.

Este contacto permanente com os mais diversos segmentos de público tem permitido algumas reflexões à equipa de arqueólogas que efectua as visitas guiadas.

A apresentação de um sítio arqueológico e seu espólio é complexa, no que se refere à transmissão de conteúdos claros, inequívocos e apreensíveis. Algumas dúvidas mais frequentes no caso em estudo



Figura 4 – Visita guiada ao NARC.

relacionam-se com os processos de formação do próprio sítio arqueológico, como por exemplo: Porque estão as coisas enterradas? Foi por causa do terramoto? Porque construíram em cima de outra cidade? Porque estava o esgoto (séc. XVIII) a despejar

para dentro do tanque (romano)? Verificam-se também dúvidas e equívocos relacionados com uma mais débil formação ou informação do público, expressas em questões sobre as grutas romanas ou sobre as catacumbas, e, mais específicas de Lisboa e do NARC, sobre as termas da Rua da Prata, ou, de forma mais exacta, sobre o criptopórtico, monumento muitas vezes confundido com o sítio pela sua proximidade e igual cronologia.

Por outro lado, a enorme diversidade de públicos representa um desafio acrescido no que se refere à adaptação do discurso. A narrativa é adaptada no idioma (inglês, francês, espanhol; situação mais difícil em grupos multilingues), à faixa etária (crianças versus adultos), ou ao nível intuído de formação do visitante (um maior conhecimento sobre as temáticas históricas abordadas, bem como as próprias questões colocadas, podem determinar um aumento do detalhe e da complexidade técnica da mensagem transmitida).

Por norma, utiliza-se um discurso expositivo, com recurso a vocabulário simples (sem terminologia específica arqueológica) e partindo do princípio que o público não tem conhecimentos aprofundados sobre os temas. Para transmitir realidades passadas que muitas vezes não são perceptíveis de forma abstrata, recorre-se com frequência a exemplos/comparações (dos nossos dias) que ilustrem o que se pretende transmitir. Se por um lado, a falta de formação e informação histórica de base por vezes significa um motivo de menor compreensão do discurso transmitido, o conhecimento directo e empírico de realidades rurais e de um passado recente (as técnicas antigas de construção de casas em pedra e lareiras: os hábitos de vida tradicional, como a confecção de conservas em salmoura, ou a cozedura caseira do pão), permite a alguns visitantes uma melhor compreensão e até visualização mental dos contextos arqueológicos que visitam.

O público com formação e informação histórica mais sólida encara as visitas guiadas como uma aprendizagem e uma forma de consolidação de conhecimentos. Este tipo de visitantes compreende com maior facilidade a informação transmitida, mas

questionam-na frequentemente, por não coincidir com o seu conhecimento prévio, o que revela a enorme disparidade dos discursos históricos disponíveis na actualidade.

É interessante verificar que, no caso do NARC, como provavelmente noutros também, as crianças entre os sete e os 12 anos são o público mais exigente, mas também mais compensador! Revelam um conhecimento histórico "fresco" de origem escolar e um espírito aberto à novidade que lhes permite apreender com facilidade o discurso transmitido. Na generalidade, demonstram aptidão, interesse, capacidade de observação e perspicácia na compreensão das estruturas arqueológicas que visitam. São curiosos, sem preconceitos e não se autocensuram: quando não percebem, perguntam!

Para este grupo de visitantes, promove-se especialmente um discurso acompanhado do método interrogativo – chegar às respostas certas, através de perguntas. Sempre que possível, procura-se a educação arqueológica genérica, relacionada com a aprendizagem dos processos de formação dos sítios arqueológicos em geral e dos ribeirinhos e urbanos em particular. E também a educação e sensibilização patrimonial, tentando explicar porque há condicionantes prévias às obras em algumas zonas da cidade; o que é e para que serve a conservação pelo registo; e sobretudo, porque não há museus em todos os sítios arqueológicos?

Outro aspecto interessante desta experiência já com mais de quatro anos, é constatar que a visita guiada não é um valor absoluto: alguns visitantes preferem não ter guia, por vezes para ultrapassarem a limitação dos horários fixos, mas também porque preferem a observação simples, com apoio dos materiais de divulgação disponíveis ou até, a contemplação, em detrimento da informação. Porém, verifica-se que grande parte daqueles que estavam à partida renitentes com a visita guiada, no final da mesma, acaba frequentemente por concordar que a complexidade estratigráfica e crono-cultural do sítio impediria a sua compreensão sem acompanhamento profissional.

No fundo, o objectivo almejado, aparentemen-

te simples mas notoriamente complexo e difícil, é fazer os visitantes compreender a formação do sítio arqueológico e o conhecimento histórico que ele traduz.

Esta experiência de apresentação de um sítio arqueológico complexo em meio urbano a vários tipos de público, permite, principalmente, assegurar algum retorno social para o qual a ciência arqueológica também tem o dever de contribuir. Esta aproximação ao cidadão comum ambiciona a construção de uma consciencialização colectiva da importância do património arqueológico e cultural, através de uma viagem por milénios de História no centro da cidade de Lisboa.

#### **BIBLIOGRAFIA**

AMARO, Clementino, coord. (1995). *Núcleo Arqueológico Rua dos Correeiros*. Catálogo. Lisboa, Fundação Banco Comercial Português.

AMARO, Clementino; BUGALHÃO, Jacinta; RAMALHO, Maria (1993). A Baixa Pré-Pombalina: alguns aspectos urbanísticos. Actas das V Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses, Lisboa, pp. 227-237.

AMARO, Clementino; CAETANO, Maria Teresa (1995). Breve nota sobre o complexo fabril romano da rua Augusta (Lisboa). *Conimbriga*: 32-33, Coimbra, pp. 283-294.

AMARO, Clementino; BUGALHÃO, Jacinta; SABROSA, Armando (1996). A Fábrica Romana da Salga de Peixe da Rua Augusta – Notícia Preliminar. *Actas das I Jornadas sobre a Romanização dos Estuários do Tejo e Sado*, 1991. Lisboa: Câmara Municipal do Seixal/Publicações Dom Quixote, pp. 199-214.

AMARO, Clementino (1999). Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros: exemplo do sítio arqueológico musealizado na Baixa Pombalina. *O Arqueólogo Português*, 17, Série 4. Lisboa, pp. 465-487.

AMARO, Clementino (2000). Núcleo Arqueológico de la Rua dos Correeiros – Fundación Banco Comercial Portugués: un sítio musealizado en la Baixa de Lisboa. *Museus y museología en Portugal, Una ruta ibérica para el futuro* (Monografias da Revista de Museología, 1). Madrid: Asociación Española de Museólogos, pp. 150-157.

ASSIS, Carlos; AMARO, Clementino (2006). Estudo dos restos de peixe de dois sítios fabris de Olisipo. Actas do Simpósio Internacional "Produção e comércio de Preparados Piscícolas durante a Proto-História e a Época Romana no Ocidente da Península

Ibérica – Homenagem a Françoise Mayet. Setúbal 7-9 Maio 2004 (Setúbal Arqueológica, 13). Setúbal, pp. 123-144.

BUGALHÃO, Jacinta (2001). A indústria romana de transformação e conserva de peixe em Olisipo. Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros (Trabalhos de Arqueologia, 15). Lisboa: Instituto Português de Arqueologia.

BUGALHÃO, Jacinta, dir., no prelo. *Uma casa pré-pombalina na Baixa Lisboeta* (Arqueoarte, 2). Lisboa: Centro de História de Além-Mar, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa/Universidade dos Açores.

BUGALHÃO, Jacinta; ARRUDA, Ana Margarida; SOUSA, Elisa de; DUARTE, Cidália (2013). Uma necrópole na praia – o cemitério romano do Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros (Lisboa). *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 16. Lisboa: DGPC; pp. 243-275.

BUGALHÃO, Jacinta; CARVALHO, Rui (2002). Núcleo Arqueológico da Rua das Correeiros. Brochura. Lisboa: Fundação Banco Comercial Português.

BUGALHÃO, Jacinta; CARVALHO, Rui (2002). Núcleo Arqueológico da Rua das Correeiros. BCP *Hífen*, 19 (Abril). Lisboa, pp. 54-62.

BUGALHÃO, Jacinta; FOLGADO, Deolinda (2001). O arrabalde ocidental da Lisboa islâmica: urbanismo e produção oleira. *Arqueologia Medieval*, 7, Campo Arqueológico de Mértola, pp. 111-145.

BUGALHÃO, Jacinta; FOLGADO, Deolinda (2003). Islamic Pottery Production in the Outskits of Lisbon. VIIe Congrès International sur la Céramique Médiévale en Méditerranée, Tessalónica, 1999. Actes. Athènes: Ministère de la Culture/Caísse des Recettes Archéologiques, pp. 691-696.

BUGALHÃO, Jacinta; FOLGADO, Deolinda; GOMES, Sofia; SOUSA, Maria João; GONZALEZ TINTURÉ, Antónia; Dias, MARIA ISABEL; PRUDÊNCIO, Maria Isabel (2009). La production céramique islamique à Lisbonne: conclusions d'un Project d'investigation. Actas del VIII Congreso Internacional de Cerámica Medieval. Tomo I. Ciudad Real: AIECM, pp. 373-398.

BUGALHÃO, Jacinta; GOMES, Sofia; SOUSA, Maria João (2003). Vestígios de produção oleira islâmica no Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros, Lisboa. *Arqueologia Medieval*, 9. Porto: Edições Afrontamento, pp. 129-191.

BUGALHÃO, Jacinta; GOMES, Sofia; SOUSA, Maria João (2007). Consumo e utilização de recipientes cerâmicos no arrabalde ocidental da Lisboa islâmica (Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros e Mandarim Chinês). *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 10: 1. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, pp. 317-343.

BUGALHÃO, Jacinta; GOMES, Sofia; SOUSA, Maria João; FOLGADO, Deolinda; GONZÁLEZTINTURÉ, Antónia; MORENO-GARCÍA, Marta; DIAS, Maria Isabel; PRUDÊNCIO, Maria Isabel (2008). Produção e consumo de cerâmica islâmica em Lisboa: conclusões de um projecto de investigação. *Arqueologia Medieval*, 10. Porto: Edições Afrontamento, pp. 113-134.

BUGALHÃO, Jacinta; GOMÉZ, Susana (2005). Lisboa, uma cidade do Mediterrânico islâmico. *Muçulmanos e Cristãos entre o Tejo e o Douro (Sécs. VIII-XIII)*. Palmela: Câmara Municipal de Palmela/Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 237-262.

BUGALHÃO, Jacinta; QUEIROZ, Paula (2006). Testemunhos do consumo de frutos no período islâmico, em Lisboa. *Al-Andaluz espaço de Mudança – Balanço de 25 anos de História e Arqueologia Medievais. Homenagem a Juan Zozaia Stabel-Hansen.* Mértola: Campo Arqueológico de Mértola, pp. 195-212.

BUGALHÃO, Jacinta; SABROSA, Armando (1993). O Complexo Industrial Romano da Baixa – uma unidade de salga de Peixe na Rua Augusta (Lisboa). *Actas do I Congresso de Arqueologia Peninsular* (Trabalhos de Antropologia e Etnologia, 35:3). Porto: Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, pp. 379-406.

BUGALHÃO, Jacinta; SABROSA, Armando; MONTEIRO, José Luís (1994). BCP – Rua Augusta/Rua dos Correeiros, campanha de 1993/94. *Al*-madan, 3, Il série. Almada, p. 110.

DETRY, Cleia; CARDOSO, João Luís; BUGALHÃO, Jacinta, no prelo. A alimentação em Lisboa no decurso da Idade do Ferro: estudo dos restos mamalógicos das escavações realizadas no Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros. Revista de prehistoria y arqueología de la Universidad de Sevilla.

DIAS, Maria Isabel; PRUDÊNCIO, Maria Isabel; BUGALHÃO, Jacinta; GOMES, Sofia; SOUSA, Maria João; FOLGADO, Deolinda (2009). A produção de cerâmicas no arrabalde ocidental da Lisboa islâmica — primeiros resultados arqueométricos. A Ocupação Islâmica da Península Ibérica. Actas do IV Congresso de Arqueologia Peninsular (Promontoria Monográfica, 11). Faro: Universidade do Algarve, pp. 157-163.

DIAS, Maria Isabel; PRUDÊNCIO, Maria Isabel; GOUVEIA, Maria Ângela (2001). Arqueometria de cerâmicas islâmicas das regiões de Lisboa, Santarém e Alcácer do Sal (Portugal): caracterização química e mineralógica. *Garb, Sítios Islâmicos do Sul Peninsular*. Lisboa: IPPAR/Junta de Extremadura, pp. 257-281.

DIAS, Maria Isabel; TRINDADE, Maria José; FABIÃO, Carlos; SABROSA, Armando; BUGALHÃO, Jacinta; Raposo, Jorge; GUERRA, Amílcar; DUARTE, Ana Luísa; PRUDÊNCIO, Maria Isabel (2012). Arqueometria e o estudo das ânforas lusitanas do Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros (Lisboa) e de centros produtores do Tejo. In DIAS, Maria Isabel; CARDOSO, João Luís, eds. Actas do IX Congresso Ibérico de Arqueometria (Lisboa, 2011) (Estudos Arqueológicos de Oeiras, 19). Oeiras: Câmara Municipal, pp. 57-70.

DIAS, Vanessa (2013). A Cerâmica campaniense proveniente dos sítios arqueológicos da cidade de Lisboa. Uma abordagem preliminar. *Arqueologia em Portugal. 150 Anos*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 717-726.

DUARTE, Cidália (2001). Sepultura tardo-romana do Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros. Descrição antropológica. A indústria romana de transformação e conserva de peixe, em Olisipo. Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros (Trabalhos de Arqueologia, 15). Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, pp. 161-167.

FABIÃO, Carlos (2010). A Sardinha Romana. Desdobrável. Lisboa: Fundação Millennium bcp.

FABIÃO, Carlos (2011). Felicitas Iulia Olisipo. Cidade de um império global. Desdobrável. Lisboa: Fundação Millennium bcp.

GASPAR, Alexandra; AMARO, Clementino (1997). Cerâmicas dos séculos XIII-XV da cidade de Lisboa. *La céramique médiévale en Mediterranée. Actes du Veme Congrès l'AIECM2*. Aix-en-Provence: Narration Éditions, pp. 337-345.

GASPAR, Alexandra; GOMES, Ana, no prelo. Recipientes de medidas da cidade de Lisboa. *X Congresso Internacional "A Cerâmica Medieval no Mediterrâneo"*. Silves, 22 a 27 de outubro de 2012.

GONÇALVES, Pedro; BUGALHÃO, Jacinta (2004). Projecto de monitorização do nível freático na Baixa. *Monumentos*, 21. Lisboa: DGEMN, pp. 158-159.

GRILO, Carolina (2013). As lucernas do Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros, Lisboa. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 16. Lisboa: DGPC, pp. 243-275.

GRILO, Carolina, no prelo. Produção e consumo na economia local de Olisipo. A cerâmica de imitação de sigillatta do Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros, Lisboa. Il Congresso Internacional da Secah – Ex Officina Hispana Classica Instrumenta. As produções cerâmicas de imitação na Hispania. Braga, de 3 a 6 de abril de 2013.

GRILO, Carolina; FABIÃO, Carlos; BUGALHÃO, Jacinta (2013). Um contexto tardo-antigo do Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros, (NARC). *Arqueologia em Portugal. 150 Anos.* Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 849-857.

MEDICI, Teresa (2008). A Medieval Enameled Beaker from Lisbon. *Journal of Glass Studies*. Corning. 50, pp. 316-318.

MEDICI, Teresa (2012). O espólio vítreo do núcleo museológico da Rua dos Correeiros, Lisboa. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 14. Lisboa: IGESPAR, pp. 313-353.

MEDICI, Teresa (2012). Un bicchiere decorato a smalto da Lisbona. Atti delle XI Giornate Nazionali di Studio. Il vetro nel Medioevo tra Bisanzio, l'Islam e l'Europa (VI-XIII secolo). Aggiornamenti sca-

*vi e ricerche sul Vetro. Venezia 19-21 ottobre 2007.* Veneza: Comitato Nazionale Italiano Association Internationale pour l'Histoire du Verre, pp. 99-105.

MORENO-GARCÍA, Marta; GABRIEL, Sónia (2001). Faunal remains from islamic contexts at Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros, Lisbon (Trabalhos do CIPA, 20). Lisboa, 30 p. Documento policopiado.

MORENO-GARCÍA, Marta; PIMENTA, Carlos; RUAS, José Paulo (2010). Ossos que contam História. Desdobrável. Lisboa, Fundação Millennium bcp.

PRUDÊNCIO, Maria Isabel; DIAS, Maria Isabel; RAPOSO, Jorge; GOUVEIA, Maria Ângela; FABIÃO, Carlos; GUERRA, Amílcar; BUGALHÃO, Jacinta; DUARTE, Ana Luísa; SABROSA, Armando (2003). Chemical Characterisation of Amphorae from Tagus and Sado Estuaries Production Centres (Portugal). Ceramic in the Society: proceedings of the 6th European Meeting on Ancient Ceramics (Fribourg, Switzerland, 3-6 October 2001). Fribourg: Department of Geosciences, Mineralogy and Petrography, pp. 245-253.

QUEIROZ, Paula Fernanda (1999). Testemunhos alimentares do período islâmico em Lisboa. Estudo paleobotânico do depósito conservado numa estrutura romana reaproveitada em período islâmico no Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros, BCP/Lx. Lisboa, 11 p. Documento policopiado.

RAPOSO, Jorge; FABIÃO, Carlos; GUERRA, Amílcar; BUGA-LHÃO, Jacinta; DUARTE, Ana Luísa; SABROSA, Armando; DIAS, Maria Isabel; PRUDÊNCIO, Maria Isabel (2005). OREST Project: late Roman pottery productions from the Lower Tejo". In GURT i ESPARRAGUERA, J. M.ª; BUXEDA i GARRIGÓS, J. e CAU ON-TIVEROS, M. A., eds. Late Roman Coarse Wares, Cooking Wares and Amphorae in the Mediterranean: Archaeology and Archaeometry (British Archaeological Reports. International Series, 1340). Oxford, pp. 37-54.

SABROSA, Armando; BUGALHÃO, Jacinta (2004). As ânforas béticas do Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros, Lisboa. Actas del Congreso Internacional FIGLINAE BAETICAE. Talleres alfareros y producciones cerámicas en la Bética romana (ss. Il a.C. – VII d.C.) Universidade de Cádis, Noviembre 2003 (British Archaeological Reports. International Series, 1266), Oxford, pp. 571-586.

SOUSA, Elisa Rosa Barbosa de (2011). A ocupação pré-romana da foz do Estuário do Tejo durante a segunda metade do 1º milénio a.C. Dissertação de doutoramento apresentada na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. http://hdl.handle.net/10451/4508.

VALENZUELA-LAMAS, Silvia (2013). Informe de los restos arqueozoológicos de los niveles romanos del yacimento NARCBCP da Rua dos Correeiros (Baixa, Lisboa). Documento policopiado. VALENZUELA LAMAS, Silvia, no prelo. Mammal remains from the Governador's House (Belém Tower, Lisbon) and the archaeological site in the Rua dos Correeiros (Baixa, Lisbon) in the context of fish processing factories in Lusitania. ZaP 2012 – I Congresso Internacional de Zooarqueologia em Portugal, Lisboa, 8-9 de Março 2012.

# O CASTELO DE S. JORGE DE LISBOA – ESCAVAÇÃO, MUSEALIZAÇÃO E GESTÃO DE PATRIMÓNIO

Alexandra Gaspar<sup>1</sup>, Ana Gomes<sup>1</sup>, Teresa Oliveira<sup>2</sup>, Susana Serra<sup>2</sup>

<sup>1</sup> DGPC – Direção Geral do Património Cultural

<sup>2</sup> EGEAC – Castelo de S. Jorge

#### Resumo

As escavações arqueológicas no Castelo de S. Jorge iniciadas em 1996, no âmbito do Projeto Integrado do Castelo (PIC) da responsabilidade da Câmara Municipal de Lisboa, permitiram fazer uma leitura estratigráfica da ocupação da alcáçova. Para a Praça Nova, localizada a NE, previa o PIC a construção de um parque de estacionamento, que foi inviabilizada face às ruínas postas a descoberto. Destas salienta-se o bairro islâmico com as suas ruas e grandes casas de pátio central sobre o qual foi construído o palácio dos bispos de Lisboa. Os vestígios da Idade do Ferro, embora escavados numa área mais reduzida, permitiram pôr a descoberto um compartimento do século VI a.C.

A boa preservação das ruínas e a sua fácil leitura levaram a que, ao fim de alguns anos, se tivesse conseguido proceder à musealização das ruínas, com projeto do Arquiteto Carrilho da Graça e se tivesse criado o Núcleo Museológico do Castelo, com projeto do Arquiteto Vítor Mestre. Nos últimos anos, sob a gestão da empresa municipal de cultura EGEAC, preconizou-se um projeto global de valorização do Castelo de S. Jorge que teve como premissas a preservação e valorização do monumento nacional, dotando-o de condições de apresentação, acessibilidade e fruição condignas.

Palavras-chave: Castelo de S. Jorge, Musealização, Arqueologia, Gestão de Património.

#### **Abstract**

Archaeological excavations at Castelo de S. Jorge started in 1996 under the Integrated Project of the Castle (PIC). the responsibility of Lisbon city council. They have allowed a stratigraphy analysis of the citadel's occupation. At Praça Nova, located to the NE, the PIC planned the construction of a car parking. This construction was not possible due to the presence of ruins - It is a large area where it was possible to register a long diachrony, from the Iron Age until the 1755 earthquake. From the identified set of ruins we can highlight the Islamic quarter, with their central courtyard large houses and streets, where later the Lisbon Bishops' Palace was to be built. The levels of the Iron Age, although excavated in a smaller area, allowed the identification of a compartment dated to the sixth century BC.

The good preservation of the ruins led, after some years, to the musealization of the archaeological structures, by Architect João Luís Carrilho da Graça, and to the creation of a local Museum, by Architect Vitor Mestre.

In recent years, under the management of EGEAC, the municipal company for culture, an overall enhancement project of the Castle of St. George was promoted, based on assumptions such as the preservation and enhancement of the national monument, especially its archaeological heritage, subject to a long archaeological research, providing it with adequate conditions of presentation, accessibility and enjoyment by the public.

**Keywords**: St. George Castle, Musealization, Archaeology, Cultural Heritage Management.

Em meados dos anos 90, no quadro do programa Integrado do Castelo (PIC) programa de reabilitação e de dinamização do bairro histórico do Castelo, que tinha como objetivo o desenvolvimento social da população local residente e a reabilitação do tecido urbano e consequentemente a melhoria das condições de vida dos habitantes, previa-se a reabilitação dos dois espaços distintos ali existentes, a chamada área monumental e área da freguesia. (Fig. 1)



Figura 1 – Planta da freguesia do Castelo de S. Jorge.

Na área da freguesia o projeto contemplava a reabilitação de todo o tecido urbano, enquanto para a área monumental estavam previstos alguns projetos mais pontuais, de que se destaca a recuperação do caminho de ronda da muralha da alcáçova, nunca concluído; a construção de um parque de estacionamento na Praça Nova do Castelo; obras de conservação da barbacã e requalificação do fosso do castelejo; a reabilitação do edifício da Casa do Governador; a reabilitação da barbacã e arranjo paisagístico de vários espaços do Castelo de S. Jorge; instalação de um periscópio numa das torres do Castelo; criação do CICL – Centro de Interpretação da Cidade de Lisboa e criação da Olisipónia (exposição multimédia sobre a história de Lisboa)

Este programa, da responsabilidade da Câmara Municipal de Lisboa, foi desenvolvido com base em parcerias com outras instituições públicas e privadas, tendo os trabalhos de arqueologia sido assegurados pelo então IPPAR e iniciados em 1996.

No âmbito deste projeto foram realizadas escavações arqueológicas em todos os locais intervencionados. Assim, procedeu-se a escavações arqueológicas sistemáticas de caráter preventivo e de salvaguarda do monumento, nos diferentes fogos intervencionados na freguesia, reabilitou-se parte do Caminho de Ronda e iniciaram-se as escavações na Praça Nova que desde o início foram reveladoras da importância do espaço para a memória histórica da cidade. Na sequência destas escavações o projeto de construção do parque de estacionamento é abandonado e procede-se a uma escavação arqueológica que se viria a prolongar até 2007, embora sem caráter sistemático. No decorrer das escavações arqueológicas foram sendo postas a descoberto estruturas arqueológicas de diversos períodos, designadamente um importante núcleo urbano da época islâmica de meados séc. XI – XII e do período setecentista, nomeadamente do período do terramoto de 1775 com o derrube do palácio que ocupava praticamente toda a área da Praça Nova e mais tarde, já em finais 2006, a identificação de estruturas da Idade do Ferro, tendo sido possível verificar uma sequência ocupacional entre o século VII a.C. e o século II a.C., onde se identificaram, pelo menos parte de uma estrutura habitacional que parece ter sofrido sucessivas remodelações, inserida num espaço também com funcionalidades distintas ao longo de cerca de 500 anos, que atestam contactos privilegiados com o Sul da Península Ibérica.

Quando por volta de 1999 é abandonada em definitivo a ideia de construção de um parque de estacionamento na Praça Nova do Castelo de S. Jorge, sabíamos que não seria fácil, conseguir, um dia, a criação de um núcleo museológico, que integrasse os materiais provenientes das escavações arqueológicas decorridas na alcáçova e, o que ainda seria mais difícil, a inclusão das estruturas arqueológicas nessa musealização.

Ao longo de cerca de uma década fomos procurando criar condições e desenvolvendo pequenos projetos, com vista à criação de um núcleo museológico no Castelo.

Apenas em 2006 este projeto começou a ga-

nhar forma e contou, desde então, com o apoio das administrações da EGEAC e das direções do então IPPAR, IGESPAR e DRCLVT.

A oportunidade de apresentar e candidatar o projeto no âmbito do Programa Operacional da Cultura (POC) surgiria mais tarde sob proposta de Teresa Oliveira e Susana Serra.

A inevitabilidade da criação de um núcleo museológico num monumento com as características do Castelo de S. Jorge sempre foi para nós incontestável e sempre acreditámos que seria uma realidade, embora tivesse demorado alguns anos.

O Projeto de Musealização da Área Arqueológica e de Instalação do Núcleo Museológico do Castelo decorreu entre 2006 e 2010.

Este projeto teve um valor global de investimento de cerca de 2.800.000,00€ dos quais 925.000,00€ corresponde a Financiamento FEDER. Assim o Núcleo Museológico custou cerca de 864.500,00€ e Núcleo Arqueológico 1.905.300,00€.

# 1. NÚCLEO MUSEOLÓGICO DO CASTELO (NMC)

O projeto de instalação do núcleo museológico do Castelo é da autoria dos Arquitetos Vítor Mestre e Sofia Aleixo. Este núcleo é constituído pela Sala Ogival, Sala das Colunas e Sala da Cisterna que integravam o conjunto arquitetónico do Paço Real da Alcáçova.

Este núcleo desenvolve-se em 3 temáticas ou seja 3 subnúcleos – O Castelo na Cidade; A Alcáçova Islâmica de Lisboa e Outras Vivências. (Fig. 2)



Figura 2 – Planta do núcleo museológico.

A primeira sala funciona como sala multiusos – inclui áreas expositivas e o serviço educativo. Assim a exposição encontra-se distribuída por duas salas. No primeiro núcleo, a que poderíamos denominar de "alcáçova islâmica", podemos encontrar uma grande variedade de objetos de cerâmica, metal, pedra e osso que pretendem mostrar como se viveu neste espaço no período entre os Reinos das Taifas e o Império Almorávida. (Fig. 3)

O segundo núcleo pretende dar uma perspetiva diacrónica de aspetos do quotidiano desde a Idade do Ferro até ao Terramoto de 1755, onde se podem observar utensílios variados, utilizados pelos habitantes da alcáçova ao longo dos tempos. (Fig. 4)



Figura 3 – Vista geral do Núcleo Museológico – Sala "A Alcáçova Islâmica de Lisboa".



Figura 4 – Vista geral do Núcleo Museológico – Sala "Outras Vivências".

# 2. NÚCLEO ARQUEOLÓGICO DO CASTELO (NAC)

A musealização do núcleo arqueológico (NAC) é um projeto de arquitetura da autoria do Arquiteto João Luís Carrilho da Graça e o projeto de arquitetura paisagista da autoria de João Gomes da Silva.

Estava subjacente a este projeto a evidência arqueológica de que a cidade de Lisboa se localiza na fachada atlântica numa posição estratégica de controlo marítimo e do estuário do Tejo e consequentemente dos acessos ao interior do território. Esta situação geográfica condicionou o estabelecimento de diferentes populações desde a Idade do Ferro e o cariz portuário das cidades que aqui se construíram. Estas ocupações privilegiaram a colina que se desenvolve desde o Castelo S. Jorge até ao rio.

As intervenções arqueológicas no Castelo S. lorge permitiram confirmar este registo diacrónico - povoado da Idade do Ferro, ocupação monumental em época romana, alcáçova islâmica e em época medieval instalação da família real no Paço onde permanece até aos inícios do século XVI. Assim o projeto consistiu na individualização de 3 núcleos - Idade do Ferro; Núcleo islâmico e Núcleo Setecentista - Vestígios do Palácio dos Condes de Santiago, tendo o Arquiteto João Luís Carrilho da Graça apresentado soluções distintas para cada núcleo de acordo com a sua singularidade. A uniformidade entre o conjunto foi conseguida, não só pelo uso de materiais semelhantes, mas também pela contenção periférica que define a área arqueológica e simultaneamente constitui um circuito que permite a visualização de toda o núcleo. (Fig. 5)

Esta contenção foi construída com recurso a micro estacas e construção de muro em betão, posteriormente revestido a aço Corten. (Fig.6)

## 2.1. Núcleo - Idade do Ferro

As características geográficas da colina do Castelo, situada numa zona rica em recursos naturais, junto ao estuário de um grande rio, o Tejo, potenciaram a implantação de um povoado em altura, talvez prote-



Figura 5 – Vista geral da área arqueológica musealizada, in: CARRILHO DA GRAÇA, J. L., *et ali* (2010), "Musealization of the S. Jorge Castle's Praça Nova Archaeological Site Lisbon 2008-2010 – Palimspsest and Palíndrome", *Piranesi\_Prix de Rome VIIIa edizione 2010*.

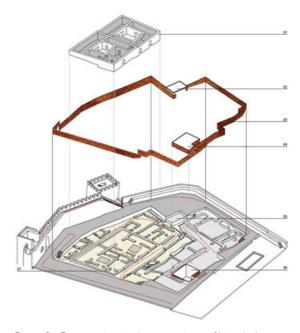


Figura 6 – Esquematização da contenção periférica da área museológica, in: CARRILHO DA GRAÇA, J. L., et ali (2010), "Musealization of the S. Jorge Castle's Praça Nova Archaeological Site Lisbon 2008-2010 – Palimspsest and Palíndrome", *Piranesi\_Prix de Rome VIII»* edizione 2010

gido a Norte por uma muralha, pelo menos desde o século VII a.C.

Os vestígios mais antigos identificados nesta área remontam ao séc. VII a. C., sobre os quais é construída uma estrutura habitacional que se desenvolvia para Oeste. Desta estrutura encontra-se preservado

um compartimento, provavelmente uma cozinha, onde se identificaram sobre uma área de fogo diversos objetos – panela, pote, taça e ânforas. (Fig. 7)



Figura 7 – Materiais da Idade do Ferro em escavação.



Figura 8 – Aspeto geral das estruturas da Idade do Ferro em fase de escavação.



Figura 9 – Aspeto geral da estrutura de proteção do núcleo da Idade do Ferro, in: CARRILHO DA GRAÇA, J. L., et ali (2010), "Musealization of the S. Jorge Castle's Praça Nova Archaeological Site Lisbon 2008-2010 – Palimspsest and Palíndrome", *Piranesi\_Prix de Rome VIIIª edizione 2010.* 

Depois do grande abandono do séc. V a.C. sucedem-se novas ocupações e abandonos nos séculos seguintes, mantendo o espaço o carácter habitacional até ao séc. Il a.C., altura em que esta área é utilizada como lixeira no período romano, só voltando a ser ocupada já em plena época islâmica.

De facto, nas escavações arqueológicas realizadas na Praça Nova foi possível verificar uma sequência ocupacional entre o século VII a.C. e o século II a.C., onde se identificaram pelo menos parte de uma estrutura habitacional que parece ter sofrido sucessivas remodelações, inserida num espaço também com funcionalidades distintas ao longo de cerca de 500 anos, que atestam contactos privilegiados com o Sul da Península Ibérica. (Fig. 8)

Tratando-se de um período mais remoto da história da cidade normalmente estes níveis situam-se a uma maior profundidade, no caso chega a atingir cerca de 4 metros. Neste núcleo o Arquiteto João Luís Carrilho da Graça optou pela manutenção da leitura em profundidade optando pela construção de uma estrutura fechada, revestida no exterior a aço Corten, com rasgos horizontais que permitem uma visualização parcial das estruturas da idade do Ferro dirigida até a zona de entrada, onde se tem, então uma vista geral do conjunto. (Fig. 9) Esta estrutura assenta na rocha e a construção em si desenvolve-se em vigas.

### 2.2. Núcleo Islâmico

Neste núcleo, uma zona residencial situada na Praça Nova, a que correspondem vestígios de pelo menos 4 habitações claramente identificadas destacam-se, pelo seu estado de conservação duas casas. (Fig.10)

Este bairro e respetivas ruas de acesso construído entre a Muralha e a provável Mesquita (atual Igreja de Santa Cruz), parece corresponder a um projeto urbanístico criado para este espaço. Estas habitações de pátio central típico da arquitetura mediterrânica, (Fig. 11) dispunham de paredes estucadas e pintadas, (Fig.12) de um sistema de abastecimento e de rede de esgotos. Datado de meados do séc. XI, localiza-se numa zona limítrofe da alcáçova, provavelmente em resultado do crescimento

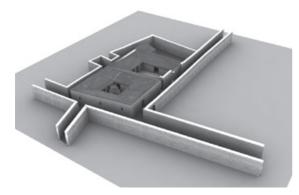


Figura 10 - Proposta de reconstituição do núcleo islâmico.

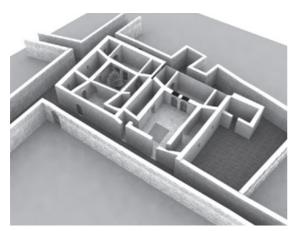


Figura 11 - Proposta de reconstituição do núcleo islâmico.



Figura 12 – Vista geral dos estuques.

urbano operado por esta altura, tendo esta zona sido nivelada para a construção das casas, mais tarde reformuladas com a conquista cristã em 1147 e definitivamente abandonadas com a construção do Palácio dos Bispos de Lisboa.

As estruturas habitacionais apresentam pelo menos duas fases de ocupação, uma relacionada com o pavimento da fase de ocupação de época islâmica, e outro posterior, do qual apenas restam algumas remodelações, visíveis nas alterações produzidas a nível arquitetónico, sobretudo ao nível das paredes dos edifícios.

Relativamente a este núcleo, a opção do projeto de arquitetura foi construir uma estrutura de cobertura que protegesse as estruturas arqueológicas - para o que recorreu à construção de muros mais largos que os existentes - e paralelamente permitisse a circulação dos visitantes por um espaço onde se recria, de forma conjetural, a organização das casas islâmicas, permitir a leitura da sua planimetria quando se acede ao núcleo a partir das muralhas. Simultaneamente pretendia-se que a cobertura ficasse a "a pairar" sobre as ruinas. (Fig. 13) As vantagens desta cobertura a nível arqueológico, resultavam do facto de esta ser suportada apenas por seis apoios; não necessitar de vãos intermédios de suporte – dada a dimensão da área - e por fim o fato de não haver necessidade de simetria entre os vãos, o que permitiu que a sua construção ocorresse em zonas onde as estruturas se encontravam mais destruídas ou mesmo ausentes. (Fig.14)

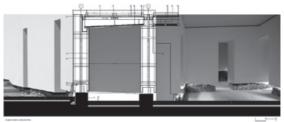




Figura 13 (em cima) – Aspeto da construção da estrutura de proteção do núcleo islâmico.

Figura 14 (em baixo) – Aspeto geral da estrutura de proteção do núcleo islâmico.

In: CARRILHO DA GRAÇA, J. L., et ali (2010), "Musealization of the S. Jorge Castle's Praça Nova Archaeological Site Lisbon 2008-2010 – Palimspsest and Palíndrome", Piranesi\_Prix de Rome VIIIª edizione 2010.

# 2.3. Núcleo do Setecentista – Vestígios do Palácio dos Condes de Santiago

O núcleo setecentista é composto pelos vestígios do Palácio dos Condes de Santiago que ocupava, desde a sua construção, praticamente toda a área da Praça com exceção da área localizada a oeste da rua que ligava à Porta do Moniz. Trata-se de um edifício muito afetado pelo terramoto de 1755 e pelos desaterros efetuados no local pelas obras dos anos 40, e do qual restaram os vestígios atualmente visíveis no núcleo arqueológico. Estas estruturas correspondem ao piso inferior do Palácio. Neste piso destacam-se os três compartimentos, localizados a leste, um dos quais com vestígios de uma entrada monumental, limitados por uma rua calcetada a poente, e uma estrutura de armazenamento do lado poente da rua. (fig.15)





Figura 15 (em cima) – Aspeto geral das estruturas do palácio setecentista.

Figura 16 (em baixo) – Aspeto geral da estrutura de proteção do núcleo setecentista.

In: CARRILHO DA GRAÇA, J. L., et ali (2010), "Musealization of the S. Jorge Castle's Praça Nova Archaeological Site Lisbon 2008-2010 – Palimspsest and Palíndrome", Piranesi\_Prix de Rome VIIIª edizione 2010.

Este edifício tem uma leitura complexa, pois encontra-se mal preservado, no entanto a sua construção remonta ao séc. XII, com o Palácio dos Bispos

de Lisboa até à sua reformulação pelos Condes de Santiago, em inícios do século XVI. Este edifício foi sofrendo diversas remodelações ao longo dos séculos dos quais se destaca, em virtude da sua raridade, em contexto de um pavimento de finais do século XV/inícios do XVI que se optou também por incluir no conjunto a musealizar. Esta estrutura, dada a sua fragilidade, foi objeto de uma cobertura. Dada a dificuldade de visualização, o Arquiteto João Luís Carrilho da Graça optou por utilizar um espelho negro integrado na cobertura que permite a visualização refletida desta estrutura. (fig.16)

Não obstante a ocupação contínua da área desde os inícios da Idade do Ferro até à atualidade, constatada nos registos arqueológicos, tanto ao nível das estruturas como do espólio exumado, optou-se por musealizar em termos de programa base, exclusivamente, os núcleos mais bem preservados e com maiores potencialidades de interpretação para o visitante leigo, que correspondem a três períodos emblemáticos da história da cidade e com expressão no local. No entanto a nível concetual o Arquiteto João Luís Carrilho da Graça considerou que as restantes estruturas deveriam também fazer parte do conjunto o que obrigou a um programa de conservação e restauro que não foi inicialmente previsto.

### 3. GESTÃO DE PATRIMÓNIO

Neste processo de musealização, a ativação de novos valores, significados e sentidos, implicou novos desafios de gestão que obrigaram a uma reflexão crítica sobre as problemáticas específicas de gestão do património arqueológico musealizado num contexto de significativa pressão turística, no sentido de integrar equilibradamente as múltiplas dimensões que convergem hoje na gestão contemporânea de monumentos musealizados – desde a(s) acessibilidade(s) e fruição do património à sustentabilidade da sua preservação, conservação e estudo continuado.

Efetivamente, para este processo de reposicionamento do Castelo de S. Jorge, enquanto monumento nacional com um património histórico e arqueológico ímpar, foi fundamental a implementação do sistema de bilhética no final de 2004, na medida em que permitiu criar as condições para o desenvolvimento de um efectivo projeto global de gestão e valorização de um monumento com uma área de 3,5 hectares no centro histórico de Lisboa.

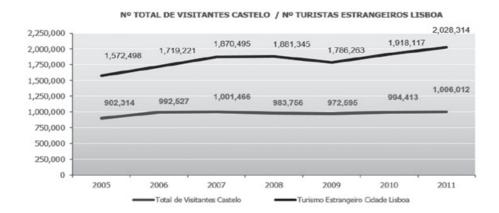
De 2005 a 2010, elegeram-se como prioridades, a melhoria dos serviços de acolhimento, de apoio à visita e de Serviço Educativo, a implementação de uma sinalética funcional e informativa e, naturalmente, a ativação dos recursos patrimoniais do monumento, direcionados, nesta fase, para o património arqueológico através da sua musealização.

A criação das novas valências patrimoniais – a exposição permanente (NMC) e a musealização do sítio arqueológico (NAC) – num equipamento cultural com um universo de cerca de 1 milhão de visitantes ano (Gráfico 1 – Evolução de Visitantes), aberto ao público sete dias por semana, obrigou a uma profunda reflexão crítica quanto ao modelo de gestão a adotar no sentido de potenciar o investimento

realizado e manter custos funcionais sustentáveis num contexto de restrições orçamentais e maiores exigências de conservação patrimonial.

Em 2010, partindo de uma análise SWAT do monumento nacional, define-se um plano de gestão integrada de longo prazo, com planos estratégicos quadrianuais que priorizam eixos de ação, promovendo de forma continuada o desenvolvimento equilibrado das diversas vertentes presentes – de estudo, de conservação, de fruição, de divulgação e de animação.

No âmbito do Plano Estratégico de Gestão 2010-2014, impulsionou-se uma profunda reorganização da estrutura funcional de modo a criar as condições para uma efetiva gestão integrada do património: criação das áreas de Inventário e Documentação e de Conservação e Restauro, na vertente específica de Património; e criação da área de Comunicação e Relações Públicas e reorganização da área de Monitorização de Públicos e Qualidade, no âmbito da área de Gestão (Gráfico 2 – Organograma Funcional Castelo de S. Jorge).

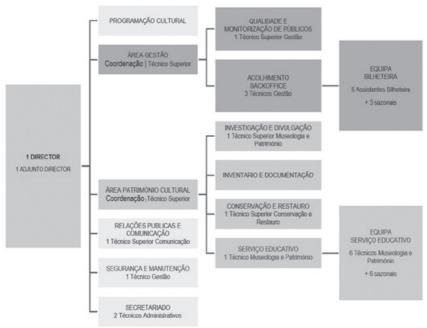


Área do Monumento Nacional | 3,5 hectares

Aberto ao Público de 2ª Feira a Domingo
Horários | 9h00 – 21h00 de Março a Outubro | 9h00 – 18h00 de Novembro a Fevereiro

Encerra a 1 de Janeiro, 1 de Maio e 25 de Dezembro

Gráfico 1 – Evolução de Visitantes CSJ 2005 a 2011.



Equipa Permanente 23 Pessoas | Equipa Sazonal + 9 Pessoas (Março a Outubro)

Gráfico 2 – Estrutura Funcional Castelo de S. Jorge.

Paralelamente operou-se uma alteração substancial do conceito programático seguido até então, agregando as várias vertentes da atividade em torno da ativação de conteúdos artísticos (programas de música, teatro, dança, etc.), da ativação de conteúdos educativos (programas didáticos para escolas, para famílias ou para o público em geral) e da ativação de conhecimento (projetos na área da conservação e restauro, da investigação histórica, ou das ciências do património).

O modelo de gestão instituído, com uma forte componente de planeamento integrado e uma articulação dinâmica entre as diversas áreas e sub-áreas, tem possibilitado ganhos de eficácia e eficiência, na gestão de processos cada vez mais complexos e exigentes, permitindo optimizar procedimentos, recursos humanos e financeiros, e na prossecução dos vários projetos preconizados, num contexto de significativas restrições orçamentais, fomentando o desenvolvimento continuado dos eixos de ação definidos para o quadriénio: (1) estudar e conservar; (2) dar a conhecer; (3) tornar acessivel; (4) fidelizar públicos.

A adoção de um modelo de gestão global, integrado e dinâmico, tem permitido, ainda, absorver as restrições e os cortes orçamentais que se têm verificado desde 2010, ajustando processos e adequando toda a atividade ao orçamento anual de cerca de 1.465.000, 00 euros (Quadro 1 – Síntese 2012 – Instrumentos de Gestão Previsional).

Porém, na reta final do Plano Estratégico 2010-2014, ficaram por concretizar algumas oportunidades no âmbito do processo de musealização global do monumento, nomeadamente, no que se refere à desativação do parque de estacionamento temporário (para moradores da freguesia) que permanece no interior do Castelo de S. Jorge, entre o castelejo e o sítio arqueológico, impossibilitando um circuito de visita contínuo e obrigando a um percurso alternativo pelas muralhas, com condicionantes significativas quer ao nível da segurança, quer da acessibilidade para pessoas com mobilidade reduzida.

Ainda, no âmbito das oportunidades, importa referir que a musealização do património arqueológico, associada no caso do NAC a um projeto de arquitetura inovador, premiado internacionalmente,

Instrumentos de Gestão Previsional - Síntese 2012	
Total de Custos	1.463.376, 00 €
Custos de Funcionamento	778.544,00 €
Vigilância e Segurança, Limpeza, Manutenção de Espaços Verdes, Manutenção e Reparação, Materiais , Trabalhos Especializados e Honorários	499.225,00 €
Electricidade , Agua e Telecomunicações	94.619,00 €
Custos Financeiros e Impostos	68.129,00 €
Comunicação Institucional	37.221,00 €
Outros (Despesas de Representação, Deslocações e Estadas, Rendas e Alugueres, Contencioso e Notariado e Honorários)	79.350,00€
Custos com Pessoal	558.130,00€
Remunerações, Encargos com Remunerações e Seguros	
Custos de Actividade	152.275,00€
Programação - Espectaculos, Conferências, Exposições, Actividade de Serviço Educativo	65.169,00 €
Património - Investigação, Inventário e Catalogação, Conservação e Restauro e Divulgação	80.144,00 €
Promoção da Actividade	6.962,00 €
Total de Rendimentos	5.056.109,00€
Bilheteiras – Ingresso Monumento + Ingressos Espectáculos	4.824.744,00 €
Concessões	194.884,00 €
Cedências de Espaço	18.352,00 €
Outros	18.099,00 €

Quadro 1 – Instrumentos de Gestão Previsional – Síntese 2012.

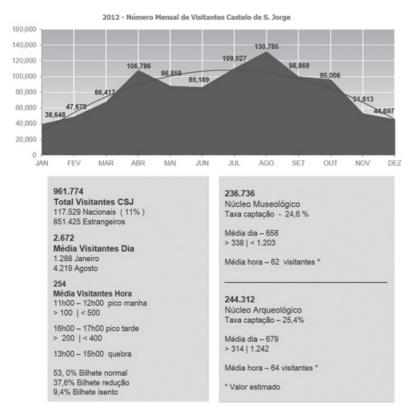
constituiu (e constitui) um bom exemplo de ativação de novos valores, significados e sentidos que propiciam novos motivos de visita, permitindo captar segmentos de nicho, como estudantes e profissionais de arqueologia, arquitetura e conservação e restauro, e, funcionando, ainda, como ativo capaz de fomentar novos interesses de investigação sobre o Castelo de S. Jorge.

Por outro lado, é no NAC que residem os maiores desafios. O Sítio Arqueológico, pela sua natureza frágil, constitui um desafio permanente ao nível da conservação *in situ* de estruturas delicadas, como são os pavimentos e estuques de argamassa pintada, da sua manutenção geral, ou da significativa pressão turística a que está sujeito.

Desde a sua abertura ao público em Março de 2010, que se acionou um plano de conservação preventiva, com base no diagnóstico do estado de conservação realizado então, que prevê a monitorização sistemática de situações críticas, ações de manutenção regulares direcionadas e a monito-

rização sistemática do fluxo de visitantes no NAC (e também no NMC), de modo a aferir com rigor aspectos comportamentais que permitam estabelecer medidas preventivas e acções pontuais de condicionamento da circulação.

Tomando como referência o ano de 2012, verifica-se que o NAC capta um quarto dos visitantes que adquiriram bilhete para visitar o Castelo de S. Jorge (25,4%), correspondendo a um total de 244.312 visitantes (Quadro 2 - Análise Visitantes 2012 CS| NMC NAC). A análise comparada de dados do sistema de bilhética com os da monitorização sistemática na área arqueológica permitiu perceber que por dia aquela área foi visitada por uma média de 658 pessoas/dia (num mínimo de 314 e num máximo de 1242), o que resulta numa média de visitantes/hora de 64 pessoas. Da análise hora a hora (Gráfico 3 – NAC Média Visitantes / Hora) conseguem-se apurar tendências de picos, situação que nos permitiu definir com exatidão medidas e procedimentos específicos, à semelhança do que se



Quadro 2 – Análise Visitantes 2012 CSJ NMC NAC.

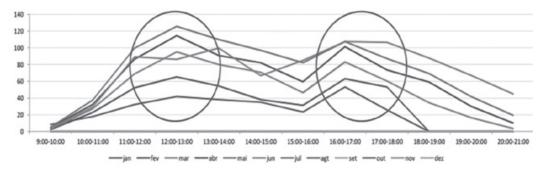


Grafico 3 - NAC Média Visitantes / Hora.

definiu para o Castelo de S. Jorge em geral com base na análise e estudo detalhado dos dados do sistema de bilhética.

Os três anos de monitorização sistemática de situações críticas nas estruturas arqueológicas, de fluxos de visitantes e de observações presenciais de comportamentos de visita no interior da área arqueológica, têm possibilitado a conjugação eficaz de implementação de medidas de mitigação

de impactes originados pela pressão turística e de medidas de conservação preventiva das estruturas arqueológicas, bem como a melhoria de aspetos de projeto de arquitetura menos bem conseguidos e com implicações significativas quer no comportamento do visitante no interior da área, quer na conservação das estruturas arqueológicas.

Para o desenvolvimento eficaz do Plano de Conservação Preventiva foi necessário criar instrumentos de registo básicos, que careciam de atualização ou não existiam, como o levantamento topográfico integral da área arqueológica ou levantamento orto fotográfico de todas as estruturas arqueológicas, base fundamental para as monitorizações da área.

A complexidade e dificuldades que se foram encontrando na gestão do património arqueológico permitiram, porém, ensaiar um conjunto de soluções preventivas muito assertivas que se implementaram a toda a área monumentalizada, que é vasta, e que no contexto atual de restrições orçamentais nos tem permitido uma gestão mínima, mas eficiente, dos muitos problemas que se colocam na gestão de património arquitetónico e arqueológico num contexto de enorme pressão turística.

Para além das questões mais relacionadas com a conservação, também os aspetos relacionados com a apresentação do património histórico e arqueológico, nomeadamente a acessibilidade dos conteúdos – a interpretação dos espaços, o que representam e o que significam – tem constituído um enorme desafio, considerando que nem sempre as soluções museográficas permitem uma fácil interpretação dos conteúdos explicativos, e estes, nem sempre são acessíveis a um público de origens diversas e com níveis de literacia muito diferente, aspeto que resulta numa fraca acessibilidade e fomenta o desinteresse sobretudo no que respeita ao património arqueológico.

Para concluir, a gestão de património é um processo global, em permanente evolução, que se torna eficiente quando se tem uma visão de longo prazo do que se pretende e se fomenta um trabalho multidisciplinar e integrado na prossecução do plano desenhado e na resolução das dificuldades que vão surgindo.

No caso do Castelo de S. Jorge, pelo menos desde 2004, foi possível essa abordagem visionária de ativar os recursos arqueológicos existentes, de materializá-los em novos valores, significados e sentidos, criando mais valor para o monumento nacional e para a cidade de Lisboa e preservando e tornando acessível um património ímpar para a história de Lisboa.

Se o ponto de partida das escavações da Praça Nova foi a construção de um eventual parque de estacionamento no interior do Castelo de S. Jorge, pode-se afirmar também que a musealização da Praça Nova constitui o ponto de chegada. O caminho foi duro e árduo e implicou muitos anos de cuidado das estruturas, estudo de materiais arqueológicos com uma equipa pequena, mas coesa, com experiência em arqueologia urbana e sem a qual este trabalho não teria sido possível de realizar nos termos em que o foi.

### **BIBLIOGRAFIA**

CARRILHO DA GRAÇA, João Luís, GOMES DA SILVA, João (2010). "Musealization of the S. Jorge Castle's Praça Nova Archaeological Site Lisbon 2008-2010 – Palimspsest and Palíndrome", *Piranesi\_Prix de Rome VIIIª edizione 2010* – Call internazionale per realizzazioni di architettura e museografia per la valorizzazione del patrimonio archeologico, Rome, 2010.

DGEMN (1941). Castelo de São Jorge, Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, nº 25/26, Setembro-Dezembro de 1941.

DIAS, I., PRUDÊNCIO, I., GOUVEIA, A., GOMES, A., GASPAR, A (2009). Tecnologias de produção de cerâmicas pintadas dos séc. XI-XII – Castelo de São Jorge, VIII Congresso Internacional de Cerâmica Medieval en el Mediterráneo, 27 de Fevereiro a 3 de Março de 2006, Ciudad Real, pp.963-966.

DIAS, I., PRUDÊNCIO, I., GOUVEIA, A., GOMES, A., GASPAR, A (2009). Evolução das tecnologias de produção cerâmica dos séc. XI a XVI na cidade de Lisboa, VIII Congresso Internacional de Cerâmica Medieval en el Mediterráneo, 27 de Fevereiro a 3 de Março de 2006, Ciudad Real, pp.509-514.

GASPAR, Alexandra, GOMES, Ana (2001). Escavações no Castelo de S. Jorge – resultados preliminares, *Colóquio Lisboa, Encruzilhada de muçulmanos, judeus e cristãos (1997), Arqueologia Medieval*, 7, pp.95-103.

GASPAR, Alexandra, GOMES, Ana (2001). O Castelo de S. Jorge – da fortaleza islâmica à alcáçova cristã, *Actas do Simpósio Internacional sobre Castelos, Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb*. 500 – 1500, Edições Colibri – Câmara Municipal de Palmela, Lisboa,pp.397-405.

GASPAR, Alexandra, GOMES, Ana (2006). Hospital de São João de Deus no Castelo de São Jorge – Vestígios arqueológicos, XVI Colóquio de História Militar, Lisboa, 2006, pp.863-889.

GASPAR, Alexandra, GOMES, Ana (2012). A cerâmica moderna do Castelo de S. Jorge, *Velhos e Novos Mundos – Congresso Internacional de Arqueologia Moderna*, Lisboa, 2012, pp. 719-732.

GASPAR, Alexandra, GOMES, Ana (2012). Cerâmicas comuns da Antiguidade Tardia provenientes do Claustro da Sé de Lisboa, Portugal, *X Congresso Internacional de Cerâmica Medieval no Mediterrâneo*, Silves, 2012 (no prelo).

GASPAR, Alexandra, GOMES, Ana (2012). Recipientes de medidas da cidade de Lisboa, *X Congresso Internacional de Cerâmica Medieval no Mediterrâneo*, Silves, 2012 (no prelo).

GASPAR, Alexandra, GOMES, Ana (2012). Cerâmicas pintadas a branco do século XV/XVI encontradas no Castelo de S. Jorge, Lisboa, Portugal, *X Congresso Internacional de Cerâmica Medieval no Mediterrâneo*, Silves, 2012 (no prelo).

GASPAR, Alexandra, GOMES, Ana (et al.) (2003). Castelo de São Jorge – balanço e perspectivas dos trabalhos arqueológicos, *Património – Estudos*, vol. 4, IPPAR – Instituto Português do Património Arquitectónico, Lisboa, pp. 214-223.

GASPAR, Alexandra, GOMES, Ana (et al.) (2009). Cerâmicas do século XV-XVI da Casa do Governador – Castelo S. Jorge – Lisboa, *VIII Congreso Internacional de Cerâmica Medieval*, Ciudad Real (2006), pp. 653-672).

GOMES, A. (2003). Cerâmica pintada a branco de Lisboa. Actes du VIIe Congrés International sur la céramique médiévale en Méditerranée, Thessaloniki, 11-16 Octobre Tessalónica, 1999, pp. 659-668.

GOMES, Ana, GASPAR, A.(et al.) (2005). Cerâmicas medievais de Lisboa, continuidades e ruturas, *Muçulmanos e cristãos entre o Tejo e o Douro (sécs. VIII a XIII)*, Palmela, 2003, pp. 221-237.

GOMES, Ana, GASPAR, A. (et al.) (2009). Cerâmicas medievais provenientes do Beco do Forno – Castelo de S. Jorge, VIII Congresso Internacional de Cerâmica Medieval en el Mediterráneo, 27 de Fevereiro a 3 de Março de 2006, Ciudad Real, pp. 955-962.

GOMES, Ana (et al.) (2009) - A cerâmica vidrada da Alcáçova do Castelo de S. Jorge, VIII Congresso Internacional de Cerâmica Medieval en el Mediterráneo, 27 de Fevereiro a 3 de Março de 2006, Ciudad Real.

GOMES, A., GASPAR, A. (2013). Castelo de S. Jorge na transição do mundo islâmico para o cristão in FERNANDES, Isabel Cristina Ferreira (Coord.), Fortificações e Território na Península Ibérica e no Magreb - Séculos VI a XVI, Lisboa, Edições Colibri – Campo Arqueológico de Mértola.

GUERRA, Amilcar (2006). "Os mais recentes achados epigráficos do Castelo de S. Jorge de Lisboa", *Revista Portuguesa de Arqueologia*, vol. 9, n.º 2, IPA – Instituto Português de Arqueologia, Lisboa, pp. 271-297.

PIMENTA, João (2005). As Ânforas Romanas do Castelo de São Jorge (Lisboa), Col. *Trabalhos de Arqueologia nº 41*, IPPAR – Instituto Português do Património Arquitectónico, Lisboa.

SERRA, Susana, GOMES, Ana, GASPAR, Alexandra, (2006). "Memória Descritiva – Programa Museológico do Projecto de Musealização da Praça Nova e Instalação do Núcleo Museológico do Castelo", Projecto de Musealização da Área Arqueológica da Praça Nova e Instalação do Núcleo Museológico do Castelo, Candidatura POC – Plano Operacional da Cultura, Lisboa, 2006 (texto policopiado).

SERRA, Susana (2008). Castelo de S. Jorge – Núcleo Museológico, EGEAC – Empresa de Gestão de Equipamentos e Animação Cultural de Lisboa EEM, Lisboa.

SERRA, Susana, OLIVEIRA, Teresa (2010). "El Centro Arqueologico del Castelo de S. Jorge: contribuciones a la difusión de la historia de Lisboa", VI Congreso Internacional de Musealización de Yacimientos y Patrimonio – Arqueologia, Patrimonio y Paisages Históricos para el siglo XXI, Toledo, 2010 (no prelo).

SILVA, A. Vieira (1937). *O Castelo de São Jorge. Estudo histórico-descritivo*, Lisboa, Tipografia Empresa Nacional de Publicidade, 2º edição.

### RESUMOS DAS COMUNICAÇÕES NÃO REMETIDAS

# GRUTA DO ESCOURAL (MONTEMOR-O--NOVO). INVESTIGAÇÃO, VALORIZAÇÃO E GESTÃO DE UM SÍTIO PARADIGMÁTICO DA PRÉ-HISTÓRIA PORTUGUESA: BALANÇO CRÍTICO, NO CINQUENTENÁ-RIO DA SUA DESCOBERTA

António Carlos Silva e Frederico Regala – Direcção Regional de Cultura do Alentejo

Graças à rápida e oportuna intervenção de Farinha dos Santos, a Gruta do Escoural foi objecto desde a sua descoberta em Abril de 1963 do que poderemos chamar um programa de intervenção abrangente e pouco habitual ao tempo, envolvendo desde logo uma tripla perspectiva de protecção, estudo e divulgação pública. É verdade que, à época, não existiam na arqueologia portuguesa nem estruturas, nem experiência, nem conceitos ou modelos que enquadrassem projectos daquela natureza, resultando situações excepcionais, como a do Escoural, de um certo voluntarismo pessoal, normalmente alicerçado no apoio directo, de tipo "baronato", neste caso protagonizado por Manuel Heleno enquanto Director do Museu Nacional de Arqueologia. Ainda assim foram tomadas, num prazo relativamente curto, medidas adequadas e eficazes de salvaguarda, realizadas escavações e criadas condições mínimas de visita pública, firmando no panorama da arqueologia pré-histórica portuguesa, um sítio que mais tarde conheceria novos programas de investigação e de valorização e que hoje está sob a gestão directa das estruturas descentralizadas da Secretaria de Estado da Cultura.

#### A VALORIZAÇÃO DO SANTUÁRIO DA FONTE DO ÍDOLO – BRACARA AUGUSTA

Paula Silva – Direcção Regional da Cultura do Norte Francisco Sande Lemos – Universidade do Minho

A Fonte do Ídolo foi referida pela primeira vez por Jerónimo Contador de Argote na sua conhecida obra: De Antiquitatibus Conventus Bracaraustani (1728). O apontamento resume-se a uma breve descrição do local, das figuras insculpidas no afloramento granítico e leitura parcelar das inscrições. Inclui também uma representação na qual o Santuário é "deslocado" do contexto original para um cenário bucólico, o que é estranho pois o monumento jazia no subsolo inserido numa mina de água coberta, sendo necessário descer vários degraus para o observar. Assim o descreve Leite de Vasconcelos, o primeiro investigador que efectuou um estudo aprofundado do Santuário, aproveitando sucessivas deslocações a Braga nos finais do século

XIX e primórdios do seguinte. A sua interpretação da Fonte do Ídolo ficou registada no Il Volume das Religiões da Lusitânia (1905) e estende-se por várias páginas. No mesmo volume foi editado o excelente levantamento efectuado por um desenhador da Direcção da Obras Públicas (D.R. Barbosa) provavelmente mandado executar a pedido de Leite de Vasconcelos. Para além disso o Director do Museu Etnológico preconiza um amplo programa de estudo e recuperação do monumento. Esse objectivo foi cumprido, parcialmente, na década de 30 do século XX. O terreno foi adquirido pela CMB e transferida a sua posse para o Património do Estado, após o que a Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais desmontou a mina, levantou um muro em alvenaria delimitando a envolvente próxima e construiu um corredor de acesso a partir da Rua do Raio bem como as escadas que desciam até a um lajeado frontal ao afloramento rochoso. Todavia as obras apenas foram acompanhadas de modo muito sumário por Carlos Teixeira (1938) e a Fonte do Ídolo passou a estar exposta às variações atmosféricas.

De qualquer modo o acesso ao sítio ficou facilitado, tendo sido estudado por sucessivas gerações de investigadores, que ao longo do século XX propuseram diversas leituras tanto das representações e epígrafes, como do seu contexto.

No último quartel do século XX o estado de abandono cada vez maior do Monumento suscitou críticas da Imprensa bracarense e da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho. Em 2002 a DGMEN decidiu elaborar, financiar e executar um programa de valorização, delineado e dirigido por um dos autores (Paula Siva), articulado com trabalhos arqueológicos da responsabilidade da UAUM (Francisco Sande Lemos), intervenção cujos aspectos essenciais ora se descrevem. Concluiu-se, deste modo, o projecto esboçado por Leite de Vasconcelos, cerca de um século depois.

Terminadas as obras a propriedade do monumento transitou para a CMB e o Monumento está aberto ao público, no quadro dos sítios de Bracara Augusta, geridos pela autarquia. A Fonte do Ídolo continua a ser tema de novos estudos científicos e leituras, pois muitas interrogações persistem e assim será, por certo, nos próximos séculos, mas num novo contexto de conservação, usufruto público e acesso a investigadores.

#### UMA REFLEXÃO SOBRE O CONCEITO DE VALORIZAÇÃO: OS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS DO ALENTEJO E DO ALGARVE HOJE

Filomena Barata – Direcção-Geral do Património Cultural

Os Itinerários Arqueológicos do Alentejo e do Algarve surgem na sequência da assinatura de um acordo de colaboração, signado em Miróbriga em 1999, entre o Ministério da Cultura, através do Instituto Português do Património Arquitectónico, e da Secretaria de Estado do Turismo, através do Instituto de Financiamento e Apoio ao Turismo, dando origem a um Programa de Acções Estruturantes, "Itinerários Arqueológicos do Alentejo e do Algarve", que tinha por objectivo a valorização cultural e turística de um conjunto de Sítios Arqueológicos, através do seu melhor conhecimento e conservação e ainda da criação de infra-estruturas de acolhimento público e de interpretação.

O programa contemplava inicialmente os seguintes Sítios Arqueológicos: Ruínas da cidade romana de Miróbriga, Santiago do Cacém; Villa romana de Pisões, Beja; Povoado pré-histórico de Santa Vitória, Campo Maior; Villa romana de Santa Vitória do Ameixial, Estremoz; Campo Arqueológico de Mértola; Villa romana de S. Cucufate, Vidigueira; Villa romana de Torre de Palma; Monforte; Parque Arqueológico do Escoural, Montemor-o-Novo e Évora; Parque Arqueológico do Castro da Cola, Ourique; Villa romana de Milreu, Faro; Villa romana da Abicada, Portimão; Monumentos megalíticos de Alcalar, Portimão; Villa romana do Cerro da Vila, Loulé.

Passados quase 15 anos sobre a assinatura do Protocolo, há que fazer uma séria reflexão sobre o papel que os mesmos tiveram na alteração dos conceitos de "valorização dos Sítios arqueológicos" e um balanço dos seus pontos fortes e fracos.

#### RUÍNAS ROMANAS DE TRÓIA: A PRIMEIRA FASE DE VALORIZAÇÃO DE UM SÍTIO SINGULAR

Inês Vaz Pinto – CEAUCP/Troiaresort Ana Patrícia Magalhães e Patrícia Brum – Troiaresort

Entre 2007 e 2010, ao abrigo de um protocolo entre a IMOAREIA e o IPA e o IPPAR, desenvolveu-se no sítio arqueológico de Tróia um projecto de valorização de uma parte nuclear desta estação.

Esta valorização teve diversas etapas que serão ilustradas nesta apresentação, desde a desmatação, o desafogamento de areias e a escavação à concepção de um projecto de valorização, trabalhos de conservação e restauro e implementação das infra-estruturas necessárias à visitação do sítio.

Nesta valorização procurou-se respeitar as próprias ruínas romanas dando-lhes o máximo realce possível, e seguiu-se o princípio da intervenção mínima, buscando-se soluções pouco intrusivas e discretas para os imprescindíveis percursos de visita e sinalética.

# RELATÓRIOS

### ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEÓLOGOS PORTUGUESES RELATÓRIO DA DIRECÇÃO — 2012

José Morais Arnaud Presidente da Direcção

Em primeiro lugar, merece especial destaque o facto de se ter atingido neste ano o registo não só do maior número absoluto de visitantes (88.570), o que representa um acréscimo de 13,5%, mas também de receitas do Museu, que aumentaram 16,4%, compensando assim em parte a perda de receitas resultante da diminuição de eventos empresariais e sociais, que sofreram um decréscimo muito acentuado, devido à actual conjuntura, apesar do apreciável esforço feito no sentido de contrariar essa tendência por parte da Direcção e da secretária da Associação, Cristina Macedo.

Este aumento significativo de visitantes, num contexto social e económico muito desfavorável, deve-se, em grande parte, ao esforço que tem vindo a ser feito pela Direcção, em estreita colaboração com a Conservadora e o Serviço Educativo, no sentido de divulgar o Museu e de diversificar a oferta de actividades, destinadas a todas as idades e tipos de público, e ainda de promover, em colaboração com outras entidades, eventos de carácter cultural, susceptíveis de criar novos públicos. Entre as várias iniciativas recentes, inclue-se a oferta do Roteiro do MAC em língua portuguesa e inglesa. a distribuição regular de folhetos junto dos pequenos hotéis e hosteis que nos últimos anos têm proliferado pela zona da Baixa e Chiado, e a oferta de visitas guiadas para pequenos grupos, a preços especiais. Nesse sentido, tem sido fornecida informação actualizada para novas edições dos guias turísticos de Lisboa e de Portugal, e o espaço do Museu tem sido facultado a diversas cadeias de televisão nacionais e internacionais para a realização de documentários de promoção turística, incluíndo o Travel Channel, emitido em 120 países e em 21 idiomas. A Associação cedeu também o espaço do Museu para a realização de um pequeno filme de ficção sobre o Terramoto de 1755, que é projectado várias vezes por dia no Lisbon Story Center.

Continua-se também a tentar encontrar a melhor maneira de divulgar o nosso Museu junto do público português, que já constitui cerca de 12,2% do total de visitantes, o que é um progresso significativo em relação aos 5 a 8 % de anos anteriores. Nesse sentido, desenvolveram-se novas parcerias com as mais diversas instituições públicas e privadas, como é o caso da PT-BLUE STATION (que divulga de forma gratuita, mensalmente, o programa de actividades do MAC no interior da Estação Baixa-Chiado através de projecções multimédia). Foi também criado um bilhete familiar, com desconto aos adultos que acompanhem crianças, bem como um protocolo com a CP, mediante o qual aquela empresa se propõe divulgar o MAC nos seus comboios, a troco de um pequeno desconto no preço do ingresso a quem comprovar ter vindo visitar o Museu utilizando aquele meio de transporte. Foi também estabelecida uma parceria com a OTLIS-Operadores de Transportes da Região de Lisboa, para integração do MAC no Cartão Lisboa Viva, que tem cerca de 2.600.000 utilizadores. Foi ainda criado um bilhete familiar, com descontos para os adultos que acompanhem crianças até 14 anos, bem como uma parceria com a Carris, criando um desconto especial para quem visitar no mesmo dia o Museu da Carris e o MAC, integrado no programa "Descontos nos Museus - Venha viajar com a História", divulgado através de um cartaz muito apelativo que circulou em mais de 850 veículos daquela empresa. Por outro lado, foi estabelecido um acordo de cooperação com o Oceanário de Lisboa, cujos bilhetes passaram a ser vendidos também no MAC, revertendo para a AAP cerca de 15% do valor total.

A Conservadora do Museu, Mestre Célia Pereira, procedeu, entre outras actividades inerentes ao seu cargo, aos trabalhos de conservação, estudo e arrumação das reservas do MAC, nomeadamente das seis Maquetas de monumentos clássicos (oferecidas por Joaquim Possidónio da Silva a esta Associação e Museu), que se encontram a ser estudadas pelo arquitecto e docente João Duarte, no âmbito da sua tese de doutoramento na Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa. Objecto de limpeza superficial, foram ainda os doze instrumentos musicais chineses oferecidos a esta Associação pelo Conde de D. Januário, que estão a ser estudados pelo Dr. Énio Sousa (técnico do Centro Cientifico e Cultural de Macau), no âmbito da sua tese de doutoramento sobre coleções de instrumentos musicais chineses em Portugal.

Foram ainda deslocadas para a parte coberta do MAC as três lápides hebraicas mais antigas (dos sécs. VII e XIV) que se encontravam há mais de um século na parte descoberta, a fim de melhor as proteger da acção do tempo e da poluição urbana, depois de uma acção de limpeza e conservação, realizada pela técnica de conservação e restauro Ana Filipa Oliveira, da empresa Lacre.

Tendo-se verificado que, ao fim de 12 anos, alguns painéis de azulejos colocados na parede Oeste

da sala 5 apresentavam um ligeiro deslocamento em relação à parede de suporte, foi solicitada uma intervenção à empresa Cerâmica de Carcavelos, que os havia restaurado e montado, tendo os seus técnicos rectificado a situação, e aproveitado para efectuar uma acção de conservação preventiva, tendo assegurado que os painéis se encontravam em bom estado de conservação e segurança.

Com o objectivo de procurar atrair novos públicos e de colocar o Museu no circuito da Arte Contemporânea, realizaram-se na parte descoberta do MAC três exposições: no mês de Fevereiro uma exposição de fotografia de João de Castro, intitulada "The World of Candor"; em Maio, o projecto "Chiado, a Baixa e a Esfera Pública", sob a coordenação do Prof. José Quaresma, da Faculdade de Belas Artes de Lisboa, no âmbito do qual foram instaladas no MAC várias intervenções de arte urbana, da autoria de alunos de pós-graduação daquela Faculdade; e no mês de Junho uma exposição de escultura de Rogério Timóteo, intitulada "O Sagrado e o Profano". Esta última foi também acompanhada por uma série de ateliers, em que o escultor demonstrou a sua técnica de trabalho, o que despertou bastante interesse por parte dos visitantes do Museu. Todas estas exposições foram amplamente divulgadas na comunicação social.

O MAC esteve também representado na exposição temporária "711", evocativa da ocupação islâmica da Península Ibérica, no Museu Regional de Madrid em Alcalá de Henares, por duas das suas peças mais importantes, o Pilar do Grifos (MAC/Esc.404) e o Friso dos Leões (MAC/Esc.406).

A fim de dar a conhecer melhor o rico e variado acervo do Museu, nas quintas-feiras do mês de Abril a Conservadora do Museu organizou também um ciclo de conferências intituladas "No Carmo, à conversa com a Arte", para o qual foram convidados reputados Arqueólogos e Historiadores de Arte, que analisaram algumas das mais significativas obras que o integram, o que despertou bastante interesse na assistência.

Uma das iniciativas mais marcantes do ano foi a realização da segunda edição da Festa da Ar-

queologia, que teve lugar nos dias 5 e 6 de Maio de 2012, com a colaboração de mais de duas dezenas de entidades ligadas à actividade arqueológica, incluindo museus, associações de defesa do património, universidades, e organismos da administração pública. Subordinada ao tema "As Ciências da Arqueologia", a edição de 2012 teve assinalável êxito, tendo recebido mais de 3.000 visitantes, a maior parte dos quais de nacionalidade portuguesa, que participaram com entusiasmo assinalável nas numerosas actividades propostas, conseguindo assim captar o interesse dos mais jovens e das famílias para esta área de investigação.

Em Outubro o MAC acolheu também a Festa do Chiado, promovida pelo Centro Nacional de Cultura, tendo-se realizado visitas guiadas pela Conservadora do Museu, ateliers do Serviço Educativo e concertos de música coral.

O Serviço Educativo tem também tido um papel muito importante na dinamização do MAC, através da organização de visitas guiadas e ateliers temáticos, que abrangeram um total de 1.650 participantes, a maior parte dos quais em idade escolar. Entre estes, foi dada especial atenção à realização de uma série de ateliers, a título gratuito, destinados às crianças residentes na Casa do Parque, uma organização de solidariedade social considerada especialmente meritória.

Apesar de dispor de uma equipa reduzida a duas técnicas, Rita Pires dos Santos e Costanza Biso, este serviço tem demonstrado grande criatividade, oferecendo uma gama muito diversificada de programas, 13 dos quais destinados a vários grupos escolares, desde o pré-escolar, até ao secundário. Por sua vez, a programação destinada a famílias ou grupos não escolares abrange 11 programas diferentes, destinados a crianças dos 4 aos 12 anos de idade e respectivas famílias. Existem ainda programas especiais destinados a parte das férias escolares e a dias especiais, como festas de aniversário, etc.

Além dos programas destinados a crianças e jovens em idade escolar, o Serviço Educativo realizou também em 2012 diversas visitas destinadas ao público adulto, em língua portuguesa, nomeadamente durante a Festa do Chiado e a Festa da Arqueologia, bem como em língua italiana, castelhana e inglesa, nos períodos em que há mais visitantes estrangeiros no Museu, como as semanas da Páscoa e os meses de Julho e Agosto.

De Outubro a Dezembro o Serviço Educativo desenvolveu em parceria com a Comunidade Hindu de Portugal o projecto "As Mil e uma Artes da Índia", inspirado numa das peças do acervo de maior valor histórico, religioso e artístico, o Vira-Kal, um baixo-relevo de grande beleza, que representa as várias fases da vida, da morte, e da imortalidade de um herói Hindu, que despertou bastante interesse entre os participantes.

O Serviço Educativo, em colaboração com os Urban Sketchers, deu também continuidade ao programa "Diários Gráficos no Museu Arqueológico do Carmo", orientado por Eduardo Salavisa e outros criadores. Nos meses de Fevereiro, Março, Maio e Junho realizaram-se ainda nove conferências, integradas no mesmo programa.

No que respeita à Biblioteca foi decidido proceder a uma desinfestação e limpeza manual, volume a volume, de todo o acervo bibliográfico, o que implicou a intervenção de uma empresa especializada, a Rentokill, e a contratação em regime de tempo parcial de uma técnica de BAD, devidamente qualificada, Joana Carolina Nunes. Tendose verificado a impossibilidade de utilização do inventário da biblioteca iniciado em tempos com o programa Porbase, decidiu-se recomeçar de novo o inventário, utilizando para o efeito o programa Bibliobase. A fim de optimizar a utilização dos recursos informáticos instalados, e o acesso às bases de dados do inventário e da biblioteca, foi adquirido um pequeno servidor de rede.

Em relação ao espaço de Livraria/Loja do MAC, da responsabilidade da nossa colaboradora Graciete Figueira, realizaram-se algumas renovações, com o objectivo de a tornar mais atractiva para os nossos visitantes, tendo-se investido na introdução de novas linhas de produtos de merchandising, os quais (as semelhança das linhas anteriores), são sempre inspiradas nas mais diversas

peças do acervo. Foi também feito um ajuste dos preços dos livros editados pela Associação, de modo a torná-los mais acessíveis aos interessados. Daí resultou um aumento de cerca de 40% do volume de vendas em relação a 2011, que subiu de 6,8% para 9,8% do total de receitas do Museu.

Aproximando-se o ano de 2013, a Direcção decidiu comemorar os 150 anos da Associação, com um conjunto de iniciativas que se prolongarão até 2014, de modo a celebrar também a fundação do nosso Museu, o mais antigo do País. Entre outras iniciativas, ainda em estudo, foram já estabelecidos contactos com a Biblioteca Nacional de Portugal no sentido de aí se realizar, com a maior dignidade possível, uma grande exposição evocativa da efeméride, bem como o I Congresso da AAP, propostas que mereceram o melhor acolhimento por parte da direcção daquela prestigiada instituição, estando já agendadas para os dias 21 a 23 do mês de Novembro de 2013.

A exposição acima referida será uma oportunidade de mostrar ao público algumas das colecções em reserva, bem como parte do acervo fotográfico da Associação, que se encontra depositado para conservação e restauro na Divisão de Documentação Fotográfica da actual Direcção Geral do Património Cultural. Quanto ao Colóquio o seu objectivo será mostrar o papel que a nossa Associação teve no desenvolvimento da actividade arqueológica e de valorização do património, desde a fundação, até à actualidade, contando-se para o efeito com a colaboração de um vasto grupo de especialistas, pertencentes ou não à Associação.

Estabeleceram-se também contactos com a Imprensa Nacional, no sentido de se realizar a edição ou reedição de algumas publicações relacionadas com a nossa Associação e Museu, sem grandes encargos financeiros. Está também prevista a reedição em suporte digital de todas as séries do órgão oficial da Associação, desde o Archivo de Architectura Civil, de 1865, até à revista Arqueologia & História.

O Presidente da Direcção participou num debate organizado pelas Comissões Nacionais do ICOM e do ICOMOS, no qual apresentou publicamente a

posição muito crítica da nossa Associação em relação à criação da Direcção Geral do Património Cultural, a qual representa o desmantelamento do que ainda restava de toda a estrutura especializada em gestão do património arqueológico. A Direcção remeteu ainda às entidades competentes na matéria várias decisões e moções aprovadas em Assembleia Geral, referentes aos graves problemas que têm afectado a actividade e o património arqueológico durante o ano de 2012.

Quanto à actividade associativa, importa ainda referir que neste período se manteve em bom ritmo a actividade das Secções de Pré-História e História, bem como da Comissão de Estudos Olisiponenses, a cujas iniciativas a Direcção tem procurado dar o melhor apoio. Entre as iniciativas da Secção de Pré-História destacam-se interessantes comunicações apresentadas mensalmente, por consócios ou investigadores convidados, sempre seguidas de animados debates. Quanto à Secção de História, optou pela realização de Colóquios temáticos agregando 12 a 15 comunicações, durante um dia inteiro, entre os quais se destacam o Encontro "Lisboa Ribeirinha Medieval e Moderna – Dados Arqueológicos", e o Colóquio "Contextos Estratigráficos Romanos na Lusitânia".

Em conclusão, o ano que agora finda, foi de grande actividade, e de afirmação pública da vitalidade da nossa Associação, quer na sua vertente científica, quer cultural e patrimonial. A terminar, a Direcção agradece a boa colaboração prestada ao longo do ano por todos os consócios, colaboradores e funcionários.

Lisboa, 31 de Dezembro de 2012.

### RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DA DIRECÇÃO DA AAP – 2013

José Morais Arnaud Presidente da Direcção

A actividade da Direcção no ano de 2013 centrouse, como era natural, nas comemorações dos seus 150 anos de existência. Para esse efeito, foi elaborado, em estreita colaboração com as secções de Pré-História e História, e com outras entidades que se quiseram associar à celebração dessa efeméride, um vasto programa de actividades, distribuídas ao longo de todo o ano, e destinadas a diferentes tipos de público.

Assim, logo em Janeiro e Fevereiro, teve lugar no MAC o Ciclo de Palestras "Desconstruir o Passado. O Património Mundial em Risco", organizado pelo Centro de Arqueologia de Almada, e abertas a todos os interessados, as quais se revestiram do maior interesse, e suscitaram animado debate entre um público constituído sobretudo por pessoas que, não sendo sócios nem arqueólogos profissionais, se interessam bastante por Arqueologia;

De 2 a 28 de Fevereiro decorreu no Museu de Lamêgo a exposição de fotografias do túmulo do Rei D. Fernando I, da autoria de José Pessoa, intitulada "O Túmulo de um Rei";

Em Março e Abril, teve lugar no MAC o Seminário de Estudos Inter-disciplinares, orientado pelo Prof. Doutor Vitor de Oliveira Jorge, que, apesar da sua natureza muito específica, suscitou bastante interesse entre o pequeno grupo de pessoas que o frequentou ao longo de oito semanas;

Em Maio e Junho o projecto "Chiado, Baixa e Confronto com o 'Francesismo' nas Artes e na Literatura", desenvolvido pela FBAL incluiu também a apresentação no MAC de várias obras de artistas plásticos, entre as quais se destacou uma escultura do artista convidado, Rui Chafes, e ainda o video "Ulisses", da autoria de Elsa Bruxelas, que passou a integrar a exposição permanente do Museu;

No dia 18 de Maio decorreu no MAC o "Encontro Nacional dos Diários Gráficos"; de 20 de Maio a 15 de Julho decorreu o I Concurso de Fotografia da AAP, tendo as fotos premiadas em cada categoria estado expostas na antiga capela-mor de Outubro a Dezembro;

Nos dias 8 e 9 de Junho teve lugar no MAC a 3ª edição da Festa da Arqueologia, este ano especialmente dedicada à História da Arqueologia e realizado com a participação activa das seguintes instituições: Associação de Arqueologia da Amadora, Centro de Arqueologia de Almada, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, UNIARQ/ Faculdade de Letras de Lisboa, Direcção Geral do Património Cultural, Centro Nacional de Arqueologia Naútica e Subaquática, Museu Nacional de Arqueologia, Museu da Água, Museu de S. Miguel de Odrinhas, Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal, Museu de Arte pré-Histórica de Mação,

Centro de Estudos de Oeiras, Departamento de Arqueologia da Câmara Municipal de Lisboa, Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros, Serviço Educativo do MAC, Atalaia Plural – Pequenos Arqueólogos, ERA – Arqueologia S.A., Neoépica, Time Travellers, e Escola Profissional de Arqueologia, e o imprescindível apoio logístico da Guarda Nacional Republicana e da (a agora extinta) Junta de Freguesia do Sacramento.

Nos dias 22 e 23 de Junho, com a preciosa colaboração do Presidente da Fundação do Côa, Dr. Fernando Real, do Director do Parque, Dr. António Martinho, e de toda a equipa de investigadores, decorreu uma visita organizada pela Secção de Préhistória da AAP, aos núcleos de Arte Rupestre do Vale do Côa e Museu do Côa (Vila Nova de Foz Côa), bem como o Colóquio – "A Arte do Vale do Côa, 18 anos depois", durante o qual foram apresentados os resultados do trabalho desenvolvido ao longo de duas décadas, nas suas múltiplas vertentes;

No dia 28 de Setembro teve lugar no auditório da Faculdade de Belas Artes de Lisboa o Colóquio "Património Arqueológico: da investigação à apresentação pública", organizado pela Secção de História, e no dia 19 de Outubro decorreu uma visita de estudo às Ruínas Romanas de Tróia, ao Castelo de Palmela, ao "castro" de Chibanes e aos hipogeus calcolíticos da Quinta do Anjo, que contou com a prestimosa colaboração da Câmara Municipal de Palmela, da empresa Soltróia e do Museu de Arqueologia e Etnologia de Setúbal;

No dia 20 de Novembro foi inaugurada a exposição "Memória e Intervenção – 150 anos da Associação dos Arqueólogos Portugueses" na Biblioteca Nacional de Portugal (BNP);

Enfim, nos dias 21,22 e 23 de Novembro teve lugar na BNP o I Congresso de Arqueologia da Associação dos Arqueólogos Portugueses, culminando, assim, um ano de comemorações bastante diversificadas, que decerto muito contribuíram para o prestígio e a projecção da AAP.

Neste contexto, merece especial referência o l Congresso da AAP, pela forma modelar como foi organizado e como decorreu, o que foi reconhecido pela generalidade dos cerca de 260 participantes, pelo que não se pode deixar de lavrar aqui um público agradecimento aos membros da Comissão Executiva e também aos colaboradores da AAP, aos voluntários e a todos os participantes.

No que respeita ao MAC a conservadora Dr.ª Célia Nunes Pereira desenvolveu uma série de iniciativas no sentido de divulgar o mais possível o Museu e as suas actividades. Entre essas iniciativas merecem destaque os contactos estabelecidos com as unidades hoteleiras da área circundante, com especial relevo para os hostéis que têm proliferado na Baixa e no Chiado, no sentido de divulgar o museu, oferecendo os roteiros do MAC em língua portuguesa e inglesa e folhetos promocionais, e de propor visitas especiais para pequenos grupos. Foram também realizadas diversas acções de divulgação do MAC na estação da Baixa-Chiado, em colaboração com a PT Blue Station, sem qualquer encargo para o MAC. Neste ano concretizou-se também o projecto "Passeios com Arte e Ciência" (entre as Amoreiras e o Chiado), divulgados através de um desdobrável comum, e de cartazes colocados nos transportes públicos, oferecendo descontos a quem visitar dois ou mais dos oito museus que aderiram ao projecto, num período de três dias. Este projecto, desenvolvido a partir de uma ideia inicial do MAC, foi posto em prática em Agosto deste ano em conjunto com o Museu da Água da EPAL, o Museu da Fundação Arpad-Szenes Vieira da Silva, o Museu Nacional de História Natural e da Ciência, o Museu de Geológico, o Museu de S. Roque, Museu Nacional de Arte Contemporânea, e o Museu da Farmácia, com o apoio da Santa Casa da Misericórdia e do Metropolitano de Lisboa.

Além deste projecto, refira-se também a colaboração do MAC no *Universal Museum Guide*, uma aplicação para software móvel desenvolvida pela empresa *Beware*, que permite a realização de visitas interactivas, com o objectivo de atrair os públicos mais jovens, e ligados às novas tecnologias. Deste projecto, cuja oferta pretende ser muito diversificada, fazem parte outros parceiros, como o Oceanário de Lisboa, o Museu da Carris, o Palácio da Bolsa do Porto, a Casa das Histórias Paula Rêgo, o Centro Português de Fotografia, o Museu do Carro Eléctrico (STCP) e o Banco de Portugal – Museu do Dinheiro.

Na falta de uma sala de exposições temporárias, as quais são essenciais para a criação de novos públicos, sobretudo entre a população residente, que ainda constitui apenas cerca de 12% do total de visitantes, o MAC tem recorrido à utilização ocasional da parte descoberta para a realização de exposições de artes plásticas, de materiais preparados para ser expostos ao ar-livre, como a escultura e a fotografia. Assim, em 2013, decorreram duas exposições de artistas consagrados nas respectivas áreas, "The World of Candor", fotografias de João de Castro, em Janeiro e Fevereiro, e "Carmo – O Corpo e a Memória", esculturas de Sérgio Pombo, em Agosto e Setembro.

Além das exposições acima referidas, e das instalações realizadas em Maio e Junho no âmbito do projecto "Chiado, Baixa e Confronto com o 'Francesismo' nas Artes e na Literatura", no seu próprio espaço, o MAC participou também noutras exposições temporárias, através da cedência de algumas das suas peças mais emblemáticas, tais como "711", no Museu Regional de Madrid em Alcalá de Henares (2012), "Freguesias de Lisboa: Passado e Futuro" (2013), "Arquitecturas – Testemunhos Islâmicos em Portugal" e também na exposição permanente do Lisbon Story Center, através da cedência das Ruínas do Carmo para a filmagem de algumas reconstituições dramatizadas do Terramoto de 1755.

No que respeita à investigação científica a AAP e o MAC têm fortalecido as suas ligações às universidades e centros de investigação por intermédio dos estudos de que as suas colecções têm sido alvo, quer por professores universitários e alunos de mestrado e doutoramento das faculdades onde se leccionam cursos de Arqueologia, História, História de Arte e Belas-Artes, apoiadas por entidades como a Fundação para a Ciência e Tecnologia e o Instituto Tecnológico e Nuclear.

Também o Serviço Educativo do MAC desenvolveu intensa actividade durante o ano de 2013,

sob a responsabilidade de Costanza Biso, devido à ausência de Rita Santos, a quem a Direcção concedeu uma licença sem vencimento para formação no estrangeiro. Além das habituais acções, destinadas à população escolar, foram ainda organizadas outras acções de natureza mais específica e temporária, como os programas de férias da Páscoa e Natal, e as Festas de Aniversário. Mereceu especial destaque, neste ano, o programa Cinco Dias – cinco Artistas Portugueses, que teve o maior sucesso, tendo incluído duas sessões de trabalho no atelier do conhecido e consagrado artista plástico Guilherme Parente, que esteve presente, concedeu entrevistas sobre a sua obra, e cedeu os seus próprios materiais aos participantes para fazerem as suas pinturas.

O Serviço Educativo organizou também diversas visitas guiadas em várias línguas destinadas ao público de língua portuguesa, castelhana, francesa, inglesa e italiana, sobretudo durante os meses de Verão, proporcionando assim um conhecimento mais aprofundado do MAC e do seu acervo.

Foi também preparado e assinado um protocolo com a Câmara Municipal de Lisboa, integrado no programa "Passaporte Escolar", através do qual aquela edilidade disponibiliza apoio logístico para a realização de visitas guiadas ao Museu Arqueológico do Carmo em condições especiais.

No que respeita à livraria/loja há que assinalar a passagem à reforma da nossa colaboradora Graciete Figueira, após 12 anos de bons serviços prestados à AAP/MAC, e a sua substituição por Marina Moreira, possuidora de formação em design e já com experiência nesta área, que procedeu a uma reorganização do espaço e dos produtos que aí se vendem, a qual se reflecte já no aumento considerável das vendas.

Além das actividades acima mencionadas, procedeu-se ainda em 2013 à reorganização do Arquivo Histórico, com o apoio financeiro da Fundação Calouste Gulbenkian, tendo-se contratado para o efeito a bibliotecária-arquivista dr.ª Sónia Tavares, bem como à informatização da Biblioteca, a cargo do dr. Paulo Gonçalves, tarefas que deverão prolongar-se pelo primeiro semestre de 2014.

A Direcção deu também apoio às actividades regulares das Secções e Comissões especializadas, que reuniram com regularidade. No que respeita à Comissão de Heráldica, a Direcção regista com pesar o falecimento do seu secretário administrativo, Sr. António Botto, que durante cerca de 20 anos deu a sua melhor colaboração à nossa Associação, tendose feito representar pelo seu Presidente nas cerimónias fúnebres e apresentado condolências à família.

Durante o ano de 2013 o MAC ultrapassou largamente os seus objectivos, tendo atingido o número record de 104.730 visitantes, com o correspondente aumento de receitas, o que representa um aumento muito significativo, compensando em grande parte a redução de receitas provenientes de eventos.

Em suma, o ano de 2013 foi um ano muito especial para a nossa Associação e Museu, durante o qual foram condignamente comemorados os 150 anos de existência, muito contribuindo decerto para o seu prestígio e bom nome. Tal só foi possível graças ao empenho, à dedicação e ao profissionalismo da pequena equipa da AAP/MAC, coordenada pela Conservadora, Célia Nunes Pereira, com o apoio administrativo da Secretária, Cristina Macedo. Cumprenos, assim, agradecer a todos os nossos colaboradores, consócios, amigos e apoiantes.

A recente atribuição à Associação da Medalha de Mérito Cultural pelo Estado Português, reflecte o reconhecimento público da acção desenvolvida em prol da salvaguarda e valorização do Património Cultural Português.

Lisboa, 31 de Dezembro de 2013

## RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DA SECÇÃO DE PRÉ-HISTÓRIA

### **ANOS ASSOCIATIVOS 2012 E 2013**

Mariana Diniz, César Neves, Andrea Martins

#### 2012

No âmbito das actividades desenvolvidas pela Secção realizaram-se no início do ano duas conferências, uma, a 26 de Janeiro, proferida pela Dr.ª Patrícia Jordão intitulada: "Modelo de gestão e circulação de sílex há 5000 anos na faixa litoral entre Nazaré e Peniche (Estremadura portuguesa)"; e a 10 de Fevereiro, a conferência de Dr. Marco Andrade: "Megalitismo e comunidades megalíticas no Alto Alentejo: o exemplo da Ribeira Grande".

No quadro do calendário da vida associativa da Secção, realizou-se em 26 de Março de 2012 a eleição da respectiva direcção. Ao acto concorreu lista única, tendo sido eleita como Presidente da Secção a Doutora Mariana Diniz, como Vice-Presidente o Dr. César Neves e como Secretária a Dr.ª Andrea Martins.

A nova direcção promoveu, assim, durante o ano de 2012 diversas actividades, entre as quais a realização de conferências, que visaram proporcionar, preferencialmente, a divulgação de trabalhos recentes por jovens investigadores a nível nacional e internacional:

- 26 de Março Doutora Cláudia Costa e Doutor António Valera: "Patas de animais em contextos funerários da Pré-história do Sul de Portugal e o problema da segmentação";
- 16 de Abril Dr. Miguel Serra e Dr. Eduardo Por-

fírio: "Outeiro do Circo. Um povoado fortificado do Bronze Final nos Barros de Beja";

- 10 de Maio Dr.ª Susana Estrela: "Mesas do Castelinho (Almodôvar) - Uma aldeia amuralhada na paisagem da Idade do Ferro do Baixo Alentejo";
- 11 de Junho duas conferências: Dr.ª Elisabete Barradas: "O hipogeu da Barrada (Aljezur) - resultados preliminares da 1º campanha de escavação" e Dr.ª Catarina Costeira: "Os componentes de tear do Povoado de S. Pedro (Redondo), 3º milénio a.n.e.";
- 25 de Outubro Professor Doutor Vítor Oliveira Jorge: "Algumas propostas para um encontro urgente: Arqueologia e Pensamento Crítico Contemporâneo";
- 8 de Novembro duas conferências: Dr. Pedro Aldana: "Un centro de poder en el Bajo Guadalquivir. Valencina III milénio a.n.e." e Dr.ª Ana Pajuelo Pando: "Expresiones de la muerte en Valencina (Sevilla)";
- 29 de Novembro Dr.ª Manuela Coelho: "Opções e limitações metodológicas na análise de uma colecção malacológica";
- 13 de Dezembro Doutora Vera Aldeias: "Processos Tafonómicos e Contemporaneidade no Registo Arqueológico: uma perspectiva micromorfológica".

Pretendeu-se organizar um Colóquio, dedicado ao projecto do Aproveitamento Hidroeléctrico do Baixo Sabor, onde seriam apresentadas as diversas intervenções arqueológicas e produzido um debate com os vários agentes, atendendo ao significado patrimonial e científico deste projecto para a arqueologia portuguesa nos últimos anos. Porém, não foi possível concretizar este evento atendendo aos diferentes entraves colocados pelo responsável de Arqueologia do AHBS.

Iniciou-se um dos objectivos da nova direcção, a divulgação nas redes sociais das actividades realizadas pela própria Secção de Pré-História com a criação de um perfil de Facebook. Neste, divulgamos também actividades da AAP e do MAC bem como notícias relacionadas com arqueologia pré-histórica a nível nacional e internacional.

A partir do mês de Outubro os membros da Direcção da Secção passaram também a fazer parte da comissão Executiva do I Congresso da AAP realizado no ano seguinte, bem como na preparação de diversas actividades efectuadas no âmbito do programa de comemoração do 150° aniversário da AAP.

#### 2013

O ano associativo de 2013 correspondeu a um ano de intensa actividade na Associação dos Arqueólogos Portugueses, actividades estas maioritariamente enquadradas nas comemorações do 150° aniversário desta distinta e importante associação. Os membros dirigentes da Secção de Pré-História mostraram-se, desde o primeiro momento, disponíveis para a realização de diversas actividades em conjunto com a Direcção e com a Secção de História.

Em simultâneo, continuaram a ser realizadas acções científicas de exclusiva responsabilidade da Secção, como a realização das conferências periódicas:

- -31 de Janeiro Professor Doutor João Luís Cardoso: "Novos elementos para a cronologia absoluta da presença campaniforme na região a Norte do Estuário do Tejo e o faseamento do calcolítico na Estremadura: incidências culturais e sociais";
- -14 de Março Professor Doutor Victor Gonçalves
   e Doutora Ana Catarina Sousa: "As antigas so-

- ciedades camponesas do Vale do Sorraia. Trabalhos de 2012":
- -15 de Abril-Dr. Pedro Mendes: "Reinterpretação de dois hipogeus da Quinta do Anjo: estudo geoarqueológico";
- 17 de Maio duas conferências: Dr.a. Diana Nukushina: "Tecno-tipologia lítica e cronometria no Mesolítico final do vale do Sado: o caso do concheiros das Amoreiras (Alcácer do Sal)" e Doutor Salvador Dominguez Bella: "Industrias líticas en el sur de la Península Ibérica y Norte de Africa. Caracterización y procedência de las matérias primas minerales";
- -5 de Junho Prof. Doutora Ana Margarida Arruda: "A invenção das memórias: o caso acoreano";
- a 13 de Novembro Professor Doutor Victor Gonçalves e Doutora Ana Catarina Sousa: "Junto ao Sorraia, em torno ao 3º milénio. Cabeço do Pé da Erra 2013: um balanco".

O reduzido número de conferências (principalmente no 2º semestre) foi reflexo da intensa actividade desempenhada pelos membros da Secção de Pré-história em outras actividades integradas no plano de comemorações dos 150 anos da AAP:

- Desde Outubro de 2012 até Dezembro de 2013, a Secção integrou a Comissão Executiva do I Congresso da AAP, realizado em Novembro, e que juntou cerca de 260 participantes, na Biblioteca Nacional. As funções desempenhadas pelos membros da Secção foram variadas, culminando na edição das actas deste evento;
- organização, juntamente com a Direcção da AAP, do ciclo de Estudos Interdisciplinares, orientado pelo consócio Doutor Vítor Oliveira Jorge;
- criação e gestão do perfil de facebook das Comemorações AAP – fazendo a divulgação das actividades durante o ano de 2013;
- -organização, juntamente com a Direcção da AAP, da visita ao Parque Arqueológico do Vale do Côa, realizada a 22 e 23 de Junho. Esta excursão arqueológica contemplou a visita aos núcleos da Penascosa (visita nocturna) e da Ribeira de Piscos, bem como a visita ao Museu do Côa. A deslocação foi efectuada através de autocar-

ro alugado, sendo a dormida e alimentação na Pousada da Juventude Foz Côa. Agradecemos a disponibilidade do nosso consócio Dr. António Martinho Baptista que nos acompanhou quer nas visitas aos núcleos quer ao Museu do Côa. Os colegas do Parque do Côa organizaram ainda no dia 22, um colóquio sobre os trabalhos arqueológicos desenvolvidos no Côa, colóquio este que ficou igualmente integrado no programa de comemorações da AAP;

- organização, juntamente com a Direcção da AAP, do I Concurso de Fotografia da AAP, tendo sido realizada toda a divulgação da actividade, selecção dos vencedores, contactos com os participantes e organização da exposição. Esta foi inaugurada em Outubro e ficou patente no Museu Arqueológico do Carmo até ao final de 2013.

Efectou-se a manutenção do perfil do facebook da Secção de Pré-história, divulgando as inúmeras actividades realizadas durante este ano.

Esta profícua actividade, não apenas da Secção de Pré-História, mas igualmente da Secção de História e da Direcção da AAP, levaram a que no presente ano tenham sido admitidos vários sócios na nossa associação, maioritariamente jovens investigadores que proporcionarão certamente uma renovação e principalmente a continuidade desta associação centenária.

# SECÇÃO DE HISTÓRIA DA AAP RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DO ANO 2012 PLANO DE ACTIVIDADES PARA O ANO 2013

João Marques<sup>1</sup>, Teresa Marques<sup>2</sup>, Carlos Boavida<sup>3</sup>

No ano de 2012 a Secção de História da Associação dos Arqueólogos Portugueses, a fim de cumprir o objectivo de aumentar a participação do público nas conferências, organizou em Novembro passado duas sessões ao sábado, sendo uma delas um Encontro Lisboa Ribeirinha Medieval e Moderna – dados arqueológicos e um Colóquio especializado Contextos Estratigráficos Romanos na Lusitania (da República à Antiguidade Tardia).

A grande adesão do público permite-nos mais uma vez concluir que se deverá aumentar a organização deste tipo de reuniões, em detrimento de simples comunicações individuais.

De Janeiro a Novembro de 2012 a Secção de História organizou cinco sessões, uma das quais correspondeu ao já referido encontro, o que perfez mais de vinte conferências.

A 18 de Fevereiro foi proferida por Raul Losada, Miguel Rosenstok e Filomena Barata a comunicação "O projecto Portugal Romano – novas formas de divulgação da Arqueologia".

A 28 de Março a Secção reuniu-se para eleição da Mesa, que ficou com a seguinte constituição: Presidente da Secção, Dr. João Marques, a Dr. a Teresa Marques, Vice-Presidente da Secção e o Dr. Carlos Boavida, Secretário da Secção.

A 24 de Abril foi proferida pelo Dr. Carlos Boavida

a comunicação "Castelo da cidade de Castelo Branco: de Tavares Proença a Henriques Ribeiro".

A 5 de Junho o Prof. Doutor Sérgio Carneiro apresentou a comunicação "Povoamento rural romano no Alto Alentejo: Acaso ou estratégia?".

A 10 de Novembro realizou-se o Encontro *Lisboa Ribeirinha Medieval e Moderna – dados arqueológicos* onde foram apresentadas as seguintes comunicações:

- Clementino Amaro, "Do Palácio Quinhentista da Praia ao Centro Cultural de Belém – Uma memória arqueológica do sítio";
- César Neves, "Arqueologia Urbana em Lisboa: a intervenção arqueológica na Praça do Comércio";
- Alexandre Sarazola, Marta Lacasta Macedo,
   Teresa Alves de Freitas (ERA, S.A.) e José António
   Bettencourt, CHAM, "O estaleiro naval da actual
   Praça de D. Luís I. Contributo arqueológico para
   a Olisipografía e para a História da Diáspora";
- Inês Mendes da Silva, Rui Nascimento e Tiago Nunes (ERA, S.A.), (Apresentação de Alexandre Sarrazola, ERA, S.A.) "O Dique da Ribeira das Naus: Construção e reparação naval";
- Cristina Gonzalez (Crivarque, Lda.), "Novos dados sobre a Ribeira de Lisboa: intervenção arqueológica em torno do Largo do Terreiro do Trigo";
- Rodrigo Banha da Silva, Cristina Nozes, Pedro

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> Presidente

<sup>&</sup>lt;sup>2</sup> Vice-Presidente

<sup>&</sup>lt;sup>3</sup> Secretário

- Miranda, António Vicente e Vasco Vieira, "O Largo do Chafariz de Dentro e a Frente Ribeirinha";
- António Vicente, José Pedro Henriques e Vasco Vieira, "Intervenção arqueológica na Rua da Madalena, n.º 25 e 31, Lisboa";
- Guilherme Cardoso, Nuno Neto, Luísa Batalha, Andreia Campôa, Paulo Rebelo e Raquel Santos, "Vestígios de um centro produtor de faianças dos séculos XVII-XVIII: Dados de uma intervenção arqueológica na Rua de Buenos Aires, n.∘ 10, Lisboa";
- Cláudia Manso, Vanessa Filipe, "A importação de majólica em Lisboa – O caso do Largo do Chafariz de Dentro";
- Vasco Noronha Vieira, "Fragmentos de celadón chinês do Largo do Chafariz de Dentro – Alfama";
- Sara Teixeira Simões, "Novos dados sobre potes orientais na Lisboa Ribeirinha";
- Joana Bento Torres, "A História do convento de São Francisco contada por peças".

A 24 de Novembro, realizou-se na Faculdade de Belas Artes de Lisboa o Colóquio *Contextos Estratigráficos Romanos na Lusitania (da República à Antiguidade Tardia)*, que teve como coordenador científico e executivo o Dr. José Carlos Quaresma, coordenador e onde foram apresentadas as seguintes comunicações na primeira sessão – *Da República ao Alto Império* (Mesa presidida por Catarina Viegas):

- João Pimenta, "Os contextos da conquista. Tentativa de síntese das recentes investigações no Baixo-Tejo";
- Rui Mataloto e Joey Williams, "Aproximação cronológica ao fortim do Caladinho (Redondo): questões estratigráficas e tipológicas";
- Patrícia Bargão, "Ânforas itálicas nos contextos republicanos da Alcáçova de Santarém";
- Catarina Viegas, "Ponto da situação acerca dos dados contextuais identificados em Baesuri, Balsa e Ossonoba";
- Rodrigo Banha da Silva, "Um contexto altoimperial da Rua dos Remédios, Lisboa";
- Macarena Bustamante, "Contextos altoimperiales de una capital: el caso de Augusta Emerita";
- José Carlos Quaresma, "Contextos alto-imperiais

- de Chãos Salgados (*Mirobriga*) e *Ammaia*: dois casos, no litoral e no interior do Sul da *Lusitania*";
- Vítor Dias, "Cerâmica comum de *Ammaia*: exemplos de diferentes contextos estratigráficos (termas e estacionamento)".

Na segunda sessão – *Do Alto Império à Antiguidade Tardia* (Mesa presidida por Carlos Fabião) – foram apresentadas as seguintes comunicações:

- Vitor Pereira; Alcina Cameijo; António Carlos Marques, "Contextos e materiais arqueológicos do sítio romano da Póvoa do Mileu (Guarda)";
- Guilherme Cardoso; Severino Rodrigues; Eurico Sepúlveda; Inês Alves Ribeiro, "A figlina do Morraçal da Ajuda, Peniche – a última fase";
- Inês Vaz Pinto; Ana Patrícia Magalhães; Patrícia Brum, "Contextos arqueológicos de Tróia (2007--2012)";
- Cézer Santos, Jorge Raposo e José Carlos Quaresma, "Análise crono-estratigráfica da olaria romana da Quinta do Rouxinol (Seixal)";
- António Manuel S. P. Silva / Pedro Pereira / Equipa do projecto CASTR'UÍMA, "O castelo de Crestuma (Vila Nova de Gaia), um cais de redistribuição de produtos mediterrânicos no extremo nordeste da Lusitânia? Propostas e reflexões sobre um contexto tardo-antigo."

A Secção de História como lhe compete, aprovou ainda, ao longo de 2012, um conjunto de sócios que esperemos possam vir a contribuir para a afirmação desta centenária instituição que, uma vez mais, procurou no ano académico agora terminado, contribuir para a salvaguarda do património cultural português.

Relativamente às atividades a desenvolver no presente ano civil, a Secção continuará a promover a sessões ordinárias dedicadas a comunicações incidindo sobre temáticas de arqueologia em meio urbano, caso da cidade de Santarém, e da apresentação pública de sítios arqueológicos.

Participa também na comissão executiva do Congresso da Associação dos Arqueólogos Portugueses que decorrerá em Novembro próximo por ocasião do seu 150.º aniversário.

Lisboa, 29 de Janeiro de 2012

# SECÇÃO DE HISTÓRIA DA AAP RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DO ANO 2013 PLANO DE ACTIVIDADES PARA O ANO 2014

João Marques<sup>1</sup>, Teresa Marques<sup>2</sup>, Carlos Boavida<sup>3</sup>

No ano de 2013, a Secção de História da Associação dos Arqueólogos Portugueses para além de sessões ordinárias dedicadas a comunicações incidindo sobre temáticas de arqueologia histórica e de história da arte, promoveu um conjunto de iniciativas que se enquadram nas comemorações do 150.º aniversário da AAP, participando, nomeadamente, na Comissão Executiva do I Congresso da Associação dos Arqueólogos Portugueses, que decorreu nos passados dias 21 a 24 de Novembro na Biblioteca Nacional de Portugal.

Ainda no âmbito das comemorações dos 150 anos da associação, a Secção organizou no passado dia 28 de Setembro o Colóquio Património Arqueológico: da investigação à apresentação pública.

Integrada na mesma iniciativa, decorreu ainda, no dia 19 de Outubro de 2013, a visita de estudo Mais de dois séculos entre a investigação arqueológica e a valorização patrimonial: de Tróia ao Castelo de Palmela, a vários sítios localizados nos concelhos de Grândola e de Palmela, nomeadamente às Ruínas romanas de Tróia, ao Núcleo Museológico / Espaço Arqueológico do Castelo de Palmela, ao Castro de Chibanes, ao Alto da Queimada e às Grutas (hipogeus) da Quinta do Anjo, e que contou com o apoio da Câmara Municipal de Palmela, do Troiaresort / Ruínas Romanas de Tróia e do Museu

Arqueológico e Etnográfico do Distrito de Setúbal.

A grande adesão do público às várias iniciativas organizadas no decurso do ano 2013, permite-nos, mais uma vez, concluir que se deverá insistir na organização deste tipo de reuniões, em detrimento de simples comunicações individuais.

Assim, de Janeiro a Setembro de 2013 a Secção de História organizou sete sessões, duas das quais corresponderam aos colóquios *Em torno de Santarém: Dados históricos e arqueológicos recentes* e ao já referido *Colóquio Património Arqueológico: da investigação à apresentação pública*, bem como uma visita de estudo. Este conjunto de iniciativas contou com a participação de dezenas de investigadores de todas as áreas e períodos históricos, em mais de duas dezenas de comunicações.

A 19 de Fevereiro, foi proferida pela Dr.ª Célia Nunes Pereira a comunicação "A Arte na Igreja do Convento de Santa Maria do Carmo de Lisboa (1389-1755) — Contributos para o seu estudo cripto-histórico".

No dia 16 de Março, teve lugar no Museu Arqueológico do Carmo o colóquio *Em torno de Santarém: Dados históricos e arqueológicos recentes*, que reuniu um conjunto de intervenções que ilustram os mais recentes trabalhos arqueológicos desenvolvidos naquela cidade ribatejana, tendo o Prof.

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> Presidente

<sup>&</sup>lt;sup>2</sup> Vice-Presidente

<sup>&</sup>lt;sup>3</sup> Secretário

Doutor Jorge Custódio proferido a Conferência de Abertura, sob o título "A Candidatura de Santarém a Património Mundial na génese de uma nova etapa da Arqueologia Scalabitana", a que se seguiram as comunicações:

- "Em torno da evolução da malha urbana de Santarém entre os séculos I e XVIII: resultados preliminares da intervenção arqueológica nos n.ºs 2 a 5 da Rua Cinco de Outubro" (Marco Liberato e Helena Santos);
- -"Do Islâmico ao Contemporâneo: oito séculos de arqueologia nas ruas de Santarém" (Carlos Boavida, Tânia Manuel Casimiro e Telmo Silva);
- "Alfange: dinâmica organizacional de núcleo habitacional nos arrabaldes de Santarém em época islâmica" (Tânia Manuel Casimiro, Ana Filipa Ferreira e Telmo Silva);
- "Santarém e a presença islâmica no Ribatejo Norte" (Carlos Batata);

Para o encerramento o Dr. António Matias, arqueólogo da Câmara Municipal de Santarém, proferiu a comunicação intitulada "A gestão do Passado de Santarém num contexto de Arqueologia da Comunidade".

No dia 18 de Abril, no âmbito do "Dia Internacional dos Monumentos e Sítios 2013", foi proferida pelo Prof. Doutor. Mário Varela Gomes e Prof.a Doutora Rosa Varela Gomes, a comunicação "Viver e morrer no Ribat da Arrifana".

No dia 7 de Maio, a Dr.ª Mariana Almeida e o Dr. Edgar Fernandes, apresentaram a comunicação "Os azulejos ditos espanhóis da Igreja de São Roque (Lisboa): Espacialidades e cronologias".

No dia 25 de Junho, foi proferida pelo Dr. João Pimenta, a comunicação "O Vale do Tejo como palco da conquista romana. Resultados do PNTA – Monte dos Castelinhos: Povoamento e dinâmicas de ocupação em época romana republicana no vale do Tejo".

Como já foi referido, no dia 28 Setembro, teve lugar no auditório da Faculdade de Belas-artes da Universidade de Lisboa, o Colóquio Património Arqueológico: da investigação à apresentação pública.

Após a sessão de abertura que contou com a participação do Dr. José Morais Arnaud, Presidente da Direcção da AAP, do Dr. João Marques, Presidente da Secção de História da AAP, do Arq.<sup>to</sup> Manuel Lacerda, em representação da Dr.ª Isabel Cordeiro, Directora-Geral do Património Cultural, e da Dr.ª Ana Paula Amendoeira, presidente do ICOMOS – Portugal, foram apresentadas as seguintes comunicações:

- "Musealização da Arte Rupestre do Vale do Tejo e Gestão Integrada do Território: O Projecto do Museu de Mação" (Luiz Oosterbeek, Mariano Piçarra, Pierluigi Rosina, Sara Cura, Sara Garcês, Nelson Almeida, Anabela Pereira e Pedro Cura);
- "Panóias De fragas a santuário. O que mostrar?
   E a quem?" (Isabel Freitas, Herculano Mesquita,
   Fernando Pádua e Orlando Sousa):
- "A Valorização do Santuário da Fonte do Ídolo -Bracara Augusta" (Paula Silva e Francisco Sande Lemos);
- "Uma reflexão sobre o conceito de Valorização: os Sítios Arqueológicos do Alentejo e do Algarve hoje" (Filomena Barata);
- "O Museu do Teatro Romano (Lisboa): um teatro, um museu e um projecto de investigação" (Lídia Fernandes);
- "Ruínas Romanas de Tróia: a primeira fase de valorização de um sítio singular" (Inês Vaz Pinto, Ana Patrícia Magalhães e Patrícia Brum);
- "Conimbriga: práticas de gestão e conservação na construção de um sítio público" (Virgílio Hipólito Correia);
- "A Casa dos Pintores: do projeto de reabilitação à Oficina Municipal de Arqueologia de Leiria" (Vânia Carvalho, Sofia Carreira e Vitória Mendes);
- "Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros: da intervenção à investigação, gestão e apresentação pública" (Jacinta Bugalhão, Cristina Gameiro, Andrea Martins e Ana Filipa Braz);
- "O Projeto do Parque Arqueológico do Vale do Terva (Boticas, Portugal). Estudo, Valorização e Divulgação de uma Paisagem Cultural" (Luis Fontes e Mafalda Alves);

- "Musealização do Espaço Arqueológico do Castelo de Palmela" (Isabel Cristina Fernandes, Maria Teresa Rosendo e Michelle Teixeira Santos);
- "O Castelo de S. Jorge em Lisboa Escavação, Musealização e Gestão" (Alexandra Gaspar, Ana Gomes, Teresa Oliveira e Susana Serra).

A Secção de História, no âmbito das suas competências, aprovou ainda ao longo de 2013, um conjunto de sócios que esperemos possam vir a contribuir para a afirmação e continuidade desta centenária instituição.

Relativamente às atividades a desenvolver no ano civil de 2014, a Secção continuará a promover a sessões ordinárias dedicadas a comunicações incidindo sobre temáticas de arqueologia histórica de todos os períodos, encontrando-se aberta a todas as iniciativas que os sócios venham a propor, continuando a dar destaque à arqueologia preventiva e de salvamento, bem como à apresentação pública de sítios arqueológicos.

Decorrente da experiência na organização do I Congresso da Associação dos Arqueólogos Portugueses, as Secções de História e Pré-História encontram-se a organizar um conjunto de iniciativas abrangentes, que envolvem um eventual encontro e uma visita de estudo ao património arqueológico do Alentejo.

Lisboa, 30 de Janeiro de 2014

# MUSEU ARQUEOLÓGICO DO CARMO ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEÓLOGOS PORTUGUESES ACTIVIDADES COORDENADAS PELA ÁREA DA CONSERVAÇÃO EM 2012

#### Célia Nunes Pereira

Conservadora do Museu Arqueológico do Carmo Associação dos Arqueólogos Portugueses

O ano de 2012 foi um ano especialmente marcado pelo investimento na área da divulgação do MAC e seu espólio, pois o crescimento de visitantes é essencial para a sua autonomia financeira. Neste sentido desenvolveram-se novas parcerias com as mais diversas instituições públicas e privadas, como é o caso da PT-BLUE STATION (que divulga de forma gratuita, mensalmente, o programa de actividades do MAC no interior da Estação Baixa-Chiado através de projecções multi-média), do Oceanário de Lisboa, cujos bilhetes passaram a ser vendidos no MAC revertendo para a AAP cerca de 15% do valor total, e da OTLIS-Operadores de Transportes da Região de Lisboa, para integração do MAC no Cartão Lisboa Viva, sendo atribuído um desconto de 20% aos utilizadores desse bilhete de transporte.

Registe-se também a parceria assinada com a Carris, divulgada através da campanha "Desconto nos Museus – Venha viajar com História", onde é oferecido um especial desconto aos visitantes que visitem o MAC e o Museu da Carris no mesmo dia. Foi ainda criada uma parceria com o Museu da Farmácia, Museu Nacional de Arte Contemporânea, Museu de S. Roque, Museu da Água (Mãe d'Água), Fundação Arpad-Szenes Vieira da Silva, Museu Geológico e Museu Nacional de História Natural/Museu da Ciência, denominada de *Passeios entre a* 

Arte e a Ciência, com o objectivo de se traçar um apelativo trajecto turístico entre a Baixa-Chiado e as Amoreiras, promovendo a riqueza cultural e científica de cada uma destas instituições e seus diversificados acervos.

Continuando no sector da divulgação, fez-se uma lista dos vários Hostels e Hóteis existentes na área da Baixa-Chiado, onde passaram a ser distribuídos (periodicamente) flyers e roteiros sobre o MAC. Com estas instituições foram constituídas algumas parcerias, atribuindo-se descontos para grupos de visitantes que venham através desses estabelecimentos.

Ainda nesta área, refira-se a participação do MAC/AAP em novos guias de Portugal e da cidade de Lisboa, vídeos promocionais, curtas-metragens, programas de divulgação cultural nacional e internacional, entre os quais se destaca a nossa colaboração no vídeo sobre o terramoto de 1755 projectado diariamente no Lisbon Story Center e nos seguintes programas e documentários: Santos de Portugal (Santo Condestável), Conta-me Histórias, Lisboa Setecentista: a ordem nascida do caos, Viagens ao Centro da Terra. Portugueses pelo Mundo, Descobrimentos Portugueses (Coreia do Sul), Terramoto de 1755 (França), Perfect Storms (Canadá), The World Heritage (Japão), Iluminismo na Europa (China, França, e Alemanha), Travel Channel Interna-

tional Hedonisitic Travelers (emitido em 120 países em 21 idiomas).

Seguindo a estratégia de estreitar laços entre as instituições que nos rodeiam e que nos têm ajudado a promover o MAC e a AAP, temos participado em algumas iniciativas desenvolvidas por estas entidades locais – a Junta de Freguesia dos Mártires, Junta de Freguesia do Sacramento, Guarda Nacional Republicana, Centro Nacional de Cultura, Associação para valorização do Chiado, Teatro Nacional S. Carlos, Faculdade de Belas-Artes de Lisboa, EGEAC, Orquestra Sinfónica de Lisboa, entre outras - como "Chiado na Moda", "Chiado em Festa", "Música nas Praças", concerto "Alma Latina" com Rui de Luna, com o intuito de dinamizar a zona da Baixa-Chiado e seu património. A juntar a estas iniciativas, sublinhe-se também a colaboração entre o MAC/AAP outras instituições de defesa e promoção do património arqueológico como o Centro de Arqueologia de Almada, acolhendo algumas das suas iniciativas.

Com o desígnio de colocar o MAC na rota da arte contemporânea em Portugal, foram organizados no MAC/AAP, três eventos expositivos. Em Fevereiro a exposição de fotografia "The Word of Candor" (http://theworldofcandor.blogspot.pt/) da autoria do fotografo João de Castro. Em Maio, acolhemos a 4ª edição da exposição "Chiado na Esfera Pública. Arte Pública", coordenada pelo professor José Quaresma, que teve uma vez mais como objectivo dar a conhecer o trabalho desenvolvido pelos alunos finalistas do Mestrado e Doutoramento da Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa. Por fim, no mês de Junho, realizou-se a exposição de escultura "O Sagrado e o Profano" (http://www.cmjornal.xl.pt/detalhe/noticias/lazer/cultura/convento-do-carmo-exibe-esculturas--de-rogerio-timoteo) do artista plástico Rogério Timóteo, cuja larga divulgação (inclusive no interior da estação de metro da Baixa-Chiado, onde foi exposto, como método de divulgação da exposição, um dos moldes das esculturas do artista) e qualidade artística trouxe ao MAC um maior número de visitantes durante esse mês. Esta exposição foi acompanhada de vários ateliers (ao fim de semana) para todos os tipos de público.

Além destas exposições realizadas no interior do MAC, tivemos o prazer de colaborar em outras, entre as quais realçamos a exposição temporária "711", no Museu Regional de Madrid em Alcalá de Henares (onde estiveram expostas duas das peças mais representativas do MAC, o Pilar do Grifos (MAC/Esc.404) e o Friso dos Leões (MAC/Esc.406)) e a exposição permanente do *Lisbon Story Center*.

No âmbito da conservação¹ do espólio que faz parte da colecção exposta permanentemente no MAC, foi executada uma limpeza superficial do túmulo de D. Catarina, de modo a que fossem removidas as crostas negras que aí se encontravam depositadas e fosse extinta a colonização biológica alojada no suporte pétreo. Também na área da conservação preventiva, registe-se a deslocação da Lápide Funerária de Abba Marieh e do Rabbi Isaac Hacohen (nº de inventário: MAC/Esc.253), da Lápide Funerária do Rabbi Mashnuna (nº de inventário: MAC/ Esc. 255) e da Lápide Comemorativa da Sinagoga do Porto (nº de inventário: MAC/Esc.256), da nave sul do MAC para a sala 3 (capela-mor), por questões de preservação, devido ao facto do seu suporte pétreo apresentar alguma fragilidade e desgaste superficial. Antes da sua colocação definitiva na sala 3 do MAC, estas três peças foram sujeitas a acções de limpeza e conservação. A empresa Lacre, tendo dado boas provas das suas intervenções de restauro, não apenas durante a realização dos trabalhos anteriormente citados, bem como da campanha de limpeza e conservação da escultura de S. João Nepomuceno (nº de inventário: MAC/Esc.136) efectuada em 2011, foi encarreque de nos apresentar uma proposta (em conjunto com um dos seus parceiros alemães) de acção de conservação do Túmulo de D. Fernando I, que tantas preocupações nos suscita, devido ao seu

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> Para adquirir informação mais detalhada sobre os diferentes processos e intervenções de conservação e restauro adiante mencionados, consultar dossier de *Conservação e Restauro*, que se encontra no gabinete da Direcção AAP/AMC.

delicado estado de conservação. Neste sentido, entregamos á empresa Lacre um relatório do estado de conservação desta peça, elaborado em 2007/2008 sob a orientação do Professor Doutor Luís Elias Casanovas, com o objectivo de poderem perceber quais as alterações (patológicas) que se desenvolveram nos últimos anos. Acrescentamos ainda que nos disponibilizamos para colher algumas amostras, para posteriormente serem enviadas para laboratório, com a finalidade de se analisarem quais as causas de deterioração da pedra do túmulo.

Para verificação do real estado de conservação dos suportes que sustentam os painéis de azulejaria barroca (nº de inventário: MAC/Az.4-17) que estão expostos nas sala 4 e 5 do MAC, foi contactada a empresa Cerâmica Artística de Carcavelos (empresa que empreendeu os trabalhos de restauro deste painéis quando estes foram retirados da nave do museu para o seu interior em 2000-2001), pois já haviam passado cerca de 12 anos após a intervenção realizada por esta empresa de restauro, e uma das componentes do último painel localizado na parte inferior direita da sala 5 parecia estar ligeiramente deslocado. Situação que foi facilmente superada, tendo assegurado a equipa de restauradores, constituída pelo Dr. Duarte Morgado e Dra. Rosa Morgado, que os vários painéis se encontram em bom estado de conservação, bem como os seus suportes (aconse-Ihando apenas um supervisão regular).

No que respeita ao Sarcófago da Múmia Egípcia, intervencionado em Janeiro de 2011, gostaríamos de deixar registado que o seu estado de conservação é estável, mas continuamos a aguardar a entrega do relatório da intervenção efectuada pelas restauradoras Sónia Pires e Conceição Ribeiro.

Também alguns núcleos de peças acondicionados nas Reservas do MAC, foram alvo de acções de conservação e limpeza superficiais, como é o caso das seis Maquetas de monumentos clássicos (oferecidas por Joaquim Possidónio da Silva a esta Associação e Museu), que se encontram a ser estudadas pelo arquitecto e docente João Duarte, no âmbito da sua tese de doutoramento na Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa. Objecto de limpeza superficial, foram ainda os (cerca de 12) instrumentos musicais chineses (presume-se que oferecidos a esta Associação pelo Conde de D. Januário) que estão a ser estudados pelo Dr. Énio Sousa (técnico do Centro Cientifico e Cultural de Macau), através da sua tese de doutoramento sobre coleçções de instrumentos musicais chineses em Portugal.

Outros conjuntos de peças do MAC têm sido alvo de estudos de mestrado e doutoramento, entre as quais se destaca o projecto de doutoramento da Mestre Filipa Peralta Pereira, bolseira da Fundação para a Ciência e Tecnologia (bolsa com referência referencia SFRH / BD / 78107 / 2011), que se tem dedicado ao estudo dos metais que compõem o espólio arqueológico de Vila Nova de S. Pedro. Na mesma linha de importância, e sobre este mesmo acervo arqueológico deve ser destacado o estudo (de doutoramento) feito pelo Doutor Thomas X. Schuhmacher, sobre os marfins que compõem esta colecção, o qual foi recentemente publicado: Faszikel 2: Chalkolitische und Frühbronzezeitliche. Elfenbeinobjekte auf der Iberischen Halbisen.

Volvidos cerca de doze anos após as últimas acções de conservação, restauro e sustentabilidade da arquitectura do edifício, estamos neste momento a elaborar um projecto de revisão do estado de conservação global do mesmo em colaboração com a empresa de restauro ARGO. Projecto este que será submetido ao programa World Monuments Fund (http://www.wmf.org/).

Em relação à informatização do inventário das reservas do MAC/AAP, ainda não se encontra concluída, pois devido á falência da empresa BOND (entidade que geria o programa) ficamos sem acesso (licença de utilização) ao programa *Matriz – Inventário e Gestão de Colecções* durante alguns meses. Situação que já se encontra a ser regularizada com o apoio da empresa FORTEMÁTICA.

Com o intuito de atrair as mais diversificadas tipologias de público, o MAC/AAP tem procurado criar vários modelos de visitas e conferências, explorando a história do edifício e suas vivências através de iniciativas como "No Carmo à Conversa

com a Arte", "O Carmo. De Igreja a Museu" e visitas de curta duração, a partir das quais se focam algumas das principais peças da colecção. Investiu-se ainda numa pequena "acção de formação" junto dos agentes de turismo da Associação Portuguesa dos Guias-Intérpretes e Correios de Turismo de Lisboa, de modo a partilhar novas perspectivas de leitura do edifício e seu acervo. Na senda da procura de novos públicos, acrescente-se ainda a colaboração do MAC/AAP no projecto *My Museum* (https://itunes.apple.com/pt/app/mymuseum-palacio-da-bolsa/id467625864?mt=8), no qual (a par de outras oito entidades culturais) fomos convidados a participar pela empresa BEWARE (http://www.beware.pt/).

Tendo a AAP como uma das suas principais missões, promover a importância do papel desempenhado pela Arqueologia em Portugal, organizou--se a 2º edição da FESTA DA ARQUEOLOGIA - As Ciências da Arqueologia (5 e 6 de Maio), que contou com a entusiasta participação de 21 instituições ligadas ao trabalho arqueológico nacional – UNIARQ e Instituto Oriental da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Centro de Arqueologia da Faculdade de Ciência Sociais e Humanas, Núcleo de Arqueologia e Paleoecologia da Universidade do Algarve, Museu de Mação, Museu Nacional de Arqueologia, ARQA, CAA, Câmara Municipal de Oeiras, Museu da Água, DANS, Atalaia Plural, ERA, Neoépica, Instituto Tecnológico e Nuclear, Museu Arqueológico de Odrinhas, Museu do Côa, MAEDS e Time Travellers – e um empenhado grupo de voluntários composto por alunos de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Sublinhe-se o importante apoio que recebemos do IGESPAR (cedência de algumas peças e mobiliário), da Câmara Municipal de Loures (empréstimos das tendas), do Centro Nacional de Cultura, Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa e da EGEAC (na divulgação). O balanço que fazemos sobre este evento é muito positivo tendo-se registado a entrada de cerca de 3000 visitantes.

Em relação á segurança geral do MAC/AAP,

enquanto instituição aberta ao público, estamos a meio do processo de elaboração do seu *Plano de Segurança Interno*, para composição do qual muito contribuíram os aconselhamentos obtidos através do Eng.º Carlos Palhares e do Dr. José Gato dos Serviços da Protecção Civil de Lisboa, que acolheram a equipa do MAC/AAP no curso de formação *Plano de Segurança Interno para Estabelecimentos de Ensino*, tendo sido feita a gentileza de o mesmo ser devidamente adaptado para as necessidades que podem ocorrer num Museu em caso de emergência. Na área de formação da equipa, investiuse ainda numa formação em *Higiene e Segurança no Trabalho*.

No âmbito das comemorações dos 150 da Associação dos Arqueólogos Portugueses, em estreita colaboração com a Direcção da AAP, iniciou--se a elaboração do plano de trabalho das mesmas em Novembro de 2012, delineando-se os seguintes objetivos: Ciclo de conferências "Desconstruir o Passado" (realizado no MAC sob a orientação do Centro de Arqueologia de Almada), Seminário de Estudos Interdisciplinares (Orientação do professor catedrático Vítor Oliveira Jorge), Exposição "Chiado, Baixa, Confronto com o Francesismo nas Artes e na Literatura. Arte Pública/Esfera Pública", 3ªedição da Festa da Arqueologia, I Congresso de Arqueologia, Exposição comemorativa do 150º aniversário da AAP intitulada "Memória e Intervenção" a efectuar na Biblioteca Nacional de Lisboa. Ainda dentro dos trabalhos de preparação das comemorações, foram submetidos a um processo de digitalização todos os Boletins da AAP (trabalho adjudicado á empresa GADSA - Arquivo e Depósito), prevendo-se a sua divulgação durante o próximo ano; e solicitou-se á DDF (Divisão Documental de Fotografia de Lisboa) que apressasse a digitalização e restauro de algumas das mais importantes imagens (seleccionadas) do espólio fotográfico da AAP, de modo a que as mesmas possam ingressar na citada exposição "Memória e Intervenção" (trabalho que foi concluído em finais de Dezembro de 2012).

Na tentativa de promover o espaço da Ruína durante a época do Verão (altura em que temos menos

visitantes portugueses), procuramos organizar um ciclo de cinema português ao ar livre, para o qual recorremos ao apoio da Cinemateca Portuguesa – Museu do Cinema. Infelizmente esses apoios não foram concedidos, o que inviabilizou a concretização deste projecto.

Findando este relatório, resta-me apenas referir que também a Loja do MAC/AAP, tem sido alvo de algumas renovações, exercidas com o objectivo de cativar cada vez mais os nossos visitantes, tendo-se investido na introdução de novas linhas de produtos de *merchandise*, os quais (à semelhança das linhas anteriores) têm sido criados a partir de inspirações colhidas nas mais diversas peças do acervo MAC.

Março de 2013

# MUSEU ARQUEOLÓGICO DO CARMO ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEÓLOGOS PORTUGUESES RELATÓRIO DAS ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA ÁREA DA CONSERVAÇÃO EM 2013

Célia Nunes Pereira

Conservadora do Museu Arqueológico do Carmo Associação dos Arqueólogos Portugueses

O ano de 2013 foi um ano dedicado de forma muito particular às comemorações dos 150 anos da Associação dos Arqueólogos Portugueses, no âmbito das quais foram desenvolvidas pela Direcção e pelas Secções de Pré-história e História, com a participação activa da Conservadora, várias actividades, de Janeiro a Novembro do presente ano, compostas pelo seguinte programa: em Janeiro e Fevereiro o Centro de Arqueologia de Almada organizou no MAC/AAP o Ciclo de palestras "Desconstruir o Passado. O Património Mundial em Risco"; ainda em Fevereiro foi organizada no Museu de Lamego a Exposição Fotográfica "O Túmulo de um Rei" (fotografias de José Pessoa), que permitiu a divulgação de uma das obras de arte mais emblemáticas do MAC - o Túmulo de D. Fernando I; durante os meses de Marco e Abril decorreu no MAC o "Seminário de Estudos Interdisciplinares", orientado pelo Professor Doutor Vítor de Oliveira Jorge; em Junho organizámos a 3ªedição da "Festa da Arqueologia – Uma Viagem no tempo", na qual participaram as seguintes entidades: Uniarg da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, o Centro de Arqueologia de Almada, Centro de Investigação Arqueológica da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Atalaia Plural/Pequenos Arqueólogos, Museu da Água

- EPAL, ERA - Arqueologia, conservação e gestão de património, Instituto Oriental da FLUL, Neoépica, Câmara Municipal de Oeiras, Museu de Mação, Museu Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal, Centros Nacional de Arqueologia Náutica e Subaquática, Direcção Geral do Património Cultural, Time Travellers, Museu Arqueológico de S. Miguel de Odrinhas, Associação de Arqueologia da Amadora, Câmara Municipal de Loures e Ruínas Romanas de Tróia. Esta edição recebeu quase 4.000 visitantes em dois dias; ainda nesse mês, organizado pela secção de Pré-História, realizou-se o Colóquio e Visita – "A Arte do Vale do Côa, 18 anos depois" no Museu do Côa e o Colóquio Património Arqueológico – da Investigação á apresentação pública, organizado pela secção de História da AAP. A segunda parte deste colóquio foi composta por uma visita a Tróia e Palmela intitulada "Mais de dois séculos entre a investigação arqueológica e a valorização patrimonial: de Tróia ao Castelo de Palmela". Em Outubro inaugurou-se a exposição Fotografia Arqueológica, cujas fotografias expostas foram fruto de um concurso que se realizou pelo facebook; o culminar deste programa teve lugar no mês de Novembro com a Inauguração da Exposição "Memória e Intervenção – 150 anos da Associação dos Arqueólogos Portugueses" (que esteve patente de

20 de Novembro a 31 de Janeiro de 2014), na Biblioteca Nacional de Portugal, local onde se realizou o I Congresso de Arqueologia da Associação dos Arqueólogos Portugueses, e também se assistiu ao lançamento do inteiro postal celebrativo dos 150 anos da AAP e dos respectivos catálogo e livro de actas. O encerramento destas comemorações ocorreu com a organização de um Jantar de convívio e Passeio Arqueológico ao Castelo dos Mouros e Palácio da Pena em Sintra, generosamente oferecidos pelos Parques de Sintra – Monte da Lua.

A par do programa sumariamente acima descrito, passamos agora a descrever outras actividades e tarefas executadas no MAC/AAP durante o ano de 2013.

Na área da Conservação, procedeu-se á limpeza e consolidação de várias peças de etnografia, que se encontravam em reserva (cuja listagem segue em anexo), para que estivessem nas melhores condições para serem expostas na exposição "Memória e Intervenção 150 Anos da AAP". Essa intervenção foi executada pela Dra. Lia Jorge com o apoio do Museu Nacional de Etnografia e Museu Nacional de Arqueologia, que nos cederam um espaço laboratorial (em diferentes datas) para que a restauradora tivesse as melhores condições para realizar o seu trabalho; Em resposta às solicitações que temos feito em busca de propostas de intervenção para o Túmulo de D. Fernando I (devido ao seu frágil estado de conservação), recebemos apoio do Instituto José de Figueiredo (DGPC), tendo--nos sido indicado pela Dra. Gabriela Carvalho (sua actual directora) que em Janeiro de 2014, será enviado ao MAC um conservador-restaurador daquele instituto para uma reavaliação do estado de conservação desta peça e eventual elaboração de proposta de intervenção; Em relação ao plano de emergência e de segurança contra incêndios, já estão concluídas as componentes no respeita à âmbito da conservação; aguardamos apenas que nos sejam enviados os orçamentos solicitados, para ultimar esses dois projectos, cuja credenciação por uma equipa especializada na área é imprescindível; a limpeza e manutenção geral do espólio do

MAC/AAP foram mais uma vez asseguradas pela Conservadora;

Exposições temporárias/intervenções artísticas pontuais: com o objectivo de divulgar o MAC como uma instituição museológica que acompanha e apoia o desenvolvimento da arte contemporânea, recebemos a 5ª edição do projecto expositivo Arte Pública, coordenado pelo Professor José Quaresma da Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa de 9 de Maio a 9 de Junho, este ano intitulado "Chiado, Baixa e confronto com o 'Francesismo' nas Artes e na Literatura": Arte Pública - Espaço Público, através do qual estiveram expostas no MAC obras de Rui Chafes, Elsa Bruxelas e Lara Roseiro, atraindo várias tipologias de público. A peça de Elsa Bruxelas foi doada ao MAC, devido ao interesse que suscitou perante o público, engrandecendo o seu espólio. A mesma encontra-se actualmente exposta na Sala1. No âmbito deste projecto decorreu um ciclo de conferências, onde o MAC participou com a comunicação "A formação do Arquitecto Joaquim Possidónio da Silva e a defesa do património artístico em Portugal. Inspirações Francesistas", publicada em "Chiado, Baixa e confronto com o 'Francesismo' nas Artes e na Literatura": Arte Pública - Espaço Público". Em Agosto de 2013 acolhemos a exposição de escultura "Corpo e Memória" do artista plástico Sérgio Pombo.

O MAC colaborou ainda na Exposição da Extinção das Freguesias de Lisboa, com o empréstimo da peça Friso dos Leões (MAC/Esc/406) em Setembro e Outubro de 2013; e na Exposição "Arquitecturas – Testemunhos Islâmicos em Portugal", patente de 6 Setembro de 2013 a 12 de Janeiro de 2014 no Castelo de S. Jorge, a qual é comissariada pela Doutora Rosa Varela Gomes, com o apoio da Fundação Calouste Gulbenkian, Câmara Municipal de Lisboa e da Fundação Aga Khan.

No que respeita à divulgação do MAC/AAP, procuramos não apenas manter as parcerias estabelecidas nos anos anteriores com instituições públicas e privadas, como é o caso da PT-BLUE STATION, do Oceanário de Lisboa, da OTLIS-Operadores de Transportes da Região de Lisboa, Carris e Comboios

de Portugal, bem como expandi-las através de acções personalizadas (como por exemplo o quiz sobre a colecção do MAC, que efectuamos dentro das instalações da PT-BLUE STATION na estação Baixa-Chiado do Metropolitano de Lisboa, onde foram distribuídos 50 bilhetes duplos pelo preço de um; esta acção teve como objectivo principal atrair o público português, que continua a ser aquele que menos visita o MAC/AAP, embora este ano se tenha verificado um aumento significativo).

O roteiro "Passeios entre a Arte e a Ciência", criado em 2012, em parceria com o Museu da Farmácia, Museu Nacional de Arte Contemporânea, Museu de S. Roque, Museu da Água (Mãe d'Água), Fundação Arpad-Szenes Vieira da Silva, Museu Geológico e Museu Nacional de História Natural / Museu da Ciência, foi lançado oficialmente em Setembro do presente ano, sendo acompanhado de uma larga campanha de divulgação junto da comunicação social, que promoveu a riqueza cultural deste trajecto turístico entre a Baixa-Chiado e as Amoreiras, através de várias entrevistas e artigos. Na última reunião ocorrida entre os vários parceiros do projecto, decidiu-se que em 2014 passaríamos a elaborar rotas temáticas dentro deste percurso, de forma a que o acervos de cada um destes diversificados museus seja promovido. A primeira dessas rotas tem como título os 4 elementos (terra, fogo, ar e água).

Continuando no sector da divulgação, tem-se procurado distribuir regularmente flyers de divulgação das actividades MAC pelos vários Hostels e Hóteis existentes na área da Baixa-Chiado e arredores. Com estas instituições foram estabelecidas em 2012 algumas parcerias, atribuindo-se descontos para grupos de visitantes que venham através desses estabelecimentos, os quais também nos oferecem descontos em alojamento para os participantes em acções promovidas pelo MAC/AAP (como colóquios, congresso, visitas, etc).

Refira-se ainda a participação do MAC/AAP em novos guias de Portugal e da cidade de Lisboa, vídeos promocionais, curtas-metragens, programas de divulgação cultural nacional e internacional, entre os quais se destaca a nossa colaboração no vídeo sobre o terramoto de 1755 projectado diariamente no Lisbon Story Center e nos seguintes produções e documentários (que contribuíram para a divulgação nacional e internacional do MAC): "Conta-me Histórias" (RTP), crónica sobre a "Lisboa do terremoto" (TV Globo); Filmagens da Bella Block in Lissabon; Entrevistas (várias) sobre a história do edifício (RTP, SIC, TVI) integradas no roteiro Arte e Ciência; Entrevista sobre as comemorações dos 150 anos da AAP (TSF). No âmbito da divulgação do MAC/AAP, colaboramos ainda com o Dr. Lou Lichtenberg na "Archeologie Magazine"; no projecto "Lisboa Con-Vida Brasil" na elaboração do "Guia das melhores compras em Lisboa" para turistas brasileiros (lançamento previsto no 1º trimestre 2013, com uma tiragem mínima de 300.000 exemplares); colaboramos ainda na edição do Anuário do Património de 2013 entre outras publicações do CTT - Correios de Portugal.

Ainda na área da divulgação tem-se investido numa relação de aproximação com entidades como o Ondelisboa, Lifecooler, Time Out, Público, Estrelas e Ouriços (Serv. Educativo), EGEAC, Centro Nacional de Cultura, Faculdade de Belas Arte da Universidade de Lisboa que divulgam periodicamente as actividades com o MAC. Sublinhe-se ainda o importante papel que o Turismo de Lisboa tem vindo a desempenhar em relação á promoção do espaço das ruínas para organização de eventos de carácter comercial (sobretudo através da Dra. Célia Marques).

Continuando com a estratégia de estreitar laços entre as instituições que nos rodeiam e que nos têm ajudado a promover o MAC e a AAP, à semelhança dos anos anteriores, temos participado em algumas iniciativas desenvolvidas (concertos, projecções artísticas, lançamento de livros, entre outras acções) pelas seguintes entidades locais – a Junta de Freguesia dos Mártires, Junta de Freguesia do Sacramento, Guarda Nacional Republicana, Centro Nacional de Cultura, Associação para valorização do Chiado, Teatro Nacional S. Carlos, Faculdade de Belas-Artes de Lisboa, EGEAC, Orquestra Sinfónica de Lisboa, FUSO (neste caso em especial acolhe-

mos o Festival anual internacional de vídeo arte de Lisboa que decorreu simultaneamente nos jardins dos Museus de Arte Antiga, Chiado, História Natural e da Electricidade), com o intuito de continuar a dinamizar a zona da Baixa-Chiado e seu património. No âmbito acima mencionado é digno de registo o apoio que o MAC/AAP, concederam à Junta de Freguesia do Sacramento, no lançamento da monografia sobre o extinto organismo.

Na âmbito da investigação tem sido dados apoios pontuais para elaboração de estudos académicos principalmente nas áreas da Arqueologia, História, História da Arte, Heráldica, Belas-Artes e Arquitectura, que nos têm permitido granjear dos novos elementos sobre o espólio do Museu. Entre os trabalhos elaborados em 2013, destaque-se a investigação feita pelo Dr. Énio Souza sobre o acervo de instrumentos musicais chineses que se encontra nas reservas do MAC, cujos resultados foram apresentados no Colóquio Património Cultural chinês em Portugal (Janeiro de 2013). Ainda na área da investigação, sublinhe-se também a participação do MAC no projecto Remediation&Transcoding, promovido pelo Centro de Investigação da Faculdade de Belas Arte sob a coordenação do professor José Quaresma, cujos resultados (onde o edifício é visto de uma perspectiva renovada através do recurso ás novas tecnologias) se encontram publicados na Amazon: http://www.amazon.com/Art--Remediation-Portuguese-Edition-Rito-ebook/dp/ BOOHF7IR60/ref=sr\_1\_13?ie=UTF8&qid=13874 95342&sr=8-13&keywords=art+%26+remediatio n#reader\_B00HF7IR60. É ainda de salientar que o MAC/AAP, acolheu durante o ano de 2013 vários estágios de alunos de diversas instituições, entre as quais se destaca a Escola Superior de Turismo e Hotelaria do Estoril.

Dezembro de 2013

